



*Universidade Estadual do Ceará - UECE*

*Rafael Britto de Souza*

*Linguagem e Ética no Tractatus e  
nas Investigações*

**Fortaleza  
2007**



*Universidade Estadual do Ceará - UECE*

*Rafael Britto de Souza*

*Linguagem e Ética no Tractatus e  
nas Investigações*

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico de Filosofia do *Centro de Humanidades – CH* da *Universidade Estadual do Ceará – UECE*, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Orientadora: Prof(a). Dra. Vera Lúcia Caldas Vidal

**Fortaleza**  
**2007**

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 - Linguagem e Meta-Ética no Tractatus	8
1.1 Ontologia Tractatiana	10
1.1.2 Interpretação Monista	13
1.1.3 Interpretação dualista e a refutação do monismo	18
1.1.4 O que são os Objetos Simples do Tractatus	23
1.2 A análise Tractatiana da Linguagem	28
1.3. Implicações éticas do Tractatus	40
Capítulo 2 - Linguagem e Ética nas Investigações Filosóficas	62
2.1 As Investigações Filosóficas.	65
2.1.2 Jogos de Linguagem	85
2.1.3 Regras e Linguagem Privada	97
2.1.4 O argumento da Linguagem Privada	106
2.2 Ética nas Investigações Filosóficas	122
2.2.1 A ambigüidade do resgate da ética nas Investigações Filosóficas	127
2.2.2 Equilizando a racionalidade ética com outras formas de racionalidade	131
CONCLUSÃO	156
Referências Bibliográficas	162
Bibliografia em Português	165
Bibliografia em Inglês	178

***Universidade Estadual do Ceará - UECE***

***Mestrado Acadêmico em Filosofia***

***Linguagem e Ética no Tractatus e nas Investigações  
Rafael Britto de Souza***

Defesa em: 31 / 01 / 2007

Conceito Obtido: APROVADO

Nota Obtida: 10,0

***Banca Examinadora***

---

Profa. Dra. Vera Lúcia Caldas Vidal  
(Orientadora)

---

Profa. Dra. Maria Aparecida de Paiva Montenegro

---

Prof. Manfredo Araújo de Oliveira

**Fortaleza  
2007**

Para minha mãe Lisabeth e para meu pai Aldemir...

## ***Agradecimentos***

À professora Dra. Vera Lúcia Caldas Vidal, pelo incentivo e orientação, sem os quais este trabalho não teria sido possível. E por muito mais.

À Profa. Dra. Maria Aparecida de Paiva Montenegro e ao Prof. Manfredo Araújo de Oliveira pelas sugestões e correções que tanto enriqueceram o trabalho e a mim mesmo.

À minha mãe Lisabeth, meu pai Aldemir e meu irmão David

Gostaria de agradecer também à minha namorada Claudia, minha amiga Karuna e minha cunhada Kariny.

À FUNCAP pelo apoio financeiro recebido.

# **RESUMO**

BRITTO, Rafael. **Linguagem e Ética no Tractatus e nas Investigações**

Orientador: Profª. Dra. Vera Lúcia Caldas Vidal; UECE-CH, 2007. Dissertação.

Partindo da hipótese de que a filosofia wittgensteiniana da linguagem, em sua radicalidade e originalidade, apresenta necessariamente importantes implicações para a forma como o discurso ético deve ser concebido; o objetivo do presente trabalho consiste, basicamente, em investigar as implicações ou desdobramentos da filosofia wittgensteiniana da linguagem que podem ser úteis para os estudos do campo da ética. Metodologicamente, elegeu-se a relação entre o discurso descritivo e o discurso valorativo como o foco de estudo. Limitando-se exclusivamente ao estudo do *Tractatus* e das *Investigações*, evidenciou-se que as mudanças referentes às concepções de Linguagem implicam mudanças igualmente profundas no que se refere aos seus desdobramentos éticos. Tal mostrou-se o caso na diferença da forma como o naturalismo é rejeitado em cada obra, na concepção acerca da possibilidade do discurso ético, no estatuto epistemológico que lhe é conferido e na aceitação de suas peculiaridades lógicas em face ao discurso descritivo.

## **Palavras-chave**

Ética-analítica – Wittgenstein – Descrição – Avaliação

## **ABSTRACT**

BRITTO, Rafael. **Linguagem e Ética no Tractatus e nas Investigações**

Orientador: Profª. Dra. Vera Lúcia Caldas Vidal; UECE-CH, 2007. Dissertação.

Proceeding from the hypothesis that the Wittgenstein's philosophy of language, in its originality, has necessarily important implications to the domain of ethics and to the way in which it should be taken, our work aims at investigating the unfolds of Wittgenstein's philosophy of language that are important to the study of ethics in general and to the discourse of ethics in particular. Methodologically, the relation between descriptive and evaluative discourse has been chosen as the central focus of analysis. Having his scope limited solely to the study of *Tractatus* and *Philosophical Investigations*, this work has shown that the well known changes concerning to the conception of language brings deep changes to the realm of ethics as well. Some of those changes were brought to light. We can mention the difference between the way of dismissing the naturalism, the view concerning the possibility of ethical discourse, the epistemological status granted to ethics and the respect to the logical peculiarities of the ethical discourse

### **Keywords**

Analytic Ethics – Wittgenstein – Description –Evaluation

# INTRODUÇÃO

A afirmação de que o pensamento de Wittgenstein seja uma referência à qual nenhum filósofo contemporâneo pode impunemente passar ao largo, é documentada e conhecida o suficiente para exigir uma fundamentação de quem a profere. Isto não quer dizer que a aceitação e a valorização da filosofia de Wittgenstein constituam uma unanimidade no meio filosófico atual. A unanimidade não é, porém, um valor que os filósofos costumam almejar. O marco erigido por Wittgenstein no campo filosófico, entretanto, é central, radical e magnético o suficiente para obrigar todo estudioso de filosofia a tomar posição face às suas provocantes propostas.

Como é de se esperar que aconteça a todo pensamento seminal e radical, com o passar dos anos as interpretações e desdobramentos filosóficos a seu respeito crescem exponencialmente. A filosofia de Wittgenstein não se apresenta como uma exceção a esta tendência geral. Assim, apesar de ser um filósofo que se ocupou eminentemente com problemas relacionados à lógica, à filosofia da linguagem e da matemática, os raios de seu pensamento alcançaram disciplinas como a ética, a epistemologia e a psicologia, entre outras.

A hipótese que anima o presente trabalho é a de que a Filosofia Wittgensteiniana da Linguagem traz contribuições tão radicais para o campo da meta-ética e da ética como um todo, como aquelas trazidas para o campo da filosofia em geral.

Apesar das diferenças existentes entre as duas principais fases de seu pensamento filosófico, representadas respectivamente pelo *Tractatus* e pelas

**Investigações Filosóficas**, acreditamos poder mostrar que esta hipótese se sustenta nestes dois momentos do desenvolvimento de sua filosofia.

Nosso objetivo consiste, pois, em investigar as implicações ou desdobramentos da filosofia de Wittgenstein que podem ser úteis para os estudos de ética. Tal objetivo se justifica em função de, pelo menos, três fatores:

- (1) A radicalidade e a inovação que o pensamento de Wittgenstein imprime no campo da filosofia é tão forte e profunda que necessariamente afeta não somente a forma como se faz lógica ou filosofia da linguagem, mas, também, a forma como se faz filosofia como um todo. Ora, sendo a ética um ramo da filosofia, ela também é necessariamente afetada em seu *fiere* pelas teorias seminais de Wittgenstein.
- (2) Enquanto os estudos especializados acerca dos desdobramentos e implicações lógico-linguísticos da filosofia de Wittgenstein crescem em progressão geométrica, os estudos semelhantes dedicados ao campo da ética parecem crescer apenas em progressão aritmética. Esta carência de bibliografia dedicada exclusivamente às inferências das implicações éticas do pensamento de Wittgenstein, parece-nos que justifica, por si só, a elaboração do presente trabalho.
- (3) A carência de bibliografia especializada, somada aos inúmeros estudos de eticistas contemporâneos que apresentam a filosofia de Wittgenstein apenas com o interesse de fundamentar suas próprias teorias éticas, acrescida a algumas interpretações que dizem ser a filosofia de Wittgenstein contrária a qualquer forma de ética, bem como a vinculação indevida do pensamento ético de Wittgenstein àquele abraçado pelo Círculo de Viena e,

arrematando-se essa macabra dança dos erros com a não rara ignorância acerca das profundas mudanças que o pensamento de Wittgenstein sofreu, justifica-se, assim acreditamos, uma demanda de esclarecimento que esse trabalho se propõe a suprir pelo menos em parte.

Ao buscar inferir as implicações éticas da filosofia wittgensteiniana da linguagem, não visamos, com isto, construir ou reconstituir uma ética wittgensteiniana, mas apenas investigar as implicações que as idéias de Wittgenstein acerca da linguagem (e conseqüentemente da filosofia) trazem para o campo da ética em geral e para a linguagem da ética em particular. Para que se compreenda os objetivos a que nos propomos neste trabalho, é importante que se tenha clara a distinção entre ética normativa e meta-ética.

A ética normativa se preocupa em buscar estabelecer um conjunto de juízos acerca do que é certo, bom ou obrigatório. A meta-ética, por sua vez, “não corresponde à tentativa de responder a questões particulares ou gerais acerca do que seja bom, certo ou obrigatório”. (Frankena, p.17, 1975).<sup>1</sup> Ainda nas palavras de Frankena, “Em meta-ética, buscamos, acima de tudo, elaborar uma teoria do significado e da justificação 1) de juízos de obrigação moral, 2) de juízos de valor moral e também 3) de juízos de valor não-moral”. (Frankena, p.25, 1975).

Feito este esclarecimento, reiteramos que nosso objetivo é extrair as conseqüências éticas da filosofia de Wittgenstein e não propor uma ética normativa a partir do estudo de sua filosofia. Optamos pelo uso do termo geral ‘ética’ onde poderia parecer mais preciso o emprego do termo específico ‘meta-ética’. Esta substituição é proposital e foi utilizada com o intuito de chamar atenção para o fato de que as mudanças operadas na esfera da meta-ética têm

---

<sup>1</sup> FRANKENA, William K. **Ética**. Rio de Janeiro, Zahar ed, 2ªed, 1975.

implicações que se estendem, e devem ser levadas em consideração, no campo da ética como um todo. Além deste fator, nossa preferência pelo uso do termo ‘ética’ em detrimento de ‘meta-ética’ deve-se ao fato de ser impreciso falar-se em meta-ética no *Tractatus*, uma vez que o discurso ético é, ali, declarado impossível.

Ao esclarecer que o objetivo de nossa pesquisa é extrair conseqüências éticas da filosofia de Wittgenstein e não princípios a partir dos quais se possa construir uma ética normativa wittgensteinianamente orientada, esclarece-se, ao mesmo tempo, a seleção do *Tractatus* e das *Investigações* como objetos exclusivos de nosso estudo. Fosse nosso objetivo um estudo ético-normativo, teríamos que justificar a quase completa ausência de referências a obras wittgensteinianas como *Conferência sobre Ética, Cadernos, Cultura e Valor*<sup>2</sup> e a teorias como o Estoicismo e o Cristianismo, que marcaram tão fortemente a ética pessoal de Wittgenstein. Visando a meta-ética, podemos nos restringir justificadamente àquelas obras que, indiscutivelmente, condensam sua filosofia.

Metodologicamente, elegemos a relação entre o discurso descritivo e o discurso valorativo como o foco de nosso estudo. Por Wittgenstein ter-se ocupado basicamente com o estudo da forma descritiva do discurso e por termos como objetivo investigar as implicações de seus estudos para o campo do discurso ético, acreditamos que este foco nos fornece uma linha segura e coerente que nos habilita a atravessar os labirintos do pensamento de

---

<sup>2</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. A Lecture on Ethics. *Philosophical Review*. 74, p.3-12, 1965.

\_\_\_\_\_. *Notebooks 1914-1916*. Tradução de G.E.M. Anscombe. New York: Harper & Row, 82ed, 1961.

\_\_\_\_\_. *Culture and Value*. Heinikki Nyman (ed.). Tradução de Peter Winch. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

Wittgenstein, sem perdermos a clareza da exposição nem a precisão do objetivo que almejamos.

O trabalho se divide em dois capítulos: o primeiro deles dedicado ao ***Tractatus*** e o segundo às ***Investigações***.

Dividido em três partes, o primeiro capítulo inicia com uma seção acerca da ontologia tractatiana. A princípio, a presença de tal temática, em um estudo acerca da linguagem e da ética em Wittgenstein, pode parecer deslocada e soar como uma digressão estéril, alheia à temática central do trabalho. As duas seções seguintes do capítulo, que versam diretamente sobre a linguagem e a ética, tornam evidente a centralidade e a importância de uma prévia discussão da ontologia tractatiana, quando se trata de pensar as implicações éticas da filosofia do primeiro Wittgenstein.

Nosso estudo da ontologia tractatiana toma como foco principal o estatuto concedido aos objetos simples. Defenderemos uma leitura transcendental idealista, também designada de dualista, em oposição às leituras monistas que tendem a interpretar os objetos simples tractatianos como átomos da realidade. Pretendemos mostrar, com esta seção inicial, que a forma inadequada de conceber o estatuto ontológico concedido por Wittgenstein aos objetos simples implica (e/ou é implicada) em uma forma errônea de conceber o estatuto concedido à ética tractatiana.

Margutti Pinto (1998)<sup>3</sup> chamou atenção para o fato de que as principais correntes interpretativas do ***Tractatus*** não costumam ser bem sucedidas em articular harmonicamente a lógica e a ética tractatiana. Nosso intuito com a seção inicial do trabalho é, pois, mostrar que a correta compreensão da ontologia – e mais especificamente da natureza dos objetos simples – tractatianos, é a chave

---

<sup>3</sup> Margutti Pinto, Paulo Roberto, **Iniciação ao silêncio. Análise do Tractatus de Wittgenstein**. São Paulo; edições Loyola, p.31,1998.

hermenêutica que torna possível a elaboração de uma articulação harmoniosa e consistente da lógica com a ética tractatiana.

Na segunda parte do primeiro capítulo, nos ocupamos diretamente com o estudo da filosofia tractatiana da linguagem. Nesta seção, não pretendemos fazer um estudo minucioso da filosofia tractatiana da linguagem. Buscamos tão somente explicitar os aspectos centrais de sua concepção de linguagem e filosofia, procurando, com isso, nos instrumentalizar conceitualmente para a discussão da terceira e última parte do primeiro capítulo.

Na terceira seção, valendo-nos de nossa metodologia de comparação entre a forma descritiva e a valorativa de discurso, extraímos as implicações éticas da filosofia da linguagem e da ontologia tractatiana. Procuramos mostrar a íntima relação entre a esfera ontológica, a lingüística e a ética da obra. Pretendemos mostrar, sobretudo, que o selo da inefabilidade que o **Tractatus** imprime à ética não implica – como não raro e erroneamente ainda se pode ser levado a pensar – em uma negação da importância ou da centralidade desta. No **Tractatus**, a inefabilidade da ética encontra par na inefabilidade daquilo que permite à linguagem descrever o mundo (a forma lógica) e na impossibilidade de se descrever a essência do mundo (os objetos simples). Se o **Tractatus** rejeita a ética, é no mesmo sentido em que rejeita a ontologia e a lógica. Acreditamos que a correta compreensão da distinção entre aquilo que pode ser dito e aquilo que pode apenas ser mostrado nos habilita articular harmônica e consistentemente as esferas lógica, ética e ontológica da obra.

O segundo capítulo, centrado no estudo das **Investigações Filosóficas**, divide-se em duas partes. Na primeira parte, investigamos as concepções de linguagem contidas na obra, chamando atenção para a relativização do estatuto concedido ao discurso descritivo, tido até o **Tractatus** como o padrão e o modelo único de todo e qualquer discurso significativo.

Na segunda parte, nos dedicamos ao estudo das implicações éticas das concepções lingüísticas do segundo Wittgenstein. Centralizamos nossa análise nas implicações que a relativização do discurso descritivo trazem para o discurso ético. Visamos mostrar que as **Investigações Filosóficas** possibilitam um retorno da ética ao reino do discurso significativo. Este retorno é, segundo nossa leitura, marcado pela equalização do discurso ético e do discurso descritivo, no que se refere a suas pretensões de racionalidade, precisão e validade.

Deter-nos-emos também, valendo-nos de Hare (1969), nas distinções existentes entre a lógica que governa o uso de termos descritivos e aquela responsável pelo correto emprego de termos valorativos. Tal expediente nos possibilita traçar, com precisão, a relação entre a filosofia da linguagem das **Investigações Filosóficas** e o naturalismo ético.

O naturalismo ético se afigurou como uma temática incontornável em nossa pesquisa, por tocar de forma virulenta um ponto nevrálgico de nossa temática, qual seja, a relação entre o discurso descritivo e o discurso ético-avaliativo. Acreditamos poder mostrar de forma inequívoca que o naturalismo ético é rejeitado, por razões diferentes, tanto no **Tractatus**, quanto nas **Investigações Filosóficas**.

Nesta parte final do segundo capítulo, pretendemos, em suma, mostrar que a filosofia da linguagem contida nas **Investigações Filosóficas** traz implicações importantes e profundas para o campo da ética. Deter-nos-emos em argumentar que as mudanças radicais das concepções de filosofia e linguagem operadas pelas **Investigações Filosóficas**, apresentam reverberações igualmente radicais e profundas para o campo do discurso ético.

## **Capítulo 1 - Linguagem e Meta-Ética no *Tractatus***

Nesta primeira parte do trabalho pretende-se fazer uma breve exposição das idéias fundamentais do *Tractatus-logico-philosophicus*. Tentaremos nos restringir tanto quanto possível às noções filosóficas mais gerais da obra. O objetivo desta breve exposição não é fazer uma exegese detalhada das implicações de cada um dos muitos e complexos conceitos do livro. Esta explicação detalhada e minuciosa dos conceitos contidos no *Tractatus* já conta com uma vasta bibliografia e é uma tarefa quem vem sendo levada a cabo por inúmeros comentadores competentes da obra de Wittgenstein. Evitaremos, portanto, nos deter na exegese de detalhes técnicos que não contribuam diretamente para a consecução dos objetivos a que nos propomos com o presente trabalho.

O objetivo do presente trabalho é, em linhas gerais, explicitar algumas implicações meta-éticas da filosofia de Wittgenstein. É apenas em função deste objetivo geral que esta breve exposição das principais noções filosóficas do *Tractatus* encontra sua razão de ser. Portanto, o lugar que esta exposição das características filosóficas gerais do *Tractatus* ocupa no interior do presente trabalho é apenas este: fornecer subsídios que nos habilitem a perceber as implicações meta-éticas da filosofia Wittgensteiniana.

O *Tractatus Logico Philosophicus* é sem dúvida um livro *sui generis* na história da filosofia. Como seu próprio título deixa transparecer, o livro busca esclarecer as profundas relações existentes entre a lógica e a filosofia. O esclarecimento desta relação é buscado por Wittgenstein no estudo da estrutura da linguagem humana; em outras palavras, no estudo daquilo que torna possível à linguagem representar ou figurar (*Bild*) o mundo.

Uma passagem de Luiz Henrique Lopes dos Santos oferece uma boa visão panorâmica dos objetivos gerais do *Tractatus*:

São poucos os textos filosóficos que tecem as relações entre lógica e filosofia de maneira tão densa e fecunda como o *Tractatus*. Através de seus aforismos, enigmáticos e elipticamente encadeados, essas relações transitam em inúmeros níveis e direções, correspondentes aos vários propósitos filosóficos que o texto persegue: caracterização filosófica do estatuto da lógica, caracterização lógica do estatuto da filosofia, o estabelecimento da estrutura essencial do mundo (tarefa metafísica por excelência) na base do estabelecimento da estrutura essencial da proposição (tarefa lógica por excelência). (Santos, p.13,2001).

Tem-se assim os temas básicos acerca dos quais a obra gravita. O estudo filosófico da lógica, o estudo lógico da filosofia, o estabelecimento da estrutura essencial da linguagem e o estabelecimento da estrutura essencial do mundo. O livro certamente não peca por falta de ambição. É unicamente a originalidade da obra que a permite abordar temas tão complexos e variados em um *corpus* coeso. Mais especificamente, é a concepção, elaborada na obra, acerca da lógica de nossa linguagem, que permite o tratamento destes temas que por tanto tempo assombraram a história da filosofia. As palavras do autor encontradas logo no prefácio do livro são esclarecedoras a este respeito: “O livro trata dos problemas filosóficos e mostra – creio eu - que a formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem”. (Wittgenstein, p.131,2001) Mas o empreendimento é ambicioso não apenas no que diz respeito à abrangência dos seus objetos de estudo. Também o tipo de solução que acredita ter encontrado para os problemas colocados por estes temas denota a ousadia do autor do *Tractatus*. Ainda no prefácio lemos: “... a verdade dos

pensamentos aqui comunicados parece-me intocável e definitiva. Portanto, é minha opinião que, no essencial, resolvi de vez os problemas”. (Wittgenstein, p.132,2001).

### **1.1 Ontologia *Tractatiana***

Foi dito que é a concepção acerca da lógica de nossa linguagem que permitiu a Wittgenstein levar a cabo um projeto com objetivos tão ambiciosos e considerar esses mesmos objetivos alcançados de maneira definitiva e intocável. É esta concepção da lógica de nossa linguagem que está por trás de todas as explicações da obra, sejam elas referentes à descrição da estrutura essencial do mundo, do estatuto lógico da filosofia, do estatuto filosófico da lógica e assim por diante.

Seria de se esperar, portanto, que começássemos nossa explanação sobre os temas fundamentais do ***Tractatus*** a partir da explicação desta concepção acerca da lógica de nossa linguagem. Seguiremos, entretanto, a ordem de exposição escolhida por Wittgenstein e começaremos nossa explanação a partir da descrição da estrutura essencial do mundo. O motivo que levou Wittgenstein a escolher esta ordem de exposição que não corresponde com a ordem da descoberta, uma vez que, lógica e geneticamente, o estudo da estrutura essencial do mundo deveria ser precedido pelo estudo da estrutura essencial da proposição, não vem ao caso no contexto do presente trabalho.<sup>4</sup>

Na seção inicial do ***Tractatus-logico-philosophicus***, que começa com o aforismo 1 e entende-se até o aforismo 2.063, encontram-se as linhas gerais da

---

<sup>4</sup> Os possíveis motivos que levaram Wittgenstein a não começar o ***Tractatus*** pelo estudo da proposição, e sim por um de seus resultados, a saber, as implicações desta análise da proposição para a compreensão da estrutura essencial do mundo, são abordadas por Marguti Pinto. Margutti Pinto, Paulo Roberto, **Iniciação ao silêncio. Análise do Tractatus de Wittgenstein**. São Paulo; edições Loyola, p.300-1,1998.

concepção wittgensteiniana acerca da estrutura essencial do mundo.

Wittgenstein parte da definição do mundo como sendo tudo que é o caso (*was der Fall ist*)<sup>5</sup>. Na seqüência diz que o mundo é a totalidade dos fatos (*Tatsachen*)<sup>6</sup>. A esta afirmação, de que o mundo é a totalidade dos fatos, acrescenta uma ressalva de suma importância, a saber, que o mundo é a totalidade dos fatos e não a totalidade das coisas (*nicht der Dinge*). Esta distinção entre fatos (*Tatsachen*) e coisas (*Dinge*), às quais também se refere como objetos (*Sachen*), é um dos pontos nevrálgicos de sua teoria da significação, e como tal tem importantes implicações lógico-filosóficas. A implicação desta distinção ‘ontológica’ entre fatos e objetos para a teoria da significação será vista mais adiante quando abordarmos a teoria pictórica ou representacional da linguagem. Estes fatos, que em sua totalidade constituem o mundo, por sua vez, constituem-se de uma ligação de objetos<sup>7</sup>. A esta ligação de objetos Wittgenstein dá o nome de estado de coisas (*Sachverhalt*). Os objetos são, portanto, os componentes básicos do mundo, que podem se combinar entre si de modos variados a fim de compor os fatos. Esta possibilidade de combinação dos objetos uns com os outros é determinada pelas propriedades internas dos objetos. Ora, sendo o mundo a totalidade dos fatos, e os fatos, por sua vez, compostos de objetos, o limite do mundo seria traçado levando-se em consideração o conjunto completo de possibilidades destes objetos se agruparem em fatos.

Os objetos, que são os elementos básicos que compõem os fatos, e conseqüentemente o mundo, são necessariamente simples (*Der Gegenstand ist einfach*)<sup>8</sup>. Uma vez que são os constituintes últimos do mundo, Wittgenstein

---

<sup>5</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Lógico-Philosophicus*. Tradução, Apresentação e Ensaio introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo, EDUSP, 2001. Citado de acordo com a notação decimal Wittgensteiniana das proposições. Título abreviado como ‘TLP’ 1. *Die welt is alles, was der Fall ist*.

<sup>6</sup> idem. 1.1 *Die Welt is die Gesamtheit der Tatsachen, nicht der Dinge*.

<sup>7</sup> Ibidem. 2.01

<sup>8</sup> Ibidem. 2.02.

denomina estes objetos como a substância do mundo (*die Gegenstände bilden die Substanz der Welt*).<sup>9</sup> Acrescentando em seguida uma implicação lógica que decorre do fato destes objetos serem a substância do mundo, a saber, a impossibilidade de serem compostos, ou em outras palavras a necessidade de serem simples. A necessidade de tomar os objetos como sendo simples, decorre, portando, do fato de serem considerados como a substância do mundo. Para Wittgenstein o fato de o mundo ter uma substância não é casual. Ele necessariamente tem que ter uma substância. Para fundamentar esta afirmação Wittgenstein recorre à sua teoria da figuração. Como mencionado acima, a ontologia do **Tractatus**, assim como todos os outros aspectos da obra, repousa sobre sua teoria da lógica da linguagem. A razão elencada por Wittgenstein para justificar o fato de que o mundo precisa necessariamente possuir uma substância é a seguinte: “Se o mundo não tivesse substância, ter ou não ter sentido uma proposição dependeria de ser ou não ser verdadeira uma outra proposição”<sup>10</sup> E no aforismo seguinte completa: “seria então impossível traçar uma figuração do mundo (verdadeira ou falsa)”<sup>11</sup>.

### 1.1.2 Interpretação monista

A compreensão da natureza e do estatuto destes objetos simples é de fundamental importância para toda a compreensão do **Tractatus**. Entretanto, desde a primeira versão do livro o entendimento deste tema não se apresentou como algo simples, muito pelo contrário. Ao longo dos anos as interpretações avolumaram-se, trazendo consigo uma polêmica que, em seu aspecto que interessa aos propósitos do presente trabalho, poderíamos sintetizar na forma do

---

<sup>9</sup> Ibidem. 2.021.

<sup>10</sup> Ibidem. 2.0211

<sup>11</sup> Ibidem. 2.0212

seguinte questionamento: Seriam os objetos simples do *Tractatus*, átomos da realidade? O que nos leva à seguinte questão: Seria o *Tractatus* um livro que assume alguma forma de atomismo, mesmo levando em consideração que este atomismo não deve necessariamente ser de natureza semelhante àquele atomismo lógico defendido por Russell? A resposta dada a este questionamento implica em um tipo de interpretação do *Tractatus* que reverbera em todos os outros aspectos da compreensão da obra.

Em outras palavras, de acordo com a resposta que se dê a esta questão específica acerca da natureza dos objetos simples no *Tractatus* está-se assumindo uma postura na qual se toma o *Tractatus* ou como um livro cuja visão metafísica é monista, ou como um livro no qual a visão metafísica é marcadamente dualista. Ao se afirmar que os objetos simples são átomos da realidade está-se a fazer uma leitura monista, caso contrário, a leitura é dualista. O esclarecimento deste ponto é indispensável para compreendermos adequadamente a postura tractatiana em relação à ética, como será visto a seguir, e é por este motivo que a exegese deste tema específico se justifica no contexto do presente trabalho.

Seguiremos as seguintes etapas :

(1) Em um primeiro momento apresentaremos, em linhas gerais, a linha de raciocínio seguida por aqueles autores que partilham de uma interpretação monista do *Tractatus*. Não nos deteremos nos detalhes da argumentação destes autores, ou nas diferenças existentes em suas argumentações, buscaremos tão somente traçar de maneira imparcial a linha de raciocínio geral que será suficiente para permitir-nos caracterizá-los a todos como intérpretes monistas do *Tractatus*. As referências textuais do *Tractatus*, para a compreensão desta corrente, acreditamos já terem sido mencionadas por nós acima, entretanto, alguma repetição será inevitável.

(2) Na continuação, apresentaremos a leitura dualista, ou como também pode ser denominada, transcendental idealista, que a nosso ver se adequaria com mais probidade às referências textuais e ao sentido geral da obra em questão. Simultaneamente, a imperfeição da interpretação monista será evidenciada. Neste momento, apresentaremos citações literais do **Tractatus** que foram evitadas anteriormente e que fundamentam, a nosso ver, de maneira suficiente e clara, a nossa opção pela postura dualista em relação à linha ontológica do **Tractatus**.

(1) A linha de interpretação monista do **Tractatus** iniciou-se imediatamente após a publicação do livro. Na realidade, pode-se dizer que esta interpretação veio ao conhecimento do público quase que simultaneamente ao conhecimento da própria obra, graças à interpretação russelliana da mesma. Sabe-se que Russell teve um acesso privilegiado ao **Tractatus** devido às suas relações com Wittgenstein no período de gestação da obra<sup>12</sup>. Entretanto, apesar disto e do fato de ter sido convidado a fazer a introdução da obra por seu próprio autor, Russell não foi capaz de compreendê-la adequadamente. É o próprio Wittgenstein quem assim o julga. Em uma carta de agradecimento a Russell pela sua introdução, Wittgenstein afirma não estar de acordo com ela em muitas passagens, e contemporiza afirmando que isto não tinha importância e que caberia à história o veredicto<sup>13</sup>. Os vários pontos de discordância não vêm ao caso agora, o que nos importa no presente contexto é que “Desde o exato momento do surgimento do **Tractatus**, Russell o concebeu como uma forma de

---

<sup>12</sup> Engelmann se refere assim à maneira como Wittgenstein teria reagido à introdução de Russell ao **Tractatus** “... Wittgenstein must have been deeply hurt to see that even such outstanding men, who were also helpful friends of his, were incapable of understanding his purpose in writing the *Tractatus*” (Engelmann *apud* Monk, Ray, **The duty of Genius** New York: Penguin, p.149, 1991) Monk comenta da seguinte forma esta observação de Engelmann: “ To a certain extent, this is anachronistic. It shows, too, little awareness of the fact that the Wittgenstein Engelmann met in 1916 was not the same as the Wittgenstein Russell had met in 1911. Nor was his purpose in writing the *Tractatus* the same. Russell was not in touch with Wittgenstein at that time when his work ‘broadened out from the foundations of logic to the essence of the world’; so far Russell knew, his purpose in writing the book was to shed light on the nature of logic’ (idem, p. 149).

<sup>13</sup> Marguitti Pinto, Paulo Roberto. Op. Cit. p. 305

atomismo lógico, com os objetos servindo como os átomos”. (Garver, p.90, 1994)<sup>14</sup>.

Esta interpretação também foi defendida posteriormente por outros autores de renome, como James Griffin (1964), Pears (1987), Malcom (1986), Bradley (1992) apenas para citar alguns exemplos. Apesar de suas diferenças argumentativas, estes autores apresentam semelhanças de postura suficientemente fortes para possibilitar tratá-los como um grupo. E é como membros de um grupo abstrato, constituído apenas pelo fato de todos partilharem de uma característica comum, que pretendemos apresentá-los. Abstrairemos as diferenças e nos deteremos na característica comum que os aproxima, qual seja, o fato de partilharem de uma concepção monista relativa à ontologia tractatiana. Nas palavras de Garver, o que permite tratá-los como um grupo é o fato de:

“... caracterizarem a metafísica do *Tractatus* exclusivamente em termos dos objetos. Enquanto há muitas diferenças substanciais entre estas cinco leituras do *Tractatus*, elas são semelhantes em atribuir ao jovem Ludwig um monismo metafísico realista, no qual os objetos são os únicos, últimos e irreduzíveis elementos da realidade”.(Garver, p.90,1994)<sup>15</sup>

Assim explicitada a característica definidora do grupo ao qual estamos nos referindo como ‘leitura monista do *Tractatus*’, estamos em condições de: (1.1) expor a linha de raciocínio que levou autores de tamanha envergadura a adotar esta leitura. A qual, a nosso ver, não é apropriada para a compreensão adequada do *Tractatus*. (1.2) Mencionar sucintamente algumas indicações que ajudem a tornar mais claros os motivos que ocasionaram uma leitura deste tipo.

(1.1) Wittgenstein, como já citado anteriormente, parte da definição do

---

<sup>14</sup> “At the very birth of the *Tractatus* Russell conceived of it as a form of logical atomism, with the objects serving as the atoms” Garver, Newton. **This complicated form of life. Essays on Wittgenstein.** Chicago: open court,p.90, 1994

<sup>15</sup> “Characterizing the metaphysics of the *Tractatus* exclusively in terms of objects. While there are very substantial differences among these five readings of the *Tractatus*, they are alike in attributing to Young Ludwig a monistic metaphysical realism, in which the objects are the only ultimate and irreducible elements of reality.” .(Garver,p.90,1994)

mundo como sendo tudo aquilo que é o caso (*Fall*). O caso, por sua vez, é a existência do estados de coisas (*Sachverhalt*). O estado de coisas é constituído por uma ligação de objetos (*Sachen, Dingen*). Ao chegar neste ponto, a análise Wittgensteiniana dos componentes do mundo tem que parar, uma vez que estes objetos compõem a substância do mundo. Como Substância são necessariamente simples e conseqüentemente impermeáveis a qualquer análise ulterior.

Segundo esta análise de Wittgenstein, a leitura monista do *Tractatus* se manifesta de forma tentadora. O raciocínio que leva a esta leitura é explicitado por Garver da seguinte maneira:

“A interpretação monista padrão procede por construir estados de coisas como concatenação de objetos, e fatos como existentes estados de coisas. A idéia é que a transitividade destas relações permite ao leitor concluir que os objetos são os constituintes últimos da realidade, uma vez que eles são os constituintes dos estados de coisas existentes. (Garver,p.94, 1994)<sup>16</sup>.

Esta é, de uma maneira geral, a linha de raciocínio seguida por aqueles autores que partilham de uma leitura monista do *Tractatus*. Tal leitura concede aos objetos simples (*Dinge*) o caráter de ‘átomos’ da realidade. Confere, portanto, a estes objetos simples a possibilidade de existência independente do estado de coisas. Em virtude do fato de serem os estados de coisas compostos pelos objetos simples, é natural – de acordo com esta leitura – inferir que estes objetos simples devem poder em princípio ter uma existência independente daquilo que é constituído por eles, i.e. o estado de coisas.

(1.2) Apesar de sua força argumentativa, esta linha de raciocínio é, no entanto, inapropriada. Antes de expormos em mais detalhes os defeitos desta forma de interpretar o *Tractatus*, é interessante explicitar alguns motivos que contribuem para o fato desta postura equivocada ter sido adotada por tantos interpretes. Não temos com isso interesse histórico algum, mas tão somente

---

<sup>16</sup> “The Standard monistic interpretation proceed by construing states of affairs as concatenations of objects, and facts as existing states of affairs. The Idea is that the transitivity in these relations then allows the readers to conclude that objects are the ultimate constituents of reality, since they are the constituents of existing states of affairs”

apresentar alguns pontos argumentativos que podem levar a este tipo de interpretação do livro.

1.2.1 Um primeiro motivo seriam as próprias referências textuais da obra, que, se selecionadas como apresentadas no tópico anterior, constituem uma linha de raciocínio forte o bastante para justificar o caráter presumivelmente monista do livro.

1.2.2 Um outro motivo forte, que também pode direcionar a leitura no sentido da adoção de uma postura monista é a frequente insatisfação filosófica com o dualismo. Nas palavras de Garver “O dualismo é intrinsecamente insatisfatório, uma vez que ele parece excluir o tipo de perspicua unidade a qual os filósofos sempre buscam” (Garver,p.89, 1994)<sup>17</sup> Por este motivo a leitura dualista seria freqüentemente negligenciada quando se trata da interpretação do **Tractatus**. Como alternativa a esta insatisfação que o dualismo suscita “pode-se esperar que o dualismo seja, portanto apenas aparente, e que um dos dois aspectos seja em última análise, realmente subordinado ao outro” (Garver,p.90, 1994)<sup>18</sup>. No caso da leitura monista do **Tractatus** a tentativa de redução de um aspecto ao outro toma a forma da redução dos estados de coisas aos seus elementos constitutivos, os objetos simples. Sendo esses objetos simples, no final das contas, os constituintes últimos e únicos da realidade.

1.2.3 Por fim, pode-se mencionar, que é conducente a uma leitura monista do **Tractatus**, uma maneira específica de conceber o significado da palavra substância. Wittgenstein define os objetos simples como sendo a substância do mundo. Torna-se evidente, então, que a forma como se entende o conceito de substância passa a ser um ponto nodal da exegese tractatiana. A nosso ver, as

---

<sup>17</sup> “Dualism is intrinsically unsatisfactory, since it seems to exclude the kind of perspicuous overview at which philosophers always aim...”

<sup>18</sup> “One may therefore hope that the dualism is only apparent, and that one of the two aspects is really in the final analysis subordinate to the other.”

leituras monistas não compreendem, ou compreendem equivocadamente, o significado preciso dado por Wittgenstein ao conceito de substância.

### 1.1.3 Interpretação dualista e a refutação do monismo

(2) Uma vez apresentada a linha de raciocínio seguida por intérpretes adeptos de uma leitura monista do *Tractatus*, ou em outras palavras, interpretes que consideram os objetos simples como sendo os átomos da realidade, e de apontar para os motivos que conduzem a tal interpretação, estamos em condições de refutar tal forma de interpretação e, ao mesmo tempo, apresentar a forma que nos parece mais profícua, qual seja, o dualismo ou idealismo transcendental.

Em varias passagens do *Tractatus*, quando se refere aos objetos simples, Wittgenstein deixa clara sua posição quanto à sua forma de conceber esses objetos. Na maneira como os entende, os objetos simples não poderiam ser concebidos como independentes do papel que desempenham como constituintes dos estados de coisas. Assim, logo após definir os estados de coisas como ligações de objetos: “O estado de coisas é uma ligação de objetos (coisas) ”<sup>19</sup> acrescenta, no aforismo seguinte: “É essencial para a coisa poder ser parte constituinte de um estado de coisas ”<sup>20</sup>. Este último aforismo citado é mais adequadamente compreendido se lido como uma oração subordinada adversativa. Estes dois aforismos lidos desta maneira poderiam então, serem reescritos de forma não elíptica, da seguinte maneira: O estado de coisas é uma ligação de objetos, entretanto não se deve pensar que por este motivo os objetos sejam independentes do estado de coisas. Isto porque é essencial para o objeto

---

<sup>19</sup> Wittgenstein. Op. Cit. 2.01

<sup>20</sup> idem, 2.011

simples poder ser parte constituinte de um estado de coisas. Assim refeita a passagem, torna-se mais explícita a preocupação de Wittgenstein em evitar uma leitura dos objetos como sendo átomos da realidade. Outras passagens também deixam transparecer essa preocupação:

Na lógica, nada é casual: se a coisa pode aparecer no estado de coisas, a possibilidade do estado de coisas já deve estar prejulgada na coisa.

Pareceria como que um acaso se à coisa, que pudesse existir só, por si própria, se ajustasse depois uma situação.

Se as coisas podem aparecer em estados de coisas isso já deve estar nelas.

Assim como não podemos de modo algum pensar em objetos espaciais fora do espaço, em objetos temporais fora do tempo, também não podemos pensar em nenhum objeto fora da possibilidade de sua ligação com outros". (TLP,2.012-2.021)

Estas referências textuais, se comparadas com a interpretação monista de que os objetos simples são átomos da realidade, já são suficientes para tornar a leitura monista, se não completamente inapropriada, pelo menos problemática.

Estas citações, de saída colocam obstáculos sérios para a leitura monista do *Tractatus*. Qualquer leitura que não dê a devida atenção às passagens acima mencionadas enreda-se em problemas interpretativos graves. Antes de abordarmos de maneira positiva o tema da natureza ontológica dos objetos simples, é importante ter em mente a impossibilidade destes objetos serem aquilo que as leituras monistas clamam que eles são, i.e., átomos constituintes últimos da realidade, o fundamento último daquilo que é real.

Garver<sup>21</sup> menciona pelo menos dois problemas relacionados com a adoção desta concepção monista em relação aos objetos simples. (1) O primeiro destes problemas está relacionado ao fato das leituras monistas não levarem em consideração as claras e abundantes referências textuais que explicitamente descartam a existência independente dos objetos simples. (2) Um segundo problema decorre de uma confusão conceitual acerca da natureza do estado de

---

<sup>21</sup>Garver, Newton, Op. Cit., p. 94,1994

coisas. As leituras monistas falhariam em compreender que os estados de coisas são antes possibilidades que realidades.

(1) Os objetos simples do *Tractatus* carecem de independência. É característico das leituras monistas ignorarem ou falharem em compreender este fato. O problema é que, ao ignorar que os objetos simples carecem de independência, os monistas elevam estes objetos ao status de átomos da realidade, e este raciocínio distorce não apenas toda a ontologia da obra, mas também sua teoria semântica. O raciocínio que os conduz a tal conclusão errônea é baseado em uma premissa errada. Essa premissa consiste exatamente em tomar os objetos simples como tendo existência independente. Esta premissa é expressa através do seguinte encadeamento lógico (já apresentado anteriormente): uma vez que o mundo é a totalidade dos fatos, os fatos são a existência de estados de coisas, e os estados de coisas são constituídos de objetos, chega-se à conclusão de que uma vez que os objetos simples são independentes e constituem toda a realidade eles são os constituintes últimos, os átomos ou a substância do mundo.

Segundo Garver “Para objetos – ou qualquer outra coisa - serem os constituintes últimos da realidade eles devem ter uma existência independente. Se eles são dependentes de alguma outra coisa, esta alguma coisa terá uma forma mais fundamental de realidade”.<sup>22</sup> Ora, vimos que tomar os objetos como tendo existência independente é a premissa sobre a qual se constrói toda a leitura monista do livro. Assim sendo, basta ser demonstrado que essa premissa não é válida para desconstruir toda a concepção monista de que estes objetos são os átomos da realidade. Para cumprir este propósito, mais algumas citações, à parte as supracitadas, parecem ser suficientes.

---

<sup>22</sup> Idem, p. 94. “For objects – or anything else – to be the ultimate constituents of reality they must have independent standing. If they are dependent on something else, that something else will have a more fundamental sort of reality.”

É essencial (*wesentlich*) para as coisas poder ser parte constituinte de um estado de coisas (TLP, 2.011)

... Se posso pensar no objeto na liga do estado de coisas, não posso pensar nele fora da *possibilidade* (*möglichkeiten*) dessa liga (TLP, 2.0131)

A coisa é auto-suficiente, na medida em que pode aparecer em todas as situações possíveis, mas essa forma de auto-suficiência é uma forma de vínculo com o estado de coisas, uma forma de não ser auto-suficiente (idem 2.0122)

À luz destas citações, torna-se evidente a impossibilidade de se tomar os objetos simples como tendo uma existência independente do papel que desempenham no estado de coisas e assim, cai por terra toda a interpretação monista que confere a estes objetos o status de átomos da realidade.

(2) Um segundo problema com a teoria monista é que, ao abordar o tema dos objetos simples, ela confunde dois conceitos centrais para se compreender a ontologia, e conseqüentemente a semântica, tractatiana. Esses dois conceitos são ‘realidade’ e ‘possibilidade’. Os monistas tomam os objetos como sendo átomos que constituem a realidade do mundo. Entretanto, pode-se observar que na maioria das vezes em que Wittgenstein se refere aos objetos ele utiliza a palavra possibilidade (*möglichkeit*) e não realidade (*wirklichkeit*). O fato, ignorado pelos interpretes monistas, é que os objetos do **Tractatus** não determinam a realidade do mundo, determinam antes as possibilidades do mundo ou mundos possíveis.

Logo na segunda sentença do livro esta distinção entre realidade e possibilidade pode ser vislumbrada. Wittgenstein diz que “o mundo é totalidade dos fatos, não das coisas” (TLP, 1.1). Ora, se as coisas, ou objetos, fossem átomos da realidade elas poderiam, sem maiores problemas, se tomadas em sua totalidade, serem entendidas como responsáveis pela instauração do mundo. Tal não se dá. Na ontologia tractatiana os fatos determinam a realidade e os objetos determinam a possibilidade dos fatos. Logo os fatos mesmos, e conseqüentemente o mundo, não são determinados pelos objetos.

#### 1.1.4 O que são os Objetos simples do Tractatus

Uma vez eliminada a confusão a cerca da natureza dos objetos simples, onde vimos que estes objetos não podem, como proclama a leitura monista, ser átomos da realidade, estamos em condições de abordar positivamente o assunto. Em outras palavras, estando atento contra a persuasiva, embora errônea, leitura monista, estamos em uma situação onde a leitura dualista, ou transcendental idealista, pode ser apresentada de maneira suficientemente clara.

Tentar tratar positivamente a questão acerca do que são realmente os objetos simples do *Tractatus* não é uma tarefa isenta de dificuldades. O problema reside na própria natureza dos objetos e na maneira como são abordados na obra. “O que os objetos do *Tractatus* são é desconhecido e não estabelecido, e matéria de alguma controvérsia. Certamente, eles não podem ser dados-sensoriais (Russell preferia átomos)”<sup>23</sup>. Ora, por não serem átomos da realidade ou dados sensoriais, os objetos a que Wittgenstein se refere deixam necessariamente de ter a denotação que a palavra objeto comumente recebe em seu uso ordinário. A palavra objeto, como usada por Wittgenstein é um termo técnico. Como afirma Arkadiusz Chrudzimski “um momento de reflexão mostra, entretanto, que os conceitos Wittgensteiniano de nome e objeto são conceitos técnicos que têm muito pouco em comum com seus ancestrais do senso comum”.<sup>24</sup> (Chrudzimski, p.3, 2003)

Garver se aproxima do problema da delimitação do que seriam os objetos tractatianos de maneira bastante didática.

---

<sup>23</sup> “What the objects of the *Tractatus* are is unknown and unstated, and a matter of some controversy. Arguably, they cannot be sense-data (Russell’s preferred atoms)” **Structure and Ontology of the *Tractatus***. (Ementa da disciplina **Wittgenstein**, da St Andrews University. Autor e ano da publicação desconhecidos)

<sup>24</sup> “A moment’s reflection shows, however, that the Wittgensteinian concepts of a name and an object are technical concepts that have very little to do with their commonsensical ancestors.” Chrudzimski, Arkadiusz. **Contentless Syntax, Ineffable Semantics, and Transcendental Ontology. Reflections on Wittgenstein’s *Tractatus***, KRITERION Nr. 17 (2003), pp. 1-6

“Ordinariamente podemos imaginar que uma mesa ou um automóvel podem deixar de existir e tudo o mais permanece o mesmo, ou que outra maçã ou caneta deveriam existir. Os objetos de Wittgenstein não têm tal possibilidade de existência independente. Seu status é, ao contrário, como o de coisas que não consideramos de todo como ‘objetos’- como cores fonemas ou números, por exemplo. Com números e fonemas, assim como com os objetos de Wittgenstein, se eu tenho familiaridade com um eu devo ter familiaridade com todo o grupo; eles não têm a possibilidade de serem concebidos independentemente um do outro”<sup>25</sup> (Garver, op. Cit, p.104)

Assim, os objetos aos quais Wittgenstein se refere não são entidades semelhantes àquelas que comumente são referidas como objetos. Como mencionado por Garver, os objetos tractatianos são antes coisas como cores, números e etc, ou mais precisamente, a possibilidade das cores, números e etc. Vimos anteriormente que a distinção entre realidade e possibilidade era essencial para compreender que os objetos tractatianos não eram átomos da realidade. Esta distinção é fundamental para compreendermos a natureza dos objetos wittgensteinianos e por isso nos deteremos um pouco mais neste tópico.

Tomemos o exemplo da cor. Poderíamos imaginar que os corpos do mundo em que vivemos, ou de qualquer outro mundo possível, tivessem cores completamente diferentes das que realmente têm. Do ponto de vista lógico não é necessário que as imagens no nosso campo visual tenham a cor que de fato têm, mas uma cor é preciso que tenham. Isto porque os corpos visíveis estão necessariamente em um espaço de cores. Ou seja, para que existam cores de fato, é preciso que exista a possibilidade das cores, ou em outras palavras, um espaço cromático. Este espaço é ele mesmo incolor, uma vez que é ele quem possibilita a existência das cores. A este espaço é que, em uma perspectiva tractatiana, poderíamos chamar objetos cromáticos. E não a qualquer ponto colorido realmente existente no espaço cromático. A um ponto colorido

---

<sup>25</sup> “Ordinarily we can imagine that a table or an automobile might cease to exist and everything else remain the same, or that another apple or pencil should exist. Wittgenstein’s objects do not have such independent possibilities of existence. Their status is instead like that of things we do not consider ‘objects’ at all – like colors or phonemes or numbers, for example. With numbers and phonemes, as Wittgenstein’s objects, if I am familiar with one I must be familiar with the whole range, they do not have the possibility of being conceived independently of one another” Garver, Newton, op, cit, p. 104.

qualquer, realmente existente no espaço cromático, dar-se-ia o nome de estado de coisas cromático ou fato cromático.

Uma vez compreendida esta analogia cromática pode-se aplicar o mesmo modelo para compreender os objetos do *Tractatus*. Basta substituir os objetos cromáticos por objetos lógicos – que são os objetos aos quais Wittgenstein se refere – e espaço cromático por espaço lógico. Tem-se assim uma noção mais precisa do que são os objetos tractatianos.

Assim, os objetos determinam a possibilidade dos fatos, ou dos estados de coisas existentes, não sua realidade. “Os objetos contêm a possibilidade de todas as situações” (TLP, 2.014) ou ainda “dados todos os objetos, com isto estão dados também todos os *possíveis* estados de coisas”. (idem, 2.0124). Como bem expressa Arkadiusz Chrudzinski: “... Wittgenstein sugere que o conjunto de objetos ontologicamente simples prescreve de alguma maneira todas as possíveis configurações nas quais o objeto poderia aparecer e através disso gerar o conjunto de mundos possíveis” (Chrudzinski, op,cit.p 3)<sup>26</sup>. E arremata de maneira definitiva: “De fato, esta é a característica crucial dos objetos Wittgensteinianos” (idem, p. 3).

Devido ao fato dos objetos serem responsáveis por gerar o conjunto de mundos possíveis e não o mundo real, é que Wittgenstein define o mundo como a totalidade dos fatos e não como a totalidade das coisas<sup>27</sup>. Este problema relativo à relação dos objetos com a possibilidade de mundos e não com a realidade deste mundo específico pode ser reformulado, e de fato o é por Wittgenstein, ao se tratar da questão da forma e da estrutura do mundo.

Wittgenstein afirma que “É óbvio que um mundo imaginário, por mais que difira do mundo real, deve ter algo – uma forma – em comum com ele”.(TLP, 2.022). E na continuação diz o que seria esta forma; “Essa forma fixa consiste precisamente nos objetos” (TLP, 2.023). Assim, uma tentativa de definição dos objetos tractatianos tem necessariamente que entendê-los mais como entidades formais do que como entidades doadoras de propriedades: “A substância do

---

<sup>26</sup> “Wittgenstein suggests that the set of the ontologically simple objects prescribe somehow all possible configurations in which the objects could appear and by means of that, generates the set of possible worlds. Indeed, this is the crucial feature of Wittgensteinian objects” Chrudzinski, Arkadiusz op,cit.p 3

<sup>27</sup> Wittgenstein. Op. Cit, 1.1

mundo só pode determinar uma forma e não propriedades materiais” (TLP, 2.0231) Ou seja, a substância do mundo, i.e os objetos, é independente de um estado de coisas efetivo, qualquer que ele seja, visto que “A substância é o que subsiste independentemente do que seja o caso”.(TLP,2.024) “O fixo, o subsistente e o objeto são um só.”(TLP, 2.027).

Ora, se os objetos, como a substância do mundo, são independentes e fixos (*fixe*) a despeito da possível variabilidade dos estados de coisas existentes, isto só pode significar que não são os objetos que determinam a estrutura ou a configuração do mundo.

O objeto é o fixo, subsistente; a configuração é o variável, instável  
A configuração dos objetos constitui o estado de coisas  
No estado de coisas os objetos se concatenam como os elos de uma corrente  
No estado de coisas os objetos estão uns para os outros de uma determinada maneira  
A maneira como os objetos se vinculam no estado de coisas é a estrutura do estado de coisas  
A forma é a possibilidade da estrutura  
A estrutura dos fatos consiste na estrutura dos estados de coisas.  
A totalidade dos estados de coisas é o mundo  
A existência e inexistência de estados de coisas é a realidade (TLP 2.0271-2.06)

Ora, dadas estas citações, uma linha de raciocínio simples, porém consistente se impõe. Ao seguir tal raciocínio se esclarece a relação entre possibilidade e realidade, (ou entre forma e estrutura) cuja compreensão é de fundamental importância para o entendimento dos objetos *tractatianos* e conseqüentemente de toda ontologia da obra. O raciocínio é o seguinte. Vimos que Wittgenstein define os objetos como a forma fixa do mundo, deste ou de qualquer outro imaginário. Em seguida afirma que a forma é a *possibilidade* da estrutura, e que a totalidade da estrutura, que é a configuração dos estados de coisas, é o mundo. Ou seja, as múltiplas *possíveis* maneiras dos objetos se concatenarem é a *forma* do mundo, a *estrutura*, ou a *realidade* é determinada por uma configuração específica dos objetos em estados de coisas. Dito em

forma de proporção: os objetos estão para a possibilidade do mundo assim como os estados de coisas estão para a realidade deste.

Desta forma, a ontologia do *Tractatus* é transcendental. Ou seja, a substância do mundo, os objetos simples, não são os átomos aos quais se chegaria depois de uma análise do mundo. A análise do mundo conduz, em última instância aos fatos: o mundo é a totalidade dos fatos. É verdade que estes objetos não têm existência fora destes fatos, mas isto não deve levar a crer que a análise dos fatos leva aos objetos, da mesma forma que a divisão de um muro nos leva aos tijolos. Os objetos simples não estão no mundo.

É certo que ele (Wittgenstein) afirma, no *Tractatus*, haver objetos simples, os quais constituem a substância do mundo. Mas é importante lembrar que eles funcionam aqui como condições transcendentais de possibilidade dos fatos atômicos e se localizam além dos limites do próprio mundo. Neste sentido eles não fazem parte deste mundo, que se compõe exclusivamente de fatos (Marguti Pinto, op. Cit, p.187)

Desta forma, os objetos tractatianos não nos habilitam a fazer uma leitura monista da obra. Isto porque não podem ser considerados como partículas elementares dos fatos que compõem o mundo. Apesar de dependerem do estado de coisas para possuírem uma existência real, são 'independentes' destes estados de coisas no sentido de que subsistem em um subnível transcendental. São condições de possibilidades dos estados de coisas e não elementos, ou propriedades destes estados.

Mais uma citação de Arkadiusz Chrudzimski parece útil e clara o suficiente para finalizar esta breve explanação acerca da natureza dos objetos simples

Eles são apenas um rótulo para 'alguma coisa' que gera o conjunto de mundos possíveis, qualquer que seja a natureza desta 'alguma coisa'. A fala sobre 'objetos simples' é apenas uma figuração. Assim, Wittgenstein não está nos persuadindo de que realmente existam objetos Wittgensteinianos, um tipo de átomos democritianos dos quais o mundo é constituído. Ao invés disso, ele nos dá uma figuração que pretende nos ajudar a entender a como a forma lógica do mundo seria, mas a metáfora usada não deve ser pressionada além do seu significado intentado. A forma lógica é apenas qualquer coisa (ou melhor, qualquer aspecto do mundo) que geraria todos os mundos possíveis, de uma maneira análoga, como os objetos Wittgensteinianos gerariam mundos Wittgensteinianos, se realmente existissem tais objetos e mundos Wittgensteinianos de todo.(Chrudzimski, op. Cit,p.3)<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> They are just a label for "something" that generates the set of possible worlds, whatever the nature of this "something" might be. The talk of "simple objects" is just a picture. So, Wittgenstein is not persuading us that there are really Wittgensteinian objects a kind of Democritean atoms of which the

## 1.2 A análise *Tractatiana* da Linguagem

Wittgenstein chegou a estas concepções ontológicas referentes à estrutura do mundo, a partir de sua análise da estrutura lógica da linguagem. Seu objetivo principal ao escrever o *Tractatus* era descrever as condições de possibilidade do pensamento representar o mundo. Ou seja, lhe interessava descobrir aquilo que habilita o pensamento a tornar-se capaz de representar a realidade. Este é um problema milenar na história da filosofia. Como podemos nos certificar de que nossos pensamentos de fato correspondem à realidade? De Platão a Wittgenstein várias respostas foram ensaiadas, passando por diversas formas de empirismo ou racionalismo, mas à parte poucas exceções – como os cétricos p.ex – todas as respostas giravam em torno da concepção de que o pensamento *corresponde*, de uma maneira ou de outra, à realidade por ele representada.

A forma mediante a qual Wittgenstein procura solucionar este problema acerca da relação entre o pensamento e a realidade, o insere no seio da tradição crítica em filosofia. Kant, na célebre introdução da segunda edição da *Crítica a razão pura*,<sup>29</sup> define esta ciência que ele denomina Crítica: “Uma tal ciência teria que se denominar não uma doutrina, mas somente Crítica da razão pura”(Kant,p.33, 1983). Neste pequeno trecho Kant nos fornece uma definição

---

world consists. Instead, he gives us a picture that is intended to help us to understand what the logical form of the world could be like, but the metaphor used should not be pressed behind its intended meaning. The logical form is just anything (or better any aspect of the world) that would generate all possible worlds in an analogue way, as the Wittgensteinian objects would generate Wittgensteinian worlds, if there really were such Wittgensteinian objects and worlds at all. Chrudzimski, op. Cit,p.3

<sup>29</sup> KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores),1983.

negativa do que viria a ser uma filosofia crítica. Diz, portanto, que ela não é e nem pode ser uma doutrina. Temos assim o primeiro, e talvez mais importante, pré-requisito que uma filosofia deve satisfazer para poder ser enquadrada no manto da tradição crítica. Mas não ser uma doutrina implica que esta filosofia não poderia ser especulativa, o que tem conseqüências de longo alcance para a maneira como esta disciplina é compreendida. Qual seria a utilidade da filosofia se não pudesse estabelecer doutrinas através da especulação? Na continuação do texto de Kant a resposta pode ser encontrada: "... e sua utilidade seria realmente apenas negativa com respeito à especulação (Kant, op. Cit, p.33). Ora, vê-se pelo acima dito que de duas uma; ou Kant pretende esvaziar a filosofia de qualquer utilidade, ou enxerga uma utilidade para filosofia que está além (ou aquém) do aumento dos conteúdos de conhecimento. Sabemos que a segunda alternativa é a factual: "servindo não para a ampliação, mas apenas para a purificação da nossa razão e para mantê-la livre de erros..."(Kant, op. Cit, p.33). Ou seja, uma filosofia crítica não procura aumentar (*Erweiterung*) nossos conhecimentos, mas apenas purificá-los (*Läuterung*) e mantê-los livres do erro(*Irrtümern frei halten*). Finalizando, para aqueles que acham que tal posição seria de pouca utilidade para a filosofia, para aqueles que crêem que a filosofia pode contribuir com muito mais e acham esta visão transcendental muito reduzida, Kant arremata: : "... O que já significaria um ganho notável." (Kant, op. Cit, p.33).

Na maneira como Luis Henrique Lopes dos Santos define a tradição crítica, fica ainda mais evidente a afinidade da filosofia tractatiana com esta tradição.

"O que chamamos de tradição crítica caracteriza-se por atacar o tema das relações entre linguagem, pensamento e realidade pelo prisma de uma questão determinada e da definição de um tipo determinado de resposta que se supõe essa questão deva merecer. A questão é: o que se pode legitimamente pretender conhecer? A espécie de resposta que se busca para essa questão é uma que se fundamente na consideração da natureza dos instrumentos de que dispõem, para conhecer o que quer que seja, os sujeitos de conhecimento. A forma geral dessas

respostas é: porque os instrumentos do conhecimento humano são tais e tais, é possível em princípio o conhecimento teórico do domínio dos fatos empíricos e impossível a metafísica, impossível o acesso teórico ao que esteja supostamente aquém ou além desse domínio” (Santos, p.14-5, 1994).

Não é difícil perceber a afinidade do projeto Kantiano com o de Wittgenstein. Logo na introdução, lugar por excelência de explicitação de propósitos, Wittgenstein deixa claro que “O livro pretende, pois, traçar um limite para o pensar...” (TLP, p.130). Este trabalho de geógrafo do pensamento, de buscar estabelecer as fronteiras que delimitam o pensável do impensável, é exatamente o que anima o projeto kantiano. Como ficou bem claro nesta passagem do prefácio do *Tractatus*, é este mesmo intento que guia a obra inicial de Wittgenstein<sup>30</sup>.

Wittgenstein não era, entretanto um neokantiano. Suas idéias não eram apenas um desenvolvimento ou aperfeiçoamento complexo das idéias elaboradas pela filosofia crítica de Kant. O projeto filosófico que anima o *Tractatus* só pode ser compreendido se levarmos em consideração sua filiação a outra tradição, de não menor importância na história da filosofia, trata-se da tradição lógica. Luiz Henrique Lopes dos Santos nos fornece uma definição ao mesmo tempo profunda e filosoficamente fértil desta tradição, diz ele: “A tradição lógica define-se por situar no núcleo da reflexão filosófica o tema da estrutura essencial do discurso sobre o ser – tema que constitui o eixo semântico em torno do qual se articulam as acepções filosoficamente relevantes do termo ‘lógica’” (Santos, p.15, 1994). Existem várias espécies de discurso, o expressivo o persuasivo, o

---

<sup>30</sup> “O *Tractatus* possui um pouco da fascinação da primeira *Crítica* de Kant, ou seja, a fascinação de um doutrina que, na medida do possível, luta para descrever os limites do inteligível, somente para, ao fazê-lo, ser compelida a transcendê-los. Em momento algum Wittgenstein reconhece a semelhança de seu pensamento com o de Kant, ou, de fato, com o de qualquer outro, exceto o de Russell, mas a comparação entre os dois filósofos torna-se cada vez mais impressionante, de tal modo que alguns têm considerado a argumentação de sua obra póstuma, intitulada *Investigações Filosóficas*, o complemento final da Dedução transcendental de Kant. Scruton, R: *Introdução à Filosofia Moderna*, Rio de Janeiro: Zahar, p. 268-281, 1982

imperativo etc. Para que não confundamos a lógica com o estudo da miríade de formas possíveis de discurso, Luiz Henrique Lopes dos Santos, na continuação prossegue afinando a definição, tornando-a ainda mais útil para nossos propósitos.

“Entre várias modalidades de discursos, há aquele que enuncia correta ou incorretamente, o que as coisas são ou não são. É a esse discurso (que podemos chamar enunciativo ou proposicional) que convêm estritamente os predicados ‘verdadeiro’ e ‘falso’... Sob o pressuposto de que o discurso enunciativo tem uma forma essencial, cuja presença num encadeamento de símbolos seria condição necessária e suficiente para instituí-lo como um discurso verdadeiro ou falso, a tradição lógica faz dessa forma o esteio sobre as questões filosóficas mais fundamentais” (Santos, p.15, 1994)

Esta vinculação do *Tractatus* à tradição lógica completa um quadro interpretativo que nos permite compreender os intuítos que animam o espírito da obra. Se, por um lado, trata-se de um livro inegavelmente crítico, mais interessado na purificação dos conhecimentos que com a produção de novas doutrinas e eminentemente preocupado com o estabelecimento de limites para o que pode ser pensado e conhecido, por outro lado, a forma com que este empreendimento é levado a cabo difere enormemente da forma kantiana. A crítica tractatiana, ao contrário da kantiana, não se dirige mais às condições subjetivas que nossa aparelhagem cognitiva dispõe para conhecer. Wittgenstein é bastante incisivo em sua recusa da filosofia crítica em sua forma subjetivista, referindo-se a ela como sendo apenas ‘filosofia da psicologia’ (TLP, 4.1121).

É graças a sua vinculação à tradição lógica que Wittgenstein se torna capaz de realizar a crítica do conhecimento em um nível de abstração muito mais elevado que o da epistemologia. A crítica pode ser levada a cabo exclusivamente no plano lógico, sem a necessidade de recorrer à análise de questões subjetivas.

“A questão passa a ser agora: dadas as condições lógicas de possibilidade de que uma representação proposicional, como quer que estejam conformadas as faculdades subjetivas de conhecimento, represente algo, o que pode vir a ser objeto de uma tal representação? Dado que o pensamento e a linguagem possuem a forma essencial que possuem, o que pode ser pensado e enunciado?” (Santos, Op, cit, p. 17)

Ao conjugar a problemática da tradição crítica com a forma lógica de abordar o problema, Wittgenstein cumpre dois propósitos. Primeiro libera as discussões filosóficas acerca do conhecimento de suas últimas amarras subjetivas, possibilitando um tratamento muito mais abstrato e objetivo destes tópicos. Em segundo lugar, mas não menos importante, permite que as conclusões referentes à estrutura lógica da linguagem que representa o mundo sejam aplicadas ao próprio mundo. Ou seja, a lógica funda uma ontologia. É por este motivo que um livro lógico como o *Tractatus* apresenta, também, uma descrição ontológica do mundo (como vimos na seção anterior). O aforismo 5.4711 define lapidarmente esta transitividade entre lógica e ontologia da seguinte maneira “especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda descrição e, portanto, a essência do mundo”.(TLP, 5.4711)

De fato, através de suas anotações feitas durante o período em que esteve como voluntário na primeira guerra, e que mais tarde viriam a ser publicadas sob o título de *Notebooks 1914-1916*, ficamos sabendo que “O problema com o qual ele estava principalmente preocupado durante este tempo era *como* a linguagem figura o mundo – que características tanto da linguagem quanto do mundo tornam possíveis que esta figuração ocorra” (Monk.op, cit, p.129).<sup>31</sup> Em suas próprias palavras “O grande problema a redor do qual tudo que escrevo gira em torno é: Há uma ordem *a priori* no mundo? Se há, em que ela consiste?”<sup>32</sup>. Este problema ontológico é trazido à tona pelo aprofundamento de suas investigações acerca da natureza lógica da linguagem. Sua ontologia é, pois, um subproduto de sua lógica, e encontra sua justificativa nesta.

---

<sup>31</sup> “The problem with which he was principally concerned during this time was that *how* language pictures the world – what features of both language and the world make it possible for this picturing to take place”. Monk, Ray, op. Cit, p.129

<sup>32</sup> “The great problem round which everything I write turns is: Is there an order in the world *a priori*, and if so what does it consists in?” Citado por Ray Monk. Monk, Ray, op,cit, p. 29

Em várias passagens do *Tractatus*, esta fundamentação da ontologia na lógica, é evidente. Assim vemos que no aforismo 2.0122 ao buscar explicar a auto-suficiência (*selbständig*) da coisa (*Ding*) ele recorre a razões lógicas dizendo que “É impossível que **palavras** intervenham de dois modos diferentes, sozinhas e na proposição”.(TLP, 2.0122(grifo nosso)). Ou no aforismo 2.0211 quando, para legitimar sua tese da necessidade do mundo ter uma substância argumenta que se ele não tivesse, “então ter ou não ter sentindo uma proposição dependeria de ser ou não ser verdadeira outra proposição” (TLP, 2.0211).

O que permite este livre trânsito entre lógica e ontologia, que habilita Wittgenstein a recorrer a necessidades lógicas para fundamentar necessidades ontológicas –como no caso da justificativa da existência de objetos simples acima mencionado – é uma concepção que está no cerne de toda filosofia tractatiana. Trata-se da teoria pictórica da linguagem.

“A crítica da linguagem permite que todas as conclusões obtidas sobre a linguagem possam ser aplicadas, *mutatis mutandi*, à análise da estrutura do mundo. Isso é possível porque a Teoria Pictórica pressupõe que exista um paralelismo rigoroso entre a proposição e o fato que ela descreve... Isso significa que a estrutura do mundo pode ser obtida a partir de uma correspondência estabelecida com a estrutura da linguagem. (Margutti Pinto. Op. Cit, p.175)

O pressuposto que jaz por traz desta concepção de que a linguagem e o mundo encontram-se em uma relação de paralelismo rigoroso, é a idéia, bastante cara a Wittgenstein, de que a linguagem de fato é capaz de descrever o mundo. Este pressuposto significa, de saída a negação do ceticismo. Alguns autores, como Mauthner p. ex, negavam à linguagem a possibilidade de descrever o que quer que seja. Os únicos conhecimentos certos que a linguagem poderia nos dar seriam aqueles provenientes das tautologias. Ao negar este ceticismo, e partir da concepção de que a linguagem pode, de fato, descrever o mundo, Wittgenstein se obriga a fundamentar aquilo que possibilita à linguagem levar a cabo tal feito. É nesse contexto que a teoria pictórica se impõe, e se faz necessária.

Antes de nos determos na apresentação da teoria pictórica, é importante fazer um pequeno parêntese para explicar esta assunção de Wittgenstein de que a linguagem é de fato capaz de descrever o mundo. Wittgenstein, assim como Kant antes dele, aceita a existência do mundo externo como um fato não problemático. Não faz, portanto, nenhum movimento em direção a uma tentativa de justificar esta crença, uma vez que esta se lhe apresenta como uma verdade apodítica.<sup>33</sup> Ora, dado que o mundo externo indubitavelmente existe, o discurso sobre ele deve ser viável. Partindo deste pressuposto de que o discurso sobre o mundo externo é possível, pode-se, mediante uma análise deste discurso, se chegar às estruturas que permitem que esta relação se efetue. É com o objetivo de chegar a esta estrutura que Wittgenstein elabora a teoria pictórica.<sup>34</sup>

Vimos anteriormente que Wittgenstein parte da definição do mundo como a totalidade dos fatos<sup>35</sup>. Estes, por sua vez, constituem-se de uma ligação de objetos simples<sup>36</sup>. Os objetos simples são, portanto, os componentes básicos do mundo, que podem se combinar entre si de modos variados a fim de comporem os fatos. Esta possibilidade de combinação dos objetos uns com os outros é determinada pelas propriedades internas dos objetos. Ora, sendo o mundo a totalidade dos fatos, e os fatos, por sua vez, compostos de objetos, o limite do mundo seria traçado levando-se em consideração o conjunto completo de possibilidades destes objetos se agruparem em fatos.

Em uma linguagem cuja forma lógica é explícita, como a que é proposta no *Tractatus*, por exemplo, cada objeto simples é representado por um nome<sup>37</sup>, e, à combinação destes nomes, de maneira que não viole a natureza dos objetos que eles representam, Wittgenstein chama proposição. No âmbito da teoria figurativa, a forma lógica<sup>38</sup> é o denominador comum que possibilita a

---

<sup>33</sup> Garver, Newton, op. Cit. p.10

<sup>34</sup> “A palavra que Wittgenstein usa para expor sua teoria é *’Bild’* que significa ‘imagem’, ‘figura’, ‘figuração’, ‘quadro’, ‘pintura’, ‘gravura’, ‘retrato’”. Margutti Pinto, op. Cit, p.158.

<sup>35</sup> Wittgenstein, op. Cit, 1.1

<sup>36</sup> idem, 2.01

<sup>37</sup> idem, 3.22. O nome substitui, na proposição, o objeto.

<sup>38</sup> Ibidem, 2.18;2.2

representação, ou a afiguração, do mundo pelo pensamento. O pensamento, que é uma proposição com sentido, partilha com o mundo a mesma forma lógica. É devido ao fato de partilharem a mesma forma lógica, que o mundo pode ser representado pelo pensamento.

A proposição, por sua vez, é composta de elementos que, ao se combinarem, lhe possibilitam afigurar a realidade. Em uma linguagem completamente analisada, cada elemento da proposição representa um objeto da realidade. A combinação destes nomes na proposição representa a combinação de objetos no estado de coisas. Há um isomorfismo entre a forma lógica na qual a proposição se estrutura e a forma lógica como os objetos se concatenam na realidade. Lembremos aqui, que a definição de mundo dada no início do **Tractatus** respeita este isomorfismo. Como vimos acima, o mundo é a totalidade dos fatos, não a totalidade das coisas, assim como a unidade mínima de significação não é o nome (que designa objetos), mas a proposição (que descreve fatos). Em suas palavras: “Só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado” (TLP,3.3).

Chega-se assim ao núcleo duro da filosofia tractatiana. Vimos que o objetivo fundamental do **Tractatus** é estabelecer as condições lógico-transcendentais de possibilidade do pensamento com sentido, objetivo buscado mediante a crítica da linguagem.

“Em que consiste, todavia, a crítica da linguagem? O que constitui o seu objeto de estudo? Já sabemos que a ‘crítica’, em sentido Kantiano, exige um objeto definido, um determinado *analysandum*, que é assumido como o dado fundamental a partir do qual serão deduzidas as condições transcendentais de possibilidade. No caso específico do Tractatus, esse objeto determinado é a proposição. A crítica tractatiana da linguagem se reduz a uma ‘crítica da proposição’” (Margutti Pinto, op. Cit, p.145).

Não é à toa, nos lembra Margutti Pinto, “que um dos títulos cogitados por Wittgenstein na época da publicação do **Tractatus** foi ‘A proposição’(der Satz)”

(Marguti Pinto, op.cit, p.147). Uma vez que toda a filosofia crítica tractatiana pode ser reduzida à crítica da linguagem e esta pode ser reduzida à crítica da proposição, algumas palavras sobre o conceito de proposição se fazem imperativas. Seguiremos abaixo as observações de Margutti Pinto.

Primeiramente, a escolha da proposição como ponto final (ou inicial) da análise pode parecer estranho, uma vez que os nomes são os elementos mínimos que constituem a proposição. A estranheza se esvai se lembrarmos que os nomes isoladamente não têm sentido, que é só no interior da proposição que eles têm sentido, “só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado” (TLP, 3.3). Nomes não podem descrever o mundo, apenas nomear coisas, somente proposições, i.e. nomes relacionados de uma forma específica, podem descrever situações. “Situações podem ser descritas, não nomeadas” (TLP, 3.144). Como o interesse de Wittgenstein era descobrir como é possível a linguagem representar, ou descrever o mundo, a proposição assume o papel principal em sua análise.

Em segundo lugar, é importante ter claro que Wittgenstein entende por proposição uma sentença declarativa que envolve a expressão de um pensamento. Independente da forma da sentença, seja ela escrita em alemão, português ou espanhol, caso expresse o mesmo pensamento será considerada como uma única proposição.

Por fim, Wittgenstein considera que qualquer sentença extrai seu sentido de sua forma descritiva. Assim, independente de ser uma ordem, uma exclamação ou um pergunta, o sentido de qualquer sentença é fruto do sentido de sua forma descritiva. Por este motivo, Wittgenstein chega à conclusão de que “dar a essência da proposição significa dar a essência de toda descrição e, portanto, a essência do mundo” (TLP, 5.4711).

Apesar deste isomorfismo entre a proposição e o fato que ela descreve no

mundo, não devemos concluir apressadamente que apenas a análise lógica da proposição seria suficiente para nos permitir detectar sua verdade ou falsidade. A análise da proposição pode nos levar, no máximo, até às fronteiras de seu sentido, uma vez que “O que a afiguração representa é o seu sentido” (TLP,2.221) mas não pode nos levar até o seu significado. Um segundo pré-requisito também é necessário, a saber, que os elementos da proposição tenham uma referência no mundo. Ora, se a proposição representa um fato, é mister que, para determinar sua verdade ou falsidade, devemos compará-la com a realidade que ela pretensamente representa (TLP, 2.223). Sem confrontar a proposição com a realidade, pode-se determinar a possibilidade do fato, mas não sua existência enquanto fato real (TLP, 3.13). Daí a conclusão de Wittgenstein, “Não é possível reconhecer, a partir da figuração tão-somente, se ela é verdadeira ou falsa. Uma figuração verdadeira *a priori* não existe” (TLP2.224-5).

Chega-se assim a uma concepção fundamental do ***Tractatus***. Se a verdade ou falsidade de uma proposição só pode ser determinada pelo seu confronto com a realidade, pelo seu confronto com aquilo que ela representa, apenas as sentenças das ciências naturais seriam realmente proposições. “A totalidade das proposições verdadeiras é a totalidade da ciência natural (ou a totalidade das ciências naturais)” (TLP, 4.11). A filosofia estaria, assim, fora do rol das disciplinas que produzem um discurso significativo.

Entretanto, o conhecimento que pode ser extraído da análise de uma proposição não é apenas aquele derivado de seu conteúdo descritivo. Ao mesmo tempo em que uma proposição diz algo, verdadeiro ou falso, sobre o mundo, ela mostra algo, a saber, sua forma lógica. Ou seja, enquanto diz algo sobre o mundo, a proposição exhibe aquilo que torna essa descrição possível. Como mencionado anteriormente, a figuração da realidade pressupõe que exista algo de comum entre o afigurado e a afiguração. Na terminologia tractatiana este algo

em comum é a forma lógica. A forma lógica é, assim, a condição de possibilidade de toda e qualquer afiguração e, enquanto tal, não pode ser ela mesma afigurada. Nas palavras de Wittgenstein:

“A proposição pode representar toda a realidade, mas não pode representar o que deve ter em comum com a realidade para poder representá-la – a forma lógica.

Para podermos representar a forma lógica, deveríamos poder-nos instalar, com a proposição, fora da lógica, quer dizer, fora do mundo.

A proposição não pode representar a forma lógica, esta forma se espelha na proposição.

O que se espelha na linguagem esta não pode representar.

O que se exprime na linguagem, nós não podemos exprimir por meio dela

A proposição *mostra* a forma lógica da realidade

Ela a exhibe.” (TLP, 4.12-4.121).

Com esta distinção entre aquilo que pode ser dito, a saber, apenas as proposições das ciências naturais, e aquilo que pode meramente ser mostrado, a forma lógica da linguagem, chega-se ao mesmo tempo, e de forma não casual, à concepção fundante da filosofia tractatiana e ao cerne de sua concepção ética.

Se só proposições das ciências naturais podem ser proferidas com sentido, a filosofia encontra-se em uma posição delicada. Privada de seu discurso, pela teoria pictórica que confere valores de verdade apenas a proposições com referência, a filosofia estaria fadada ao silêncio, e conseqüentemente, como disciplina discursiva que é, a desaparecer. Sem dúvida o *Tractatus* reputa as proposições filosóficas com impossíveis. Wittgenstein, entretanto, vislumbra (e ao fazê-lo torna patente sua vinculação à tradição crítica) uma outra função para filosofia além daquela de ser um corpo de proposições ou uma doutrina. “O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos. A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações” (TLP, 4.112). Vimos anteriormente que Wittgenstein vê a filosofia como crítica da linguagem, devido a esta concepção e às conclusões chegadas mediante o estudo das proposições, defende coerentemente que “O resultado da filosofia não são ‘proposições filosóficas’, mas é tornar proposições claras”. (TLP,

4.112). Mediante a análise da proposição, que é o discurso que pode representar a realidade, a filosofia deve chegar à essência daquilo que torna esta representação possível (a forma lógica), e portanto que não pode ser representado, mas apenas mostrado. “Cumpre-lhe delimitar o pensável e, com isso, o impensável. Cumpre-lhe limitar o impensável de dentro, através do pensável. Ele significará o indizível ao representar claramente o dizível”. (TLP, 4.113-4.115).

“O método correto em filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostra-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições. Este método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivéssemos ensinando filosofia; mas este seria o único rigorosamente correto” (TLP, 6.53)

### **1.3. Implicações Éticas do *Tractatus***

Este pequeno excursus sobre as concepções fundamentais da filosofia tractatiana, tanto no que se referiu à sua parte de crítica da linguagem, quanto às suas implicações ontológicas, objetivou nos instrumentalizar com a base conceitual necessária para a compreensão de suas concepções meta-éticas. Certamente muitas nuances do trabalho ficaram de fora da exposição, mas acreditamos que os elementos necessários para a compreensão das concepções meta-éticas da obra foram suficientemente reunidas, e este é o escopo do presente trabalho.

Das primeiras versões ou esboços do ***Tractatus***, durante o período em que Wittgenstein trabalhava com Bertrand Russell em Cambridge até a elaboração de sua versão definitiva, por volta do período final da primeira grande guerra, a obra passou por grandes e importantes mudanças. Monk é de opinião de que se Wittgenstein não tivesse sido designado para atuar no *front* de batalha, a versão final do ***Tractatus*** seria algo muito semelhante às suas

primeiras elaborações que datam de 1915<sup>39</sup> Em uma passagem preciosa pela riqueza de informações detalhadas e pela clareza de sua concisão, Monk nos informa a respeito do conteúdo que o livro então teria:

“... Ele teria a Teoria Pictórica do significado, a ‘metafísica do atomismo lógico’, a análise da lógica em termos das noções gêmeas de tautologia e contradição, a distinção entre dizer e mostrar (invocada para tornar a teoria dos tipos supérflua) e o método das tabelas de verdade (usado para mostrar que a proposição lógica é ou uma tautologia ou uma contradição).”<sup>40</sup> (Monk, Ray, op. Cit, p.134)

Vimos anteriormente, quando nos referíamos ao aspecto ontológico da obra, que a inclusão no livro desta seção sobre a essência do mundo já havia sido um alargamento de horizontes. Levando-se em consideração o fato do projeto ter sido inicialmente concebido como um texto que trataria somente da fundamentação da lógica. Entretanto, a maior mudança no que se refere aos propósitos originais da obra, aquela seção que segundo Monk não teria existido não fosse a designação de Wittgenstein para o *front* da guerra, é a seção da obra que trata da ética.

As proposições que tratam da ética, estética, o sentido da vida e o místico se concentram apenas no final da obra. Esta seção se inicia no aforismo 6.4 e prossegue até o final do livro, aforismo 6.52. O conjunto de todos estes aforismos não perfaz sequer seis páginas, o que é muito pouco, mesmo se levamos em consideração a concisão aforística da obra. Isto não significa, entretanto, que Wittgenstein devotou pouca importância à referida seção. De fato, o contrário é que se revela verdadeiro. Em uma carta endereçada ao editor Von Ficker, Wittgenstein revela que o tema do qual o livro trata é a ética. Diz ele:

---

<sup>39</sup> “If Wittgenstein had spent the entire war behind the lines, the Tractatus would have remained what it almost certainly was in its first conception of 1919: a treatise on the nature of logic” Monk, Ray, op. Cit.p137

<sup>40</sup> “...It would, that is, have contained the Picture Theory of Meaning, the metaphysics of ‘logical atomism’, the analysis of logic in terms of the twin notions of tautology and contradiction, the distinction between saying and showing (invoked to make the theory of types superfluous) and the method of truth-tables (used to show a logical proposition to be either a tautology or a contradiction)” Monk, Ray, op. Cit,p.134

“O objetivo do livro é ético. Uma vez pretendi incluir no prefácio uma sentença que de fato não está lá agora, mas que escreverei para você aqui, porque ela talvez lhe sirva de chave para a obra. O que pretendia escrever então era isto: Minha obra se compõe de duas partes: a que está aqui presente, e a que não escrevi. E na verdade esta segunda parte é a importante. Com efeito, o ético é delimitado pelo meu livro como que de dentro; e estou convencido de que, rigorosamente, ele só é delimitado assim”. (Wittgenstein *apud* Marguti Pinto, op. cit. p.298)

À luz desta declaração de Wittgenstein fica evidente que falar de ética referente ao *Tractatus*, ou falar da seção do *Tractatus* que fala de ética não é falar de algo secundário, ou falar de um tema que apesar de importante é ‘independente’ da intenção principal do livro. Falar de ética no que se refere ao *Tractatus* é falar sobre o próprio objetivo da obra. Se a obra deve ser entendida como um livro ético e apenas nas últimas páginas o tema é abordado, isto significa que ao longo do livro o tema está sendo trabalhado de uma forma não direta. Em outras palavras, a ética está entrelaçada com a própria essência da obra e não pode dela ser separada. Compreender a concepção fundamental do *Tractatus* a respeito da natureza da lógica significa compreender sua postura a respeito da ética, o inverso também sendo verdadeiro.

Explica-se, assim, o fato deste trabalho, que não tem por objetivo expor as teorias lógico-linguísticas ou ontológicas da obra de Wittgenstein, mas sim sua teoria ética, ter iniciado por um esboço das idéias principais do *Tractatus* a respeito destes temas. Um estudo da ética tractatiana não pode prescindir de um estudo sobre estes temas fundamentais do livro; a separação das disciplinas não é viável, nem lógica nem didaticamente.

A crítica tractatiana da linguagem privilegia a proposição, que é a unidade lingüística mínima capaz de descrever os fatos. A ontologia tractatiana privilegia os fatos como sendo os constituintes do mundo, ‘O mundo é a totalidade dos fatos’ (TLP, 1.1). Tais postulados excluem os valores éticos tanto do mundo quanto da linguagem. Isto porque, no que se refere ao mundo, só existem fatos

(ou existentes ou possíveis). A soma dos estados de coisas possíveis determinando a realidade e a soma dos estados de coisas existentes (fatos) determinando o mundo. Quanto à linguagem, esta seria composta pela totalidade das proposições que descrevem os fatos, ou em outros termos, a totalidade das proposições das ciências naturais.

A ética estaria fora do mundo tractatiano pois não existem fatos éticos. “No mundo, tudo é como é e tudo acontece como acontece; não há nele nenhum valor – e se houvesse, não teria nenhum valor” (TLP, 6.41). Ora, na terminologia tractatiana ‘o fato’ é simplesmente a existência de um estado de coisas. Logicamente falando, nada determina a existência de um fato, ou em outras palavras, os fatos são completamente contingentes. Caracterizam-se, assim, por serem gratuitos, acidentais. Dito isto, percebe-se facilmente que a pretensão de que existam ‘fatos éticos’ é uma pretensão de natureza autocontraditória.

O raciocínio é o seguinte: se houvesse um ‘fato ético’, ou seja, um valor objetivamente existente no mundo, esse valor seria um fato. Os fatos são contingentes e casuais, logo não possuem valor algum. Desta forma, descarta-se a existência da ética no mundo, como sendo uma pretensão de natureza autocontraditória.

A exclusão da ética do plano lingüístico segue uma trilha semelhante àquela seguida para a sua exclusão do plano ontológico. Porque só se pode descrever fatos e os fatos são acidentais, as proposições só possuem um tipo de valor, a saber, valor de verdade. As proposições só poderiam exprimir um valor ético, caso existissem fatos éticos e isto é uma ficção autocontraditória. Devido a essas características inerentes às proposições, Wittgenstein afirma que “Todas as proposições têm igual valor” (TLP, 6.41).

Dizer que todas as proposições têm igual valor pode significar duas coisas ao mesmo tempo. Primeiro que todas as proposições têm o mesmo valor, a

saber, apenas o valor de verdade atrelado ao fato que descrevem. Pode significar também que todas as proposições têm o mesmo valor ético. Nas palavras de Margutti Pinto: “Se o valor aqui envolvido é o valor ético; este aforismo poderia ser rephraseado assim: todas as proposições são de igual valor porque não possuem valor algum”. (Marguti Pinto. Op. cit. p. 135).

Assim expressa a impossibilidade ontológica da existência de fatos éticos e a impossibilidade lingüística da proposição descrever algo além de fatos, clarifica-se o sentido do aforismo 6.42, aforismo este de importância crucial para as concepções tractatianas a respeito da ética. “É por isso que tampouco pode haver proposições na ética. Proposições não podem exprimir nada de mais alto”. (TLP, 6.42).

Esta rejeição da possibilidade do discurso ético parece conduzir a um aparente paradoxo. Por um lado Wittgenstein afirma que o *Tractatus* deve ser lido como um livro de ética, que o livro trata fundamentalmente da ética, ao mesmo tempo, a trama argumentativa leva inexoravelmente à conclusão de que o discurso ético, assim como a existência de fatos éticos no mundo é inviável. Aparentemente tem-se a impressão de que aquilo que é escrito com a mão direita é apagado com a esquerda.

Desfazer a confusão que engendra este aparente paradoxo nos levará ao ponto nodal da ética tractatiana. Para tanto, seguiremos os seguintes passos;

1) Mostraremos primeiramente, com o apoio de referências textuais explícitas, que a negação da possibilidade do discurso ético, por um lado, e a exclusão da possibilidade de fatos éticos no mundo, por outro lado, não levam necessariamente à exclusão da existência ou da possibilidade da ética enquanto tal;

2)Mostraremos em seguida, uma vez que a ética foi expulsa do domínio dos fatos e que a metafísica, segundo o *Tractatus* , não se encontra dentro dos

limites da filosofia, o que Wittgenstein entende por ética e qual o *topos* que esta ocupa em sua filosofia.

3)Mostraremos, enfim, de que maneira a correta compreensão da ontologia tractatiana e do estatuto dos objetos simples articula-se com a compreensão do estatuto da lógica (forma lógica) e também com o estatuto concedido à ética no ***Tractatus***.

1) Para mostrar que as ressalvas que Wittgenstein faz ao fato de não ser possível um discurso significativo sobre a ética ou que não são possíveis fatos éticos no mundo, não excluem necessariamente a existência da ética *tout court*, algumas referências textuais parecem ser suficientes. Assim, Wittgenstein diz que:

“O sentido do mundo deve estar fora dele... Se há um valor que tenha valor, deve estar fora de todo acontecer e ser assim. Pois todo acontecer e ser-assim é casual. O que o faz não casual não pode estar no mundo; do contrário seria algo, por sua vez casual. Deve estar fora do mundo” (TLP:6.41)

Certamente estas frases por si só não afirmam a existência de algo que dê valor ou sentido ao mundo. Elas estabelecem a impossibilidade deste valor ou sentido encontrar-se no mundo. Apontam ao mesmo tempo, mediante a utilização da forma condicional do discurso, para o pré-requisito necessário que um valor deve preencher para ser considerado como tal. O pré-requisito que um valor deve cumprir, segundo o ***Tractatus***, é que ele deve estar fora do mundo. Veremos mais adiante que, ao utilizar-se do advérbio ‘fora’, Wittgenstein não está se referindo a algo metafísico, transcendente. Teremos oportunidade então de ver em que sentido este advérbio é utilizado neste contexto. Por ora, é importante ter em mente que estas referências apontam não para a aniquilação da ética enquanto tal, mas tão somente para a aniquilação do discurso ético e de um tipo específico de ética, que considera que os valores éticos estão objetivamente presentes no mundo.

Lembremos que na introdução do *Tractatus* Wittgenstein diz que o seu livro pretende traçar um limite para o pensar. Traçar o limite daquilo que pode ser pensado equivale a traçar o limite daquilo que pode ser dito com sentido. Ora, vimos que o sentido é limitado pelos fatos e que não existem fatos éticos no mundo. Porque desprovido de um fato correspondente de que pudesse extrair seu sentido, o discurso ético é sempre sem sentido. Por este motivo Wittgenstein afirma que “É claro que a ética não se deixa exprimir” (TLP, 6.421). Isto não significa, entretanto, como estamos a argumentar, que Wittgenstein nega a existência daquilo que não pode ser dito ou daquilo que não possui uma existência factual. “Há por certo o inefável”. (TLP, 6.522). A crença de Wittgenstein na existência da ética fica bem clara ao compararmos estes dois aforismos. Por um lado, afirma que a ética não se deixa exprimir (*lässt sich nicht aussprechen*), para logo em seguida afirmar que aquilo que é inefável (*Unaussprechliches*) certamente (*allerdings*) existe. Disto percebe-se que Wittgenstein foi um tipo peculiar de antimetafísico.

Segundo Antoni Defez i Martín<sup>41</sup>, alguém poderia dizer-se antimetafísico por duas razões distintas. Alguns se declaram antimetafísicos porque consideram a metafísica sem sentido e uma insensatez, outros se declaram antimetafísicos porque aquilo que a metafísica pretende dizer é sem sentido e uma insensatez. “Aos olhos de Wittgenstein existe aqui uma diferença importante: a primeira implica a segunda, mas não o contrário”<sup>42</sup>.( Defez i Martín.op. cit.p.4). Em outros termos, todos aqueles que consideram a metafísica sem sentido, consideram também seu discurso sem sentido e uma mera insensatez, mas existem aqueles

---

<sup>41</sup> DEFEZ I MARTÍN, Antoni. “Dígame que mi vida ha sido maravillosa”: ética y existencia en L. Wittgenstein. *Isegoría*, Vol. 9, págs: 154-163. Madrid, 1994.

<sup>42</sup> “A los ojos de Wittgenstein existe aquí una diferencia importante: la primera implica la segunda, pero no al revés”

que apesar de considerarem o discurso metafísico sem sentido, não consideram a metafísica mesma sem sentido. Wittgenstein se insere neste último grupo.

“E isso em função da concepção abertamente reconhecida por Wittgenstein de que não existe, e se existe carece de interesse e relevância filosófica, a possibilidade de ‘explicar’, a partir dos conhecimentos que possuímos sobre a realidade e sobre nós mesmos, esta tendência à metafísica. A despeito do que pensaram os membros do Círculo de Viena e, em particular, a despeito da concepção carnapiana do metafísico como ‘músico frustrado’, para Wittgenstein está legitimada filosoficamente e existencialmente porque expressa um ‘dado bruto’ não analisável e inexplicável, isto é, um ponto de partida do qual não se pode dar razão e sobre o qual há que se observar a política do *noli me tangere*”(Devez i Martín, op. cit. P.5)<sup>43</sup>

Devido à sua postura anti-metafísica ser desta natureza é que Wittgenstein pode por um lado estabelecer sua crença na existência do inefável e por outro, estabelecer aquilo que considera o método correto da filosofia, que consiste em uma postura eminentemente antimetafísica;

“O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições”. (TLP, 6.53).

(2) Vimos no tópico anterior que a recusa de Wittgenstein da possibilidade de existência de um discurso metafísico com sentido e mais especificamente sua recusa em aceitar a possibilidade do discurso ético, não o leva a postular a inexistência da ética. Isto nos leva à questão incontornável de saber o que autoriza Wittgenstein a postular a existência da ética. De que maneira tem acesso à ética, a ponto de postular sua existência e importância, uma vez que estabelece que este acesso não pode, logicamente, ser discursivo?

Para responder esta questão é inevitável recorrermos à distinção

---

<sup>43</sup> “Y ello en función de la concepción abiertamente reconocida por Wittgenstein de que no existe, y si existe carece de interés y de relevancia filosófica, la posibilidad de «explicar», a partir de los conocimientos que poseemos sobre la realidad y nosotros mismos, esta tendencia hacia la metafísica. A diferencia de lo que pensaron los miembros del Círculo de Viena y, en concreto, a diferencia de la concepción carnapiana del metafísico como «músico frustrado», para Wittgenstein (iv) está legitimada filosoficamente y existencialmente porque expresa un «hecho bruto» inanalizable e inexplicable, esto es, un punto de partida o fundamento del cual no se puede dar razón y sobre el cual hay que observar la política del *noli me tangere*”.

entre aquilo que pode ser dito e aquilo que não se deixa dizer, mas pode ser mostrado. Antes de nos determos nesta distinção, entretanto, é importante compreender o *topos*, ou a esfera que a ética ocupa no quadro geral da filosofia tractatiana. Vimos anteriormente que a ética não pode estar no mundo, dada a impossibilidade de existirem fatos éticos e conseqüentemente a ética não pode ser expressa em palavras visto que as proposições não podem descrever nada além de fatos. A ética estaria, portanto, fora do mundo. Isto não significa, entretanto, que a ética a que o **Tractatus** alude seja transcendente. A ética como Wittgenstein a compreende não é transcendente, mas sim transcendental. “A ética é transcendental”. (TLP, 6.421). Porque é transcendental, a ética está fora do mundo factual sem, contudo, estar completamente apartada deste. A analogia do campo visual é esclarecedora e parece facilitar a compreensão do fato de Wittgenstein ter classificado a ética como transcendental.

Para compreendermos a analogia, e conseqüentemente o caráter transcendental conferido à ética, é importante termos em mente que a filosofia tractatiana concebe duas entidades fundamentais; por um lado o mundo como a totalidade dos fatos e por outro o sujeito transcendental que estabelece uma relação figurativa com o mundo. Segundo o **Tractatus**: “O sujeito não pertence ao mundo, mas é um limite do mundo. Onde *no* mundo se há de notar um sujeito metafísico?”. (TLP, 6.632-3) percebe-se aqui que o *locus* reservado à ética e ao sujeito tractatiano é o mesmo. Ambos não se encontram no mundo, tampouco apartados deste, ambos localizam-se no limite do mundo. Como clarificado pela analogia: “Você diz que tudo passa aqui como no caso do olho e do campo visual. Mas o olho você não vê”. (TLP, 5.633) Finalizando sua explicação acerca da natureza do sujeito transcendental Wittgenstein afirma:

“Assim, há realmente um sentido em que se pode, em filosofia, falar não psicologicamente do eu. O eu entra na filosofia pela via de que ‘o mundo é meu mundo’.

O eu filosófico não é o homem, não é o corpo humano, ou a alma humana, de que trata a psicologia, mas o sujeito metafísico, o limite – não uma parte – do mundo”.(TLP, 5.641)

Uma vez esclarecida a natureza do sujeito transcendental pode-se encarar mais diretamente a questão acerca da maneira pela qual Wittgenstein teria chegado à conclusão de que a ética, apesar de inexprimível, de fato existe transcendentemente. A ética, para Wittgenstein, seria uma dimensão deste sujeito metafísico que é condição de possibilidade do mundo. Como vimos acima, o mundo é o mundo do sujeito (certamente não do sujeito individual, mas sim do sujeito transcendental) e este sujeito metafísico é o limite do mundo. Sabemos que o método transcendental se caracteriza por partir do estudo de formas reconhecidamente válidas de pensamento (no caso, as ciências naturais) e, mediante um processo de análise, chegar às estruturas não tematizadas que possibilitam este conhecimento em particular e, por extensão, todos os conhecimentos possíveis. As estruturas mesmas, por serem condições de possibilidade de toda tematização, não podem ser tematizadas, por isso são caracterizadas como transcendentais.

Ainda nos resta saber de que maneira Wittgenstein insere a ética em sua filosofia. Sabe-se que a ética manifesta-se na filosofia tractatiana mediante a análise do sujeito transcendental, e é como uma dimensão deste sujeito transcendental que ela passa a ser entendida, também, como transcendental. Mas permanece a questão mais fundamental de saber o que autoriza Wittgenstein a dizer que a ética é uma dimensão do sujeito transcendental. E o que é mais importante, o que o leva a crer que esta é uma dimensão essencial do sujeito transcendental e não um mero desejo ou tendência psicológica dos sujeitos individuais? Em outras palavras, porque considerar que a ética é transcendental e não apenas uma tendência psicológica? A resposta a esta questão é de

fundamental importância porque determina o estatuto concedido à ética no **Tractatus**.

Para responder esta questão a cerca do motivo que leva Wittgenstein a colocar a ética como uma dimensão ineliminável do sujeito transcendental, é importante revermos de maneira mais aprofundada sua relação com a ciência.

É sabido que Wittgenstein tinha o conhecimento científico em alta conta. De fato, como vimos anteriormente considera o único conhecimento discursivo possível. Deixa clara sua postura quando diz que a totalidade da linguagem com sentido se reduz à totalidade do discurso das ciências naturais. Isto não deve erroneamente nos levar a pensar que Wittgenstein era um tecnicista, que acreditava que o conhecimento científico era a panacéia, única e suficiente, para resolver todos os problemas humanos.

A diferença básica entre filosofia e ciência é que a primeira estabelece os limites para a esfera das ciências naturais. Ela estabelece limites para o que pode ser pensado e, fazendo isto, para o que não pode ser pensado. A ciência preenche o domínio do que pode ser dito, mas a arte, a moralidade, a religião etc, são parte do que não pode ser *dito*, isto é, do que pode apenas ser *mostrado* por se falar sem ter a pretensão de ser verdadeiro (ou falso)... Ao contrário da interpretação positivista, o *Tractatus* não está abolindo estes domínios da vida humana, mas protegendo-os. (DALL'AGNOL, p.4)<sup>44</sup>

No livro ***Vermischte Bemerkungen*** Wittgenstein não esconde seu desgosto diante da cultura e sociedade científicista e tecnocratizada em que vivia (Defez i Martín, op. cit. p.6). No próprio ***Tractatus*** Wittgenstein deixa claro que mesmo que todos os problemas científicos viessem a ser solucionados, os problemas realmente importantes da existência, da vida humana não teriam sido sequer arranhados<sup>45</sup>. A ciência, como um corpo de proposições capazes de

---

<sup>44</sup> The basic difference between philosophy and science is that the former sets limits to the sphere of natural sciences. It sets limits to what can be thought and, in doing so, to what cannot be thought. Science fulfills the domain of what can be said, but art, morality, relig-ion etc. are part of what cannot be *said*, that is, what can only be *shown* by speaking without having the pretension of being true (or false)... Contrary to the positivist interpretation, the *Tractatus* is not abolishing these domains of human life, but protecting them. DALL'AGNOL, Darlei. **Quine or Wittgenstein: the end of analytic philosophy?** *principia* 7 (1–2) 2003, pp. 75–91.

<sup>45</sup> Wittgenstein. Op. Cit. 6.52.

descrever o mundo, poderia, em princípio tornar todos os fatos claros e não-problemáticos, mas isto não afetaria ou ajudaria em nada a abordagem dos problemas éticos. Isto porque, a ética, como o *Tractatus* a concebe, estaria situada além da esfera dos fatos, não sendo esclarecida ou afetada por qualquer reorganização discursiva ou esclarecimento dos mesmos. Apesar de ser inexprimível, a ética é considerada por Wittgenstein como um domínio inerente ao sujeito transcendental. A busca do valor da vida é marca característica do sujeito humano, que está constantemente indo de encontro aos limites da linguagem ao tentar formular um discurso valorativo sobre o mundo.

O discurso valorativo, ou ético, é certamente inviável, pois o mundo é composto de fatos e estes são casuais. Nossa linguagem, apesar disto, envolve efetivamente este tipo de discurso. Proferimos sentenças valorativas constantemente. Se a teoria tractatiana da linguagem não coaduna com a validade deste discurso, Wittgenstein por sua vez não deixa de levar em consideração a característica que se torna evidente, que se *mostra* neste tipo de proferimento, a saber, a marca eminentemente ética do sujeito transcendental que está sempre indo de encontro aos limites de sua linguagem ao proferir sentenças valorativas. É por meio da característica deste sujeito transcendental que o valor, e conseqüentemente a ética, encontra sua porta de entrada no *corpus* tractatiano.

A compreensão do caráter transcendental da ética, portanto, está vinculada à compreensão da inerência do discurso valorativo ao sujeito transcendental. Este caráter ético, apesar de logicamente inexprimível, se faz manifesto na forma como este sujeito se relaciona com o mundo. Na expressão precisa de Margutti Pinto:

“Desse modo, os fatos do mundo, quando considerados em si mesmos, não têm qualquer sentido; quando considerados da perspectiva do sujeito transcendental, porém, eles possuem um sentido absoluto. Nossa vida, enquanto fato do mundo,

é totalmente arbitrária; enquanto contemplada pelo sujeito transcendental, possui um significado ético necessário” (Marguitti Pinto. Op. cit. p.236)

A ética está atrelada ao sujeito transcendental de maneira necessária, da mesma forma que, por exemplo, a percepção espaço-temporal estaria ligada ao sujeito transcendental kantiano. Assim como para Kant, as estruturas espaço-temporais são transcendentais porque o sujeito não pode prescindir delas em sua relação com o mundo, não estando portanto no mundo, mas na forma peculiar como o sujeito humano se relaciona com este, para Wittgenstein, com a ética se daria o mesmo. Ela não é um fato no mundo, porque então seria contingente e não necessária, mas encontra-se na maneira específica do sujeito transcendental relacionar-se com os fatos. É necessária porque o sujeito não pode libertar-se dela e se relacionar com o mundo apartado desta perspectiva. É simplesmente o fato de se relacionar com o mundo a partir de uma perspectiva específica (i.e. a partir da perspectiva do sujeito transcendental) que concede valor ao mundo, que não seria possível ao homem escapar desta dimensão ética.

O sujeito transcendental, ao se relacionar com o mundo, não é um mero fato entre outros, não está, propriamente falando, no mundo; é seu limite. Assim como o olho não está no campo visual, mas é seu limite, sua condição de possibilidade. Desta perspectiva, o valor pode ter sua existência justificada dentro do quadro teórico do *Tractatus*. Vimos que Wittgenstein afirma que se o mundo possui algum valor, este valor necessariamente deve estar fora do mundo. Pois bem, o valor encontra-se no sujeito transcendental em relação com o mundo.

Para esclarecer o porquê a esfera dos valores é inerente ao sujeito transcendental, é preciso ter em mente a relação que Wittgenstein estabelece entre microcosmos e macrocosmos. Objetivamente falando, o mundo é a totalidade dos fatos, mas do ponto de vista do sujeito o mundo é o seu mundo,

ou seja, o limite do seu mundo é o limite de sua linguagem capaz de representar fatos. Como Wittgenstein escreveu nos seus **Notebooks** : "O que tem a história a ver comigo? O meu é o primeiro e único mundo! Eu quero relatar como eu encontrei o mundo. O que os outros me disseram acerca do mundo é uma parte muito pequena e incidental da minha experiência do mundo".<sup>46</sup> O que Wittgenstein deixa bem claro nestas anotações é o fato de que, para o sujeito, o mundo deve ser sempre e necessariamente o seu mundo, o sujeito não pode eximir-se de sua própria perspectiva, ou ir além dos limites de sua própria capacidade de representar o mundo. Na continuação, Wittgenstein arremata "Eu tenho que julgar o mundo, que avaliar as coisas".<sup>47</sup> Ao dizer isso, Wittgenstein certamente não está fazendo uma confissão de fé, mas está falando aquilo que qualquer sujeito necessariamente faz ao se relacionar com os fatos, i.e. julgar o mundo e avaliar as coisas. As palavras utilizadas, 'julgar' e 'avaliar', são significativas. Ambas fazem parte do discurso ético, pressupõe valores, hierarquizações, padrões de correção não-factuais. Isto implica que ao relacionar-se com o mundo o sujeito não pode escapar da dimensão ética que permeia esta relação.

O sujeito se relaciona com seu mundo como uma totalidade, pois o representa a partir de fora – visto que ele mesmo não é um mero fato de seu próprio mundo, mas sua condição de possibilidade. Isto implica que necessariamente em qualquer descrição dos fatos do mundo, o sujeito está valorando. Como bem coloca Pianalto:

O próprio ato de escolher nossos fatos particulares, de nos focar sobre eles, de dar-lhes um lugar específico e prioridade nas nossas expressões, começa a *mostrar-nos* algo sobre o orador que transcende os fatos expressos. O que o orador nos *mostra* é aquilo com que ele se importa, o que ele acha digno ou

---

<sup>46</sup> "What has history to do with me? Mine is the first and only world! I want to report how *I* found the world. What others in the world have told me about the world is a very small and incidental part of my experience of the world." Wittgenstein, *Notebooks 1914-1916*, trans. G.E.M. Anscombe, New York: Harper & Row (1961), 82ed.

<sup>47</sup> Wittgenstein op. Cit. "I have to judge the world, to measure things."

importante no mundo. Assim, quando Wittgenstein diz "Eu tenho que julgar o mundo" ele não está confessando alguma obsessão pessoal, mas estabelecendo um truísmo - tem-se que julgar o mundo por si mesmo, pois isto é algo que ninguém mais pode fazer por você. (Pianalto 2005. p.8)<sup>48</sup>.

Fica assim claramente estabelecido, que a existência da ética está definitivamente salvaguardada na filosofia tractatiana, sendo sua presença incontornável, uma vez que se situa no seio da relação figurativa estabelecida entre sujeito transcendental e mundo. Pianalto, na continuação da citação acima exposta, ao referir-se ao nosso inevitável julgamento do mundo e valoração dos fatos, deixa ainda mais clara a inerência da dimensão ética ao sujeito transcendental. Diz ele:

Fazendo isto, nós estamos sempre, Wittgenstein pensa, lançando valor no mundo e nos revelando, e nossos próprios valores, aos outros. Ao achar que o mundo seja de uma certa maneira, nós fazemos duas coisas: descobrimos (achamos) fatos e os valoramos - achamos que sejam bons ou maus, relevantes ou irrelevantes, por assim dizer. À medida que achamos o mundo, estamos também dando forma a ele: estamos projetando uma dimensão moral no mundo, que o mundo por si mesmo não tem. A dimensão moral pertence a nós, e jaz fora do mundo de meros fatos. (Pianalto, op. cit. P.8)<sup>49</sup>

A ética, portanto, não diz nada sobre o mundo, apenas mostra algo acerca do sujeito transcendental. Mostra sua forma de se relacionar com os fatos. Isto não implica que o estudo da vontade deste sujeito transcendental, como portadora do ético, autorize algum discurso valorativo, como é o caso do discurso ético. A relação do sujeito com o mundo, sua forma de representar os fatos revela, como vimos acima, sua dimensão ética. Essa dimensão ética do sujeito

---

<sup>48</sup> "The very act of picking our particular facts, of focusing upon them, of giving them a specific place and priority in one's expressions, begins to *show* us something about the *speaker* which transcends the facts expressed. What the speaker shows us is what he cares about, what he finds worthwhile or of importance in the world. So, when Wittgenstein says, "I have to judge the world," he is not confessing of some personal obsession but stating a truism— one *must* judge the world for oneself, for this is something no one else can do for oneself." Pianalto, Matthew. **Wittgenstein, Ethics, and Nonsense**. Northwest Conference on Philosophy, October 2005.

<sup>49</sup> In doing this, we are always, Wittgenstein thinks, reading value *into* the world, and revealing ourselves, our own values, to others. In "finding" the world to be a certain way, we do two things: we discover (find) facts and we evaluate them— *find* them to be good or bad, relevant or irrelevant, say. As we find the world, we are also giving shape to it: we are projecting a moral dimension onto the world, which the world itself does not contain. The moral dimension belongs to us, and lies outside of the world of bare facts. Pianalto, op. cit. P.8

transcendental ancora-se na sua vontade. Isto porque aquilo que pode dar valor a uma ação não pode ser um fato que decorra dela – pois os fatos têm todos o mesmo valor. Essa vontade é aquilo que ao se descrever tudo o que é possível ser descrito na ação, escapa à descrição. Wittgenstein é bem explícito ao afirmar que “Da vontade enquanto portadora do que é ético não se pode falar. E a vontade enquanto fenômeno interessa apenas à psicologia”.(TLP, 6.423) deste aforismo podemos extrair duas informações importantes.

A primeira refere-se à sustentação, por parte de Wittgenstein, do caráter infável da ética. Vimos que Wittgenstein descarta a possibilidade de existência objetiva de valores éticos. O que equivale à negação da postura cognitivista, que considera que os valores podem ser avaliados em termos de verdade ou falsidade. Em seguida, vimos que para Wittgenstein a ética tem sua existência justificada através da vontade do sujeito transcendental. Esta posição não significa que Wittgenstein esteja vinculando-se a alguma forma de subjetivismo em ética, acreditando que os juízos éticos apesar de não serem objetivos, poderiam ser inferidos mediante um estudo da subjetividade humana. A sustentação do caráter infável da ética reafirma sua condição transcendental, para além de qualquer objetivismo ou subjetivismo.

A segunda informação importante que o aforismo nos dá, diz respeito à distinção entre vontade enquanto fenômeno psicológico e vontade enquanto portadora do ético. A vontade enquanto fenômeno psicológico é um fato do mundo, sendo, portanto, passível de descrição. A psicologia pode, em princípio, descrever a vontade de um sujeito mostrando de que maneira este hierarquiza os fatos, qual seu critério valorativo, a que fatos concede importância ou que fatos ignora. Esta análise, entretanto, nada teria a ver com ética<sup>50</sup>. Os ‘valores’ descritos eram fatos do mundo, e como fatos perderam qualquer valor no sentido ético do

---

<sup>50</sup> A menos que se entenda ética como uma disciplina meramente descritiva.

termo. A vontade enquanto portadora do ético, ao contrário, é transcendental, e não psicológica, e como tal, mostra-se mas é impermeável ao discurso. Nas palavras de Luiz Henrique Santos:

O que pode ter valor é a vontade, não a vontade enquanto fenômeno, a vontade empírica, o que uma descrição psicológica pode encontrar como marca distintiva dos atos voluntários, mas o que uma tal descrição deixará necessariamente como resíduo (Santos op. cit. p.108)

A vontade transcendental, a vontade que é o suporte do ético, não pode alterar nada no mundo. A boa ou má vontade não torna o mundo dos fatos melhor ou pior. Não há qualquer vínculo lógico entre a vontade e o mundo, “O mundo é independente da minha vontade” (TLP, 3.373) Apenas a vontade psicológica poderia, caso o princípio de causalidade fosse válido, alterar os fatos do mundo para melhor ou pior. A vontade transcendental, entretanto, está à parte de todo acontecer, é apenas uma estrutura da subjetividade humana e como tal tem apenas o poder de alterar os limites desta. Isso significa que, se por um lado, o sujeito transcendental não pode, mediante sua volição ética, alterar os fatos do mundo, ele pode, por sua vez, alterar suas atitudes diante destes fatos. Desta forma, o sujeito transcendental, em determinado sentido, altera o mundo. O raciocínio é o seguinte: a volição ética, como inerente ao sujeito, altera sua forma de se relacionar com o mundo. Sua forma de se relacionar com o mundo determina o que o mundo é para ele. O que o mundo é para o sujeito é o único mundo a que temos acesso, "o mundo é o meu mundo" (TLP, 5.62). O sujeito é o limite do mundo e este será para o sujeito, tanto maior ou menor quanto for a sua forma de representá-lo "os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo" (TLP, 5.557). Chega-se assim à conclusão de que, ao alterar o sujeito, que é o limite do mundo, a volição ética acaba por alterar o próprio mundo. As citações textuais são explícitas:

“Se a boa ou má volição altera o mundo, só pode alterar os limites do mundo, não os fatos; não o que pode ser expresso pela linguagem. Em suma, o mundo deve então, com isso, tornar-se a rigor um outro mundo. Deve, por assim dizer, minguar ou crescer como um todo. O mundo do feliz é um mundo diferente do mundo do infeliz”. (TLP,6.43)

Neste contexto, Wittgenstein retoma a analogia do campo visual. Assim como o mundo do feliz é diferente do mundo do infeliz, pois alterando-se os limites altera-se o próprio mundo, da mesma forma alterando-se os limites de percepção do olho, altera-se o próprio mundo visual. A analogia também é esclarecedora no que se refere ao problema da morte. O mundo não se altera com a morte, mas simplesmente acaba. A morte não pode ser vivida por que não é um evento da vida. Ora, com a morte acaba-se o mundo dos fatos e sem o mundo dos fatos o sujeito transcendental, que tem sua existência mostrada a partir da análise dos fatos, deixa conseqüentemente de existir. O mesmo se dá com o olho e o campo visual. Ao se eliminar o campo visual, nada nos autoriza a sustentar a crença na existência do olho.

Dito isto acerca do estatuto da ética, de sua necessária e inefável existência, passemos agora à análise de como isto se relaciona com o próprio núcleo da obra.

(3) Como toda apresentação até aqui visava nos instrumentalizar para a correta compreensão da posição da ética no quadro geral da filosofia tractatiana, ao abordamos agora a íntima relação entre a ética e os outros aspectos da obra, certamente alguma repetição será inevitável. Pretendemos tão somente reunir os elementos já apresentados de forma breve e clara para que fique evidente a correlação entre a posição ontológica, lógica e ética da obra.

O fio condutor que possibilita a articulação entre estas três esferas da obra é, certamente a distinção entre aquilo que pode ser dito e aquilo que pode apenas ser mostrado. Como deixa bem claro Wittgenstein em uma carta a

Russell:

O ponto principal é a teoria daquilo que pode ser expresso (*gesagt*) pela proposição - i. e. pela linguagem - (e, o que dá no mesmo, aquilo que pode ser pensado) e aquilo que não pode ser expresso pela proposição, mas apenas mostrado (*gezeigt*); o que, acredito, é o problema cardinal da filosofia<sup>51</sup>. (Wittgenstein *apud* Monk. op. cit. p.164)

Segundo Hintikka e Hintikka (p.30-9, 1994)<sup>52</sup> existem duas origens para a distinção entre dizer e mostrar no *Tractatus*. A primeira diria respeito à inefabilidade de todas as relações semânticas. A segunda refere-se à inexprimibilidade dos objetos simples. Uma terceira esfera onde esta distinção fundamental é manifesta, como vimos argumentando, é a esfera da ética. Consideremos cada um destes casos separadamente.

A nível ontológico, a distinção entre dizer e mostrar é crucial para entendermos a natureza dos objetos simples. Na primeira parte do trabalho nos detivemos longamente em explicar que os objetos simples, como Wittgenstein os concebe no *Tractatus*, não são átomos da realidade. O mundo é a totalidade dos fatos e não a totalidade dos objetos ou coisas. Os objetos constituem a substância do mundo, mas não são fatos, são outro tipo de coisas, não podendo ser reduzidos a átomos dos fatos, pois são antes sua condição de possibilidade que seus elementos constituintes reais. Os fatos, que em sua totalidade constituem o mundo, podem ser descritos; sendo estes fatos os fundamentos para a verdade. Os objetos simples, por sua vez, constituem a substância do mundo e não podem ser descritos, mas apenas mostrados, e funcionam como o fundamento para o significado. A errônea concepção dos objetos simples como átomos da realidade (leitura monista) implica (ou é implicada por) uma errônea compreensão da natureza da lógica tractactiana.

---

<sup>51</sup> The main point is the theory of what can be expressed (*gesagt*) by props - i.e. by language - (and, which come to the same, what can be thought) and what can not be expressed by props, but only shown (*gezeigt*); which, I believe, is the cardinal problem of philosophy

<sup>52</sup> Hintikka, Jaako e Merrill, **Uma investigação sobre Wittgenstein**. Papirus, Rio de Janeiro. 1994.

Do ponto de vista lógico-linguístico, vimos que aquilo que possibilita a linguagem representar o mundo não é passível de representação, assim como aquilo que possibilita a visão não pode ser visto. Aquilo que possibilita a linguagem representar o mundo é precisamente aquilo que ambos têm em comum, a saber, a forma lógica. O erro das teorias lógicas precedentes foi exatamente o erro de se erigirem como 'teorias' lógicas. Em outras palavras, pretenderam discursar sobre a forma lógica, que apenas pode ser mostrada, que é impermeável ao discurso uma vez que esta forma lógica é a condição de possibilidade de todo e qualquer discurso.

Este erro de tentar discursar a respeito daquilo que só pode ser mostrado, também é cometido por todas as teorias ontológico-metafísicas que tentam descrever a substância do mundo. A postura de Wittgenstein em relação à ética e sua e sua crítica às teorias éticas precedentes, baseia-se na mesma forma de raciocínio que o levou a adotar sua forma peculiar de ontologia e lógica e também o levou a criticar as ontologias e teorias lógicas precedentes. Ray Monk torna esse vínculo entre lógica e ética no *Tractatus* bastante evidente.

Central ao livro em todos seus aspectos é a distinção entre mostrar e dizer: ela é, a um só tempo, a chave para se compreender a superfluidade da teoria dos tipos em lógica e para se perceber a inexprimibilidade das verdades éticas. O que a teoria dos tipos tenta dizer pode ser mostrado apenas pelo correto simbolismo, e o que se quer dizer sobre ética pode ser mostrado apenas pela contemplação do mundo *sub specie aeternitatis*. Assim: "Há de fato o inexprimível. Ele se mostra; é o místico"<sup>53</sup>(Monk, op. cit. P. 156)

Vimos que a lógica tractatiana demonstra que apenas proposições podem ter sentido e que a totalidade das proposições se resume à totalidade das proposições que descrevem fatos (uma vez que ontologicamente o mundo é a

---

<sup>53</sup> "Central to the book in all its aspects is the distinction between showing and saying: it is at once the key to understanding the superfluity of the theory of the types in logic and to realizing the inexpressibility of ethical truths. What the theory of the types attempts to say can be shown only by a correct symbolism, and what one wants to say about ethics can be shown only by contemplating the world sub specie aeternitatis. Thus: 'There is indeed the inexpressible. This shows itself; it is the mystical.'"

totalidade dos fatos). A existência de fatos éticos (valores pretensamente objetivos) é um contra-senso. Visto que os fatos são todos casuais, aquilo que pudesse dar valor ao mundo só poderia estar fora dele, mas a linguagem com sentido não poderia descrevê-lo, visto que a linguagem não pode descrever nada de mais elevado além dos fatos. Neste ponto é preciso justificar a existência deste valor que não pode ser descrito. Wittgenstein parte do dado inegável de que de fato descrevemos o mundo. Se o mundo em si não possui valor algum, ao ser contemplado ou descrito pelo sujeito, ele necessariamente adquire um valor. O sujeito ao descrever os fatos não pode furtar-se de avaliá-los pois sua própria subjetividade limita e hierarquiza os fatos de seu mundo. É por via do sujeito transcendental que Wittgenstein fundamenta a presença de valor no mundo. Caso a consciência desta esfera transcendental leve o sujeito a procurar falar algo sobre valores, isto o levará a contra-sensos, assim como o metafísico ao tentar descrever a essência do mundo, ou o lógico ao buscar descrever a forma lógica. Caso seja corretamente direcionada, esta experiência da presença ineliminável do valor no sujeito leva ao silêncio místico.

Assim sendo, a última e mais famosa frase do *Tractatus* “Sobre aquilo que não se pode falar, deve-se calar” (TLP, 7) expressa, segundo Monk "Tanto uma verdade lógico-filosófica quanto um preceito ético” (Monk, op. cit. P.156)<sup>54</sup>. Se Wittgenstein torna a ética impossível com esta afirmação é no mesmo sentido em que tornou a lógica e a ontologia. Não pretende com isso negar a existência ou importância destas esferas, mas tão somente protegê-las do discurso que, como prova suas reflexões lógico-linguísticas, é sempre e inevitavelmente sem sentido e/ou violentador da essência mesma daquilo que eles pretendem falar a respeito.

---

<sup>54</sup> “Both a logico-philosophical truth and an ethical precept”

## **Capítulo 2 - Linguagem e Meta-Ética nas Investigações Filosóficas**

Wittgenstein foi levado a mudar radicalmente suas concepções a respeito da linguagem, da relação entre a linguagem e o mundo e conseqüentemente, como pretendemos investigar, a respeito da ética. A mudança de seu modo de pensar foi tão profunda, a ponto de não parecer possível falar de uma continuidade, de um desenvolvimento linear. Mais preciso seria dizer que se tratou de uma ruptura<sup>55</sup>. Por este motivo, a partir deste momento, trataremos as posições desenvolvidas no *Tractatus* fazendo alusão ao ‘Primeiro Wittgenstein’, e quando quisermos nos referir àquelas idéias condensadas, sobretudo, nas “*Investigações Filosóficas*” falaremos do “Segundo Wittgenstein”<sup>56</sup>. O próprio Wittgenstein parece aprovar tal divisão, uma vez que na introdução das **Investigações filosóficas** estabelece que seus novos pensamentos só poderiam ser ‘verdadeiramente compreendidos’ levando-se em consideração a sua oposição com seu modo antigo de pensar e tendo-o como pano de fundo<sup>57</sup>.

É preciso, para que se evite erros interpretativos, que se leve em conta em que sentido é apropriado dizer que a filosofia de Wittgenstein tornou-se radicalmente diferente, a ponto de autorizar-nos a classificá-la como duas

---

<sup>55</sup> Isto não significa que a sua problemática tenha mudado. Nas palavras de Oliveira op. cit. p. 117 “... a problemática permanece a mesma. No entanto, a perspectiva segundo a qual essa problemática é considerada muda radicalmente...”.

<sup>56</sup> Esta categorização de Primeiro e Segundo Wittgenstein não capta todas as nuances do seu desenvolvimento filosófico, mas para os propósitos deste trabalho será suficiente. Para uma categorização mais detalhada ver HINTIKKA, Merrill; HINTIKKA, Jaakko. **Uma investigação sobre Wittgenstein**. São Paulo, Papyrus, 1994.

<sup>57</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo, Abril cultural, 1984, 3ª ed, p. 8. Usaremos, a partir de agora a abreviação ‘IF’; quando quisermos nos referir a passagens do livro, usaremos a referência dos parágrafos.

filosofias distintas. A perspectiva a partir da qual os problemas são abordados e o método de trabalhá-los, sem dúvida, são marcadamente distintos, e é precisamente isto que autoriza a divisão de sua filosofia em dois momentos diferentes. Entretanto, se a sua segunda filosofia fosse uma superação da primeira, que a desqualificasse completamente, isto equivaleria a subestimar a consistência interna da filosofia de Wittgenstein (Apel, p.406,2000) <sup>58</sup>. O próprio Wittgenstein, ao afirmar que suas **Investigações Filosóficas** só poderiam ser verdadeiramente compreendidas tendo como pano de fundo seu modo antigo de pensar, está a afirmar uma continuidade. Caso contrário, de que forma a compreensão do **Tractatus** poderia lançar alguma luz que clarificasse o entendimento das **Investigações Filosóficas**?

Apel (2000) é bastante incisivo acerca daquilo que constituiria a matéria desta continuidade: “Se há alguma continuidade entre as filosofias do Wittgenstein da fase inicial e da fase tardia, ela reside no conseqüente desdobramento da suspeita de absurdidade lançada contra qualquer filosofia que se pretenda, tal como a ciência, formular proposições ou teorias sobre o mundo” (Apel, p.417,2000). Quando abordamos a filosofia do **Tractatus** vimos de que maneira Wittgenstein não a compreendia como uma doutrina, mas sim como uma atividade crítica, ou mais precisamente como crítica da linguagem. Essa característica de seu pensamento, que é a problemática propulsora de toda sua filosofia, permanece intocada em sua segunda fase, a despeito de uma mudança radical em relação àquilo que entende como papel da linguagem, ao objeto da crítica, ao resultado desta, ao procedimento metodológico e assim por diante.

A citação de Apel, acima reproduzida, nos comunica, a um só tempo, duas informações importantes. Explicitamente nos põe em guarda contra o erro de não perceber a continuidade filosófica que anima tanto o trabalho do primeiro

---

<sup>58</sup> Apel, Karl-Otto. **A transformação da Filosofia**. V.I Rio de Janeiro:Loyola, 2000.

quanto o do segundo Wittgenstein. A continuidade residindo em uma concepção, imutável nas duas fases de sua filosofia, segundo a qual a filosofia é entendida como uma disciplina eminentemente crítica e não uma doutrina. Por outro lado, ao tornar explícito aquilo que confere continuidade às duas principais fases do pensamento de Wittgenstein, Apel nos informa também, implicitamente, aquilo que é responsável pela diferenciação destas duas fases, qual seja, sua concepção de linguagem.

Vimos, quando falávamos do **Tractatus** como um livro crítico e não doutrinário, que toda e qualquer crítica pressupõe um objeto de estudo. Este objeto de estudo determinado, este *analysandum*, tem necessariamente que ser assumido como um dado fundamental para, a partir dele, sermos capazes de desenvolver deduções críticas filosoficamente relevantes. No caso Kantiano, este objeto específico é o sujeito transcendental. No caso do **Tractatus** este objeto é a linguagem, também sendo a linguagem o objeto de estudo da filosofia contida nas **Investigações Filosóficas**. A concepção de linguagem, que servirá de fundamento para essa crítica, será, entretanto, profundamente diversa. Essa mudança radical acerca de sua concepção de linguagem, traz consigo – uma vez que a linguagem é o ponto de partida da crítica – uma mudança não menos profunda relativa ao método de análise desta linguagem, uma mudança não menos profunda também em relação ao resultado que se pode esperar desta análise e de todos os outros aspectos relevantes de sua ‘nova’ filosofia.

Dito isto, percebemos que, se aquilo que anima toda a filosofia wittgensteiniana permanece imutável ao longo de seu desenvolvimento<sup>59</sup>, e que apesar desta continuidade, sua filosofia, seu método e suas concepções gerais mudaram tão radicalmente, percebemos que aquilo que anima estas mudanças só

---

<sup>59</sup> Uma vez que Wittgenstein não abandona a concepção de filosofia como atividade crítica e que seu objeto de crítica continua sendo a linguagem.

pode ser sua concepção diferente acerca da natureza da linguagem. Se assim o é, cumpre iniciar o estudo das **Investigações filosóficas** pelas diferenças entre estas concepções de linguagem, sabendo que todas as diferenças que podem ser deduzidas do estudo das suas obras, daí decorrem. Isso significa dizer que, se pretendemos investigar, como é o objetivo central deste trabalho, a mudança de postura de Wittgenstein referente ao discurso ético, não podemos prescindir, e só podemos nos basear em sua mudança de atitude em relação à natureza da linguagem, pois é unicamente daí que podem emanar suas novas concepções referentes à possibilidade da ética enquanto disciplina discursiva.

## **2.1 As Investigações Filosóficas**

À primeira vista, a leitura das **Investigações Filosóficas** surpreende pelo modo de exposição das idéias. O livro não possui nada, estilisticamente falando, da precisão quase criptográfica que é característica tão evidente do **Tractatus**. O próprio Wittgenstein afirma, no prefácio, ter sido mal sucedido em inúmeras tentativas de conceder ao livro um caráter unificado de ‘todo idealizado’. O livro se configura como um ajuntado de observações filosóficas, “um conjunto de esboços de paisagens” (IF,p.7), sendo enfim “apenas um álbum” (IF,p.7). Este caráter fragmentário, descontínuo, mesclado com inúmeros experimentos de pensamentos onde era de se esperar deduções e processos de inferência, é sintomático. Este estilo nos remete ao cerne mesmo da inovação filosófica que a obra encerra e aponta para as radicais diferenças entre o primeiro e o segundo Wittgenstein. O estilo é fruto da própria natureza das idéias contidas, que não se deixaram exprimir de outra forma:

“Compreendi que o melhor que poderia escrever permaneceria tão somente observações filosóficas e que os meus pensamentos afrouxaram quando eu tentava forçá-los em uma direção contra a sua tendência natural. E isto estava ligado, naturalmente, à natureza da investigação”. (IF,p.7)

Em que consiste o substrato destas idéias que são, por natureza, avessas ou alérgicas a uma exposição mais linear, inferencial ou dedutiva, como é de se esperar da exposição de idéias lógicas? A resposta a esta questão nos norteia e nos oferece uma boa porta de entrada para a compreensão das **Investigações Filosóficas**.

Ao que parece, o substrato destas idéias deve ser buscado na nova concepção da linguagem humana proposta na obra. Concepção esta, tão diametralmente oposta ao exposto no **Tractatus**, que só pode ter assumido uma forma de exposição igualmente diversa.

“Após o Tractatus, como sabemos, o filósofo não considera mais a linguagem como uma entidade fixa da qual se pudesse exibir a essência através de um simbolismo formal. A linguagem passa a ser considerada como um caleidoscópio de situações de usos das palavras em que o contexto pragmático não pode mais ser eliminado” (Moreno p.15,1995)<sup>60</sup>.

O que está em jogo aqui é a mudança de uma visão essencialista da linguagem para uma visão onde a multiplicidade de formas que esta pode assumir é irreduzível a uma forma mais primitiva, seja ela qual for.

Com o intuito de tornar compreensível esta nova concepção de linguagem proposta pelo segundo Wittgenstein, seguiremos o seguinte processo:

1) mostraremos brevemente a concepção tradicional ou essencialista da linguagem. Uma exposição detalhada desta concepção não será almejada por inúmeras razões. Primeiramente, porque o objetivo desta seção é tão somente comparativo, ou seja, intenta apenas fornecer elementos necessários à compreensão dos temas abordados nas duas seções seguintes. Outro motivo que justifica a brevidade na exposição desta concepção relaciona-se com o fato desta

---

<sup>60</sup> Moreno, Arley. R. **Wittgenstein através das imagens**. 1ºed. São Paulo: ed. UNICAMP,1995.

concepção permear quase toda a tradição filosófica do ocidente o que significa que, se nos propuséssemos a expor algo além de seus traços mais gerais nos envolveríamos em complicações técnicas que extrapolariam os limites que ora nos ocupam. Por fim, e talvez mais importante, a brevidade justifica-se por um motivo interno ao nosso trabalho. Já nos detivemos, com alguma demora, na exposição da idéia centrais do *Tractatus* e o *Tractatus* é uma expressão, talvez a melhor elaborada, desta concepção de linguagem. Por isso, aquilo que foi dito acerca da concepção tractatiana de linguagem pode ser evocado como representante de toda esta concepção.

2) Após esta exposição da concepção essencialista da linguagem, podemos nos deter nas críticas que Wittgenstein faz a esta forma de entender a linguagem humana.

3) Por fim, nos debruçaremos sobre a nova concepção de linguagem proposta pelo segundo Wittgenstein.

(1) As *Investigações Filosóficas* começam com uma longa citação das *Confissões* de Santo Agostinho. Trata-se de um trecho onde uma criança revela o modo pelo qual teria tido acesso ao significado das palavras, ou, para ser mais preciso, o processo pelo qual ela teria sido levada a aprender uma língua.

Segundo esta passagem, a criança aprenderia o significado das palavras de uma forma, aparentemente bastante simples. Os adultos nomeiam um objeto e, ao fazê-lo, apontam, dirigem-se, ou simplesmente olham para este objeto em questão. A criança passaria então a compreender que o objeto fora designado pelo nome proferido. Outra informação importante que a descrição deste processo inclui é o fato desta compreensão do significado do nome ser possível mediante o gesto de apontar, virar-se para o objeto designado ou simplesmente olhá-lo. Isto é possível graças ao fato destes gestos serem considerados “a

linguagem natural de todos os povos”<sup>61</sup>. Esta descrição, tomada por si, certamente é desprovida de importância filosófica, talvez tenha alguma relevância biográfica ou pedagógica. A importância filosófica desta descrição, que justifica sua presença nas *Investigações Filosóficas*, deve-se ao fato de Wittgenstein a considerar como representativa de algo: “Nessas palavras temos, assim parece, uma determinada imagem da essência da linguagem humana. A saber, esta: as palavras da linguagem denominam objetos – frases são ligações de tais denominações” (IF§1). Na continuação afirma: “Nesta imagem da linguagem encontramos as raízes da idéia: cada palavra tem uma significação. Esta significação é agregada à palavra. É o objeto que a palavra substitui”. (IF§1)

Esta maneira de conceber a linguagem humana, a que Wittgenstein mais adiante se referirá (talvez indevidamente) como ‘a concepção Agostiniana da linguagem’ (IF §4) equivale à concepção tradicional da linguagem. Desde *O Crátilo* de Platão, o mais antigo registro da história da filosofia ocidental que versa sobre a natureza da linguagem, até chegar ao *Tractatus*, esta forma de conceber a linguagem aparece, de uma forma ou de outra, imutável em sua essência. Talvez a principal característica desta concepção seja a crença de que há, objetivamente, uma relação entre a linguagem e o mundo e que esta relação se torna possível e é realizada mediante o caráter designativo da linguagem. O significado das palavras, e por extensão, das frases e da própria linguagem, reside no fato destas designarem objetos e lhe atribuírem propriedades. Se pretendemos aprender o significado de uma palavra temos que descobrir aquilo que é designado por esta palavra. Isto é bastante evidente na citação de Santo Agostinho quando a criança julga ter compreendido uma palavra tão logo se tornava consciente do objeto que era por esta palavra designado. Ao longo da

---

<sup>61</sup> Agostinho. *Confissões*. in *Investigações Filosóficas* §1

história, esta concepção da linguagem , que reduz seu significado unicamente ao seu caráter designativo, assumiu duas formas principais.

Por um lado<sup>62</sup>, os nominalistas que acreditavam que palavras só podiam se referir ou designar coisas singulares, por outro lado, uma corrente majoritária que considera que as palavras podem designar muitas coisas porque elas se referem não às coisas singulares, mas à essência destas coisas, àquilo que elas têm em comum. Para além desta interminável querela entre nominalistas e universalistas, o solo comum que sustentou toda construção teórica ocidental a respeito da linguagem é a crença, à primeira vista evidente, de que o significado de um nome é o objeto que ele designa.

Essa concepção designativa da linguagem pressupõe que a linguagem e a realidade são duas esferas distintas, mas que uma vez que esta é capaz de designar, representar ou substituir mediante signos aquela, é preciso que estas duas esferas tenham algo em comum. Ou seja, pressupõe-se , para que a linguagem designe o mundo, que exista uma isomorfia que possibilite esta relação. Estamos aqui, sem dúvida, em terreno familiar. Mantendo em mente a prévia exposição da teoria pictórica do *Tractatus*, faz-se evidente as semelhanças entre a concepção tractatiana e a concepção tradicional ou agostiniana de linguagem, sendo desnecessário um esforço de justificar esta vinculação. Voltaremos a apresentar resumidamente o cerne da concepção tractatiana de linguagem, mas antes disso é importante mencionarmos algumas características implicadas nesta concepção designativa da linguagem.

Uma característica importante desta concepção designativa da linguagem é que, ao atrelar o significado de uma palavra àquilo que esta palavra se refere no mundo, esta concepção cria uma demanda não somente de um isomorfismo

---

<sup>62</sup> OLIVEIRA,Manfredo A. **Reviravolta Lingüístico-pragmática**; Rio de Janeiro, p. 120,1996. Não tomaremos partido nessa controvérsia entre nominalistas e universalistas.

entre a linguagem e a realidade. Cria também, de forma implícita, a pressuposição da existência de uma realidade (e de um padrão de correção) extralingüística, assim como a pressuposição concomitante da possibilidade de um conhecimento, ou seja, de um acesso, não linguisticamente mediado a esta realidade. Ou seja, se só posso me considerar em posse do significado de uma palavra, após conhecer aquilo a que esta palavra se refere, isso implica que, de duas uma; ou sempre estive de posse da referência de todas as palavras que emprego ou tenho de alguma maneira a possibilidade de conhecer as coisas de forma não lingüística antes de ser capaz de designá-las ou me referir a eles através da linguagem. Uma vez que a primeira alternativa, i.e., a possibilidade de conhecermos desde sempre a referência de todas as palavras que usamos significativamente, é uma alternativa muito pouco plausível, toda tradição partidária da teoria designativa da linguagem voltou-se para a segunda alternativa, a saber, temos um acesso não-lingüístico ao conhecimento dos fatos no mundo.

Esta crença na possibilidade, ou mesmo na necessidade, de um conhecimento não linguisticamente mediado é uma implicação do atrelamento do significado à sua referência factual. E traz consigo um outro desdobramento importante, qual seja, o relegamento da linguagem a uma posição secundária em relação à construção do conhecimento. Mais precisamente, a linguagem é vista como ocupando um papel importante na medida em que comunica conhecimentos que são construídos ou adquiridos por vias não-lingüísticas. Nas palavras de Manfredo Araújo de Oliveira:

“Na realidade, para a execução dessa tarefa de comunicação do já conhecido sem a linguagem, a linguagem sempre foi vista pela tradição como uma mediação necessária. Nesse sentido, poder-se-ia falar que a linguagem é condição de possibilidade da comunicação do resultado do conhecimento humano, porém nunca, também não no *Tractatus*, é condição de possibilidade do próprio conhecimento humano, pois pelo menos implicitamente, contrariando talvez alguma afirmação explícita,

Wittgenstein aceita no *Tractatus* a tese tradicional do caráter secundário, designativo da linguagem humana”. (Oliveira,p.119,1996)

Por fim, podemos mencionar uma última característica marcante, associada a esta concepção tradicional da linguagem. Trata-se da postura frente aos assim chamados ‘atos’ ou ‘processos mentais’. Ao buscar explicar aquilo que torna a linguagem significativa, a tradição assumiu que o significado das palavras deve ser buscado nas referências destas palavras no mundo. Esta teoria designativa do significado pressupõe, como vimos, que a linguagem e a realidade devem possuir algo em comum que habilite àquela representar, ou substituir simbolicamente esta. No *Tractatus*, como sabemos, a forma lógica, partilhada pela linguagem e pelo mundo, cumpre essa função. Mas resta um problema, que qualquer teoria da significação deve abordar, qual seja, o que torna essa possibilidade de representação do mundo pela linguagem efetiva? Em outras palavras, o que confere às palavras, que fisicamente falando são meros sons ou formas geométricas, o poder de substituir, designar ou representar uma realidade alheia a suas próprias objetividades fonéticas ou geométricas? Mais especificamente, o que faz com que as formas geométricas apresentadas a seguir entre aspas “amor” represente, designe esse sentimento tão nobre? A resposta a essa pergunta é de suma importância, pois é aí que incide o ponto nodal de qualquer teoria que busque explicar o que confere à linguagem humana o seu status tão especial. A percepção da marcante diferença das respostas dadas a esta pergunta pela tradição (incluindo o *Tractatus* por um lado e pelo segundo Wittgenstein por outro), nos fornecerá um claro contraste que tornará a compreensão da originalidade da filosofia do segundo Wittgenstein bastante evidente.

Toda a tradição postulou, ou pelo menos pressupôs de algum modo implícito que para que a linguagem – ou qualquer método de representação

similar – pudesse ter sentido e conseqüentemente se instalar como tal (ou seja, como processo representativo), é indispensável que haja um processo mental envolvido, um ato de significar ou ter em mente (*Meinem*). Hilary Putnam<sup>63</sup> (p.23,1992) nos fornece um exemplo que acreditamos ser suficiente para esclarecer esse ponto. Imaginemos, propõe, que uma formiga ande em uma superfície arenosa e que o seu caminhar trace aleatoriamente linhas na superfície. Uma vez que seu caminhar é cheio de idas e vindas, estas linhas, ao fim de sua trajetória naquela superfície, se assemelham fortemente a uma caricatura de Winston Churchill. Poderíamos dizer que as linhas traçadas pela formiga constituem um desenho que representa o estadista britânico? A resposta a esta pergunta parece evidente para a maioria das pessoas. ‘A formiga não fez um desenho que representa W. Churchill’. E se instadas a justificar sua resposta negativa poderiam conjurar pelo menos duas razões. Primeiramente, a formiga nunca viu W. Churchill, ou mesmo um retrato dele e além disso, a formiga certamente não teve a *intenção* de representar W. Churchill com seus rastros deixados sobre a superfície arenosa. Esta resposta nos diz claramente algo de profunda importância para a compreensão da natureza dos atos representativos, a saber, a semelhança entre aquilo que se pretende representar ( W. Churchill) e o meio de representação (linhas) não é uma condição suficiente para que a relação representativa se dê. Em outras palavras, as linhas, por si mesmas, por mais semelhantes que sejam àquilo que supostamente representam, não são suficientes para estabelecer uma relação representativa com o que quer que seja. Não só isso. A semelhança entre o representado e o meio de representação não apenas não é condição suficiente para o estabelecimento da relação representativa, como também não é sequer condição necessária. Podemos nos utilizar de palavras, figuras diversas ou praticamente qualquer tipo de coisa, que

---

<sup>63</sup> Putnam, Hilary. **Razão, verdade e história**. 1ªed, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.

nenhuma semelhança física apresentam com a figura de W. Churchill. Isto nos coloca face à seguinte questão inquietante: “Se a semelhança não é necessária ou suficiente para fazer algo representar outra coisa, como pode algo ser necessário ou suficiente para este propósito? Como diabo pode uma coisa representar (ou estar por, etc.) uma coisa diferente?”. (Putnam,p.24, 1992).

Esta é exatamente a mesma questão que anima o projeto tractatiano, ou seja; o que torna possível à linguagem representar o mundo? A maneira mais usual de resposta a esta pergunta perpassa toda a tradição que culmina com o **Tractatus** e é assim reformulada por Putnam:

“A resposta pode parecer fácil. Suponha que a formiga tinha visto W. Churchill, e suponha-se que ela tinha a inteligência e a habilidade para desenhar um retrato dele. Suponha que ela produziu a caricatura intencionalmente. Então a linha representaria W. Churchill. Assim, pode parecer que aquilo que é necessário para a representação, ou aquilo que é principalmente necessário para a representação, é a intenção”. (Putnam, p. 24,1992)

Esta intencionalidade (ou o fato de se ter algo em mente (*meinem*), para usar uma expressão mais cara ao segundo Wittgenstein) que seria indispensável para elevar meros sons ou formas geométricas ao plano do significado é, para esta tradição, um ato estritamente privado, uma vez que é unicamente a pessoa que intenta algo ou tem algo em mente que tem acesso a este ato. O fato de podermos nos entender mediante a linguagem, ou seja, o fato de nossas palavras designarem geralmente as mesmas coisas é fruto da convenção social, mas nada impediria que, em principio, cada um de nós, possuísse sua própria linguagem privada, já que o significado das nossas palavras é derivado de nosso ato subjetivo, privado e espiritual de ‘ter algo em mente’ quando as usamos.

(2) **Investigações Filosóficas** se constitui como um livro inaugural de uma nova tradição. Isso significa que sua originalidade não se deve ao fato de aprofundar, mudar a direção ou a forma de abordar um curso de pensamento já estabelecido. Sua originalidade deve-se ao fato de inaugurar um novo

movimento. Mas como sua temática (a ligação entre a linguagem e o mundo) é comum a toda tradição, era preciso primeiro ‘limpar o terreno’, fazer *tabula rasa* das concepções tradicionais a respeito do tema, eliminar as confusões criadas, para só então poder estar seguro de que suas idéias seriam compreendidas na sua originalidade que as caracteriza. Por este motivo, as críticas das ***Investigações Filosóficas*** a esta tradição constituem a maior parte do texto. Isto não significa que as ***Investigações Filosóficas*** seja um livro meramente destrutivo. Wittgenstein não era um cético que criticava auto-destrutivamente suas próprias posturas teóricas. As críticas à concepção tradicional da linguagem são reveladoras, apontam por si mesmas, para uma nova concepção que se instaura exatamente como uma alternativa às falhas encontradas naquelas teorias criticadas. Isto explica porque as ***Investigações Filosóficas*** só poderiam ser compreendidas tomando como pano de fundo as idéias antigas.

Iremos nos deter nas principais críticas de Wittgenstein à concepção tradicional de linguagem. Seguiremos os seguintes passos:

(2.1) Críticas à redução operada pela concepção tradicional ao assumir que todas as funções da linguagem podem ser reduzidas à sua função designativa.

(2.2) Crítica à própria essência da designação, como a tradição a entende.

(2.3) Crítica à noção que atrela o significado a atos mentais ou à intencionalidade.

(2.1) Ao criticar a concepção que identifica a linguagem com seu caráter designativo, Wittgenstein não busca negar que esta seja uma função importante da linguagem. Intenta apenas chamar atenção para a variedade de outras funções que impedem ou tornam inadequada sua redução apenas ao seu aspecto designativo.

“Wittgenstein não vai negar o caráter designativo da linguagem, mas vai rebelar-se, fortemente, contra o exagero da tradição – posição assumida também no *Tractatus* - de ver na designação a principal e até mesmo a única função da linguagem. Precisamente nisso vai consistir para ele a limitação da filosofia ocidental da linguagem”.(Oliveira,p. 119-20,1996)

Lembremos que no *Tractatus* Wittgenstein limita a análise da linguagem à análise da proposição,visto que apenas a proposição pode descrever o mundo e apenas a descrição possui sentido (referência). Diz, portanto, que a totalidade da linguagem com sentido é a totalidade das proposições das ciências naturais. Esta redução é rejeitada logo nos primeiros parágrafos das *Investigações Filosóficas*. Ao comentar a citação de Agostinho, que partilha desta crença na primazia do caráter designativo da linguagem, Wittgenstein diz: “Santo Agostinho não fala de uma diferença entre espécies de palavras” (IF§1). E no parágrafo seguinte: “Aquele conceito filosófico da significação cabe bem numa representação primitiva da maneira pela qual a linguagem funciona. Mas pode-se também dizer, é a representação de uma linguagem mais primitiva que a nossa”.(IF§2). Ou ainda: “Santo Agostinho descreve, podemos dizer, um sistema de comunicação; só que esse sistema não é tudo aquilo que chamamos de linguagem” (IF§3).

Algumas situações apresentadas nas *Investigações Filosóficas* parecem suficientes para tornar clara esta crença do segundo Wittgenstein no caráter enganador que a redução da linguagem ao seu caráter designativo encerra. Imaginemos, propõe Wittgenstein (IF§3), que alguém se propusesse a nos explicar o que significa a palavra ‘jogo’, ou o que são jogos. Suponhamos que para alcançar seu objetivo esta pessoa se valesse de uma explicação, que em linhas gerais dissesse que um jogo consiste no ato de empurrar coisas sobre uma superfície obedecendo a determinadas regras. Deveríamos dizer a esta pessoa que sua explicação, apesar de perfeitamente verdadeira, no que diz respeito a alguns jogos de tabuleiro, é no entanto, extremamente limitada e incorre em um

erro de definição tão grosseiro que nos obriga a excluir da denotação da palavra 'jogo' a maioria das atividades a que ordinariamente nos referimos usando este termo. Erro semelhante (IF§14) àquele que seria cometido por alguém que pretendendo dar uma definição unívoca e ampla de 'ferramenta' dissesse que aquilo que caracteriza todas as ferramentas, aquilo que todas elas possuem em comum e, portanto aquilo que nos habilita a nos referir a todas elas com uma única palavra, é o fato de todas as ferramentas servirem para modificar algo. A objeção a esta definição é óbvia, ela exclui objetos que nada modificam e que no entanto podemos, e de fato nos referimos a eles corretamente através da palavra 'ferramenta', como é o caso da trena, do compasso, etc. Exemplos como este são abundantes (IF§12) e remetem todos à limitação da visão tradicional da linguagem: "... é interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego, a multiplicidade de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem e também o autor do *Tractatus*"(IF§23).

Esta crítica constitui uma das maiores e mais características marcas que distinguem a filosofia do primeiro da do segundo Wittgenstein. Nas palavras de Canfield:

"No *Tractatus* havia apenas um jogo de linguagem 'fazer figurações para nós mesmos dos fatos'(TLP 2.1); e um sinal era dito 'ter sentido' se ele tinha um papel naquele jogo, ser 'sem sentido' (*sinlos*) se ele tinha um papel na lógica mas não naquele jogo, e ser um 'contra-senso'(*unsining*) nos outros casos. A principal mudança no trabalho posterior é que 'incontáveis' jogos de linguagem são reconhecidos, 'incontáveis diferentes tipos de uso do que chamamos 'símbolos', 'palavras', 'sentenças'(PI 23)" (Canfield *apud* Garver,p.164,1994).<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> "In the *Tractatus* there was only one language game 'making pictures for ourselves of facts'(TLP 2.1); and a sign was said to 'have sense' if it had a role in that game, to be 'senseless'(*sinlos*) if it had a role in logic but not in that game, and to be 'nonsense' (*unsining*) otherwise. A major change in the later work is that 'countless' language games are recognized, 'countless different kinds of use of what we call 'symbols', 'words', 'sentences' (PI 23)."Garver, Newton. *Op.Cit*,p.164.

Neste momento, uma objeção poderia ser levantada seguindo a linha argumentativa do primeiro Wittgenstein, como exposta na primeira parte deste trabalho. Poder-se-ia objetar que, apesar de existirem outros tipos de sentenças, que não as descritivas, é possível, através da análise da linguagem, reduzir todas elas a uma sentença atômica que seria, por sua vez, descritiva. O que jaz por trás desta concepção é a crença, bastante cara ao primeiro Wittgenstein, de que a linguagem, apesar de suas variadas formas, possui uma essência comum. A maneira como o segundo Wittgenstein se desvencilha desta objeção é bastante pontual, indo ao cerne da concepção essencialista da linguagem, qual seja, a pressuposta comensurabilidade das diferentes formas de linguagem.

Um exemplo bastante esclarecedor a este respeito é fornecido por Wittgenstein. Propõe imaginarmos<sup>65</sup> que em uma determinada língua não exista nome para designar cores isoladas, mas apenas nomes para designar combinações de cores. A um retângulo, metade vermelho e metade azul, por exemplo, chamariam 'v'. Se comparássemos esta língua com uma outra língua, a nossa por exemplo, que tem um nome para cada cor, poderíamos ser levados a crer que uma análise da palavra 'v' seria possível e até mesmo necessária para se estabelecer o significado da proposição na qual ela aparecesse. Mas, "Em que medida os signos desse Jogo de linguagem precisariam de uma análise?".(IF§64). Uma análise da palavra 'v' que termine por encontrar os elementos atômicos 'azul' e 'vermelho' não é possível sem que com isso se viole o próprio conteúdo semântico a que a análise pretendia chegar em primeiro lugar. Caso semelhante se daria se quiséssemos fazer uma análise cromática da bandeira da França e a destituíssemos de sua característica básica, que consiste precisamente em ser, em seu estado mais analisável possível, tricolor. Qualquer análise ulterior que busque elementos isolados desta combinação viola seu conteúdo semântico. O

---

<sup>65</sup> IF§64

que esses exemplos nos dizem é que essas diferentes formas de conceber a unidade mínima de designação das cores (tanto no caso da palavra ‘v’ como no caso da bandeira da França, ou da forma usual, dando um nome para cada cor isolada) são igualmente válidas. São formas incomensuráveis de designação, sendo irredutíveis uma à outra.

Se a própria função designativa da linguagem pode apresentar-se de formas tão variadas<sup>66</sup> que inviabiliza qualquer tentativa de redução de uma forma qualquer a outra forma mais elementar, se isso é verdade no caso da descrição; o que dizer da possibilidade de se comparar ou reduzir toda a multiplicidade de usos ou funções da linguagem ao seu caráter descritivo apenas?<sup>67</sup>

Destrona-se, assim, a função designativa de linguagem de sua posição sacrossanta como a medida e o sustentáculo de todo e qualquer sentido lingüístico.

(2.2) Wittgenstein, entretanto, não se limita a criticar apenas a abrangência da visão tradicional de linguagem. Se assim o fosse, a filosofia do segundo Wittgenstein poderia ser considerada apenas um aprofundamento da sua filosofia anterior, o que certamente não é o caso. Estendendo a sua crítica às próprias raízes da concepção designativa da linguagem, Wittgenstein questiona-lhe a pertinência como teoria capaz de explicar adequadamente a relação entre a linguagem descritiva e os fatos a que esta se propõe representar. No tópico anterior, apresentamos a crítica do segundo Wittgenstein à redução da linguagem ao seu caráter designativo, vimos que, em sua busca pela essência da linguagem, a tradição fez vista grossa a uma série de diferenças lingüísticas importantes, não

---

<sup>66</sup> IF§24 “Pense em quantas coisas diferentes são chamadas ‘descrição’; descrição da posição de um corpo pelas suas coordenadas; descrição de uma expressão fisionômica; descrição de uma sensação tátil; de um estado de humor”.

<sup>67</sup> Para uma lista detalhada da multiplicidade dos jogos de linguagem, consultar IF§23

apenas entre diversas formas de discurso, mas também ignorou possíveis diferenças entre tipos de descrições incompatíveis.

Se suas críticas parassem por aí, nada o impediria de assumir que tinha localizado a essência da linguagem em um local errado, mas de continuar a buscá-la em outra parte, levando em consideração os casos não percebidos ou ignorados. Entretanto, a crítica à tradição foi tão completa que o fez perceber que, não só o discurso descritivo não constituía a essência da linguagem, como também não há sentido algum em buscar a essência da linguagem, porque não haveria nada digno desse nome a ser encontrado.

Mostrar que o discurso descritivo não é a essência da linguagem é certamente um golpe forte na forma tradicional de encarar a linguagem, mas mostrar que a própria descrição carece de uma essência fixa, imutável, passível de ser alcançada mediante uma análise filosófica da linguagem, é aniquilar completamente com a visão tradicional da linguagem. Vimos acima, quando apresentamos a teoria figurativa da linguagem desenvolvida pelo primeiro Wittgenstein, que a verdade ou falsidade de uma proposição deve ser buscada na sua relação com os fatos que ela descreve. A análise lógica das proposições chega a proposições elementares. Nestas, cada nome deve se referir a um objeto. Assim, as proposições, que são compostas de nomes, podem descrever os fatos que são compostos de objetos. O que se pressupõe aqui é que a relação entre o nome e o objeto que ele designa seja imediata. Os nomes são a essência da linguagem, assim como os objetos são a essência do mundo. O nome substitui, na proposição, o objeto, esta ligação não chega nem mesmo a ser uma descrição (apenas os fatos i.e., ligação de objetos podem ser descritos) mas apenas sua condição de possibilidade. Esta ligação entre o nome e o objeto é o ponto mais primitivo da ligação entre linguagem e mundo. Porque condição de possibilidade de toda linguagem, a relação entre nome e objeto não pode ser descrita na

linguagem. Porque simples, primitiva e imediata, esta relação pode apenas ser mostrada.<sup>68</sup> O que Wittgenstein vai fazer nas *Investigações Filosóficas* é questionar esta crença na relação imediata, simples e primitiva entre a linguagem e o mundo.

A questão pode ser colocada da seguinte maneira: de que forma inserimos um novo nome na nossa linguagem? A resposta partilhada por toda tradição, inclusive pelo *Tractatus*<sup>69</sup> seria: inserimos novos nomes na linguagem mediante definições ostensivas. A necessidade de recorrer a este expediente é concisamente explicada por Moritz Schlick:

“A tarefa de definir não pode continuar indefinidamente, portanto, eventualmente nos deparamos com palavras cujo significado não pode novamente ser descrito numa proposição; ele tem que ser apontado (*aufgewiesen*); o significado da palavra deve, em última análise, ser mostrado (*gezeigt*) ele tem de ser dado.” (Moritz Schlick, *apud* Hintikka.,p.210,1994).

O que está em jogo aqui é a concepção de que, em última instância, a relação entre linguagem e mundo deve necessariamente repousar (literalmente) em um solo não lingüístico e seguro, porque óbvio, simples e inquestionável. Se lembrarmos da citação de Agostinho, veremos que todo seu ensino da linguagem repousa, em última instância, no recurso à definição ostensiva. A definição ostensiva consiste precisamente neste ato de mostrar ou apontar para algo e em seguida nomeá-lo, com o intuito de ensinar a que determinado nome se refere.

Uma primeira crítica que Wittgenstein faz à noção de definição ostensiva dirige-se à sua limitação. Pode-se facilmente reconhecer a utilidade das definições ostensivas no que se refere à definição de novos dados sensíveis e sua inserção ao nosso léxico. Pode-se inclusive aceitar que alguns objetos da

---

<sup>68</sup>HINTIKKA, M. B., HINTIKKA, J. *Uma Investigação Sobre Wittgenstein*. Papirus, Campinas, p. 209-211, 249,1994

<sup>69</sup> Wittgenstein não menciona este termo no *Tractatus*, mas ele é claramente o herdeiro do ato de mostrar tão presente na obra. Nas palavras de Hintikka “Afinal, a inefabilidade da semântica não impediu Wittgenstein de salientar o papel da ostensão sob o disfarce do ato de mostrar no *Tractatus*” (Hintikka, p.243-4,1994)

experiência imediata, mesmo que não sejam exatamente dados sensíveis, são passíveis de serem apresentados a nós por meio deste procedimento. Mas será que todos os tipos de objetos podem ser definidos ou inseridos em nosso vocabulário mediante tal procedimento?

Tal possibilidade é fortemente rechaçada nas **Investigações Filosóficas**. Wittgenstein deixa claro o problema criado caso se busque definir mediante este processo um nome próprio, uma palavra para cor, o nome de um ponto cardeal ou uma palavra para número, por exemplo (IF§ 28). Hintikka expõe a postura de Wittgenstein de forma bastante explícita.

“A variabilidade e a mutabilidade dos objetos físicos comuns, sem falar das excentricidades das mais exóticas entidades que povoam o mundo das ciências, são simplesmente por demais radicais para nos permitir sua definição ostensiva. Como apontar o estado da Califórnia, ou os objetos que não se conhece por familiaridade, no sentido de Russell? Como definir ostensivamente entidades de outros tipos que não os particulares?” (Hintikka, p. 235,1994)

A principal crítica do segundo Wittgenstein à noção de definição ostensiva, entretanto, não se dirige à sua limitação, mas sim à sua própria essência, qual seja, a pressuposição de uma ligação simples e imediata entre a linguagem e o mundo. Questiona a imediatividade da relação entre nome e objeto e postula com o conceito de jogo de linguagem que existe muito mais coisa entre o nome e o objeto do que o autor do **Tractatus** poderia imaginar. Uma breve citação das **Investigações Filosóficas** nos leva diretamente ao cerne de sua nova concepção.

“Santo Agostinho descreve o aprendizado da linguagem humana como se a criança chegasse a um país estrangeiro e não compreendesse a língua deste país; i.e., como se ela já tivesse uma linguagem, só que não essa, ou também: como se a criança já pudesse pensar, e apenas não pudesse falar”. (IF§32)

Segundo a citação de Agostinho, a criança iria aprendendo o significado das palavras à medida que o adulto fosse apontando para os objetos e pronunciando o nome que a ele corresponderia. O que Wittgenstein questiona

agora é a pressuposição que esse ato de nomear seja assim evidente, dispensando uma explicação anterior para que se compreenda o seu significado. Agostinho se refere a este ato de significar algo mediante gestos, como “a linguagem natural de todos os povos” (IF§1). Wittgenstein tematiza exatamente esta linguagem (ou qualquer outra forma de definição ostensiva) mostrando que ela não possui nada de natural. Caso se entenda por este termo (como Agostinho parece ter feito) algo inerente ao ser humano enquanto espécie. Mas, precisamente o que a criança deveria saber de antemão para compreender uma definição, aparentemente tão imediata e evidente como a definição ostensiva? E porque esta questão é tão importante? Começando pela última questão, poderíamos dizer que esta problemática é importante, pois caso se descubra algo na relação linguagem e mundo que seja mais primitivo do que a definição ostensiva, está a ser desconstruída toda concepção tradicional da linguagem. Se há algo anterior ao ato de ‘mostrar’, isso significa que a teoria pictórica da linguagem não foi até às raízes da linguagem humana e precisa portanto, ser ‘atualizada’.

Da leitura das *Investigações Filosóficas* podemos destilar pelo menos duas condições necessárias (e não tematizadas até então) para que as definições ostensivas sejam bem sucedidas<sup>70</sup>. Primeiramente, seria preciso que a pessoa a quem o novo objeto estivesse sendo apresentado mediante a definição ostensiva, estivesse familiarizada com a condição lógica deste mesmo objeto. Em segundo lugar, mas não menos importante, pressupõe-se que essa pessoa compreenda o significado do ato de mostrar. Vejamos cada caso isoladamente.

(1) O fato de a definição ostensiva ser dependente do fato da pessoa saber de antemão o ‘lugar lógico’ do objeto, é deixado bastante evidente por Wittgenstein mediante dois exemplos. Para explicar ostensivamente o número

---

<sup>70</sup> Hintikka, op. cit, p. 236-7.

‘dois’, a pessoa já deve saber o significado da palavra ‘número’, que é o lugar que a palavra ‘dois’ ocupa na linguagem. Caso não saiba, deve-se elucidá-la. “Portanto, elucidar por meio de palavras !”.(IF§29) O mesmo se dando para a definição ostensiva da figura do rei no jogo de xadrez. A pessoa só a compreenderia adequadamente caso já soubesse as regras do jogo, ou pelo menos já dominasse algum jogo. (IF§31). Mas não apenas isto.

(2) Para que a pessoa compreenda uma definição ostensiva, além de já ter que conhecer o lugar que aquele objeto ocupa na linguagem, deve também ser capaz de entender, ou estar a par do significado do ato de mostrar. As dúvidas de Wittgenstein quanto à possibilidade desta auto-evidência do ato de mostrar (definição ostensiva) são uma marca forte de seu período intermediário. Na primeira página do ***The Blue Book***, lança a pergunta: “A definição ostensiva precisa ela própria ser compreendida?” (Wittgenstein *apud* Hintikka, p. 236, 1994)<sup>71</sup>. A resposta dada nas ***Investigações Filosóficas*** é taxativa: “Toda elucidação pode ser mal compreendida”. (IF§29). Ora, se *toda* definição pode ser mal compreendida isso significa que a definição ostensiva não é auto-evidente, ou uma ‘linguagem natural’ como pressupôs Agostinho e toda a tradição. “Somos educados, treinados para perguntar: ‘como se chama isso?’ Ao que segue a denominação. E há também um jogo de linguagem: encontrar um nome para algo. Portanto, dizer: ‘Isto se chama...’, e então empregar um nome”.(IF§27)

Uma anedota zen mostra claramente como mesmo a relação mais básica entre a linguagem e o mundo, ou seja, a definição ostensiva é ela mesma ainda linguisticamente mediada. Um mestre, após uma lição acerca da importância de ver tudo como é, sem interpretar ou utilizar teorias, ao retornar ao mosteiro

---

<sup>71</sup> “Em vista dessa pletora de acusações contra a definição ostensiva, é surpreendente que Wittgenstein, no entanto, ainda a considerasse o exemplo paradigmático da explicação não-verbal do significado em 1933-4, quando ditou *The Blue Book*. É também curioso que ele tenha, posteriormente, nas *Investigações Filosóficas*, feito passar como críticas à definição ostensiva muitas das mesmas idéias que ele havia defendido durante seu período intermediário...” (Hintikka, p. 236-7, 1994).

aponta a lua aos discípulos, mas percebe que seu melhor discípulo olhava para seu dedo. Ao indagar por que o discípulo agia assim, recebeu a resposta: “Porque pressupor que o senhor quer apontar algo com o dedo e não apenas levantar a mão, não é ver as coisas como elas são”.

Nas palavras de Moreno:

“Isso mostra que mesmo as ligações mais primitivas entre linguagem e mundo não são jamais imediatas, nem definitivas e nem uniformes. Elas serão, pelo contrário, sempre mediatizadas por práticas ligadas à linguagem; serão sempre frutos de convenções, isto é, não serão necessárias, não terão fundamentos últimos; serão sempre multiformes, isto é, serão relativas a jogos variados”.(Moreno, p. 22,1995)<sup>72</sup>

### 2.1.2 Jogos de Linguagem

*‘Pensar é estar doente dos olhos’  
(Ricardo Reis)*

Vimos que Wittgenstein recorre ao conceito de jogo de linguagem para fundamentar suas principais críticas à concepção tradicional de linguagem. De fato, esta é a categoria central desta segunda fase de seu pensamento. Até aqui, esta categoria foi usada sem a preocupação de lhe conferir uma definição acurada, apenas apontamos a maneira como esse conceito é utilizado pelo segundo Wittgenstein em alguns momentos da sua prática argumentativa. O que fizemos foi mostrar o uso que Wittgenstein faz deste conceito, para que mediante o reconhecimento deste uso, sua significação pudesse tornar-se minimamente familiar. Mais adiante nos deteremos em alguns dos usos que fizemos do conceito de jogo de linguagem, pois acreditamos que evidenciam características fundamentais deste conceito,mas antes disso é importante delinear mais claramente aquilo que Wittgenstein entende por este termo.

A busca de uma definição precisa, pontual e última do conceito de jogo de linguagem (não só deste) nas ***Investigações Filosóficas*** está fadada ao

---

<sup>72</sup> Moreno, Arley R. **Wittgenstein através das imagens**. São Paulo: UNICAMP,1995

fracasso. Wittgenstein, coerentemente com a sua nova concepção de linguagem, se recusa tacitamente a fornecer uma definição unívoca e acabada de qualquer termo, esta atitude é bastante evidente quando se trata especificamente do conceito de jogo de linguagem.

Ao mostrar as críticas de Wittgenstein à concepção tradicional de linguagem, vimos que um dos seus ataques mais duros dirigia-se ao erro de reduzir a variedade das formas lingüísticas (imperativo, etc., ou mesmo as variedades de descrições) à uma essência comum. Uma das marcas mais fortes do segundo Wittgenstein é seu anti-essencialismo. “Essência; não há nada digno desse nome a se buscar”. (IF??) Wittgenstein, pois, não se dá ao trabalho, em nenhum momento, de dizer qual a essência dessa miríade de jogos de linguagem que postula e que pretensamente o habilitaria a referir-se a todos pelo mesmo nome. Isto porque, segundo sua nova concepção “Não há uma coisa comum a todos esses fenômenos, em virtude da qual empregamos para todos a mesma palavra” (IF§65). O que considera justificar o uso da mesma palavra para todos os casos não é uma essência comum, mas apenas similitudes, semelhanças aqui e ali a que se refere com a expressão ‘semelhança de família’ (IF§67) essa idéia mais flexível de semelhança de família substitui a idéia de essência, e é neste sentido que Wittgenstein diz que seu novo método poderia ser sumarizado ao se dizer que ele consistia no exato oposto daquele de Sócrates<sup>73</sup>.

Este anti-essencialismo tem reverberações fundamentais, como bem colocado por David Pears<sup>74</sup>.

---

<sup>73</sup> “Connected with the inclination to look for a substance corresponding to a substantive is the idea that, for any given concept, there is an ‘essence’ – something that is common to all the things subsumed under a general term. Thus, for example, in the Platonic dialogues, Socrates seeks to answer philosophical questions such as: ‘What is knowledge?’ by looking for something that all examples of knowledge have in common. (In connection with this, Wittgenstein once said that his method could be summed up by saying that it was the exact opposite of that of Socrates.) In the *Blue Book* Wittgenstein seeks to replace this notion of *essence* with the more flexible idea of *family resemblance*” (Monk, Op. Cit. p.337-8, 1990)

<sup>74</sup> Pears, David. **As idéias de Wittgenstein**. São Paulo: Cultrix, 1971

“Dessa forma, quando rejeitou a teoria essencialista do Tractatus, estava, ao mesmo tempo, fazendo alguma coisa muito mais geral. Estava abandonando a antiga investigação a priori e começando algo totalmente diverso, uma investigação acerca do fenômeno humano da linguagem, que seria empírica, direta, quase trivial (Pears, p.109,1971)

Assim sendo, o anti-essencialismo e sua consequência metodológica imediata, i.e., o abandono da investigação a priori da linguagem, nos lança no cerne mesmo da nova teoria wittgensteiniana da linguagem, a saber, a dimensão pragmática de todo significado. A primazia da dimensão pragmática da linguagem, que assume a forma da atenção devotada à linguagem cotidiana (em oposição a uma linguagem depurada), ao contexto lingüístico, às formas de vida associadas à linguagem, às práticas sociais que as envolve, etc. Todas essas características denunciadoras da primazia da dimensão pragmática da linguagem vêm à tona quando Wittgenstein se ocupa em delinear minimamente os contornos daquilo a que se refere como jogo de linguagem: “Chamarei também de jogo de linguagem o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada” (IF§7). “E representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida”. (IF§19). Ou ainda, “O termo ‘jogo de linguagem’ deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida” (IF§23). Essas passagens nos comunicam duas informações importantes, que estão intimamente relacionadas. Em primeiro lugar, nos informam que aquilo que Wittgenstein entende por jogo de linguagem é algo muito mais abrangente do que atos de fala e discursos meramente lingüísticos, no sentido usual destes termos. Os jogos de linguagem abrangem características pragmáticas, ‘atividades’, ‘formas de vida’. Não compreender esta abrangência do conceito de jogo de linguagem é cometer um erro interpretativo ao qual Hintikka (1994) se refere como ‘falácias dos jogos de linguagem verbais’<sup>75</sup>. Uma segunda informação importante que podemos extrair destas passagens é que se o

---

<sup>75</sup> Hintikka, op. cit, p.286.

significado só pode emergir em um jogo de linguagem e este envolve necessariamente atividades e práticas, estas atividades e práticas devem necessariamente ser incluídas em qualquer investigação que envolva o estudo de significados.

Alguns exemplos fornecidos por Wittgenstein nos ajudam a ter uma idéia um pouco mais precisa daquilo que entende por jogo de linguagem. Ao mesmo tempo em que mostram claramente como esses jogos sempre envolvem práticas, atividades. São eles:

“Comandar, e agir segundo comandos; descrever um objeto conforme aparências e conforme medidas; produzir um objeto conforme uma descrição (desenho); relatar um acontecimento; conjecturar sobre o acontecimento; expor uma hipótese e prová-la... representar teatro... pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar” (IF§23)

Frente a essa miríade de jogos de linguagem e à variedade de atividades que os constituem e às formas de vida que os envolvem, o anti-essencialismo ferrenho do segundo Wittgenstein reza que, na busca do seu significado devemos resistir à tentação de ir em busca da forma ideal ou da essência significativa oculta de cada um deles e nos dedicar a ‘ver’ como essas diferentes formas de linguagem são usadas (IF§66). O que os jogos de linguagem querem significar não está oculto, para que precisássemos de uma análise, caso quiséssemos ter aceso. O significado de um enunciado imperativo não deve ser buscado no seu conteúdo descritivo latente. O conceito de jogo de linguagem, como o conjunto da linguagem e das práticas a ela associadas, vem enfatizar precisamente o fato de que o significado deste enunciado imperativo (p. ex) está precisamente na forma como ele é usado no contexto mais amplo do jogo de linguagem ao qual pertence, ou seja, no contexto de um jogo de linguagem que consiste em dar e receber ordens. Ora, se o significado depende do contexto e este é sempre contingente, mutável e histórico, isto significa que o ideal de

exatidão, de significação definitiva, ou de uma linguagem ideal e acabada, deve ser abandonado.

Esta concepção de significado decorrente do conceito de jogo de linguagem traz a filosofia de volta ao solo do qual brotou, a saber, a vida cotidiana, corriqueira, comum. Não para abstrair daí uma essência não detectada ordinariamente, ou um significado oculto, mas tão somente para descrever o uso efetivo que se faz da linguagem. “A filosofia não deve, de modo algum, tocar no uso efetivo da linguagem; em último caso, pode apenas descrevê-lo. Pois também não pode fundamentá-lo. A filosofia deixa tudo como está”. (IF§124) Porque a concepção de que a linguagem é algo único não passa de uma superstição (IF§110), não resta nada a ser analisado ou elucidado, mas apenas a ser descrito (IF§109). Os problemas filosóficos surgem quando alienamos as palavras do seu contexto habitual de uso, quando por assim dizer, a linguagem caminha no vazio (IF§132). O trabalho do filósofo deve ser, portanto, o de trazer a palavra de volta para o jogo de linguagem no qual ela ‘se sente em casa’ (IF§116). Porque o significado de uma palavra é seu uso, quando alienamos uma palavra de seu contexto de uso, ela se torna filosoficamente problemática.

Veja-se o milenar problema “O que é o tempo?” (IF§89) Resta saber o que nos leva a alienar uma palavra de seu contexto de uso e conseqüentemente a nos envolver em problemas filosóficos insolúveis. Esta tendência surge porque nosso entendimento é, por assim dizer, enfeitiçado por nossa linguagem (IF§109), somos confundidos por metáforas incorporadas às nossas formas de linguagem (IF§112) que nos dão a impressão de que o uso de determinada palavra em outro contexto também se justifica, e daí surgem os problemas filosóficos. Assim, usualmente, perguntamos “Você tem tempo?” e esta pergunta não nos envolve em nenhum tipo de problema filosófico (talvez em algum problema ético por sermos tentados a mentir, caso a pessoa queira nos ocupar indevidamente) mas

quando , tentados pela semelhança com a pergunta: “O que é isso que você tem em mãos?” Que pode ter por resposta ‘uma flor’ fazemos à pergunta ‘O que é o tempo?’ A maneira de responder este e outros problemas filosóficos semelhantes é assim expresso por Wittgenstein:

“Quando os filósofos usam uma palavra – ‘saber’, ‘ser’, ‘objeto’, ‘eu’, ‘proposição’, ‘nome’ – e procuram apreender a essência da coisa, deve-se sempre perguntar: essa palavra é usada de fato desse modo na linguagem em que ela existe? Nós reconduzimos as palavras do seu emprego metafísico para o seu emprego cotidiano”.(IF§116)

Porque a filosofia consiste neste trabalho de levar a palavra de volta ao seu contexto, e os contextos sendo diferentes, a filosofia não pode contar com um método único, mas terá que lançar mão de diferentes métodos. Assim como se lança mão de diferentes procedimentos para se curar uma doença, o filósofo se utiliza de diferentes procedimentos e terapias e trata as questões como doenças. (IF§255)

Uma vez compreendida esta pequena exposição acerca do conceito de jogo de linguagem e sua íntima relação com a nova maneira de Wittgenstein compreender o significado como fundamentalmente ligado ao uso e não à referência, será esclarecedor lembrarmos a maneira como usamos este conceito anteriormente. Isto nos dará uma idéia clara da função que este conceito desempenha no quadro geral da obra e, conseqüentemente de seu significado mais preciso.

Primeiramente nos utilizamos do conceito de jogo de linguagem para fundamentar a crítica do segundo Wittgenstein à redução operada pela tradição, que considerava que todas as formas de discurso extraíam seu significado da forma designativa. Mostramos, então, que mesmo alguns tipos de discurso descritivo (o discurso sobre as cores, p.ex) não eram passíveis de serem reduzidos, mediante análise, a uma forma descritiva mínima, comum a todos eles. Sendo variadas e incomensuráveis as formas de discurso, assim como os

jogos, devem ser consideradas em seus próprios termos e não tentando reduzi-las a uma forma primitiva comum.

O segundo contexto em que empregamos o conceito de jogo de linguagem, revela um traço mais fundamental. Afirmamos que a crítica à concepção tradicional de linguagem, levada a cabo pelo segundo Wittgenstein, não se restringia a denunciar sua limitação (ao reduzir o todo da linguagem ao seu caráter designativo), mas questionava a própria natureza desta descrição. Como o conceito de jogo de linguagem mostrou; lá onde a ligação linguagem-mundo é mais primitiva, a saber na definição ostensiva, mesmo assim ela ainda não é imediata. Há sempre um jogo de linguagem mediando qualquer relação representativa, por mais simples que ela seja<sup>76</sup>.

A escolha da analogia do jogo para explicar o funcionamento da linguagem é tão perfeita que apenas por pensarmos em jogos, muitos significados do conceito de jogo de linguagem se clarificam. Há uma semelhança entre os jogos e a linguagem que é bastante evidente e importante para a compreensão de qualquer um dos dois termos, a saber, o fato de ambos serem atividades guiadas por regras. Deter-nos-emos mais demoradamente nesta característica marcante do jogo de linguagem mais adiante. Por ora nos ocuparemos das críticas feitas pelo segundo Wittgenstein à concepção que atrela o significado da linguagem à intencionalidade ou aos atos mentais. No decorrer da apresentação, a explicitação do conceito de regra se fará premente, uma vez que é eminentemente a partir deste conceito que Wittgenstein será capaz de fundamentar sua postura de que a linguagem é uma atividade ineliminavelmente pública, cujo sentido deve ser buscado mais no uso do que no ato mental de querer dizer (*meinem*) algo.

---

<sup>76</sup> Hintikka, op. cit. p. 288-9, 1994; Moreno, op. cit. p.23, 1995

(2.3) Vimos, quando apresentamos a teoria tradicional do significado, que, de acordo com esta concepção, pelo menos duas coisas são tidas como fundamentais para que a linguagem possa representar significativamente o mundo. Por um lado, é preciso que a linguagem tenha uma referência, pois seria esta referência que lhe conferiria um significado. Por outro lado, para que algo físico, como um som, traços em forma de palavras ou um desenho, ultrapassasse o plano meramente físico e atinja o plano representacional da significação, é preciso que estes traços físicos sejam imbuídos de intencionalidade. Assim, os traços aleatórios feitos por uma formiga, por mais semelhantes que pudessem ser a uma pessoa real, só poderiam ser tidos como uma representação desta pessoa caso a formiga tivesse essa pessoa ‘em mente’, ou tivesse a intenção de representá-la. Apresentamos a crítica de Wittgenstein a este primeiro aspecto. Com conceito de jogo de linguagem, Wittgenstein aponta a limitação desta concepção designativa e critica a crença que vê esta relação designativa como algo simples, imediato e não problemático. Agora, como pretende destruir todo o castelo de areia da concepção tradicional de linguagem (IF§118) é preciso estender suas críticas também a essa outra pressuposição fundante da teoria tradicional: a dependência do significado do ato mental de ‘ter-em-mente’.

Antes de apresentar as críticas de Wittgenstein, é importante enfatizar algumas concepções que jazem por traz desta idéia de que o significado depende de atos mentais de ‘ter-em-mente’, ou da intencionalidade.

Uma primeira característica inerente a esta concepção diz respeito ao papel da linguagem no processo do conhecimento. Se o sentido da minha fala depende do meu ato mental de ter algo em mente enquanto pronuncio uma palavra, isto significa que antes de me expressar eu já devo conhecer, de forma não linguisticamente mediada, o significado do que pretendo falar. Assim sendo, a linguagem é excluída do processo de produção do conhecimento, sendo

relegada ao papel secundário de exprimir ou comunicar um conhecimento já adquirido por outros meios.

Uma segunda característica inerente a estes atos mentais é o seu caráter privado. Uma vez que o conhecimento deve ser acessível ao sujeito antes dele poder comunicá-lo mediante a linguagem, apenas o produtor do conhecimento teria acesso direto a ele. Já que suas vivências são subjetivas e individuais, atos espirituais intransferíveis, só podemos ter um acesso secundário ao conhecimento produzido por outros. Como se aquele que tem a experiência direta, não lingüística e imediata, tivesse um livro original diante de si e os outros apenas pudessem ler a sua tradução daquele original, só disponível a ele.

Ao apresentar as críticas de Wittgenstein a esta concepção que associa o significado da linguagem ao ato mental de ter algo em mente ou à intencionalidade, seguiremos os seguintes passos: (1) Mostraremos que Wittgenstein não considera necessário recorrer a tal expediente metafísico e abstrato para se explicar a maneira pela qual a linguagem adquire significado. (2) Na continuação mostraremos que além de desnecessária, a evocação dos atos mentais não é suficiente para se explicar a assunção do significado lingüístico.

(1) Suponhamos que alguém diga-nos algo como ‘Mostre um jogo às crianças (IF§71). Nós, displicentemente, ensinamos às crianças a jogar dados apostando dinheiro. A pessoa que nos instou a mostrar algum jogo às crianças poderia então, caso visse o tipo de jogo que estivemos a ensiná-las, nos dizer que não era este tipo de jogo que ela ‘tinha em mente’ (*gemeint*) quando nos fez a proposta. A questão é: Será que esta pessoa teve necessariamente uma imagem mental ou uma idéia, por vaga que seja, da exclusão do jogo de dados, no momento em que ela deu a ordem? Muito provavelmente a imagem do jogo de dados não pairou na cabeça dela quando ela proferiu a ordem. Apesar disso, essa pessoa pode legitimamente afirmar que o sentido específico que deu ao

termo 'jogo', neste contexto particular, excluía jogos de azar envolvendo dinheiro. Em outras palavras, não é necessário recorrer a uma imagem mental para conferir um significado específico a uma frase. O próprio uso corrente do conceito de jogo, em um contexto infantil, implica a exclusão dos jogos de azar que envolvem dinheiro, não sendo necessário o recurso à uma imagem mental, ou a uma intencionalidade dirigida precisamente aos jogos de dados, para conferir o significado à frase<sup>77</sup>.

Tomemos um outro exemplo. Suponhamos que alguém nos aponte objetos e pronuncie palavras para elucidar alguma característica particular deste objeto. (IF§35)<sup>78</sup>. Como saber se a pessoa buscava elucidar o significado das cores ou das formas? Somos tentados a pensar que em cada caso ele tem vivências peculiares. Que descobriríamos para o que a pessoa estava apontando quando desvendássemos a sua imagem mental. Wittgenstein diz que tal recursão não é necessária e que, em última instância, saberíamos se 'Ele apontou a forma e não a cor' dependendo das circunstâncias, i.e., daquilo que acontecesse antes e depois do apontar' (IF§35). Ou seja, se apenas a observação do contexto de uso da palavra, da forma que ela é empregada, é suficiente para descobrir seu significado, isso quer dizer que recorrer à imagem mental daquele que a pronunciou é desnecessário. Ou ainda, quando alguém nos ensina uma fórmula qualquer, suponhamos ' $n+2$ '(IF§185) será necessário recorrer a imagens mentais ou a estados anímicos para explicar o significado da fórmula? Será que a pessoa que se propôs a nos ensinar a fórmula teve em mente a passagem de todos os números que podem ser regulados pela fórmula? Será que para que nossa aplicação da regra à passagem de 17559 para 17560 seja significativa, é necessário que este número particular tenha estado, como uma imagem, na

---

<sup>77</sup> Spaniol, Werner. **Filosofia e método no segundo Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Loyola, p.63, 1989

<sup>78</sup> Também em IF§73

mente da pessoa que nos ensinou a fórmula? A resposta a estas perguntas é certamente negativa. A maneira pela qual nos certificamos de que a pessoa compreendeu a regra é esclarecedora para se perceber a superfluidade de se recorrer a imagens mentais como explicação da produção ou da compreensão do sentido.

Ora, apenas observando o aprendiz podemos dizer se ele compreendeu a fórmula. Se ele for capaz de *usar* a fórmula corretamente, aplicá-la com retidão, isso é suficiente para dizermos que ele a compreendeu (IF§154,179-80)

(2) No tópico anterior nos focamos em alguns exemplos que mostram ser desnecessário se recorrer a imagens mentais para explicar a produção ou compreensão de signos significativos. Vejamos agora alguns exemplos em que as imagens mentais podem estar presentes, mas que não são suficientes para explicar esses processos.

Lembrando o exemplo do ensino da fórmula ' $n+2$ ', mencionado no tópico anterior, podemos tornar claro o presente ponto. Imaginemos que a fórmula foi apresentada a dois alunos, A e B, e suponhamos que eles fossem submetidos a um exercício. Através de um processo de ressonância magnética vemos que a imagem mental da fórmula surge no cérebro dos dois sujeitos, quando lêem o exercício. A pergunta é: Será que a presença desta imagem no cérebro é suficiente para afirmarmos que ambos compreenderam a fórmula? A resposta do segundo Wittgenstein seria enfaticamente negativa. "Pois é perfeitamente imaginável que a fórmula lhe venha ao espírito e que no entanto ele não a compreenda. 'Ele compreende' deve conter mais que: a fórmula lhe vem ao espírito". (IF§152).

Imaginemos que alguém, querendo nos ensinar o significado da palavra azul, aponte para várias coisas de diferentes tonalidades de azul, e diga: "À cor que é comum a todas chamo de 'azul'." (IF§72). Será que ter uma imagem mental

é suficiente para compreender o significado da palavra ‘azul’, ‘verde’, etc.? Será que ter uma imagem mental de um verde puro, ou seja, um verde que representa todos os verdes é suficiente para dizer que compreendo o significado da palavra ‘verde’? Estamos aqui diante do mesmo problema da fórmula: Posso ter a cor ou a fórmula na cabeça, como uma imagem mental e ainda assim dizer que não compreendo o seu significado porque não sei como aplicá-la em casos concretos. Posso ter a imagem do verde na cabeça e ainda assim não saber que ela representa todas as cores que têm uma pigmentação semelhante.

“Mas não poderia haver tal modelo ‘geral’? Algo como um esquema de folha, ou um modelo de verde puro? – certamente, mas que esse esquema seja compreendido como esquema, e não como forma de uma folha determinada, e que um quadrinho de verde puro seja compreendido como modelo de tudo aquilo que tem a cor verde e não como um modelo para o verde puro – isso depende do modo de emprego desses modelos”.  
(IF§73)

Ou seja, mesmo presente, a imagem mental por si só não é suficiente para determinar a compreensão ou o estabelecimento de um significado, a menos que seja acompanhada da regra de emprego. Isto significa que a compreensão não é uma ocorrência, mas sim uma capacidade de seguir determinadas regras que regulamentam o uso e, por isso, estabelecem o significado dos signos lingüísticos.

### 2.1.3 Regras e Linguagem Privada

As críticas acima apresentadas à noção tradicional que vê o significado e a compreensão como dependentes de atos mentais como ter-em-mente, imagens

mentais etc. trazem consigo a crítica a uma concepção intimamente arraigada na filosofia ocidental, qual seja, a relação entre a linguagem e as vivências interiores. Mencionamos anteriormente que a tradição pressupõe que apreendemos o conhecimento mediante um processo imediato, sem a interferência da linguagem, de forma pessoal e intransferível. Ninguém pode ter acesso às nossas imagens mentais. As críticas do segundo Wittgenstein mostraram que a linguagem sempre intermedeia a relação entre o homem e o mundo (ver crítica à definição ostensiva) e que processos interiores e privados como imagens mentais etc., não são nem necessários nem suficientes para se entender o processo de produção ou compreensão de sentido (crítica à noção de ter-em-mente). Agora, mediante a exposição das considerações wittgensteinianas acerca da natureza das regras e da impossibilidade de uma linguagem privada, pretende-se evidenciar em toda sua profundidade a abrangência e a radicalidade da nova concepção lingüística e filosófica do segundo Wittgenstein. Aspectos centrais de sua nova filosofia virão à tona, trazendo consigo novas possibilidades de abertura para reflexões éticas. Tal é o caso de sua nova concepção acerca da relação entre o público e o privado, concepção esta que concede uma imediata primazia à esfera pública. Como os conceitos de ‘seguir uma regra’ e sua refutação da possibilidade de uma linguagem privada estão intimamente relacionados, os apresentaremos conjuntamente.

Segundo o ***Dicionário Wittgenstein***<sup>79</sup>, “O papel estratégico de sua celebrada discussão acerca da atividade de seguir uma regra é esclarecer o modo como as regras guiam nosso comportamento e determinam o significado das palavras”(Glock, p.312, 1997). Neste ponto se torna mais uma vez evidente a pertinência da escolha do jogo como analogia para explicar o funcionamento da linguagem. Uma semelhança bastante visível entre os jogos e a linguagem

---

<sup>79</sup> Glock, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

encontra-se no fato de ambos serem atividades coordenadas por regras. Uma das coisas que Wittgenstein procura acentuar com o termo ‘jogo de linguagem’ é o fato de que, em diferentes contextos, seguem-se diferentes regras e que é a partir destas regras que se deve buscar o sentido das expressões lingüísticas. Assim como precisamos saber as regras de um jogo para conseguir entender o significado ou a maneira de utilizar uma de suas peças, da mesma forma, para entendermos uma expressão lingüística, precisamos saber as regras que norteiam o seu uso no interior do jogo de linguagem, no qual ela está sendo empregada. Vimos também que Wittgenstein se recusa a identificar a produção ou compreensão do sentido de uma palavra com a existência de atos mentais ou intencionalidade e iguala o sentido das expressões ao uso delas no interior de um jogo de linguagem específico, como deixa bem claro com a analogia do xadrez:

“Um lance de xadrez não consiste somente no fato de que uma peça seja movida de tal ou qual modo no tabuleiro, também não consiste nos pensamentos e sentimentos daquele que as move e acompanham o lance; mas sim nas circunstâncias a que chamamos ‘jogar uma partida de xadrez’, ‘resolver um problema de xadrez’ e coisas do gênero”. (IF§53)

Ora, o que caracteriza o jogo de xadrez não é necessariamente o formato de suas peças (recusa das teorias mágicas da referência), não é aquilo que os jogadores têm em mente (recusa da necessidade de vinculação do significado aos atos mentais) mas sim uma maneira específica de usar as peças. Em outras palavras, é o fato de manejar as peças de acordo com determinadas regras que confere a um jogo de tabuleiro o nome de jogo de xadrez. Saber jogar xadrez ou falar uma língua é, pois, uma capacidade de seguir as regras que regulam o movimento das peças ou o uso das palavras neste jogo de tabuleiro ou naquele jogo de linguagem específico.

Para simplificar a apresentação da concepção wittgensteiniana de regra ou do ato de ‘seguir a regra’ nos deteremos apenas em dois aspectos.(1)

Primeiramente nos ocuparemos da explicitação do caráter pragmático que Wittgenstein confere à regra ou à atividade de seguir a regra. (2) Em seguida apresentaremos o caráter necessariamente público da concepção wittgensteiniana de (seguir a) regra.

(1) No verbete sobre seguir a regra do *Dicionário Wittgenstein*, Glock afirma que “Wittgenstein não tentou fornecer uma definição analítica para ‘regra’, uma vez que considerava o termo como um conceito determinado por semelhança de família, melhor explicado com base em exemplos”.(Glock,p. 312,1997) Esta recusa de oferecer definições analíticas é recorrente em todas as ***Investigações Filosóficas***, fruto da concepção anti-essencialista da linguagem e da idéia de significado como uso. No que diz respeito à concepção de regra, a compreensão desta anti-analiticidade é fundamental para se perceber o caráter pragmático que Wittgenstein imprime a este conceito. Segundo Garver:

“Definições são analíticas por sua própria natureza, e a exigência por conceitos bem definidos é a rubrica distintiva da filosofia analítica. O trabalho posterior de Wittgenstein é ressonantemente anti-analítico. Precisamos aprender a fazer coisas, precisamos ser treinados em vários usos da linguagem antes de poder pedir ou oferecer definições” (Garver,p. 285,1994)<sup>80</sup>

Tomemos o exemplo da aprendizagem da linguagem. Vimos que Wittgenstein rechaça a definição ostensiva como o ponto final de toda análise lingüística. A concepção agostiniana considerava que a definição ostensiva não podia ser questionada, pois era evidente, simples e imediata. Isso resolvia, em parte o problema da regressão ao infinito, pois a partir do momento em que algo era definido ostensivamente, nenhuma definição ulterior poderia ser exigida. Ao mostrar que a definição ostensiva é sempre mediada por um jogo de linguagem, Wittgenstein está negando que em algum momento a ligação entre a linguagem e

---

<sup>80</sup> “Definitions are analytic by their very nature, and the call for well defined concepts is a distinctive rubric of analytic philosophy. Wittgenstein’s later philosophy is resoundingly anti-analytic. We must learn to do things, we must be trained in various uses of language before we can ask or offer definitions”. (Garver,p. 285,1994)

o mundo seja evidente e, conseqüentemente, descartando o essencialismo lingüístico do atomismo lógico, com sua crença na possibilidade de se chegar a um significado último e definitivo das palavras mediante sua decomposição em formas lógicas elementares. O problema que parece se impor é o seguinte: Se não existe uma essência ligando a linguagem ao mundo, como parar o regresso ao infinito de se usar uma palavra para explicar outra e uma terceira para explicar a anterior, indefinidamente? Parece que, dizer que o significado de uma palavra deve ser buscado na regra que regula o seu uso no interior de um jogo de linguagem, aparentemente não resolve o problema do regresso ao infinito. Na verdade parece reintroduzir um problema semelhante àquele das definições ostensivas, ou seja, pressupõe-se que a regra seja evidente e não passível de interpretações errôneas. O aparente problema, semelhante ao do ensino por meio de definição ostensiva, seria: Se ensinar o significado de uma palavra a alguém é ensinar as regras de uso desta palavra, isso pressupõe que esta pessoa seja capaz de seguir as regras que regulam o uso daquelas palavras envolvidas no ensino do uso das regras em questão. Dito de outra forma: “A atividade de seguir uma regra não pode ser explicada invocando-se regras sobre como aplicar regras”. (Glock,p.315,1997).

Wittgenstein está bem ciente deste perigo e seu pensamento é coerente o suficiente para não incorrer em um erro tão semelhante àquele que criticou tão severamente (definição ostensiva). No parágrafo 84 das **Investigações Filosóficas**, Wittgenstein levanta uma questão esclarecedora: “Não podemos imaginar uma regra que regule o emprego da regra ? E uma dúvida que aquela regra levante – e assim por diante?” (IF§84).Em outra passagem, Wittgenstein apresenta a questão em forma de paradoxo: “Nosso paradoxo era: uma regra não poderia determinar um modo de agir, pois cada modo de agir deveria estar em conformidade com a regra”. (IF§201).

A maneira como Wittgenstein soluciona este paradoxo só pode ser compreendida se atentarmos para o fato de que os jogos de linguagem têm primazia em relação às suas regras. Isso significa que não é meramente por compreender as regras que seremos capazes de compreender o jogo do qual elas fazem parte. Já a compreensão das regras, por sua vez, pressupõe a compreensão prévia do jogo. Em diversas passagens, Wittgenstein é bastante enfático em relação a isto.

“E não se dá o caso também em que jogamos e fazemos as regras conforme prosseguimos? E também o caso em que as modificamos enquanto prosseguimos?” (IF§83)

“... onde é feita a ligação entre o sentido das palavras ‘joguemos uma partida de xadrez’ e todas as regras do jogo? Ora, nas instruções do jogo, na lição de xadrez; na práxis diária do jogo”. (IF§197)

“Pode-se também imaginar que alguém aprenda o jogo sem aprender todas as regras, nem a sua formulação... ou também: diremos apenas que aprende seu uso quando o lugar já está preparado. E está preparado aqui não porque aquele para quem damos a elucidação já sabe as regras, mas porque, em outro sentido, já domina um jogo”. (IF§31)

Dito isto, percebe-se que o conceito de regra, antes de cair no mesmo erro do de definição ostensiva, i.e., pressupor uma ligação imediata, evidente e incorruptível entre a linguagem e o mundo é, assim como este, precedido por jogo de linguagem.

Resta ainda explicar de que maneira aprendemos e seguimos as regras, uma vez que, para evitar o regresso ao infinito, não podemos recorrer a regras que regulem o aprendizado das regras. Wittgenstein, ao se recusar este regresso ao infinito afirma que em algum momento as justificações para se seguir uma regra se esgotam e então atinge-se, por assim dizer, a ‘rocha dura e a pá entorta’ (IF§217) e arremata com afirmações que parecem, à primeira vista, uma troca do regresso ao infinito por uma parada dogmática. Diz ele: “Estou inclinado a dizer: é assim que ajo”.(IF§27) “Quando sigo a regra não escolho, sigo a regra cegamente” (IF§219)

Essa recusa a explicações ulteriores, entretanto, não é uma parada dogmática. Baseia-se na convicção de que justificações teóricas finais e acabadas baseiam-se em um dos dois, ou nos dois erros que já mostrou evidentes: a crença de que a linguagem possui uma essência e que essa essência espelha a essência do mundo e que de alguma forma temos acesso não-lingüístico e indubitável ao mundo. A recusa de Wittgenstein de oferecer justificações ulteriores é uma recusa teórica e marca sua postura pragmática em relação ao significado. Vimos que Wittgenstein considera jogo de linguagem como o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada. Esta concepção da linguagem como uma atividade entre outras, como fazendo parte de uma forma de vida, esta pragmatização da concepção da linguagem é evidente quando Wittgenstein procura explicar seu conceito de regra. Assim, aprender uma regra não é algo teórico (porque levaria a um regresso ao infinito), mas uma prática existencial embebida em uma forma de vida. As passagens textuais não poderiam ser mais explícitas. “Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez, são hábitos (costumes, instituições) compreender uma frase significa compreender uma linguagem<sup>81</sup>. Compreender uma linguagem significa dominar uma técnica”. (IF§199) Em outras passagens deixa claro que seguir uma regra é uma capacidade, e, portanto atrelada ao treino:

“Eis porque ‘seguir uma regra’ é uma práxis”.(IF§202) “Seguir uma regra é análogo a: seguir uma ordem. Somos treinados para isto e reagimos de um determinado modo”. (IF§206) “Permita-me perguntar: o que tem a ver a expressão da regra – digamos, o indicador de direção – com minhas ações? Que espécie de ligação existe aí? – ora, talvez esta: fui *treinado* para reagir de uma determinada maneira a este signo e agora reajo assim”. (IF§198).

---

<sup>81</sup> Deixa claro a concepção holística de linguagem. “Quando começou a ler? Qual é a primeira palavra que ele leu? Esta questão não tem sentido aqui. A menos que expliquemos: ‘A primeira palavra que uma pessoa ‘lê’ é a primeira palavra da primeira série de 50 palavras que ela lê corretamente (ou algo do gênero)”. IF§157. Mostra a primazia dos jogos de linguagem sobre as regras. Entendemos as regras porque sabemos um jogo e não o contrário.

Ao ligar o ensino da linguagem a um treino e não a uma aprendizagem (que seria o termo mais usual) Wittgenstein está chamando atenção para o caráter não proposicional ou não-lingüístico da aquisição e produção de significado, ou seja, está chamando atenção para a primazia da pragmática sobre a semântica.

(2) Outra característica marcante da concepção wittgensteiniana de regra , além de sua dimensão eminentemente pragmática, diz respeito ao seu caráter ineliminavelmente público. Não existe algo como uma regra privada. Para Wittgenstein, a concepção que crê possível a existência de uma regra privada é uma confusão que se desmancha no ar quando submetida a uma análise ‘terapêutica’. Deter-nos-emo mais adiante para explicar a conotação específica que o termo ‘privado’ adquire nas ***Investigações Filosóficas***, por ora, é importante chamar atenção para a ligação deste tópico com o ‘argumento da linguagem privada’.

Ao apresentar a concepção wittgensteiniana de regra, como um conceito que não pode ser separado de seu caráter público, já estaremos a introduzir sua repulsa à noção de uma linguagem privada. A relação entre estes dois conceitos é tão estreita que alguns autores chegam inclusive a afirmar que ao final da seção que trata das regras, o verdadeiro argumento da linguagem privada já se encontra completo<sup>82</sup>. Apesar de não partilharmos desta concepção, é importante chamar-se atenção para a íntima relação e interdependência existente entre estes dois conceitos.

No parágrafo 202 das ***Investigações Filosóficas***, Wittgenstein introduz a concepção segundo a qual a regra e o ato de seguir a regra não podem ser

---

<sup>82</sup>KRIPKE, Saul A. **Wittgenstein On rules and private Language**. Cambridge, Harvard University Press, 2002,p,3 “*In my view, the real ‘private language argument’ is to be found in the sections preceding §243*” Ou seja, a seção que trata de seguir a regra.

dissociados de seu caráter público. “Eis porque ‘seguir a regra’ é uma práxis. E acreditar seguir a regra não é seguir a regra. E daí não poderemos seguir a regra privadamente: porque senão, acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra”.(IF§202). A grande distinção que está em jogo aqui é a diferença entre seguir (de fato) uma regra e a impressão de que se está seguindo uma regra, sem contudo estar realmente seguindo-a. Como podemos nos assegurar que estamos de fato seguindo a regra e não que temos apenas a impressão de estar seguindo a regra? O pano de fundo do qual esta questão emerge não é certamente epistemológico ou psicológico. Não se trata de questionar e investigar as artimanhas, truques ou peças que nossa consciência pode nos pregar, trata-se, ao invés, de uma questão semântica. De que forma determinamos quando sabemos alguma coisa? Como posso saber que o significado da palavra alemã ‘*Bedeutung*,’ que acabei de aprender nas minhas aulas deste idioma, foi corretamente captado por mim? Posso ter tido a impressão de estar seguindo corretamente a regra que regula a significação da palavra ‘*Bedeutung*’ e, no entanto, esta impressão ser enganadora. Prova o é que podemos ter a impressão de estar corretamente usando uma palavra recém-aprendida e, depois de algum tempo, percebermos que a forma como a vínhamos usando não era realmente regulada pelas regras que de fato determinam seu uso. Então exclamamos “ah!, eu pensei que significasse isso!”.

Como a preocupação de Wittgenstein não é epistemológica ou psicológica, mas sim semântica, ele não procura resolver esta questão da distinção entre a mera impressão e a ação real de seguir uma regra, mediante um estudo dos estados de consciência, imagens mentais envolvidas em cada caso etc. Procura, por outro lado, investigar mais a fundo aquilo que caracteriza o próprio significado do conceito de regra. Chega à conclusão de que as regras se caracterizam por suas feições necessariamente públicas, objetivas. Se recorremos

às regras para justificar ou nos assegurar de algo, elas têm necessariamente que ser uma instância objetiva e independente. Wittgenstein propõe um experimento de pensamento bastante esclarecedor para este ponto.

“Imaginemos uma tabela que exista apenas em nossa imaginação; algo como um dicionário. Por meio de um dicionário podemos justificar a tradução da palavra ‘x’ para a palavra ‘y’. Mas devemos chamar isso também de justificação, se essa tabela é consultada apenas na imaginação? – ‘Ora, trata-se então de uma justificação subjetiva’ – mas a justificação consiste em que se apele a uma instância independente”. (IF§265)

Isso significa que regras privadas são uma ficção, pois são indiscerníveis de impressões de regras. Se tenho a impressão que estou seguindo a regra, como garantir que essa impressão é verdadeira? É preciso que eu forneça alguma justificação, mas justificações têm que ser objetivas e públicas. Se recorro a justificações subjetivas e privadas estou apenas substituindo uma impressão por outra. Isto seria, nas palavras de Wittgenstein “Como se alguém comprasse vários exemplares do jornal do dia, para certificar-se se ele escreve a verdade”. (IF§265). Ou seja, justificações subjetivas são apenas pseudo-justificações e regras privadas são apenas pseudo-regras.

#### 2.1.4 O Argumento da Linguagem Privada

A importância da celebrada discussão acerca da regra ancora-se no fato de que a linguagem humana é uma atividade guiada por regras. Vimos anteriormente que a categoria central da nova concepção wittgensteiniana de linguagem é a categoria de jogo de linguagem. A linguagem, assim como os jogos, se caracteriza por suas regras. Em diferentes jogos seguem-se regras diversas, em diferentes contextos as regras que determinam o sentido das expressões lingüísticas variam.

O caráter pragmático das regras reza que o sentido de uma palavra ou expressão deve ser buscado no seu uso. O uso, por sua vez, só pode ser explicitado levando-se em consideração o jogo completo em que esta palavra ou expressão se insere (primazia dos jogos de linguagem sobre as regras) e este jogo, por sua vez, só pode ser explicitado levando-se em consideração seu contexto, sua dimensão pragmática, a forma de vida que o engendra. Como bem condensado por Manfredo Araújo de Oliveira:

“... A semântica só atinge sua finalidade chegando à *pragmática*, pois seu problema central, o sentido das palavras e frases só pode ser resolvido pela explicitação dos contextos pragmáticos... a significação de uma palavra resulta das regras de uso seguidas nos diferentes contextos de vida. Saber usar corretamente as palavras significa saber comportar-se corretamente”. (Oliveira, p.139,1996)

O caráter necessariamente público das regras reza que não existe algo como seguir uma regra privadamente ou algo como uma regra privada. Isso expulsa definitivamente a semântica do reino psicológico e a lança no domínio social, comunitário ou intersubjetivo.

Antes de nos determos mais diretamente no argumento da linguagem privada, é importante que entendamos o significado técnico que Wittgenstein confere aos conceitos de ‘público’ e ‘privado’. Quando fala que as regras têm necessariamente que ser públicas ou que não é possível uma linguagem privada, Wittgenstein claramente não está fazendo uma afirmação factual. Não significa com essas sentenças que todas as regras existentes ou possíveis são realmente seguidas por mais de uma pessoa ou que não é verdade ou factual que uma língua seja falada por apenas um indivíduo. Se fosse este o sentido dos termos ‘público’ e ‘privado’ no interior das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein não apenas estaria fazendo uma afirmação filosoficamente pouco relevante, como também estaria fazendo má ciência. Seria filosoficamente pouco relevante porque então suas afirmações seriam afirmações factuais e portanto, contingentes.

Estariam mais afins ao domínio das ciências sociais e da comunicação do que ao reino da semântica e da filosofia. Seria má ciência social porque sabe-se que existem línguas em extinção que são conhecidas apenas por uma pessoa, ou pode-se facilmente imaginar que uma vez que muitas línguas já foram extintas e que provavelmente nem todos os seus falantes morreram simultaneamente, é de se esperar que em algum momento houve um último falante destas línguas. O próprio Wittgenstein, ao fazer seus diários durante a primeira guerra mundial, utilizou-se de uma linguagem cifrada cujos códigos, supõe-se, eram conhecidos apenas por ele mesmo, uma vez que foram elaborados com o objetivo de manter suas anotações privadas, i.e., inacessíveis ao público. Com as regras dá-se o mesmo. Nada me impede de forjar uma regra tão bizarra ou tão desagradável e ao mesmo tempo tão original, ao ponto de ninguém jamais tê-la formulado. Nada me impede também de seguir esta regra sozinho, i.e., privadamente (no sentido usual deste termo).

O sentido preciso do significado conferido por Wittgenstein ao termo 'público' é explicitado por Hintikka: "Público significa para ele 'publicamente acessível', e não necessariamente 'empregado publicamente'". (Hintikka, p.330, 1994) 'Privado' por seu turno, uma vez que é um conceito complementar ao conceito de público, deve ser entendido não como algo empregado ou conhecido por apenas uma pessoa, mas sim algo passível de ser empregável e compreensível por apenas uma pessoa. Ou seja, algo inacessível ou não suscetível de transmissão. Isto quer dizer que o que Wittgenstein intenta com estes conceitos é algo muito mais lógico (i.e., que trata da possibilidade) que fenomenológico (i.e., que trata da realidade factual) da privacidade ou publicidade empírica das regras e da linguagem. Este caráter de público e privado relacionados à acessibilidade e à possibilidade de transmissão confere a especificidade do uso Wittgensteiniano destes termos. Assim, Wittgenstein

assume a possibilidade de usos particulares, ou individuais da linguagem, sem com isso implicar que essas linguagens são privadas. “Um homem pode encorajar-se a si próprio, dar-se ordens, obedecer-se, consolar-se, castigar-se, colocar-se uma questão e respondê-la. Poder-se-ia pois, imaginar homens que falassem apenas por monólogos” (IF§243). Para Wittgenstein, isto não conferiria a tais usos da linguagem um caráter privado, como ele entende o termo. Isto porque, em princípio, o significado dessas formas de linguagem seria acessível a um público. Por isso, completa: “Um pesquisador que os observasse e captasse suas falas, talvez conseguisse traduzir sua linguagem para a nossa. (Estaria, com isso, em condição de prever corretamente as ações dessas pessoas, pois ele as ouviria também manifestar intenções e tirar conclusões)” (IF§243)

Esclarecida a fonte de possíveis mal-entendidos, Wittgenstein apresenta então aquilo que entende por linguagem privada: “As palavras dessa linguagem devem referir-se àquilo que apenas o falante pode saber ; às suas sensações imediatas, privadas. Um outro, pois, não pode compreender esta linguagem”. (IF§243)

Assim explicitado aquilo que Wittgenstein entende por público e privado, é importante termos em mente a importância da questão, antes de nos determos em sua exegese. O argumento da linguagem privada , ao rechaçar a possibilidade de linguagem, em princípio, compreensível e acessível apenas ao seu próprio originador, é uma radicalização da crítica de Wittgenstein a toda concepção tradicional de linguagem. Ao atacar a concepção de linguagem privada Wittgenstein não está, pois, a lutar contra moinhos de vento imaginariamente convertidos por ele em dragões. Está, segundo acredita, atacando a idéia subjacente e pressuposta por toda corrente dominante da

filosofia ocidental. Assim, embora Wittgenstein provavelmente tenha buscado sua inspiração em Bertrand Russell<sup>83</sup>,

“O argumento seria talvez mais adequadamente lido, não como uma refutação de qualquer teoria particular, mas como removendo a motivação para considerar um grupo (range) de teorias, aparentemente independentes ou mesmo contrastantes, juntamente com seus objetivos associados, problemas e soluções”. (Candlish, p.4,2004)<sup>84</sup>.

O alvo de Wittgenstein é, pois, o modelo designativo (*Bezeichnung*) de linguagem que preconiza que o significado das palavras é, em princípio, privado e que apenas secundariamente é tornado público, mediante a tradução da experiência íntima para a linguagem comum e socialmente compartilhada. A radicalização da crítica de Wittgenstein a esse modelo, mediante o argumento da linguagem privada, direciona-se pois aos dois últimos possíveis focos intimamente relacionados de resistência. Por um lado, ataca a noção de que o significado das palavras deriva de sua substituição por aquilo que elas representam. Por outro lado, ataca a concepção de que os termos psicológicos substituem fenômenos de uma espécie de teatro mental, encenado apenas para um indivíduo e de acesso epistemicamente negado a outras pessoas.

Wittgenstein deixa claro seu alvo com o argumento linguagem privada quando, logo após apresentar sucintamente o argumento, levanta questões que são claramente semelhantes às aquelas abordadas em sua anterior refutação da

---

<sup>83</sup> “In a logically perfect language, there will be one word and no more for every simple object, and everything that is not simple will be expressed by a combination of words, by a combination derived, of course, from the words for the simple things that enter in, one word for each simple component. A language of that sort will be completely analytic, and will show at a glance the logical structure of the facts asserted or denied. ... A logically perfect language, if it could be constructed, would not only be intolerably prolix, but, as regards its vocabulary, would be very largely private to one speaker. That is to say, all the names that it would use would be private to that speaker and could not enter into the language of another speaker”. Russell, B. *The Collected Papers of Bertrand Russell, Volume 8: The Philosophy of Logical Atomism and Other Essays 1914-19*, London: George Allen and Unwin, 1986.

<sup>84</sup> No original: “The argument is thus perhaps most profitably read, not as refuting any particular theory, but as removing the motivation for considering a range of apparently independent or even competing theories along with their associated tasks, problems and solutions”. Candlish, Stewart, "Private Language", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2004 Edition)*, Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2004/entries/private-language/>>.

visão agostiniana de linguagem. Diz ele: “Como as palavras se referem a sensações? Nisto não parece haver nenhum problema; pois não falamos diariamente de sensações e não as denominamos? **Mas como é estabelecida a ligação entre o nome e o denominado?**” (IF§244. Grifo nosso.) A questão ainda é semântica: como um nome se liga ao denominado? Mas agora trata-se de respondê-la em uma esfera que a torna mais problemática, a esfera das experiências, vivências e sensações interiores.

Wittgenstein havia mostrado que a relação entre a linguagem e o mundo nunca é imediata, que as definições ostensivas dependem dos jogos de linguagem, que os jogos são governados por regras e que estas regras são sempre públicas e dependentes de uma prática de vida. Agora, se sua crítica à visão agostiniana da linguagem pretende ser completa, é preciso mostrar como esses princípios podem ser aplicados no caso mais complexo das chamadas vivências privadas.

Uma vez entendido que a linguagem privada à qual Wittgenstein se refere é aquela que, em princípio e por definição apenas o (seu) próprio enunciador poderia compreender, já que ela versaria sobre suas sensações imediatas e interiores, vejamos alguns de seus argumentos contra a possibilidade de existência de uma tal linguagem. Iremos deter-nos, em princípio, em dois dos principais focos de suas críticas. (1) De início nos ocuparemos da refutação wittgensteiniana das sensações imediatas, mostrando sua crítica à idéia de definição ostensiva privada, onde sustenta que não pode existir tal coisa. (2) Em seguida veremos, em linhas gerais, o raciocínio que busca justificar sua crença na impossibilidade da linguagem ser compreensível apenas para o seu próprio enunciador.

(1) Vimos acima, quando discutimos a crítica do segundo Wittgenstein à noção de definição ostensiva defendida pela tradição, que não é possível uma

relação imediata entre um nome e um objeto que ele define. Os jogos de linguagem estão inevitavelmente fazendo a ligação entre o homem e o mundo, mesmo quando esta relação parece ser imediata, como é o caso das definições ostensivas. O que Wittgenstein faz aqui, neste primeiro momento de sua refutação da linguagem privada, é radicalizar esta tese. Ou seja, não apenas não é possível ao homem se referir ao mundo, como também não é possível uma relação semanticamente significativa do homem com suas próprias sensações, fora de um jogo de linguagem. Isto quer dizer que inclusive a relação do homem consigo mesmo é mediada pelo jogo de linguagem publicamente construído. A radical originalidade desta postura é evidente. Entre o homem e aquilo que até então fora considerado o mais próximo, íntimo, imediata, e não - problematicamente unido a ele, i.e. suas sensações, ergue-se e pressupõe-se sempre a complexidade de um jogo de linguagem. Isto parece absurdo porque, ao que tudo indica, seríamos capazes de saber que sentimos dores, ou seríamos capazes de expressá-las sem a necessidade de recorrer a algum jogo de linguagem. Ao que parece, a ligação entre o nome e a sensação (as dores p. ex) é imediata. Uma citação de Wittgenstein desmonta esta aparente simplicidade que supostamente reina entre as sensações e os nomes que associamos a elas.

“Ora, imaginemos que uma criança seja um gênio e descubra por si própria um nome para a sensação! Como fez para denominar a dor?! E seja o que for que tenha feito, que espécie de finalidade tem? Quando se diz: ‘ele deu um nome à sensação’ esquece-se que já deve haver muita coisa preparada na linguagem, para que o simples denominar tenha significação. E quando dizemos que alguém dá um nome à dor, o preparado é aqui a gramática da palavra ‘dor’; ela indica o posto em que a palavra é colocada”. (IF§257)

Ou seja, o significado das palavras que expressam sensações não é dado mediante o recurso à definição ostensiva interna. Não é o pretensso acesso extralingüístico que temos às nossas sensações que confere sentido às palavras com as quais nos referimos a elas. Há um jogo de linguagem pressuposto. Assim como

há um jogo de linguagem pressuposto para que possamos compreender que, ao apontar um objeto desconhecido e pronunciar um som, a pessoa está a nos ensinar o nome deste objeto, há um jogo de linguagem pressuposto no ato de procurarmos um nome para uma sensação.

A estranheza desta tese se dissipa se repararmos que conseguimos nos comunicar a respeito de sensações privadas como a dor, amor, solidão etc.. Se definíssemos estas palavras ostensiva e privadamente, não poderíamos nos comunicar por meio delas (pelo menos não tão acuradamente como parecemos fazer). Esta crença de que o significado das palavras deriva de imagens mentais que associam imediatamente – via definição ostensiva – os objetos aos nomes que os representam, cria o problema das ‘outras mentes’.

Se o significado da palavra ‘vermelho’ depende da imagem mental, gerada, por definição ostensiva, na mente daquele que a pronuncia, nunca poderia estar certo de que o significado da palavra é o mesmo para mim e para outra pessoa, já que não posso saber o que vai na sua mente<sup>85</sup>. Ou, no caso mais extremo das sensações. Se as sensações são acessíveis apenas a quem as sente, mediante uma espécie de definição ostensiva privada, se são descrições de estados e vivências privadas, o que nos autorizaria a usar palavras como ‘dor’, ‘amor’ etc. e julgar que fomos entendidos ou compreendemos aquilo que os outros buscaram significar com elas? Que razão tenho para supor que outras pessoas já sentiram aquilo que quero significar quando uso a palavra ‘dor’? Wittgenstein levanta a questão e se antecipa em rechaçar a possível resposta dos defensores desta teoria da linguagem que é, ela mesma, responsável pelo próprio surgimento do problema. Diz ele: “Quando digo de mim mesmo que sei o que significa a palavra ‘dor’ apenas a partir de um caso específico – não devo também dizer isto de outros? E como posso generalizar um caso de modo tão

---

<sup>85</sup> IF§273

irresponsável?” (IF§293). Considerar minha dor algo privado, imediato, etc., e ao mesmo tempo considerar plausível que possamos comunicarmos-nos a respeito desta sensação por meio de analogias é, para Wittgenstein, uma generalização grosseira e, por fim, um absurdo. Algo como dizer que duas coisas são incomensuráveis e irreduzíveis mas que por analogia podemos compará-las e reduzir o significado de uma a outra.

Uma outra forma de responder a pergunta acerca da possibilidade de entendermos o significado das palavras que se referem a sensações que não sentimos é a solipsista: “Simplesmente não temos como saber o que significam”. Wittgenstein também recusa esta resposta, que implica uma postura cética em relação ao significado lingüístico.

A maneira de Wittgenstein abordar esta problemática das ‘outras mentes’ é bastante característica do seu novo método de tratamento das questões filosóficas. Não se trata de buscar solucionar o problema, mas antes de dissolvê-lo, de quebrar o feitiço lingüístico que aprisionou nosso entendimento (IF§109). Não há uma tentativa de responder às questões levantadas pelo problema das ‘outras mentes’, mas sim uma tentativa de dissolvê-lo, ou seja, uma tentativa de propor uma concepção de linguagem tal que este problema nem sequer seja levantado. Para Wittgenstein, uma concepção de linguagem que prescindia da noção de que o significado da palavra ‘dor’ (p.ex.) seja dependente de uma espécie de definição ostensiva interna e que, por conseguinte atrela o significado desta palavra a uma experiência pessoal e interna das sensações em questão, apenas uma teoria que prescindia destas noções, dizíamos, pode, segundo Wittgenstein, se erigir de tal forma que não dê vazão ao surgimento do incomodo problema das ‘outras mentes’. O argumento da linguagem privada

fornece<sup>86</sup> precisamente esta teoria capaz de dissolver o problema das ‘outras mentes’.

Tendo em vista a brevidade que pretendemos imputar à discussão deste tópico, nos valeremos da esquematização proposta por Vesey (1976)<sup>87</sup>. Segundo este autor, a forma que Wittgenstein utiliza para dissolver o problema das ‘outras mentes’ tem um momento positivo e um negativo. O momento negativo consistindo em um ataque à noção que vincula o significado das linguagens que se referem à dor, à experiência da dor. O momento positivo consiste na postura wittgensteiniana de acreditar que a linguagem que se refere às dores é substitutiva e não descritiva, pressupondo, para sua explicação, que se recorra a fatos naturais e não a vivências interiores e privadas.

O ataque de Wittgenstein à noção que associa o significado da linguagem de sensações à vivência das mesmas, já foi por nós esboçado. Esta concepção privada do sentido repousa sobre a idéia inviável da possibilidade de definições ostensivas internas. Falhando em sua tentativa de explicar a forma como aprendemos a linguagem e, para explicar como nos comunicamos mediante palavras cujas experiências que presumivelmente descrevem estão vedadas a nossa vivência, (como a dor, p.ex), precisam recorrer a generalizações grosseiras e argumentos por analogia igualmente inviáveis. Wittgenstein usa uma analogia para mostrar como a concepção da dor como uma vivência privada, e a compreensão do significado de uma dor a que não tenho acesso, são idéias que não podem ser conciliadas.

“Minha dor deve ser semelhante à dele, mas quando suponho que alguém tem dores, suponho que ele simplesmente tem o mesmo que tive frequentemente – isto não nos leva adiante. É como se eu dissesse: ‘você sabe, é claro, o que significa ‘são cinco horas aqui, então você sabe também o que significa são cinco horas no sol. Significa que lá é a mesma hora que aqui, quando aqui são cinco horas’A elucidação por meio da

---

<sup>86</sup> Vesey, Godfrey. **Other minds.** in *Understanding Wittgenstein*, Cornell University press, 1976.

<sup>87</sup> Vesey, Godfrey. *Op. Cit.* p, 152

igualdade não funciona neste caso. Porque eu sei que se pode chamar cinco horas aqui de ‘o mesmo tempo que cinco horas lá no sol’, mas não sei em que caso se deve falar de igualdade de tempo aqui e lá”. (IF§350)

Aquilo que dá significado à expressão de hora na terra (ou seja, a posição em relação ao sol) está ausente no sol. Logo, não faz sentido tentar compreender a expressão ‘são cinco horas no sol’ a partir da sua semelhança com a expressão que usamos na terra. O mesmo valendo para dor. Não faz sentido tentar compreender o que outra pessoa significa por ‘dor’, pois aquilo que dá sentido à expressão, segundo a visão tradicional de linguagem, é a vivência pessoal e pré-linguística da sensação. Vivência esta que é diferente para quaisquer duas pessoas.

O momento positivo da dissolução wittgensteiniana do problema das ‘outras mentes’ pode então ser propriamente apresentado. O cerne da teoria que Wittgenstein propõe para dissolver o problema das ‘outras mentes’, já havia sido lançado anteriormente e é apenas radicalizado. Consiste basicamente em uma oposição ao modelo ‘*Bezeichnung*’. O significado das palavras não deriva de objetos que elas descrevem. O significado deriva do uso. O significado da palavra ‘dor’ não depende diretamente da vivência desta sensação, mas sim da forma como esta palavra é efetivamente usada em um jogo de linguagem determinado. O exemplo do besouro fornecido por Wittgenstein é esclarecedor.

“... alguém me diz... saber apenas a partir do seu próprio caso o que sejam dores! – suponhamos que cada um tivesse uma caixa e que dentro dela houvesse algo que chamamos de ‘besouro’. Ninguém pode olhar dentro da caixa do outro; e cada um diz que sabe o que é um besouro apenas por olhar seu besouro – poderia ser que cada um tivesse algo diferente em sua caixa...” (IF§293)

Se não podemos comparar os objetos que estão dentro de nossas caixas (como não podemos comparar nossas sensações) então não podemos recorrer a este objeto para dar o significado da palavra besouro (sensações) e caímos no problema das ‘outras mentes’. Mas, se consideramos o significado da palavra ‘besouro’ (sensação) como o uso que fazemos dela, então o problema de saber o

que tem na caixa dos outros desaparece, e com ele o problema das ‘outras mentes’. Para nos entendermos acerca daquilo que significamos quando dizemos ‘besouro’ não precisamos ter acesso real às caixas uns dos outros, mas apenas ao uso que cada um faz da palavra em questão. Se a pessoa usa a palavra, ela pressupõe uma linguagem, e regras que governem o local e o uso das palavras no interior deste jogo de linguagem, as regras têm que ser públicas (senão não passariam de impressões de regras). Estamos em pleno argumento da linguagem privada. Se alguém se refere a, ou compreende suas próprias sensações, todos que partilham de uma compreensão deste jogo de linguagem podem, em princípio, entender tão perfeitamente como esta pessoa, aquilo que ela entendia em primeiro lugar. Não é necessário ter acesso direto (*be acquainted*) ao seu besouro.

Ao eliminar, quase como um mestre zen, aquilo que impossibilitava a incomensurabilidade das expressões de sensações, mediante uma concepção do significado que prescindia do modelo ‘*Bezeichnung*’, Wittgenstein abre caminho para a total dissolução do problema das ‘outras mentes’.

Resta, entretanto, dizer positivamente aquilo que torna possível a comensurabilidade do significado das nossas expressões de sensações. Dizendo o mesmo de outra forma, aquilo que possibilita-nos jogar o mesmo jogo, nesse caso, o jogo de expressar sensações.

Só é possível jogarmos o mesmo jogo, no caso do jogo de linguagem de expressar sensações, porque partilhamos características naturais semelhantes. Não fosse esse solo comum não nos seria possível o entendimento. Saber como somos introduzidos a este jogo nos revela algo a respeito da sua natureza

“Como um homem aprende o significado dos nomes das sensações? p.ex., da palavra ‘dor’. Esta é uma possibilidade: palavras são ligadas à expressão originária e natural da sensação, e colocadas no lugar dela. Uma criança se machuca e grita; então os adultos falam com ela e lhe ensinam exclamações e,

posteriormente, frases. Ensinam à criança um novo comportamento perante a dor”. (IF, § 244)

O fato de termos reações ‘naturais’ perante estímulos semelhantes, nos fornece o solo a partir do qual podemos usar uma linguagem comum para nos referirmos a tais acontecimentos. Essa recorrência aos fatos naturais é comum nas **Investigações Filosóficas**. Assim, Wittgenstein diz que as palavras que designam sensações “estão ligadas as minhas manifestações **naturais** de sensação” (IF§256. Grifo nosso). Ou mais claramente no parágrafo seguinte, onde retoma o problema do aprendizado: “Como seria se os homens não manifestassem suas dores (não gemessem, não fizessem caretas, etc.)?” a resposta é categórica, na ausência de tais manifestações naturais “... não se poderia ensinar uma criança o uso das palavras ‘dor de dente’” (IF§257)

O problema é semelhante àquele de saber o significado da expressão ‘são cinco horas no sol’. Ora, sem se recorrer a determinadas coisas que acontecem naturalmente, como o fato da terra girar sobre o seu eixo, não é possível entrar no jogo de linguagem sobre a hora do dia (Vesey, p.153, 1976). No caso da linguagem da dor se dá o mesmo. Sem a presença de fatos naturais, como o grito, o choro, o inchaço etc. não há solo sobre o qual possamos construir um jogo de linguagem comum a respeito dessas sensações. É por isso que é absurdo (assim como é absurdo dizer ‘são cinco horas no sol) dizer que uma pedra sente dores, porque então, “poder-se-ia da mesma forma atribuí-la a um número!” (IF§284). Por esta razão Wittgenstein afirma que aquelas entidades que não apresentam uma forma de vida ou um comportamento minimamente similar ao nosso têm o acesso ao nosso jogo de linguagem negado (IF§281)

A necessidade de recorrer a estes fatos naturais é evidente quando nos deparamos com uma linguagem e uma cultura diferente e procuramos compreendê-las. Para esclarecer esta questão, Wittgenstein propõe:

“Imagine que você fosse um pesquisador em um país cuja língua lhe fosse inteiramente desconhecida. Em que circunstâncias você diria que as pessoas ali dão ordens, compreendem-nas, seguem-nas, se insurgem contra elas, e assim por diante?

**O modo de agir comum a todos os homens é o sistema de referência, por meio do qual interpretamos uma linguagem desconhecida”** (IF§206. grifo nosso)

Do que foi dito nos parágrafos anteriores, alguns pontos de convergência podem ser traçados entre a concepção wittgensteiniana de linguagem e de atos mentais e a postura behaviorista. Não se deve, entretanto, considerar Wittgenstein um behaviorista lingüístico. Certamente partilhava com estes a recusa da postura dualista que vê o ato mental como algo epistemologicamente privado, a concepção de que o aprendizado da linguagem envolve mais um treinamento do que uma explicação teórica e que este aprendizado pressupõe padrões naturais de comportamento<sup>88</sup> diante de determinados estímulos. Wittgenstein, apesar destas semelhanças teóricas, rechaçava severamente a explicação behaviorista das relações entre fenômenos mentais e as suas manifestações comportamentais. A recusa de Wittgenstein das explicações behavioristas é bastante complexa, até porque existem vários tipos de behaviorismo<sup>89</sup>, não nos deteremos nesses detalhes. Nosso interesse com este comentário é tão somente evitar uma errônea identificação de Wittgenstein com o behaviorismo que pode ter sido gerada pela brevidade de nossa exposição do argumento da linguagem privada. Para nos por em guarda contra este erro, basta lembrar que Wittgenstein, ao contrario dos behavioristas, não partilha de uma postura que acreditava viável o estabelecimento de uma relação causal entre o comportamento e os atos mentais. O sentido de determinado comportamento não deve, portanto, ser buscado em uma pesquisa empírico-indutiva que siga o

---

<sup>88</sup> Para maiores detalhes ver GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. Verbete ‘comportamento e behaviorismo’.

<sup>89</sup> Existem pelo menos três tipos principais de Behaviorismo. São eles: O Metafísico, o Metodológico e o Lógico. Para maiores detalhes ver verbete ‘comportamento e behaviorismo’ no **Dicionário Wittgenstein**.OP.Cit.p, 87.

modelo indutivo de explicação associado a estímulo-resposta, causa-efeito. O sentido depende antes, segundo Wittgenstein, de uma relação criteriológica entre comportamento e os atos mentais<sup>90</sup>. Segundo Manfredo Araújo de Oliveira:

“O ponto central da divergência está em que, enquanto o behaviorismo pensa a linguagem em última análise como um fenômeno natural, pois a pensa por meio da categoria comportamentalista do estímulo-resposta, Wittgenstein a pensa como um fenômeno histórico, ou seja, fruto da liberdade criativa do homem”. (Oliveira, p.143,1996)

(2) Para mostrar como a postura de Wittgenstein, no que se refere à relação entre o sentido da linguagem e o comportamento, ou entre os processos psicológicos e o comportamento, é uma postura que passa por uma questão criteriológica (i.e., semântica) e não por uma questão empírica (i.e., causal), retomaremos brevemente sua posição acerca da impossibilidade de uma linguagem ser compreendida apenas pelo seu originador. O exemplo do lingüista privado é esclarecedor. Imaginemos que alguém escreve um diário sobre a repetição de uma determinada sensação, propõe Wittgenstein<sup>91</sup>. Sempre que tem a sensação escreve o signo ‘S’ no diário. Este lingüista considera que está usando uma linguagem privada, que ninguém mais pode compreender porque só ele tem acesso à sensação que está sendo transcrita para o seu diário com o signo ‘S’. Wittgenstein considera que este signo não tem significado algum, nem mesmo para este lingüista “Uma anotação tem uma função: e o ‘S’ não tem ainda nenhuma” (IF§260).

Já mostramos, na seção anterior, que definições ostensivas privadas são impossíveis, mas concedamos a este lingüista este benefício de ser capaz de dispor de tal expediente. Isto nos deixa livre para ir direto ao ponto que nos ocupa, que é o caráter criteriológico (e não causal) da relação entre acontecimentos mentais (ou comportamento) e a linguagem. Wittgenstein explica

---

<sup>90</sup> Para Wittgenstein o sentido é algo histórico, deve ser compreendido, e não algo natural, que deva ser explicado em termos de causa e efeito.

<sup>91</sup> IF§258

assim o motivo do signo 'S' não possuir significado nem mesmo para o próprio lingüista. "Gravo-a em mim (a sensação) pode significar apenas: este processo faz com que no futuro me recorde corretamente da ligação. Mas em nosso caso, não tenho nenhum **critério** para a correção. E isso significa apenas que aqui não se pode falar em 'correto'" (IF§258. Grifo nosso).

Mesmo que tenha um acesso privado às suas sensações, mediante definição ostensiva, isto não leva o nosso lingüista muito longe. Ele poderia, no máximo dizer no presente: 'tenho a sensação 'S', a sensação 'x', 'y' ou 'z', mas nunca algo como : 'Agora tenho a sensação 'S' que é a mesma sensação que experimentei antes-de-ontem'. A razão desta impossibilidade é simples. Para aplicar o signo em duas ocasiões com o mesmo significado , é preciso que ele tenha um critério, um padrão de correção que o permita detectar a identidade das duas sensações.

Ora, se o significado de 'S' depende de regras de correção e regras, como vimos, são ineliminavelmente públicas, nosso lingüista não pode significar suas sensações exclusivamente para si mesmo. Isto não significa que não existam sensações privadas,mas tão somente que a experiência real destas sensações não é requerida para sabermos o significado da linguagem que as representa. A própria pessoa que tem uma sensação exclusiva, só poderá identificá-la recorrendo a critérios, que são regras públicas. Tudo isto põe por água a baixo qualquer possibilidade de uma linguagem privada. Não é que as sensações privadas sejam irreais, mas são semanticamente irrelevantes. Não preciso estar com dor para afirmar que alguém está com dor, preciso apenas do conceito de 'dor'. O conceito, por depender de critérios e regras, me é acessível, em principio e por definição, tanto quanto o é para a própria pessoa que está com dor. O inverso também é verdadeiro, ou seja, posso ter dor e ao mesmo tempo não saber como utilizar o conceito.

Por fim, se dirigindo ao behaviorista que crê que não há nada além do comportamento, Wittgenstein afirma

“E contudo você chega sempre ao resultado pelo qual a sensação é um nada! Não! Ela não é algo, mas também não é um nada! O resultado foi apenas que um nada presta os mesmos serviços que um algo sobre o qual não se pode afirmar nada. Rejeitaríamos aqui apenas a gramática que quer se impor a nós”. (IF§304).

Nesta e em outras passagens de sua recusa ao behaviorismo, Wittgenstein deixa claro que sua posição como filósofo, que seu argumento da linguagem privada, que sua críticas aos atos mentais, etc., é uma posição semântica e não empírica. Filosófica e não científica. Gramatical e não comportamental (IF§304-308). Uma passagem onde Wittgenstein é bastante explícito em relação a este ponto será suficiente para encerrarmos esta seção e a discussão acerca do argumento da linguagem privada. “Não será você um behaviorista disfarçado? Você por acaso não diz que, no fundo, tudo isto é ficção, a não ser o comportamento humano? – quando falo de uma ficção, falo de uma ficção gramatical”. (IF§307)

## **2.2 Ética nas Investigações Filosóficas**

Uma vez de posse dos principais elementos conceituais que compõem a teia argumentativa das *Investigações Filosóficas*, podemos nos ocupar do estudo das conseqüências ou implicações meta-éticas que podem ser extraídas do pensamento do Segundo Wittgenstein. Para tanto, seguiremos uma metodologia semelhante àquela utilizada na primeira parte deste trabalho. Quando abordamos a filosofia tractatiana, nos debruçamos primeiramente sobre os conceitos filosóficos da obra, para, em seguida, a partir deste referencial teórico, nos determos nas implicações que esses conceitos apresentavam para o campo da ética. É precisamente neste segundo momento que nos deteremos

agora, isto é, na extração de noções especificamente éticas a partir da posse de formulações filosóficas mais gerais.

À semelhança do que fizemos com o estudo do *Tractatus* na primeira parte do trabalho, agora, ao trabalhar com as *Investigações Filosóficas*, não buscaremos estabelecer um paralelismo ponto-a-ponto entre cada um dos conceitos filosóficos e cada uma das implicações ou reverberações que tais conceitos apresentam no campo da ética. Se fôssemos usar uma analogia para explicitar nosso procedimento, poderíamos dizer que, no esforço de traduzir um discurso em outro (i.e., no caso, o discurso filosófico em discurso especificamente ético) optamos por uma tradução livre e não por uma tradução literal. Isto significa que as noções relativas à ética, que julgamos poderem ser corretamente extraídas das *Investigações Filosóficas*, foram extraídas muito mais de uma compreensão (que esperamos e acreditamos suficientemente acuradas) do espírito ou da intenção central do livro, do que de uma análise minuciosa de cada conceito isolado. Isto não implica que não nos deteremos mais atentamente em alguns conceitos específicos que acreditamos justificar nossa leitura ética das *Investigações Filosóficas*.

Esta escolha por um vínculo não elementar entre cada conceito filosófico-semântico e sua possível contraparte ou implicação no campo da ética também não implica, por sua vez, em uma recusa desta possibilidade. Consideramos tal possibilidade plausível e a encaramos apenas como uma hipótese de trabalho ainda não pesquisada.

Ao buscarmos pensar as *Investigações Filosóficas* de um ponto de vista ético, nos deparamos com um estado de coisas bastante intrigante. Refiro-me à completa ausência de reflexões éticas na obra. Este silêncio, acreditamos, é um dos responsáveis por um erro ainda comum no senso-comum filosófico (exceção seja feita aos círculos analíticos). O erro consiste em acreditar que a postura de

Wittgenstein em relação à ética, no final das contas ainda é a mesma postura que considera tal disciplina ou tal forma de discurso como impossível, já que seria inefável. Esta conclusão, apesar de errônea, não é de tudo absurda. Parece fundar-se no seguinte raciocínio: “No *Tractatus*, Wittgenstein defende claramente a idéia de que a ética, enquanto forma de discurso, é algo inviável, uma vez que ela pretende falar sobre algo que é transcendental e que, portanto, não se deixa exprimir. A ética é inefável e diante dela devemos, pois, guardar o silêncio. Em sua segunda fase, ao contrário do discurso autofágico da primeira, Wittgenstein é completamente silencioso em relação à ética, logo, este silêncio do segundo Wittgenstein em relação à ética é coerente com sua postura no *Tractatus*. Isto implicaria que, apesar das mudanças significativas em sua filosofia posterior ao *Tractatus*, a postura de Wittgenstein em relação à ética permanece a mesma”. Assim, a popularização excessiva da última frase do *Tractatus* “Sobre aquilo que não se pode falar deve-se calar” (TLP,7) que tornou-se provavelmente a frase mais conhecida de Wittgenstein, aliada à completa ausência de reflexões éticas nas *Investigações Filosóficas* e, certamente, a falta de um conhecimento especializado da obra de Wittgenstein, seriam os principais fatores que confluem para a concepção de que o segundo Wittgenstein mantém a crença no caráter inefável da ética.

Uma das hipóteses subjacentes a este trabalho é, portanto, a de que a concepção wittgensteiniana a respeito da ética sofreu mudanças tão radicais quanto suas concepções a respeito da linguagem e da filosofia como um todo. Não nos ocuparemos diretamente em elaborar uma defesa ou justificativa desta hipótese. Não o faremos primeiramente porque esta hipótese soa quase como um truísmo para os especialistas em Wittgenstein ou para aqueles que se ocupam dos campos da filosofia analítica ou áreas afins. Para estes, tal hipótese soa como um truísmo devido ao fato destes filósofos estarem cientes dos desdobramentos

do método de análise da linguagem ordinária, método este amplamente influenciado (e em grande parte inaugurado) pelas **Investigações Filosóficas**. Outro motivo que nos exime da tarefa de justificativa desta tese encontra-se no fato de que aqueles que acompanharam o desenvolvimento do presente trabalho terão elementos suficientes para perceberem com clareza a evidência desta hipótese.

Se a hipótese de que as implicações éticas da filosofia tractatiana são completamente diferentes daquelas das **Investigações Filosóficas** não precisa ser tratada diretamente, o mesmo não se pode dizer da nossa afirmação de que a ausência de reflexões éticas nas **Investigações Filosóficas** é intrigante. Um questionamento legítimo diante desta afirmação seria : o que há de intrigante na ausência de reflexões éticas nas **Investigações Filosóficas** ? Wittgenstein certamente não era um filósofo que profissionalmente se ocupava com questões éticas, portanto, a ausência de tais reflexões em sua obra é bastante natural. Por um lado, essa ausência é natural e não tem nada de intrigante, visto que Wittgenstein era um filósofo preocupado com questões lógico-semânticas. Intrigante neste caso seria ele ter abordado temas éticos no **Tractatus**. Mas se olharmos mais detidamente para sua obra, dedicando menos atenção para a compartimentação estática das disciplinas (ética, lógica, etc.) e mais atenção para as profundas implicações de suas idéias, aquilo que é intrigante na ausência de reflexões éticas nas **Investigações Filosóficas** vem à tona.

No **Tractatus**, o interesse inicial de Wittgenstein, como vimos, era descrever a essência da proposição, mas aos poucos foi se dando conta de que isto implicaria descrever a essência de toda linguagem e isso, por sua vez, desembocaria em uma descrição da essência do mundo, que por sua vez, acabaria por tocar no problema da ética. A ética, assim como a essência da linguagem e a própria essência do mundo é impermeável ao discurso. Esta

inefabilidade da ética constitui o cerne da seção tractatiana que aborda este tema. Nas **Investigações Filosóficas**, por sua vez, ao destronar a descrição de seu lugar privilegiado como centro, e em última instância, como única forma de discurso capaz de doar sentido à linguagem humana, ao pulverizar a linguagem em uma miríade de jogos de linguagem irreduzíveis e independentes uns dos outros, ao ampliar assim o escopo da significação da linguagem humana, Wittgenstein parece abrir – pelo menos em princípio – espaço para a possibilidade de um discurso ético significativo. Precisamente nisto encontramos a justificação de nossa afirmação de que o silêncio das **Investigações Filosóficas** em relação à ética é intrigante. Intrigante porque no momento que Wittgenstein considera a ética inefável (no **Tractatus**) ele se propõe a falar sobre ela, ao passo que, no momento em que parece conceder-lhe uma ‘anistia’ e abrir espaço para sua forma específica de expressão (nas **Investigações Filosóficas**), precisamente neste momento Wittgenstein silencia completamente a seu respeito.

Ocupar-nos-emos mais detidamente destas possibilidades abertas pelas **Investigações Filosóficas** ao discurso ético, visto que é precisamente sobre essas possibilidades que esta segunda parte de nosso trabalho incidirá. Quanto aos motivos que levaram Wittgenstein a silenciar a respeito de assuntos éticos nas **Investigações Filosóficas**, não nos compete investigar agora. Julgamos ser suficiente afirmar que esse silêncio não constituía uma busca de coerência com a última sentença do **Tractatus**. Não sendo, por conseguinte, um silêncio equivalente àquele do místico diante da contemplação de uma verdade inefável. Com isso queremos dizer apenas que, entre as várias espécies possíveis de silêncio, o silêncio das **Investigações Filosóficas** ante a ética não deve ser enquadrado na categoria do silêncio diante de algo inefável. O silêncio das

**Investigações Filosóficas** neste aspecto não nos fala da inefabilidade da ética e ao que nos parece é um silêncio filosoficamente anódino.<sup>92</sup>

### 2.2.1 A ambigüidade do resgate da Ética nas Investigações Filosóficas

Mencionamos de passagem a abertura que o segundo Wittgenstein dá para o discurso ético. A inovação desta postura, assim como a inovação das **Investigações Filosóficas** como um todo, é melhor apreciada se tomarmos como pano de fundo a posição adotada no **Tractatus**. Seguiremos os seguintes passos:

(1) Resumiremos brevemente a exoneração da ética do reino do discurso por parte do **Tractatus**, para em seguida, (2) auxiliado pela clareza do contraste, explicitar a amplitude da abertura dada pelas **Investigações Filosóficas** ao discurso ético.

(1) A teoria tractatiana da linguagem, em seu esforço de estabelecer a essência da linguagem humana, chega à conclusão de que o significado das sentenças deriva da relação destas com aquilo que descrevem. A descrição é, assim, promovida ao posto soberano de constituição do sentido de toda e qualquer forma de discurso. Com isso, a teoria pictórica ‘anula’ a possibilidade de qualquer outra forma de discurso que não possa ser reduzida ao discurso descritivo. Tal é o caso da ética. Apenas fatos podem ser descritos, a ética trabalha com valores (que não podem, por definição, serem reduzidos a fatos) e por conseguinte, a ética é impossível enquanto discurso. Entretanto, dada a centralidade da distinção entre dizer e mostrar no **Tractatus** e ao caráter

---

<sup>92</sup> Pode ser que esse silêncio diga algo sobre a postura pessoal de Wittgenstein diante da ética, mas não acreditamos que nos diga nada filosoficamente relevante a respeito desta disciplina. Uma possibilidade de significação filosófica deste silêncio se encontra no fato de Wittgenstein considerar a ética assunto muito mais afim à prática do que à discussões teóricas.

inegavelmente transcendental do livro, a ética é incorporada no seio da obra como uma característica ineliminável do sujeito que afigura (ou descreve) a realidade. A ética é, então, assumida como transcendental e, assim como a forma lógica, é sempre pressuposta apesar de impermeável ao discurso. Pode ser mostrada, mas jamais descrita.

(2) Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein vai abandonar ou superar esta teoria pictórica da linguagem e como conseqüência o papel da ética, ou do discurso ético, precisa ser revisado à luz desta superação. Neste tópico específico, gostaríamos de chamar atenção para apenas dois aspectos que esta superação da teoria pictórica implica para a ética. São eles: (2.1) A inclusão da ética no reino do discurso e, (2.2) A exclusão da ética do domínio do transcendental. Claro está que estes dois momentos se encontram em uma relação de implicação lógica (pelo menos na forma como se apresentam no *Tractatus*) mas acreditamos que, apesar disso, apresentam desdobramentos que tornam a abordagem de cada um separadamente mais adequada.

(2.1) Vimos, no capítulo anterior, que o conceito de jogo de linguagem ocupa um lugar central nas *Investigações Filosóficas*. De fato, este conceito é responsável por aquela que talvez seja a mais radical mudança operada pelas *Investigações Filosóficas* em relação ao pensamento tractatiano. Refiro-me precisamente ao anti-essencialismo lingüístico e ao concomitante reconhecimento do pluralismo irreduzível das várias formas de discurso. Uma leitura comparativa do aforismo 2.1 do *Tractatus* com o parágrafo 23 das *Investigações Filosóficas* é bastante para nos apercebermos da mudança de paradigma. Canfield, em uma passagem já mencionada anteriormente, matiza muito claramente o contraste.

“No *Tractatus* havia apenas um jogo de linguagem ‘fazer figurações para nós mesmos dos fatos’(TLP 2.1); e um sinal era dito ‘ter sentido’ se ele tinha um papel naquele jogo, ser ‘sem sentido’ (*sinlos*) se ele tinha um papel na lógica mas não naquele

jogo, e ser um ‘contra-senso’(unsining) nos outros casos. A principal mudança no trabalho posterior é que ‘incontáveis’ jogos de linguagem são reconhecidos, ‘incontáveis diferentes tipos de uso do que chamamos ‘símbolos’, ‘palavras’, ‘sentenças’(PI 23)” (Canfield *apud* Garver,p.164,1994)<sup>93</sup>

O jogo de linguagem da ética , envolvendo prescrições, avaliações, valorações e julgamentos, pode assim voltar das sombras do inefável para ocupar seu lugar no reino do discurso humano. É importante lembrar, que este retorno da ética ao domínio do discurso só se fez possível porque as **Investigações Filosóficas** apresentam, juntamente com o conceito de jogo de linguagem, uma inovadora concepção daquilo que é responsável por conferir significação à linguagem humana. Enquanto o significado da linguagem foi compreendido por Wittgenstein como uma correspondência dos signos lingüísticos aos fatos que estes descrevem (visão tractatiana) a ética foi relegada como algo além das fronteiras do discurso significativo, uma vez que não existem fatos éticos.

Nas **Investigações Filosóficas**, como sabemos, o significado da linguagem não é mais compreendido em termos de correspondência ou representatividade em relação aos fatos do mundo. Nas **Investigações Filosóficas** o significado passa a ser compreendido funcionalisticamente como uso. Ora, se o significado de uma palavra deriva do uso que dela fazemos (por razões já mencionadas no capítulo anterior) e não da existência factual ou possível do objeto que ela descreve, representa ou corresponde, se assim o é, a palavra ‘bom’ , p.ex, pode ser tão significativa quanto a palavra ‘cadeira’. A ética pode, pois, ser tão significativa quanto a física. Retornaremos adiante a este ponto de forma mais aprofundada.

---

<sup>93</sup> “ In the Tractatus there was only one language game ‘making pictures for ourselves of facts’ (TLP 2.1); and a sign was said ‘to have sense’ if it had a role in that game, ‘to be senseless’(sinnlos) if it had a role in logic but not in that game, and ‘nonsense’ (unsinnig) otherwise. A major change in the later work is that countless language games are recognized ‘countless different kinds of use of what we call ‘symbols’, ‘words’, ‘sentences’ (PI 23)” (Canfield *apud* Garver,p.164,1994).

(2.2) A inclusão da ética no reino do discurso marca simultaneamente sua exclusão do domínio transcendental. Consideramos que esta inclusão, assim como a exclusão previamente levada a cabo pelo *Tractatus* é uma conquista que carrega consigo um traço de ambigüidade. Por ambigüidade quero me referir a uma conquista que traz consigo uma perda. O caso da exclusão da ética do domínio do discurso no *Tractatus* é elucidativo. Ao considerar a ética infável, Wittgenstein está impossibilitando a existência desta disciplina, o que sem dúvida consiste em uma severa perda para esta. Por outro lado, como deixamos claro no segundo capítulo, Wittgenstein, ao ‘elevar’ a ética à plataforma transcendental está simultaneamente conferindo-lhe um estatuto epistemológico altamente venerável e nobre. Considerar a ética transcendental, assim como a forma lógica, é conferir-lhe um caráter necessário e ubíquo, já que não seria possível ao sujeito transcendental representar coisa alguma sem ao mesmo tempo pressupor esta dimensão ética. Isto significa que no *Tractatus* a ética desfruta de uma posição desconfortável (fadada ao silêncio) mas segura (não podendo ser eliminada da subjetividade do sujeito representativo).

Nas *Investigações Filosóficas*, a posição da ética continua a ser ambígua, só que com os sinais invertidos. Isto significa que, por um lado, a ética sai de sua posição desconfortável, ou seja, retoma seu direito à voz. Podendo ser expressa, criticada, justificada etc. Por outro lado, entretanto, perde, segundo nossa compreensão, a segurança que o estatuto de ‘transcendental’ lhe conferia. A ética passa a ser um jogo de linguagem entre outros, mas perde a necessidade ou a ubiqüidade que lhe era reputada no *Tractatus*. Consideramos uma conquista inestimável para esta disciplina, que apesar da ‘perda’ relativa ao seu estatuto epistemológico ganha a amplidão, complexidade e implicações própria a um jogo de linguagem. Complexidade e riquezas apenas partilhadas na insegurança das disciplinas sujeitas às contingências das criações humanas

subsolares e não por aquelas seguramente instaladas nas penumbras sobre-solares da transcendentalidade metafísica.

### 2.2.2 Equilizando a racionalidade Ética com outras formas de racionalidade

Terminamos a seção **2.1** afirmando que graças ao conceito de jogo de linguagem e à compreensão funcionalista de significado como uso, a ética poderia passar a ser compreendida (no quadro conceitual das **Investigações Filosóficas**) como uma disciplina ou forma de discurso tão significativa ou racional quanto a física (ou seja, quanto a ciência em geral). A inovação, ousadia e amplitude das implicações filosóficas que esta afirmação suscita exigem uma explicação mais detalhada do que aquela que recebeu até aqui. Ocupar-nos-emos agora deste estudo.

Dizíamos que o conceito de jogo de linguagem e a concepção correlata, de significado como uso, possibilitaram uma visão mais pluralista do significado. Varias formas de discurso, além do descritivo, passam a poder ser novamente considerados como significativos. Esta elasticidade do conceito de jogo de linguagem (e de significado), em oposição à rigidez da teoria pictórica, marca, segundo viemos argumentando, a possibilidade de retorno da ética ao domínio das formas significativas de discurso. Entretanto, esta não é, segundo acreditamos, a contribuição mais radical que o conceito de jogo de linguagem tem a oferecer a esta disciplina. Vimos no capítulo anterior que o conceito de jogo de linguagem desempenha dois papéis determinantes nas **Investigações Filosóficas**. O primeiro, já mencionado, consiste em explicitar a multiplicidade de usos que a linguagem pode apresentar, afora do descritivo (IF §23). A

contribuição mais radical do conceito de jogo de linguagem é, entretanto, aquela segundo a qual a própria relação descritiva linguagem/mundo passa a ser questionada em seu caráter simples e supostamente imediato e, por fim, considerada como sendo ela mesma, sempre constituída e mediada por um jogo de linguagem.<sup>94</sup>

Os desdobramentos filosófico-semânticos desta crítica ao modelo descritivo já foram vistos no capítulo anterior, aonde vimos a crítica à noção de definição ostensiva. Agora nos ocuparemos das implicações éticas desta concepção. Implicações estas que são não menos inovadoras em seus desdobramentos éticos. Uma coisa é dizer que outras formas de discurso, afora o descritivo, como é o caso do discurso ético, p. ex, são viáveis, racionais etc.. Outra coisa, completamente diferente, é dizer que o discurso ético (prescritivo, avaliativo) situa-se no mesmo nível, desfrutando de um estatuto lógico-epistemológico em nada inferiores ao discurso científico (descritivo). Dizer uma coisa não é dizer a outra. Sendo precisamente esta segunda afirmação a contribuição mais radical do conceito de jogo de linguagem para o campo da meta-ética.

Esta segunda, e mais radical, contribuição do conceito de jogo de linguagem, ao colocar o discurso ético no mesmo nível que o discurso científico, não implica a assimilação de uma forma de discurso à outra. Para nos por em guarda contra esta concepção, que certamente vai na contramão das contribuições de Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*, basta manter em mente a primeira contribuição do conceito de jogo de linguagem. Como vimos, o conceito de jogo de linguagem pulverizou a linguagem em várias formas significativas de discurso, caracterizados exatamente por suas particularidades incomensuráveis e pelo fato de serem irreduzíveis. Se a radicalização deste

---

<sup>94</sup> Para exame mais detalhado ver Hintikka.Op. Cit. p,288-9,300.

conceito acaba com a relação vertical entre o discurso descritivo e a realidade e o coloca horizontalmente no mesmo patamar que o discurso prescritivo-valorativo, isso não anula ou dissolve as fronteiras reais e inelimináveis entre os inúmeros discursos, agora localizados no mesmo plano (característica da primeira contribuição).

A correta compreensão da relação entre o discurso ético e o discurso científico é indispensável para que as implicações éticas que podem ser extraídas das **Investigações Filosóficas** sejam adequadamente examinadas. O estudo desta relação servirá a dois propósitos igualmente importantes. Primeiro nos habilitará a perceber mais claramente a trama conceitual da obra, e, ao mesmo tempo, apontará para a contribuição original que Wittgenstein faz ao estudo desta relação tão estudada na história da filosofia moral.

Desde suas origens como disciplina filosófica, a ética, assim como todos os demais ramos da filosofia, enfrenta o problema de se justificar. É prerrogativa da filosofia que cada discurso que se abrigue sob seu manto justifique-se, diga sua razão, explicita ou fundamente seus proferimentos. Se seguirmos a corrente dominante da tradição filosófica ocidental, podemos acompanhar o desenrolar das formas de justificação racional privilegiadas em cada momento específico do desenvolvimento histórico desta tradição. Uma breve exposição destes momentos, com seus processos privilegiados de justificação, nos habilitará a compreender melhor a relação entre o discurso ético e o discurso científico, na época da produção das **Investigações Filosóficas** (primeira metade do século XX).

Dividamos a história da filosofia em três grandes momentos e, apesar da generalização, teremos as grandes mudanças de paradigma claramente delineadas. Cada um destes períodos privilegia uma disciplina como fonte recursiva de justificação, ou seja, como eixo norteador a partir do qual a

racionalidade dos discursos deve se pautar. As disciplinas são respectivamente a metafísica, a teoria do conhecimento, e a filosofia da linguagem.

Na fase metafísica (1ºMomento), os filósofos justificavam seu discurso recorrendo à essência daquilo que este discurso se referia. Pressupunham então um acesso imediato a esta realidade essencial. Com Descartes (2ºMomento), mas sobretudo com Kant, a questão central da justificação dos conhecimentos passou a recair sobre o sujeito cognoscente (revolução copernicana do pensar). O ser ao qual temos acesso é sempre o ser para nós e não o ser em si, nosso acesso à realidade essencial é inevitavelmente mediado por nossa estrutura cognoscitiva. O estudo de nossa estrutura cognoscitiva passa a ser central, primordial para a nossa justificação do conhecimento sobre o ser, e conseqüentemente este estudo é privilegiado pela tradição, passando para o primeiro plano em detrimento do estudo 'direto' sobre o ser (metafísica). O terceiro momento, conhecido como reviravolta lingüística (*linguistic turn*) é uma radicalização do segundo momento. Já vimos na primeira parte do trabalho, a relação entre o primeiro Wittgenstein e Kant. O que foi dito ali esclarece a passagem do segundo para o terceiro momento da história da filosofia, uma vez que ambos são representativos de cada um dos períodos. Em poucas palavras, esta passagem é caracterizada pela compreensão de que todo conhecimento depende da linguagem e que é a análise desta que deve ocupar o lugar central no estudo do conhecimento (da filosofia). Este terceiro momento pode ser dividido em dois, correspondendo precisamente à passagem do primeiro para o segundo Wittgenstein, conhecido como a virada pragmática (*pragmatic turn*) da filosofia analítica.

A ética, como ramo da filosofia, certamente acompanhou, em suas tentativas de justificar-se, as estratégias peculiares a cada um destes momentos. Em suas origens helênicas, desde Sócrates, o estudo da ética era o estudo da essência do 'bem', do 'certo', do 'justo'. Uma vez 'encontradas' estas entidades

metafísicas puras, as demais realidades eram avaliadas, positiva ou negativamente, à medida que partilhassem em maior ou menor grau a essência deste ‘bem’, ‘certo’, ou ‘justo’. Em um segundo momento, a ética passa a ser fundamentada na subjetividade humana, não sendo o ‘bem’ algo objetivamente determinado e do qual o homem deve participar, mas ao contrário, é aquilo que é um dever moral, subjetivamente próprio ao homem que passa a determinar o que virá a ser ‘objetivamente’ considerado ‘bem’. Por fim, temos a concepção do primeiro Wittgenstein. Em relação à ética, o primeiro Wittgenstein pode ainda ser categorizado, de certa forma, como estando no segundo momento desta divisão da história da filosofia. Isto se deve ao fato, já elaborado anteriormente, de a ética entrar no *Tractatus* mediante o sujeito transcendental. O pensamento do segundo Wittgenstein, instaurado na virada pragmática da filosofia da linguagem, por seu turno, situa-se completamente – inclusive no que se refere a suas implicações éticas – no domínio do terceiro momento histórico da filosofia. A questão do ‘bem’, ‘justo’, ‘certo’ etc. passa a ser encarada não metafísica ou subjetivamente, mas linguisticamente. Qual o uso que fazemos destas palavras, como aprendemos seus significados, em que consiste e/ou implica atribuir a um sujeito a propriedade de ser justo, bom etc., são perguntas que uma ética que leve em conta as contribuições da filosofia do Segundo Wittgenstein se colocará.

Depois desta digressão histórica podemos voltar à relação entre o discurso ético e o científico. À medida que a metafísica vai cedendo lugar à teoria do conhecimento e, na seqüência, à filosofia da linguagem, como disciplina central e horizonte de fundamentação do discurso filosófico, a ética vai enfrentando um processo cada vez mais complicado em sua tentativa de justificar seu discurso. O discurso científico, por outro lado, parece beneficiar-se cada vez mais com o afastamento da metafísica. Inversamente ao que se deu como discurso ético, o discurso científico passa a ocupar um lugar cada vez mais facilmente justificável,

passando inclusive a ocupar o posto da forma de discurso mais reconhecidamente racional. Este processo de valorização do discurso científico passa pela filosofia kantiana (teoria do conhecimento) e culmina com a lógica tractatiana, quando esta afirma que esta forma de discurso é soberana em suas pretensões de validade. Sendo considerada não apenas a forma mais válida, mas a única forma possível de discurso. Esta é a consequência inevitável do desenvolvimento histórico e do aprofundamento teórico, cada vez mais elaborado, de uma determinada concepção de significado. Trata-se da teoria representacional da verdade, teoria dominante na filosofia ocidental desde Platão até o primeiro Wittgenstein. Os motivos que atrelam a teoria da verdade como representação à crescente valorização da ciência e à simultânea dificuldade de justificação do discurso ético são complexos. Por ora, nos interessa explicitar esta relação apenas com o intuito de por em relevo a originalidade da contribuição do segundo Wittgenstein para a reconfiguração desta relação entre a ética e a ciência.

A teoria da verdade como correspondência pressupõe que o significado de uma palavra é dependente da correspondência desta a algo que ela descreve ou representa. Aplicado ao discurso ético, esta teoria pressupõe que as palavras deste discurso sejam substantivas. Ou seja, o bem, o mal, a justiça, o dever, etc., devem ser entidades que, ao serem representadas pelas palavras emprestam seu sentido a elas. Enquanto a filosofia esteve em sua primeira fase, quando a metafísica era o horizonte de legitimação e justificação dos discursos, esta teoria do significado não apresentou problemas para a ética, no que se refere aos esforços desta disciplina de justificar-se. O sentido da palavra 'bom', por exemplo, podia ser derivado de uma entidade metafísica *o bem em si*, da mesma forma que o sentido da palavra 'cadeira' era derivado de uma entidade igualmente metafísica *a cadeira em si*.

O problema de justificação da ética começa a ficar mais complicado, a nosso ver, quando a metafísica deixa de ser o horizonte de justificação da filosofia, mas a teoria da verdade enquanto correspondência não é abandonada. A partir de então, a facilidade de justificação da ciência passa a ser contrabalanceada pela dificuldade crescente da ética em legitimar-se racionalmente. Isto porque, se dentro do paradigma da verdade como correspondência, o discurso descritivo pode passar facilmente sem a recorrência a entidades metafísicas, do discurso valorativo não se pode dizer o mesmo.

O discurso descritivo (científico) pode preservar a teoria da verdade como correspondência e simultaneamente rejeitar entidades metafísicas. Esta forma de discurso pode apelar para propriedades materiais ao invés de recorrer a entidades ideais. Assim, o biólogo pode abandonar a crença metafísica na existência de um *cavalo ideal* e passar facilmente a definir cavalo com base na existência de uma série de atributos ou características materialmente perceptíveis partilhadas por todos os eqüinos.

Uma tentativa semelhante, de manter a teoria de verdade como correspondência e abandonar a metafísica foi levada a cabo na ética. O grupo das teorias éticas que abraçam tal tentativa ficou conhecido como *naturalismo*. O termo ‘naturalismo’ para se referir a esse grupo de teoria ética tornou-se corrente depois que G. E. Moore publicou seu famoso livro ***Principia Ethica***. Segundo Hare (1969)<sup>95</sup>, opinião que também partilhamos, este é “...um termo desafortunado, pois como Moore mesmo diz, substancialmente a mesma falácia pode ser cometida escolhendo-se características metafísicas ou supra-sensíveis

---

<sup>95</sup> HARE, R.M. **The Language of morals**. New York. Oxford University Press, 1969

para este propósito. Falar acerca de supra-natural não é profilático contra ‘naturalismo’.” (Hare, p.82, 1969)<sup>96</sup>

Uma vez que o que nos ocupa agora é a crítica à tentativa de manter a teoria da verdade como correspondência (descrição) mesmo após o abandono do paradigma metafísico, não nos ocuparemos do naturalismo metafísico mencionado por Hare. Vejamos o naturalismo que se propõe não-metafísico. Este tipo de naturalismo ético é importante no presente contexto por pelo menos dois motivos. Primeiro porque é uma tentativa insidiosa de manter a teoria da verdade enquanto correspondência após a falência do paradigma metafísico. Em segundo lugar, porque mostra a impossibilidade da redução de uma forma de discurso (valorativo/prescritivo) em outro (descritivo). Ou, usando a terminologia Wittgensteiniana, explicita a irreduzibilidade de um jogo de linguagem frente a outro.

Devido aos constantes ataques sofridos pelo naturalismo ao longo de sua desprestigiada história, esta teoria ficou conhecida como ‘falácia naturalista’. Pelo menos desde Hume sabe-se que de fatos não se pode deduzir normas. Ou seja, nada nos autoriza a, a partir de sentenças descritivas, inferir sentenças prescritivas/valorativas. Essa idéia passou a ser conhecida na história da filosofia como ‘Princípio de Hume’ ou ‘Distinção de Hume’ (Apel, p.94,1994). Na filosofia alemã esta impossibilidade de se extrair sentenças prescritivas/valorativas a partir de sentenças factuais (descritivas) condensou-se na distinção entre os verbos *sein* (ser) e o verbo modal *sollen* (dever ser).

Cada autor que ataca essa concepção naturalista da ética o faz em seus próprios termos e a partir de sua própria base conceitual. Assim, a crítica

---

<sup>96</sup> “...an unfortunate term, for as Moore says himself, substantially the same fallacy may be committed by choosing metaphysical or suprasensible characteristics, for this purpose. Talking about supernatural is no prophylactic against ‘naturalism’(Hare, op. cit.p.82)

humeana, a mooreana e a hareana, a do primeiro Wittgenstein e a do segundo Wittgenstein (apenas para citar as principais) são bastante diferentes entre si. Deter-nos-emos na linha de argumentação de Hare, por ser a que mais se coaduna com as idéias e procedimentos adotados por Wittgenstein nas **Investigações Filosóficas**. Utilizar-nos-emos dos argumentos de Hare contra o naturalismo em ética simplesmente com o propósito de tornar explícito aquilo que implicitamente está presente nas **Investigações Filosóficas**. No que será dito acreditamos estar expressando com fidedignidade idéias que, apesar de não terem sido elaboradas diretamente nas **Investigações Filosóficas** podem, não obstante, serem inferidas consistentemente a partir do estudo cuidadoso de seus conceitos.

O que desautoriza o procedimento de inferir sentenças prescritivas /valorativas a partir de sentenças descritivas? Em outras palavras, o que está errado como naturalismo ético e faz dele uma falácia? A resposta a essa pergunta, dentro do quadro conceitual do **Tractatus** já nos é conhecida. A linguagem extrai seu significado daquilo que descreve, só os fatos podem ser descritos. Valores não podem ser fatos, uma vez que os fatos se caracterizam por serem todos gratuitos. Assim, o discurso sobre valores não pode fundar-se em fatos, o que conduz o primeiro Wittgenstein à teoria da infabilidade da ética. No caso do segundo Wittgenstein o que desautoriza esta redução do discurso valorativo/prescritivo ao descritivo é a incomensurabilidade dos jogos de linguagem, aliada à independência de todas as formas de discurso em relação ao discurso descritivo.

Sabemos que para o segundo Wittgenstein a linguagem, seja ela qual for, não extrai seu significado da sua relação com os objetos ou fatos que ela descreve, mas sim do uso que se faz dela no interior de um jogo de linguagem, levando-se em consideração o fato de que “o falar da linguagem é uma parte de

uma atividade ou de uma forma de vida”. (IF§23). Esta concepção de significado como uso traz a análise filosófico-lingüística do gabinete do lógico de volta para a vida cotidiana. Isto porque, se o significado depende do uso e o uso é parte de uma prática de manejar os signos de uma maneira específica, maneira indissociável da forma de vida, se tudo isso é verdade, como professa o segundo Wittgenstein, qualquer análise filosófica tem como ponto de partida e de chegada, o estudo do uso efetivo que se faz da linguagem. É nesse sentido que a filosofia deixa tudo como está (IF§124). Este deve ser o itinerário ou percurso a ser percorrido caso se queira, como é nosso intento aqui, rechaçar o naturalismo ético em termos do segundo Wittgenstein. Argumentaremos com Wittgenstein, e a partir de Hare, que o que está errado com o naturalismo ético é, em linhas gerais, o fato de esta teoria impedir-nos de dizer determinadas coisas que somos bem sucedidos em dizer significativamente em nossa fala cotidiana. (Hare, p.85-6, 1969). Assim, o naturalismo ético é contrário à filosofia do segundo Wittgenstein em vários aspectos. Desrespeita a incomensurabilidade e a irreduzibilidade dos jogos de linguagem, não compreende o significado como uso, o que o leva a violar um terceiro princípio bastante caro às **Investigações Filosóficas**, que é tocar no uso efetivo das palavras.

Dissemos que, ao adotar a teoria do naturalismo ético, somos impedidos de dizer determinadas coisas que somos ordinariamente bem sucedidos em dizer. Deter-nos-emos na crítica a esse defeito do naturalismo porque acreditamos que tal crítica, feita a partir das idéias das **Investigações Filosóficas**, mostra a proficuidade dos conceitos do livro para o campo da ética. Para esclarecer aquilo que o naturalismo nos impede de dizer, esclarecimento que mostra a insuficiência da teoria naturalista, em oposição à pertinência da teoria do segundo Wittgenstein, tomemos um caso particular. O uso que fazemos da palavra ‘bom’. O naturalismo parte da premissa de que se ‘x’ é bom e ‘y’ não é

bom, isso implica que 'x' deve possuir alguma característica singular, um conjunto de características, ou uma disjunção de características alternativas que estão ausentes em 'y' e, conseqüentemente, me autorizam a dizer que 'x' é bom em detrimento de 'y'. Se assim é, a linguagem valorativa é apenas uma metáfora da descritiva. Descrevendo-se as características que fazem algo 'bom' cumpriríamos todos os propósitos que pretendíamos ao valorizar algo como 'bom'. Reduz-se assim a ética à ciência<sup>97</sup>. Os naturalistas são levados a tal postura teórica devido àquilo que Wittgenstein se referiu como dieta unilateral (IF§ 593). Pressionados pela força da linguagem descritiva, são tentados a unilateralmente reduzir a lógica dos outros jogos de linguagem ao jogo descritivo. Seduzidos por raciocínios como o seguinte: "Pois é auto-contraditório dizer 'P' é exatamente igual 'Q' em todos os aspectos, incluindo a medida dos seus ângulos, exceto por isto, que 'P' é um quadro retangular e 'Q' não; isto contém a asserção de que os ângulos de 'P' tanto diferem quanto não diferem daqueles de 'Q'." (Hare, p. 83, 1969).<sup>98</sup>

É autocontraditório dizer que o objeto 'A' é igual ao objeto 'B' em todos os aspectos, inclusive em relação à cor, exceto pelo fato do objeto 'A' ser amarelo e o 'B' ser vermelho. Daí, concluem os naturalistas, que 'bom' necessariamente tem que ser uma propriedade (material ou metafísica), uma vez que seria auto-contraditório dizer que um objeto 'A' seria igual ao 'B' em todos os aspectos, exceto pelo fato de que o objeto 'A' é bom e o 'B' não. É nesta última conclusão que as éticas naturalistas tropeçam. Devido aos vícios ou doenças da dieta unilateral, não conseguem perceber que a lógica de palavras

---

<sup>97</sup> Ou à metafísica, no caso da característica descritiva ser não-natural, como no caso do *Principia Ethica* de Moore. G. E. *Principia Ethica* Cambridge University Press; 2º ed., 1993. Mas em todo caso reduz-se a avaliação à descrição

<sup>98</sup> "For it is self-contradictory to say 'P' is exactly like Q in all respects, including the measurements of its angles, save this one, that 'P' is a rectangular picture and Q not'; this contains the assertion that the angles of 'P' both differ and not differ from those of Q" (Hare, op.cit.p. 83)

valorativas como a palavra ‘bom’ p.ex., difere da lógica de palavras descritivas como a palavra ‘amarelo’.

O que diferencia o jogo valorativo do jogo descritivo? Se conseguirmos perceber o que, na lógica da palavra ‘bom’ não permite que reduzamos seu significado à descrição das características que a definem, estaremos em condição de responder a esta pergunta. Argumentaremos que, ao reduzir a palavra ‘bom’ ao jogo de linguagem descritivo, o naturalismo nos impede de dizer algo que comum e significativamente queremos dizer com esta palavra, i. e, recomendar algo por possuir determinadas características.

Se digo<sup>99</sup>: ‘T’ é uma boa tapioca, os naturalistas dirão que esta frase nada mais significa do que “ ‘T’ é uma tapioca e ‘T’ é C”. Onde ‘C’ significa uma determinada característica. Digamos que esta característica ‘C’ seja “ter a tendência de despertar agradavelmente o paladar dos índios tapebas”. Agora suponhamos que quiséssemos dizer que os índios tapebas têm bom gosto em tapioca, onde “ter bom gosto em tapioca” significasse: ter o paladar agradavelmente despertado por aquelas tapiocas, e somente por aquelas, que fossem boas tapiocas.

Assim colocado o exemplo, podemos nos perguntar o que a forma naturalista de interpretar sentenças valorativas nos impede de dizer. A resposta torna-se clara se prosseguirmos no exemplo. Se quiséssemos dizer que os índios tapebas têm bom gosto em tapioca, a forma naturalista de interpretar a palavra valorativa ‘bom’ nos impediria de dizer isto. Essa forma de conceber o discurso valorativo nos impede de recomendar as tapiocas que os índios tapebas gostam. Se quiséssemos dizer que os tapebas têm bom gosto em tapioca, segundo esta definição naturalista, teríamos que dizer algo como : ‘os índios tapeba têm o paladar agradavelmente despertado por aquelas tapiocas, e somente por aquelas,

---

<sup>99</sup> Este exemplo é adaptado de Hare, Op. Cit, p.84-5,1969

que despertam agradavelmente o paladar dos índios tapeba'. E se quiséssemos dizer 'as tapiocas que os índios tapeba gostam são boas' com o intuito de recomendar estas tapiocas para alguém que não conhecesse esse alimento, como usualmente fazemos em situações similares, então a definição naturalista também nos impediria, pois nossa frase ficaria assim: 'as tapiocas que os índios tapebas gostam são as tapiocas que os índios tapebas gostam'. Este problema não é causado pela peculiaridade deste exemplo. Como ressalta Hare, após apresentar um argumento similar ao por nós exposto

“È importante perceber que esta dificuldade não tem nada a ver com o exemplo específico que eu escolhi. Não é porque tenhamos escolhido as características definidoras erradas; é porque, quaisquer características definidoras que escolhermos, esta objeção surge, que não podemos mais recomendar um objeto por possuir estas características” (Hare, p. 85, 1969).<sup>100</sup>

Mostrar como uma forma de discurso é efetivamente usada é uma estratégia central nas *Investigações Filosóficas*. Mediante tal estratégia mostramos como o naturalismo ético 'toca no uso efetivo das palavras' nos impedindo de dizer coisas (recomendar algo bom, p. ex) que usualmente dizemos. Com isso, acreditamos mostrar, em termos do segundo Wittgenstein a insuficiência desta teoria, deixando clara a irredutibilidade do jogo de linguagem valorativo ao descritivo. É importante ter em mente, entretanto, que o fato dos jogos de linguagem serem irredutíveis não implica no fato de serem incomunicáveis. Ou seja, o fato do jogo de linguagem valorativo não poder ser entendido ou explicado em termos meramente descritivos não anula a possibilidade de comunicação ou interpenetração entre os dois jogos. Na verdade, os dois jogos partilham lances comuns. Apesar de 'independente' estão tão intimamente relacionados que muitas vezes dão origem a problemas sérios

---

<sup>100</sup> “It is important to realize that this difficulty has nothing to do with the particular example I have Chosen. It is not because we have choosen the wrong defining characteristics; it is because, whatever defining characteristics we choose, this objection arises, that we can no longer commend an object for possess those characteristics” (Hare,op. cit. p. 85)

por não possibilitarem a fácil identificação de em qual esfera o problema teve origem e deve, portanto, ser resolvido<sup>101</sup>.

Com o intuito de clarear esta relação entre os dois jogos, seguiremos um outro procedimento, também bastante recorrente nas **Investigações Filosóficas**. O procedimento consiste em perguntar como aprendemos o significado das palavras. Este procedimento lança luz sobre como as palavras são efetivamente usadas e o que realmente significam no interior da forma de vida na qual se inserem. Seguiremos o uso que Hare (1969) faz desta técnica para o problema específico da relação entre o discurso descritivo e o valorativo. Tal recurso a Hare, vale lembrar novamente, não implica em uma vinculação às suas teorias do prescritivismo ético ou a qualquer outra teoria própria desse pensador. Servir-nos-emos de seus argumentos apenas por considerá-los, nos casos citados, afins ao método exigido pela filosofia de Wittgenstein.

Dissemos acima que os naturalistas éticos, ao pensarem no absurdo de frases como “‘A’ e ‘B’ são idênticos em todos os aspectos, inclusive em relação a cor, exceto pelo fato de ‘A’ ser amarelo e ‘B’ ser vermelho” são impelidos a pensar que ‘bom’ também é uma propriedade. Já que a frase “‘A’ e ‘B’ são idênticos em todos os aspectos, exceto pelo fato de ‘A’ ser bom e ‘B’ não” é igualmente absurda. Concordamos com os naturalistas que esta segunda frase é tão absurda quanto a primeira, mas discordamos, na linha do segundo Wittgenstein, de sua conclusão, qual seja: que aceitar a absurdidade desta segunda sentença implica no postulado de que ‘bom’ assim como ‘vermelho’ ou ‘amarelo’ deve ser uma propriedade.

---

<sup>101</sup> Abordaremos isto mais abaixo, quando apresentaremos o argumento de Putnam, mostrando que alguns problemas tidos como científicos são na verdade valorativos. Como é o caso das escolhas de paradigmas. Ou os casos inversos, onde questões que são tidas usualmente como controversas, por serem valorativas, mas na verdade têm origem ou traços problematizantes marcadamente descritivos. Como é o caso do aborto, p.ex.

Para justificar essa posição é preciso levar em conta a diferença entre o significado e critério. Essa diferença é de fundamental importância para a correta compreensão da peculiaridade lógica das palavras valorativas em contraste com as palavras descritivas. Essa distinção nos conduz em direção a seguinte conclusão. Por um lado, para compreender o significado da palavra bom, podemos prescindir de qualquer conhecimento das propriedades dos objetos 'A' ou 'B', isso exclui a necessidade de se recorrer a uma propriedade doadora de sentido àquelas coisas predicadas com a palavra 'bom'. Por outro lado, o critério de aplicação da palavra bom para uma determinada entidade, classe ou grupo, apóia-se (embora não seja logicamente implicada) em propriedades descritivas destas entidades, grupos ou classes. Isso exige uma teoria não naturalista da ética da obrigação de aceitar como válidas frases absurdas como "'A' e 'B' são idênticos exceto pelo fato de 'A' ser bom e 'B' não'".

Tomemos uma palavra tipicamente descritiva, como 'vermelho' e uma palavra tipicamente valorativa, como 'bom', para efeito de exposição. A diferença na forma como as aprendemos e ensinamos revela suas peculiaridades lógicas. A palavra 'vermelho', assim como a palavra 'bom', caracteriza-se pelo fato de poder ser usada em relação a uma infinidade de objetos. Podemos dizer 'bom cachorro', 'bom piano', 'bom navio', 'bom homem' etc. Assim como podemos dizer 'carro vermelho', 'lápis vermelho' etc. Hare (p.96,1969.) propõe um itinerário para investigar as diferenças lógicas entre as duas palavras e por extensão entre o discurso ético e o discurso científico. (1) Primeiramente temos que saber se é possível explicar o significado da palavra 'bom' como aparece em todas essas frases, de uma única vez. (2) Caso a primeira alternativa não seja viável, temos que investigar se é necessário explicar o significado da palavra 'bom' na frase 'bom cachorro' em primeiro lugar e em um segundo momento explicar o significado na frase 'bom piano' e assim por diante. (3) Sendo a

segunda alternativa apropriada, é importante indagar se em cada explicação da palavra 'bom' estaríamos ensinando um significado completamente novo da palavra ou se estaríamos ensinando sempre o mesmo significado apenas aplicado a novos exemplos.

(1) O significado de uma palavra descritiva, como 'vermelho' p. ex, pode certamente ser ensinado de uma única vez. Para uma pessoa familiarizada com o jogo de linguagem de nomear cores, mas que não sabe o significado da palavra 'vermelho' em português, é suficiente mostrar alguns objetos semelhantes em todos os aspectos, exceto pelo fato de alguns serem e outros não serem vermelhos e apontar: 'este objeto aqui é vermelho, aquele não'. Tal pessoa teria aprendido, no final de uma única lição o significado da palavra 'vermelho' e poderia aplicá-la, a qualquer classe de objetos, de acordo com o critério que lhe foi ensinado. Isto se dá porque de acordo com a lógica que regula o uso das palavras descritivas, explicar o critério de aplicação é o mesmo que explicar o significado da palavra. A lógica que governa o uso da palavra 'bom' é diferente da que governa o uso da palavra 'vermelho'. O significado da palavra 'bom', ao contrário do significado da palavra 'vermelho' não é idêntico ao critério de sua aplicação. Por esse motivo, não é possível ensinar o significado da palavra 'bom' e ao mesmo tempo habilitar o aprendiz a usá-la adequadamente ao referir-se a qualquer classe de objetos em uma só lição. Podemos, certamente aprender o significado e o critério de aplicação da palavra bom em apenas uma lição. Este aprendizado conjunto, entretanto, é possível apenas se limitarmos o critério de aplicação da palavra 'bom' a apenas uma classe ou grupo de objetos . Além de aprender o significado da palavra 'bom', i.e. que com ela queremos recomendar algo, o nosso aprendiz de uma só lição pode aprender também a aplicá-la à classe dos carros, p.ex. Saberá identificar um bom carro, a partir do reconhecimento de critérios descritivos. O que nosso aprendiz de uma única

lição não pode saber é como aplicar os critérios que definem o uso da palavra 'bom' para todas as classes de objetos. Os critérios que regulam a aplicação da palavra 'bom' a um determinado grupo ou classe diferem dos critérios usados para grupos ou classes diferentes.

(2) Aludimos acima, que no que se refere à palavra 'bom', ao contrário do que se dá com palavras meramente descritivas, o critério de aplicação não encerra o significado da palavra. Aprender os critérios que nos possibilitam aplicar corretamente o adjetivo 'bom' às tapiocas, não nos diz nada acerca do uso do mesmo adjetivo quando usado para se referir a carros, p.ex. Nesse sentido, passamos a vida inteira aprendendo critérios de utilização da palavra 'bom' aplicada a diferentes classes de objetos. Em uma lição aprendemos o critério que define um bom professor, em outra os critérios que definem um bom aparelho de mp3, em uma terceira um bom xampu, *ad infinitum*. Esse aprendizado diferenciado de critérios é uma necessidade patente.

(3) A questão que devemos nos colocar agora é se essa necessidade de aprendizagem distinta de critérios nos autoriza a deduzir que cada vez que aprendemos um conjunto de critérios definitórios de 'bom', para um grupo ou classe específico, estamos aprendendo algo completamente diferente daquilo que foi aprendido na lição anterior. O esclarecimento desta questão nos conduz a um ponto de central importância para a compreensão da natureza da relação entre o discurso descritivo e o discurso valorativo. É necessário retornar à distinção entre significado e critério no que diz respeito à lógica da palavra valorativa 'bom'. Vimos no tópico anterior que passamos a vida inteira aprendendo critérios de aplicação da palavra 'bom' a classes específicas. Isto significando que, metodologicamente falando, precisamos de mais de uma lição (infinitas lições!) para aprender a aplicar corretamente o adjetivo 'bom' a classes diferentes. Em outras palavras, aquilo que podemos chamar de 'significado descritivo' da palavra

'bom', i.e., seu critério de aplicação, é variável de acordo com a classe a que se destina qualificar. Portanto, não podemos aprender de uma única vez, e de uma vez por todas, o significado descritivo da palavra 'bom'. Isto é apenas uma parte da questão. O aprendizado do significado da palavra 'bom', como comumente usada, envolve algo além do aprendizado dos critérios de sua aplicação. Esse *algo além* é precisamente aquilo que caracteriza a palavra 'bom' como uma palavra valorativa, esse 'algo além' é o significado real da palavra 'bom'. Argumentaremos que aquilo que confere à palavra 'bom' seu significado real e primeiro, e não apenas seu significado descritivo, é comum a todos os usos que podemos fazer desta palavra. Isto quer dizer que, qualquer que seja o grupo ou classe ao qual estejamos nos referindo com a palavra 'bom', se estivermos usando esta palavra em seu sentido usual, i.e., como uma palavra valorativa, seu significado será o mesmo. Ao dizer que algo é bom, e pretender com isso proferir uma frase valorativa, está-se sempre a conferir o mesmo significado à palavra, qual seja, está-se recomendando algo. Se profiro a frase: 'x é bom' valorativamente, independente do fato de com isso querer dizer 'a tapioca é boa', 'o homem é bom', 'o mp3 é bom' etc., e independentemente do fato destes grupos exigirem critérios diferentes de aplicação da palavra 'bom', independente de tudo isto, em um sentido primário, minha frase significa em todos os exemplos a mesma coisa, a saber: 'recomendo algo por possuir determinadas características'.

Assim sendo, o significado da palavra 'bom' pode ser aprendido em apenas uma lição, apesar do fato dos critérios terem que ser aprendidos em lições diferentes. Resta-nos justificar brevemente nossa asserção de que o significado valorativo da palavra bom é primordial, em oposição ao seu significado descritivo, ou parcial. Uma citação de Hare cumprirá este propósito.

“È hora de justificar o fato de eu chamar o significado descritivo de ‘bom’ secundário em relação ao significado avaliativo. Minhas razões para fazer isto são duas. Primeiro, o significado avaliativo é constante para toda classe de objetos para os quais a palavra é usada.... mas porque estamos recomendando todas elas por razões diferentes, o significado descritivo é diferente em todos os casos... a segunda razão para chamar o significado avaliativo primário é que podemos usar a força avaliativa da palavra a fim de mudar o significado descritivo para uma classe de objetos” (Hare, p. 118-9, 1969)<sup>102</sup>.

Pelo que foi dito anteriormente, acreditamos suficientemente justificada a nossa idéia de que a recusa do naturalismo ético é uma conseqüência ou implicação direta do conceito de jogo de linguagem, forjado nas **Investigações Filosóficas**. Ao mostrar a independência semântica do discurso ético frente ao discurso científico, cumprimos apenas uma parte de nosso objetivo. A explicação dessa independência semântica, representada pela recusa do naturalismo, apresenta de forma (acreditamos) suficientemente clara, a primeira implicação ética do conceito de jogo de linguagem. Essa implicação reverbera no campo da ética. A primeira função do conceito de jogo de linguagem, i.e., a irredutibilidade dos jogos de linguagem. A segunda função do conceito de jogo de linguagem, i.e., a equalização do estatuto lógico-semântico dos diferentes tipos de jogos de linguagem, foi apenas parcialmente elaborada em suas reverberações para o campo da ética. Deter-nos-emos um pouco mais neste ponto.

É parte de nosso objetivo, mostrar como a originalidade das contribuições das **Investigações Filosóficas** para o campo da ética, consiste não apenas na aceitação desta forma de discurso, mas também – e principalmente – na assunção de que esta forma de discurso não se encontra em um nível inferior de racionalidade. Em outras palavras, de acordo com nossa leitura do conceito de jogo de linguagem, não é correto diferenciar os discursos científico e ético, em

---

<sup>102</sup> “It is time now to justify my calling the descriptive meaning of ‘good’ secondary to the evaluative meaning. My reasons for doing so are two. First, the evaluative meaning is constant for every class of objects for which the word is used... but because we are commending all of them for different reasons, the descriptive meaning is different in all case... the second reason for calling the evaluative meaning primary is, that we can use the evaluative force of the word in order to change the descriptive meaning for an class of objects” (Hare, op. cit p. 118-9)

termos de maior ou menor racionalidade, maior ou menor comprovação, maior ou menor precisão.

Começemos pelo ponto mais fraco da defesa da superioridade dos procedimentos racionais da ciência frente à ética. Geralmente se pressupõe que uma marca distintiva do discurso científico é a precisão, em oposição à imprecisão ou vagueza do discurso ético. Com base nesta distinção, os apologistas da superioridade do discurso científico crêem justificada a colocação de discurso ético em um patamar de racionalidade hierarquicamente inferior àquele ocupado pela ciência.

Ora, o conceito de significado como uso, elaborado nas **Investigações Filosóficas** é, por si só, suficiente para mostrar a fraqueza desta concepção. Se o significado de uma palavra ou sentença depende do uso que dela fazemos, a maior ou menor precisão desta não dependerá da natureza ontológica daquilo a que se referem<sup>103</sup>. Dependerá da maior ou menor precisão com a qual nós falamos delas. Nas palavras de Hare (1969):

“É importante mencionar que a exatidão ou imprecisão dos seus critérios não contribui com absolutamente nada para distinguir palavras como ‘bom’ de palavras como ‘vermelho’. Palavras em ambos os casos podem ser descritivamente imprecisas ou exatas, de acordo com quão rigidamente o critério foi estabelecido pelo costume ou convenção. Certamente não é verdade que palavras valorativas se distinguem das palavras descritivas devido às primeiras serem descritivamente mais imprecisas do que as últimas”. (Hare, p. 115, 1969)<sup>104</sup>

Basta imaginarmos a vagueza do nosso emprego usual de designações de cores e a precisão com que podemos recomendar um bom professor, fornecendo critérios de dicção, postura, domínio do conhecimento, habilidade em responder questões etc. Isso mostra quanto o conceito de jogo de linguagem, significado

---

<sup>103</sup> Realidades objetivas, no caso da ciência, ou realidades metafísicas/subjetivas, no caso da ética.

<sup>104</sup> “It is important to notice that the exactness or looseness of their criteria does absolutely nothing to distinguish words like ‘good’ from words like ‘red’. Words in both classes may be descriptively loose or exact, according to how rigidly the criteria has been laid down by custom or convention. It certainly is not true that value-words are distinguished from descriptive words in that the former are looser, descriptively, than the latter”. (Hare, op. cit. p. 115)

como uso atrelado a convenções e a formas de vida, faz para desmistificar a pretensa superioridade do discurso científico.

Há uma outra objeção que se interpõe no percurso de todo aquele que, como nós, a partir de Wittgenstein, pretende defender a equalização do discurso ético com o discurso científico. Falo equalização no sentido de defender a idéia de que ambas as formas de discurso situam-se em um mesmo patamar de racionalidade, apesar de seguirem regras de justificação e aferição próprias. Trata-se do problema ao qual nos referiremos como ‘a questão da controvérsia dos juízos éticos’. Putnam, em seu livro ***Ethics without ontology***<sup>105</sup> segue uma linha marcadamente Wittgensteiniana, e portanto, bastante afim das idéias que estamos a defender. Coloca da seguinte forma, a objeção dos críticos da idéia de que os juízos éticos são tão objetivos quanto os juízos descritivos. Diz ele, colocando-se na voz dos críticos da concepção objetiva (mas não naturalista) da ética:

“Se as reivindicações éticas são objetivas... se elas são instâncias *bona fide* de discurso assertivo, formas de reflexão que são tão completamente governadas por normas de verdade e validade como qualquer outra forma de atividade cognitiva – como é que tão comumente não podemos concordar a respeito de qual delas é verdadeira?” (Putnam, p. 74-5, 2004)<sup>106</sup>

Encarar esta questão é importante no contexto do presente trabalho pois ela emerge do paradigma cientificista que pretende negar objetividade ao discurso ético. Acreditamos que as ***Investigações Filosóficas*** nos fornecem material teórico-conceitual suficiente para descartar essa objeção cientificista à objetividade do discurso ético. Primeiramente, é importante observarmos que essa objeção pressupõe implicitamente que as questões de fato, ao contrário das de valor, são de tal natureza que podemos chegar a um consenso acerca delas,

---

<sup>105</sup> Putnam, Hilary. ***Ethics without ontology***. Massachusetts, Harvard University press, 2004

<sup>106</sup> “If ethical claims are objective... if they are bona fide instances of assertoric discourse, forms of reflection that are as fully governed by norms of truth and validity as any other form of cognitive activity – how is it that we so often can’t agree on which one are true?” (Putnam, op.cit.p. 74-5)

o que por oposição não se daria com as questões de valor, consideradas implicitamente como controvertidas. Putnam (2004) considera que nesta maneira de colocar a questão as ‘cartas estão marcadas’ (Putnam, p.75, 2004). As questões acerca de fatos nem sempre são não-controversas. Algumas são de tal natureza que o consenso é inclusive impossível<sup>107</sup>. Mas, mesmo nos casos onde o consenso é viável e explícito, isso não diz nada acerca da objetividade de discurso descritivo em oposição ao avaliativo. O acordo diz apenas que o jogo de linguagem da ciência é jogado por pessoas que decidiram partilhar as mesmas regras de aferição e justificativa e que por partilharem o mesmo paradigma tendem a entrar em acordo. É nesse sentido que, ao analisar o jogo de linguagem da certeza, Wittgenstein diz:

“Toda experimentação, toda confirmação ou infirmação de hipóteses ocorre já no interior de um sistema. E esse sistema não é um ponto de partida mais ou menos arbitrário ou duvidoso de todos os argumentos. Não, ele pertence à essência daquilo que chamamos nosso argumento. O sistema não é propriamente o ponto de partida, mas sim o elemento no qual nossos argumentos encontram vida (Wittgenstein *apud* Marcondes, §105, 1974).<sup>108</sup>

Isso tudo nos remete à crítica de Wittgenstein à visão ingênua de descrição como algo imediato e não algo que é fruto da construção de um jogo de linguagem. Thomas Kuhn (2001)<sup>109</sup>, marcadamente influenciado pelas **Investigações Filosóficas** mostrou bem como os acordos científicos encontrados na ciência normal são frutos da aceitação social de um paradigma e mostrou como esses consensos começavam a entrar em crise tão logo um outro paradigma se insinuava, desencadeando-se assim uma revolução científica. Sua

---

<sup>107</sup> Como bem lembra Putnam, Op. Cit.p. 76, 2004) “Many practical questions involve factual estimates on which is difficult if not impossible to ever get convergence. Whether, for example, a fully socialist society – that is, one which did not allow large private businesses and corporations – *could* exist and be peaceful, economically successful, and democratic, I, by anybody’s lights, an empirical question, but it is an empirical question on which we are unlikely to ever get agreement, unless, that is, such a society actually comes into existence at some time, and *is* peaceful, economically successful, and democratic”.

<sup>108</sup> Wittgenstein. **On certainty**. Oxford, Blackwell, 1974. Tradução Danilo Marcondes in **Filosofia, linguagem e comunicação**, São Paulo, ed. Cortez, 3ªed, p.24, 2000.

<sup>109</sup> Kuhn, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo, ed. Perspectiva. 6ªed. 2001

teoria, especular à idéia de jogo de linguagem, tem o mérito de mostrar que acordos em questões de fato não são direta e imediatamente ditados pela natureza do objeto de conhecimento, mas são frutos de uma convenção partilhada pela comunidade científica.

Esta digressão acerca da natureza social do consenso científico nos leva a uma outra crítica à visão científicista que vê a ética como controversa em oposição aos discursos factuais. Trata-se da imbricação do discurso valorativo no seio do próprio discurso descritivo. O discurso descritivo demanda alguns serviços a serem prestados por julgamentos de valor<sup>110</sup>. Putnam (2004) se refere da seguinte forma a esta classe de julgamento de valor, implicada no discurso descritivo, mas desprezada simultânea e paradoxalmente pelos cientistas: “Uma classe de julgamentos de valor é comumente negligenciada, julgamentos de valor que são internos à própria investigação científica: julgamentos de coerência, simplicidade, plausibilidade e assim por diante”. (Putnam, p 67, 2004)<sup>111</sup>

Como exemplo da indispensabilidade deste tipo de julgamentos de valor para a ciência, Putnam cita a reação ocorrida na comunidade acadêmica frente à teoria geral de relatividade e a teoria da gravitação de Whitehead. Ambas as teorias prediziam fenômenos familiares com a mesma precisão, no entanto, muitos anos antes de qualquer experimento para comprovar cada uma das teorias, a teoria da relatividade geral de Einstein foi aceita e a teoria da gravitação de Whitehead, descartada. Segundo Putnam(2004) “O julgamento, que os cientistas explicita ou implicitamente fizeram, de que a teoria de Whitehead era

---

<sup>110</sup> Nesse caso particular não usamos valor como um termo ético, mas somente como termo próprio ao jogo de linguagem valorativo, que engloba muitas formas de discurso, além do ético.

<sup>111</sup> “A class of value judgements that is often overlooked, value judgements that are internal to scientific inquiry itself: judgements of coherence, simplicity, plausibility, and the like”. (Putnam, op.cit.p 67)

muito ‘implausível’ ou muito ‘*ad hoc*’ para ser tomada seriamente, era claramente um julgamento de valor’(Putnan, p.68,2004)<sup>112</sup>

Esse exemplo não é de modo algum uma exceção ou um fato isolado, escolhido para caricaturar a face valorativa implicada na descrição científica do mundo. Como Kuhn demonstra, julgamentos de valor sempre jogam um papel decisivo , pelo menos na fase de crise de paradigmas e revoluções científicas. Nosso objetivo com tal exemplo não é reduzir o jogo de linguagem descritivo ao valorativo. O raciocínio que viemos desenvolvendo segue em uma direção oposta. A concepção de jogo de linguagem implica numa incomensurabilidade entre os diversos jogos. Conjuramos o exemplo acima apenas para reforçar a idéia de que a oposição cientificista que crê na superioridade do discurso descritivo sobre o valorativo, é uma posição insustentável. Ao negar a objetividade dos juízos de valor, (dos quais os da ética são apenas um tipo), a ciência dispara um tiro no próprio pé. Uma vez que ela não pode prescindir de juízos metodológicos de valor. Tudo isso vem em reforço de nossa tese de que a filosofia do segundo Wittgenstein implica que o discurso valorativo não pode ser qualificado como menos objetivo do que o discurso científico, em nenhuma das acepções deste termo. <sup>113</sup>

## **CONCLUSÃO**

Ao fim de nossa análise acerca das implicações éticas da filosofia wittgensteiniana da linguagem, parece que podemos afirmar que nossa estratégia metodológica mostrou-se adequada e eficiente para a consecução dos objetivos almejados. Cremos que a comparação entre as concepções de Wittgenstein

---

<sup>112</sup> “The judgement that, scientists explicitly or implicitly made, that whitehead’s theory was too ‘implausible’ or too ‘*ad hoc*’ to be taken seriously, was clearly a value judgement” (Putnam, op.cit.p 68)

<sup>113</sup> Glock, Op. cit. P. 146. “Wittgenstein compartilha, entretanto, a idéia cognitivista de que o discurso moral não pode ser desqualificado como menos objetivo do que o discurso científico”.

acerca do discurso descritivo e aquelas acerca do discurso avaliativo nos forneceu subsídios para que elaborássemos as inferências relativas ao lugar ocupado pelo discurso ético no quadro geral de sua filosofia.

A investigação sobre as implicações éticas da filosofia wittgensteiniana da linguagem, tomando como referência as explícitas formulações de Wittgenstein acerca do discurso descritivo, nos levou ao estudo do naturalismo ético, por ser este uma forma característica e recorrente de relacionar o discurso valorativo com o discurso descritivo. A este respeito, nossa pesquisa nos conduziu à conclusão de que a teoria do naturalismo ético é incompatível – e rejeitada – tanto pela filosofia do *Tractatus* como pela filosofia contida nas *Investigações Filosóficas*. Os motivos que tornam o naturalismo incompatível com a filosofia tractatiana diferem, entretanto, enormemente dos motivos que o tornam incompatível com a filosofia das *Investigações Filosóficas*. Nosso trabalho nos permitiu identificar claramente estes motivos.

No caso do *Tractatus*, vimos que a natureza auto-contraditória da idéia da existência de fatos éticos, torna o naturalismo uma falácia pueril. Ainda preso ao modelo descritivo de significação, segundo o qual apenas o discurso descritivo é válido e apenas os fatos podem ser descritos, Wittgenstein rechaça a existência de fatos éticos dado ao caráter inerentemente contingente e casual de todos os fatos e à necessidade dos valores éticos partilharem de um estatuto não contingente e casual.

No caso das *Investigações Filosóficas*, fomos levados à conclusão de que o naturalismo ético é falacioso mediante o estudo do conceito de jogo de linguagem e da idéia de significado como uso. Tentamos mostrar que o naturalismo ético viola três princípios bastante caros à filosofia das *Investigações Filosóficas*. São eles: 1) A incomensurabilidade dos vários jogos de linguagem, 2) A independência das várias formas de discurso frente ao

discurso descritivo e, 3) A idéia de que a análise filosófica não deve tocar no uso efetivo que fazemos das palavras (IF124). Uma vez adotado, o naturalismo ético nos impediria de proferir sentenças que usualmente são proferidas de forma significativa. Impediria, como vimos, que recomendemos algo como sendo bom devido ao fato deste algo possuir boas características.

As diferenças radicais entre a filosofia da linguagem apresentada no *Tractatus* e aquela presente nas *Investigações Filosóficas* não levam apenas a formas diversas de sustentar as mesmas posturas, como acontece com a recusa ao naturalismo. Cremos que nossa pesquisa nos permitiu confirmar nossa hipótese de trabalho, que consistia na idéia de que mudanças tão profundas na forma de conceber a linguagem e a filosofia, como as perdas pelas *Investigações Filosóficas* em relação ao *Tractatus*, devem, necessariamente, trazer mudanças igualmente profundas no que se refere ao discurso ético.

Sempre nos valendo da comparação das concepções explícitas de Wittgenstein acerca do discurso descritivo com as concepções (muitas vezes implícitas) referentes ao discurso valorativo, finalizamos nossa pesquisa com um quadro que julgamos esclarecedor de sua profunda mudança de posição em relação ao discurso valorativo, inferido a partir da explicitação de sua posição frente ao discurso descritivo.

No que se refere ao *Tractatus*, vimos que uma ênfase que nos parece excessiva no valor concedido ao discurso descritivo, levou Wittgenstein a considerá-lo como a única forma significativa de discurso. O discurso ético é, então, reputado como um contra-senso. Entretanto, como argumentamos na primeira parte do trabalho, esse caráter inefável da ética não nos deve levar a considerar erroneamente que o lugar da ética no quadro geral do *Tractatus* é sem importância. Detivemos-nos demoradamente em mostrar como as condições de possibilidade do mundo (os objetos simples) e as condições de

possibilidade da linguagem são, igualmente inefáveis, apesar de, assim como a ética, serem, imprescindíveis. A ética é considerada como transcendental, pois é sempre pressuposta e, portanto, condição de possibilidade de toda afiguração que o sujeito faz do mundo.

Nossa pesquisa acerca das implicações éticas que podem ser extraídas da filosofia da linguagem contida nas **Investigações Filosóficas** aponta para um resgate do discurso ético como forma significativa de construção simbólica. Concluimos também que este resgate é marcado por uma certa ambigüidade. Por ‘ambigüidade’ queremos significar uma conquista que traz consigo uma perda relativa.

Vimos que, ao abandonar a teoria pictórica e a concepção essencialista de linguagem, a filosofia das **Investigações Filosóficas**, adotando o conceito de jogo de linguagem, nos autoriza a afirmar que a ética pode ser considerada uma forma significativa de discurso (deixando, pois, de ser inefável como no **Tractatus**), passando a ser mais um jogo de linguagem, entre outros. O discurso ético, com isso, retoma seu direito à voz, podendo ser expresso, criticado, justificado etc. Fomos levados a concluir, entretanto, que este ganho inestimável para a ética, traz consigo uma perda relativa, qual seja: a ética nas **Investigações Filosóficas**, ao passar a ser um jogo de linguagem entre outros, perde, segundo nossa compreensão, a ubiqüidade e a necessidade que lhe era conferida, no **Tractatus**, devido ao seu caráter transcendental.

Nosso estudo sobre filosofia da linguagem contida no **Tractatus** e nas **Investigações Filosóficas** nos levou a concluir que, no que se refere às implicações éticas, e ao lugar conferido ao discurso valorativo, há uma diferença de fundamental importância entre as duas obras. No que se refere ao **Tractatus**, a ética ainda se situa na esfera do sujeito transcendental. Apesar de este sujeito ser visto como um sujeito de linguagem, um sujeito que afigura o mundo,

podemos concluir que, no que tange à ética, o *Tractatus* mantém uma ligação com a filosofia da subjetividade. Já nas *Investigações Filosóficas*, o lugar concedido e o acesso à ética são ambos situados diretamente na esfera da linguagem, sem a necessidade de se recorrer ao estudo da subjetividade para inferi-la ou justificá-la. O que nos levou à conclusão de que apenas nas *Investigações Filosóficas* a ética em Wittgenstein se situa completamente no campo da filosofia da linguagem.

A última parte de nosso trabalho nos levou à conclusão de que, no Segundo Wittgenstein, o discurso valorativo e o descritivo não podem mais ser diferenciados com base na maior racionalidade, precisão ou tendência à consensualidade do segundo em relação ao primeiro. Esta concepção constitui, a nosso ver, uma das mais importantes contribuições das *Investigações Filosóficas* à ética, levando-se em consideração a longa história de hipervalorização do discurso descritivo em detrimento do valorativo.

Podemos mostrar também que equalizar o discurso ético ao descritivo em termos de racionalidade não implica que ambos sejam regidos pelas mesmas regras e guiados pelas mesmas pretensões e formas de justificação (recusa ao naturalismo). São jogos de linguagem situados no mesmo patamar lógico-epistemológico, que podem partilhar algumas regras e movimentos comuns, mas que são, não obstante, de natureza distinta.

É importante chamar atenção para o fato de que as conclusões apresentadas nos dois parágrafos anteriores, a saber, a equalização do discurso valorativo com o descritivo e, ao mesmo tempo, o respeito às diferenças próprias de cada uma destas formas de discurso, foram diretamente inferidas do estudo do conceito mais central da obra, que é, precisamente, o conceito de jogo de linguagem. Isto mostra que, as implicações éticas podem ser extraídas da obra de

Wittgenstein, sem a necessidade de violentar os conceitos ou recorrer a aspectos exegéticos obscuros para cumprir este propósito.

À parte estas conclusões, é importante mencionarmos pelo menos duas temáticas que apareceram no decorrer de nossa pesquisa, mas que devido aos limites de tempo impostos a uma pesquisa de mestrado, não puderam ser exploradas. São elas:

1) Nossa investigação acerca da famosa seção das **Investigações Filosóficas** que trata sobre a temática de *seguir a regra* nos mostrou que os jogos de linguagem são atividades guiadas por regras mas que, não obstante, o ato de seguir a regra (e com isso inserir-se no reino do significado) não é um ato que possa ser, ele mesmo, aprendido ou explicado fazendo-se referência a outras regras. Isto nos remete ao fato de que *seguir a regra* é, sempre e necessariamente, uma ação pragmática, para a qual explicações ou justificações teóricas ulteriores jamais serão suficientes (IF§217). Uma vez que *seguir a regra*, e com isso ingressar no reino do significado, é um ato situado no domínio existencial e pragmático, não pode ser esgotado com explicações teóricas. Acreditamos que esta concepção coloca a ética, ou pelo menos o domínio onde ela se situa, qual seja, o domínio das escolhas existenciais, como tendo uma precedência ante o domínio teórico, lógico e lingüístico. Nosso trabalho apontou, assim, para a necessidade de um estudo detalhado a este respeito, como condição indispensável para o aprofundamento dos estudos acerca das implicações éticas da filosofia wittgensteiniana da linguagem.

2) A relação entre a teoria dos Jogos de Linguagem e o relativismo ético é outra temática que emergiu a partir das investigações levadas à cabo por nossa pesquisa. Tal questão é de suma importância para os estudos a respeito das implicações éticas do pensamento de Wittgenstein. A problemática que se delineou e se impôs a este respeito pode ser assim condensada. Os Jogos de

Linguagem são incomensuráveis, pois são atividades ligadas a formas de vida e, por isso, dependentes do contexto. Já que não seria possível um jogo de linguagem universalmente válido, como seria aquele pressuposto ou pretendido pela formas mais elevadas de ética, isso levaria a um relativismo? Por outro lado, Wittgenstein chama atenção para o fato de que os requisitos mínimos para a compreensão de jogo de linguagem estão presentes em todos os homens, a despeito das multiplicidades e diferentes jogos de linguagem. “O modo de agir comum a todos os homens é o sistema de referência por meio do qual interpretamos uma linguagem desconhecida” (IF §206).

Conciliar, de forma consistente, a incomensurabilidade dos jogos de linguagem, com a possibilidade de comunicação e compreensão humana, a despeito destas diferenças particulares, apresenta-se, a nosso ver, como indispensável para uma compreensão mais aprofundada das inúmeras e importantes implicações éticas do pensamento de Wittgenstein.

## **Referências Bibliográficas**

- APEL, Karl-Otto. **A transformação da Filosofia**. V.I Rio de Janeiro:Loyola, 2000.
- BRADLEY, Raymond. **The Nature of all being: A study of Wittgenstein's modal atomism**. Oxfor: Oxford University press, 1992
- CANDLISH, Stewart, Private Language, **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2004 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = [<http://plato.stanford.edu/archives/spr2004/entries/private-language/>](http://plato.stanford.edu/archives/spr2004/entries/private-language/).
- CANFIELD, John V, **Wittgenstein, language and the world**. Amherst mass. University of Massachussets press. 1981.
- CHRUDZIMSKI, Arkadiusz. **Contentless Syntax, Ineffable Semantics, and Transcendental Ontology. Reflections on Wittgenstein's Tractatus**, KRITERION Nr. 17 (2003), pp. 1-6
- DALL'AGNOL, Darlei. **Quine or Wittgenstein: the end of analytic philosophy?** Principia 7 (1-2) pp. 75-91. 2003.
- DEFEZ I MARTÍN, Antoni. **“Dígales que mi vida ha sido maravillosa”: ética y existencia en L. Wittgenstein**. Isegoría, Vol. 9, pg: 154-163. Madrid, 1994.
- FRANKENA, William K. **Ética**. Rio de Janeiro, Zahar ed, 2ªed, 1975
- GARVER, Newton. **This complicated form of life. Essays on Wittgenstein**. Chicago: open court, 1994
- GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GRIFFIN, James. **Wittgenstein's logical atomism**. Oxford: Clarendon press, 1964.
- HARE, R.M.**The Language of morals**. New York. Oxford University Press, 1969
- HINTTIKKA, Jaako e Merrill, **Uma investigação sobre Wittgenstein**. Papyrus, Rio de Janeiro. 1994.
- KRIPKE, Saul A. **Wittgenstein On rules and private Language**. Cambridge, Harvard University Press, 2002.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores),1983.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo, ed. Perspectiva. 6ªed. 2001.
- MALCOM, Norman. **Nothing is hidden**. Ithaca, NY. Cornell University press,1986.

- MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**, São Paulo, ed. Cortez, 3ªed, 2000.
- MARGUTTI PINTO, Paulo Roberto, **Iniciação ao silêncio. Análise do Tractatus de Wittgenstein**. São Paulo; edições Loyola, 1998.
- MONK, Ray, **The duty of Genius** New York: Penguin, 1991.
- MORENO, Arley. R. **Wittgenstein através das imagens**. 1ªed. São Paulo: ed. UNICAMP,1995.
- OLIVEIRA, Manfredo A. **Reviravolta Lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo, Loyola, 1996.
- PEARS, David. **Ludwig Wittgenstein**. Cambridge, Mass. Harvad University press,1987.  
 \_\_\_\_\_ **As idéias de Wittgenstein**. São Paulo: Cultrix, 1971
- PIANALTO, Matthew. **Wittgenstein, Ethics, and Nonsense**. Northwest Conference on Philosophy, October 2005
- PUTNAM, Hilary. **Ethics without ontology**. Massachussets, Harvard University press, 2004.  
 \_\_\_\_\_ **Razão, verdade e história**. 1ªed, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.
- RUSSELL, B. The Collected Papers of Bertrand Russell, Volume 8: **The Philosophy of Logical Atomism and Other Essays** 1914-19, London: George Allen and Unwin, 1986.
- SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. **A essência da proposição e a essência do mundo**. In. Tractatus Lógico-Philosophicus. São Paulo, EDUSP, 2001
- STRUCTURE AND ONTOLOGY OF THE TRACTATUS**. (Ementa da disciplina **Wittgenstein**, da St Andrews University. Autor e ano da publicação desconhecidos)
- SPANIOL, Werner. **Filosofia e método no segundo Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Loyola, 1989
- SCRUTON, R. **Introdução à Filosofia Moderna**, Rio de Janeiro: Zahar, 1982
- VESEY, Godfrey. **Other minds**. in **Understanding Wittgenstein**, Ithaca, New York, Cornell University press,1976.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Lógico-Philosophicus**.Tradução, Apresentação e Ensaio introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo, EDUSP,2001  
 \_\_\_\_\_ **Investigações Filosóficas**. São Paulo, Abril cultural, 1984,3ªed  
 \_\_\_\_\_ **On certainty**. Oxford: Blackwell. 1974  
 \_\_\_\_\_ **The blue end Brown books**. New York, Harper, 1993  
 \_\_\_\_\_ **Notebooks 1914-1916**, trans. G.E.M. Anscombe, New York: Harper & Row , 82ed,1961

## **Bibliografia em Português**

ABREU E SILVA, N. N. Afinidades analíticas: anotações sobre o 'parentesco' entre Wittgenstein e Freud e o lugar da psicanálise na filosofia. **Psicologia Em Estudo**, Maringá, Paraná, v. 3, n. 1, p. 7-26, 1998.

ABREU E SILVA, N. N. Aspectos Religiosos em Wittgenstein. In: Geraldo José de Paiva; Wellington Zangari. (Org.). **A representação na religião: perspectivas psicológicas**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

ABREU E SILVA, N. N. Bibliografias sobre Wittgenstein e literatura secundária em português. **Manuscrito Revista Internacional de Filosofia**, Campinas, São Paulo, v. XVIII, n. 2, p. 407-435, 1995.

ABREU E SILVA, N. N. The knowledge of other minds: Wittgenstein and Carnap. In: Jesús Padilla Gálvez; Raimundo Drudis Baldrich. (Org.). **Wittgenstein y el Círculo de Viena**. 1 ed. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 1998.

ABREU E SILVA, N. N. Wittgenstein e a compreensão de si mesmo como atividade filosófica. In: Marta Helena de Freitas; Nuno Venturinha. (Org.). **A Expressão do Indizível: estudos sobre filosofia e psicologia**. 1 ed. Brasília: Editora Universa - UCB, 2005.

ABREU E SILVA, N. N. Wittgenstein's Philosophy Throughout the Corners of Brazil: Data for the Study of Its Reception. In: Jesús Padilla-Gálvez. (Org.). **Wittgenstein, from a New Point of View**. 1 ed. Frankfurt am Main: Peter Lang Verlag, 2003.

ALMEIDA, G. A. Enunciados de Valor. Rio de Janeiro: **Cadernos EDIPUC PUCF/RJ**. v. 1, 1979, 1979.

ALTMANN, S. A Lógica e sua aplicação - a antecipação das formas das proposições elementares no Tractatus de Wittgenstein. **Analytica**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 109-142, 1999.

ARANA, H. G. Referência e sentido. **Síntese**. Belo Horizonte, MG, v. 24, n. 76, p. 89-100, 1997.

ARAÚJO, I. L. Por uma concepção semântico-pragmática da linguagem. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**. v. 8, p. 1-26, 2007.

ARAÚJO, I. L. Wittgenstein na ótica de Habermas e Giannotti. **Episteme** (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 115-132, 2006.

ARMIJOS PALACIOS, G. A metafísica do jovem Wittgenstein. **Filósofos**. Goiânia, v. 2, n. 1, p. 11-28, 1997.

- ARMIJOS PALACIOS, G. Wittgenstein e a Filosofia. In: Adriano Naves de Brito; Oto Araújo Vale. (Org.). **Filosofia, lingüística, informática: aspectos da linguagem**. 1 ed. Goiânia: Editora da UFG, v. 1, p. 179-192, 1998.
- AZEVEDO, H. H. D. Sentido e significado no Tractatus Logico-philosophicus de Wittgenstein. **Tempo da Ciência**. Toledo, v. 10, p. 67-78, 2003.
- AZEVEDO, S. M. M. Ludwig Wittgenstein. **Estudos de Religião**. São Bernardo do Campo, SP, v. 26, p. 138-150, 2004.
- BAPTISTA, F. P. **O Tractatus e a Teoria Pura do Direito**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.
- BARBOSA FILHO, B . Nota sobre o conceito de jogo-de-linguagem nas Investigações de Wittgenstein. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**. São José dos Campos - SP, v. 9, p. 73-104, 1973.
- BARBOSA FILHO, B . Sobre el Positivismo de Wittgenstein. In: De Grazia, Jorge. (Org.). **Filosofia Analítica**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, p. 372-388, 1989.
- BARBOSA FILHO, B . Sobre o positivismo de Wittgenstein. **Manuscrito**. Campinas, v. V, n. 1, p. 17-32, 1981.
- BARBOSA FILHO, B . Wittgenstein on Rules and Meaning. In: Dascal, Marcelo. (Org.). **Philosophy in Latin America**. : D. Reidel Pub. Co, v. , p. 185-211, 1987.
- BARBOSA FILHO, B. ; SANTOS, L. H. L. ; PRADO JUNIOR, B. ; H, L. Wittgenstein e A Racionalidade No Mundo Contemporâneo. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 43, p. 207-233, 1995.
- BARBOZA, J. Estética e Ética são uma Coisa só. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 3, p. 9-24, 2001.
- BENOIT, A. H. R. Notas sobre as temporalidades nos Diálogos de Platão. **Boletim do CPA**. Campinas, p. 93-114, 2000.
- BRITO, A. Naves de . O significado e os nomes nas linguagens formal e ordinária. In: BRITO, A. Naves de .; VALE, Oto Araújo. (Org.). **Aspectos da Linguagem. Filosofia, lingüística e informática**. Goiânia: Cegraf. UFG, p. 63-88, 1998.
- BRUNI, J. C. A importância de Wittgenstein para uma sociologia da linguagem. **Ciência e Cultura**. SP, 1975.
- CABRERA, Julio . Nada e negação (entre Wittgenstein e Sartre). **Tempo da Ciência (UNIOESTE)**, v. 10, p. 155-174, 2004.
- CALVET DE MAGALHÃES, Theresa . **Filosofia Analítica: De Wittgenstein à Redescoberta da Mente**. Belo Horizonte: Movimento Editorial da Faculdade de Direito da UFMG, 1997.
- CAMESCHI, Carlos Eduardo ; SIMONASSI, Lorismario Ernesto. As relações entre o behaviorismo radical de Skinner e a filosofia analítica de Wittgenstein. **Estudos**, Goiânia GO, v. 31, n. Especial, p. 29-52, 2004.
- CARDOSO, João Santos . A gramática da palavra "eu" no Segundo Wittgenstein. In: CARDOSO, João Santos. (Org.). **O uso do pronome de primeira pessoa nos escritos de Ludwig Wittgenstein**. Roma: Nonsolocopie di A. Salesi, 2002.
- CARDOSO, João Santos . Wittgenstein e a dimensão ética da linguagem. **Revista kairós**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 152-178, 2005.

- CARVALHO, E. A. Descaminhos da Linguagem Antropológica: Wittgenstein e O Ramo de Ouro. **Manuscrito**, São Paulo, v. XVIII, n. 2, p. 89-108, 1995.
- CONDÉ, M. L. L. Maquiavel e Wittgenstein: A Astúcia da Linguagem. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 05-11, 1993.
- CONDÉ, M. L. L., **As Teias da Razão: Wittgenstein e a crise da racionalidade moderna**. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2004.
- CONDÉ, M. L. L., **Wittgenstein Linguagem e Mundo**. 1a.ed. São Paulo: Annablume, v. 1, 1998.
- COSTA, C. F. Sobre a distinção constativo-performativo. **Princípios**, Natal, v. 3, 1995.
- COSTA, C. F. Teorias da verdade. **Crítica: Revista de Filosofia e Ensino**, Portugal, p. 1-9, 2005.
- COSTA, C. F. Wittgenstein e a gramática do significado. Natal: **Servigráfica**, v. 10, 2005
- COSTA, C. F. **A Linguagem Factual**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996
- COSTA, C. F. Wittgenstein: A Semântica Implícita. **O Que Nos Faz Pensar**, Rio de Janeiro, v. 5, 1991.
- CUTER, J. V. G. A Ética do Tractatus. **Analytica**, Brasil, v. 7, n. 2, p. 43-58, 2004.
- CUTER, J. V. G. A Lógica do Tractatus. **Manuscrito**, Campinas, v. XXV, n. 1, p. 87-120, 2002.
- CUTER, J. V. G. Wittgenstein e o domínio da gramática - a ruptura com o Tractatus. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 8, n. 16, p. 173-182, 1994.
- DALL'AGNOL, D. A falácia naturalista. In: DUTRA, D.V.; FRANGIOTTI, M. (Org.). **Argumentos Filosóficos**. 1 ed. Florianópolis: Edufsc, v. 5, p. 65-92, 2001.
- DALL'AGNOL, D. Analytic ethics and the morality of universal respect. **Cogito**, Bristol - UK, v. 12, n. 3, p. 205-210, 1998.
- DALL'AGNOL, D. As finalidades éticas do filosofar: uma reflexão a partir das Investigações Filosóficas de Wittgenstein. In: MULLER, M; CENCI, E.M. (Org.). **Ética, Política e Linguagem: confluências**. Londrina: Edições CEFIL, v. , p. 48-60, 2004.
- DALL'AGNOL, D. **Ética e Linguagem - Uma Introdução ao Tractatus de Wittgenstein**. 3. ed. Florianópolis/São Leopoldo: Edufsc/Edunisinos, 2005.
- DALL'AGNOL, D. Jogos morais de linguagem. In: Moreno, A. R. (Org.). **Wittgenstein: ética, estética, epistemologia**. Campinas: Unicamp, v. 43, p. 59-79, 2006.
- DALL'AGNOL, D. O naturalismo ético e o argumento da questão aberta. In: CIRNE LIMA, C.R; ZILLES, U.; FELTES, H. (Org.). **Filosofia: Diálogos de Horizontes**. Porto Alegre/Caxias do Sul: Educs/Edipuc, v. , p. 67-79, 2001.
- DALL'AGNOL, D. O sentido ético das Investigações Filosóficas de Wittgenstein. **Veritas**, Porto Alegre, v. 50, n. 2, p. 33-41, 2005.
- DALL'AGNOL, D. Proposições fulcrais: as observações de Wittgenstein sobre seguir regras e a semântica transcendental. **Kant e-Prints**, Campinas, v. 4, p. 1-17, 2006.
- DALL'AGNOL, D. Quine or Wittgenstein: the end of analytic philosophy? **Principia - An International Journal of Epistemology**, Florianópolis, v. 7, n. 1-2, p. 75-91, 2003.

DALL'AGNOL, D. Sobre a conexão entre regras e ações: uma análise do Parágrafo 198 das Investigações Filosóficas de Wittgenstein. In: DI NAPOLI, R.; ROSSATO, N.; FABRI, M. (Org.). **Ética & Justiça**. Santa Maria: Palloti/CNPq, v. 1, p. 41-52, 2003.

DALL'AGNOL, D. What we cannot say, we can and must speak about. **Papers of the 27th International Wittgenstein Symposium**, Kirchberg am Wechsel, v. 1, n. 1, p. 89-91, 2004.

DIAS, M. C. A Refutação do Solipsismo e A Noção de Critério Em Wittgenstein. In: Adriana Naves de Brito. (Org.). **Aspectos da Linguagem**. Goiania: UFG, 1997.

DIAS, M. C. **Kant e Wittgenstein: Os Limites da Linguagem**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

DURÃO, A. B. O Argumento da Linguagem Privada de Wittgenstein II. **Crítica**, Londrina: EDUEL, v. 2, n. 5, p. 107-130, 1996.

DURÃO, A. B. O Argumento da Linguagem Privada de Wittgenstein. In: CENCI, Angelo. (Org.). **Ética, Racionalidade e Modernidade**. Passo fundo: EDIUPF, p. 149-165, 1996.

ERICKSON, G. W. A Identidade de Cores na Perspectiva de Wittgenstein. **Vidya**, Santa Maria - RS, v. 22, p. 25-30, 1994

ERICKSON, G. W. A Lógica das Cores nas Anotações Sobre Cores de Ludwig Wittgenstein. **Arquivo dos Textos do Instituto das Pesquisas Filosóficas-UFSM**, Santa Maria - RS, v. 2.1, p. 71-76, 1995.

ERICKSON, G. W. O Resgate da Distinção entre Atividade e Processo em Ludwig Wittgenstein e Gilbert Ryle. **Arquivo dos Textos do Instituto de Pesquisa Filosófica -UFSM**, Santa Maria - RS, v. 2.1, p. 77-82, 1995.

ERICKSON, G. W. Tractarian Ethics. Resenha de Transcendence and Wittgenstein's Tractatus, por Michael P. Hodges, e Wittgenstein's Tractatus Logico-Philosophicus, por Peter Suber. **Diálogos**, San Juan - Porto Rico, v. 59, p. 187-191, 1992.

ERICKSON, G. W. Wittgenstein's Remarks on Colour. **Diálogos**, San Juan - Puerto Rico, v. 57, p. 113-136, 1991.

FARIAS, A. B. O silêncio da palavra - ética e linguagem entre Wittgenstein e Levinas. In: SUSIN, Luiz Carlos; FABRI, Marcelo; PIVATTO, Pergentino Stefano; SOUZA, Ricardo Timm de. (Org.). **Éticas em diálogo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1 ed., 2003.

FAUSTINO, Sílvia. A crítica de Wittgenstein à teoria do juízo de Russell. In: PINHEIRO, Ulysses; RUFFINO, Marco; SMITH, Plínio Junqueira. (Org.). **Ontologia, Conhecimento e Linguagem - Um encontro de filósofos latino-americanos**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, p. 267-274, 2001.

FAUSTINO, Sílvia. **Wittgenstein: o eu e sua gramática**. São Paulo: Ática, 1. ed., 1995.

FERRAZ NETO, B. P. A. **Fenomenologia em Wittgenstein - tempo, cor e figuração**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

FERRAZ NETO, B. P. A. Wittgenstein e Bergson. **Analytica**. Rio de Janeiro, v. 9, p. 43-58, 2005.

FRANÇA NETO, O. A psicanálise poderia ser wittgensteiniana?. **Sofia: Revista de Filosofia**, Vitória - ES, v. VIII, n. 09 e 10, p. 235-245, 2002.

FRANCIOTTI, Marco Antonio. Contribuições de Wittgenstein à Epistemologia da Psicanálise. **Natureza humana**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 59-93, 2003.

FRIGERI BERCHIOR, A. C. **Transcrição Poética e Materialidade do Vazio: Wittgenstein - Arnaldo Antunes**. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2001.

GALEFFI, D. A. Da sedução como jogo de linguagem - Devaneios reflexivos e poéticos. **Iararana Revista de Arte Crítica e Literatura**, Salvador - Ba, v. 1, n. 2, p. 64-73, 1999.

GIANNOTTI, J. A. **Apresentação do mundo. Considerações sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

GIUMBELLI, E. Apresentação às notas de Wittgenstein. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 103-110, 1999.

GOMES, M. R. Wittgenstein/Lyotard e um método possível. **Textos**, Salvador-BA, n. 36, p. 37-52, 1996.

HALLER, Rudolf. A ética no pensamento de Wittgenstein. **Estudos Avançados**. vol.5, no.11, p.45-56Jan./Apr. 1991.

HEBECHE, L. A. De volta ao "quarto visual", Investigações Filosóficas 398. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 28, p. 229-243, 2001.

HEBECHE, L. A. Não pense, veja! Sobre a noção de semelhanças de família em Wittgenstein. **Veritas**, Porto Alegre, v. 48, p. 31-58, 2003.

HEBECHE, L. A. O conceito de imaginação em Wittgenstein. **Natureza humana**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 393-421, 2003.

HEBECHE, L. A. O escândalo da cruz - da fenomenologia existencial à gramática da faticidade. **Veritas**, Porto Alegre, v. 50, p. 285-291, 2004.

HEBECHE, L. A. **O mundo da consciência: ensaio a partir da filosofia da psicologia de L. Wittgenstein**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HEBECHE, L. A. O mundo da consciência: sobre a filosofia da psicologia de Ludwig Wittgenstein. **Revista Portuguesa de Filosofia**, Braga-Portugal, v. 58, p. 633-669, 2002.

HEBECHE, L. A. Wittgenstein e os nomes próprios. **Veritas**, Porto Alegre, v. 49, n. 193, p. 93-123, 2004.

HEGENBERG, Leonidas . Wittgenstein e a ética segundo Rudolph Haller. **Psicologia-USP**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 191-193, 1990

IMAGUIRE, G. (Org.) ; MONTENEGRO, Maria A.P. (Org.) ; PEQUENO, Tarcicio H. C. (Org.) . **Colóquio Wittgenstein**. Fortaleza: Edições UFC, 1. ed. v. 1., 2006.

IMAGUIRE, G. A Filosofia da Matemática de Wittgenstein para além do Platonismo e do Nominalismo. In: Moreno, Arley R. (Org.). **Wittgenstein: Ética, Estética, Epistemologia**. 1 ed. Campinas: CLE, v. 1, p. 121-142, 2006.

IMAGUIRE, G. Dos Nomes aos Jogos. In: IMAGUIRE, G. (Org.); MONTENEGRO, Maria A.P. (Org.) ; PEQUENO, Tarcicio H. C. (Org.) . **Colóquio Wittgenstein**. 1 ed. Fortaleza: Edições UFC ,v. 1, p. 155-176, 2006.

KLAUDAT, A. N. A Crítica Wittgensteiniana da Tese da Subjetividade das Qualidades Secundárias. **Theophilos Revista de Teologia e Filosofia**, Canoas, v. 1, n. 1, p. 235-246, 2001.

LANDIM FILHO, R. F. Jogos de Linguagem e Análise Lingüística. **Revista Filosófica Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 25-33, 1982.

LANDIM FILHO, R. F. Sentido e Verdade no Tractatus de L. Wittgenstein (Nova Versão). **Cadernos de História e Filosofia das Ciências**, CAMPINAS, v. 3, p. 18-27, 1982.

- LANDIM FILHO, R. F. Sentido e Verdade no Tractatus de L. Wittgenstein. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 3, n. 22, p. 35-48, 1981.
- LANDIM FILHO, R. F. Verdade, Representação e Objeto (Nova Versão). **Revista Filosófica Brasileira**, RIO DE JANEIRO, v. 3, n. 1, p. 52-71, 1986.
- LECLERC, A. Por que o Grundgedanke (Tractatus, 4.0312) de Wittgenstein é Tão Fundamental? **Anais de Filosofia**, São João del-Rei/Brasil, v. IV, n.4, p. 415-421, 1997.
- LOPARIC, Zeljko. Sobre a ética em Heidegger e Wittgenstein. **Natureza Humana**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 129-144, 2000.
- LOURENÇO, M.S. **A Cultura da Subtileza - Aspectos da Filosofia Analítica**, Lisboa, Colibri, 1995.
- LYCURGO, Tassos. Solipsism and Naïve Realism in Wittgenstein s Tractatus. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 8, n. 9, p. 68-79, 2001.
- MACHADO, Alexandre N. Wittgenstein e o Externalismo. In: SILVA FILHO, Waldomiro J.; SMITH, Plínio J. (Org.). **Ensaios sobre Ceticismo**. São Paulo: Alameda, 2006.
- MACHADO, Alexandre N.; ERICKSON, G. W. A Identidade das Cores na Perspectiva de Wittgenstein. **Vidya**, Santa Maria/RS, n. 22, p. 20-30, 1994.
- MACHADO, Alexandre N. A Terapia Metafísica do Tractatus de Wittgenstein. **Cadernos Wittgenstein**, São Paulo, n. 2, p. 5-57, 2002.
- MARCONDES, D. A Intersubjetividade No Discurso e A Construção da Realidade. In: MAGALHÃES, Izabel. (Org.). **As Múltiplas Faces da Linguagem**. Brasília: UnB, 1996.
- MARCONDES, D. Action-Guiding Language. **Journal Of Pragmatics**, Dinamarca, v. VII, n. 1, p. 49-62, 1983.
- MARCONDES, D. Ciência da Linguagem e Filosofia da Linguagem: Uma Perspectiva Histórica. **Revista Vertentes - FUNREI**, São João Del Rei, v. 3, 1994.
- MARCONDES, D. Wittgenstein: Linguagem e Realidade. **Cadernos Pedagógicos e Culturais**, Niterói, v. 3/4, p. 217-230, 1995.
- MARCONDES, D. Desfazendo mitos sobre a pragmática. **Alceu Revista de Comunicação Cultura e Política**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 38-46, 2000.
- MARCONDES, D. **A Pragmática na Filosofia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- MARCONDES, D. Desenvolvimentos recentes em teoria dos atos de fala. **O Que Faz Pensar**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 25-40, 2003.
- MARCONDES, D. Em defesa de uma concepção pragmática de linguagem. **Gragoatá - Revista do Instituto de Letras da UFF**, Niterói, RJ, v. 18, p. 11-30, 2005.
- MARCONDES, D. **Filosofia Analítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MARCONDES, D. **Language And Action: A Reassessment Of Speech Act Theory**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.
- MARCONDES, D. Language and Knowledge in Early Modern Philosophy: Between the Abuse of Words and the Veil of Ideas. **Logos And Language**, Tübingen, v. II, n. 2, p. 37-44, 2001.
- MARCONDES, D. Revendo a distinção tradicional: sintaxe, semântica, pragmática. In: MAC

- DOWELL, João A.; YAMAMOTO, Marcelo Y. (Org.). **Linguagem e linguagens**. São Paulo: Loyola, p. 95-128, 2005.
- MARCONDES, D. Sentido, Verdade e Argumentação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Unicamp, n. 35, p. 49-54, 1998.
- MARCONDES, D. **Significado, Verdade e Ação**. Niteroi: EDUFF, 1986.
- MARI, H. Aspectos da teoria da referência. **Plural-Revista de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 18, p. 93-118, 2005.
- MARQUES, E. A crítica de Carnap ao argumento de Wittgenstein contra a possibilidade de uma metalinguagem. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 24, n. 77, p. 225-250, 1997.
- MARQUES, E. Conseqüências ontológicas do argumento tractariano contra a possibilidade de uma metalinguagem. **Analytica**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 205-241, 1997.
- MARQUES, E. **Ludwig Wittgenstein e o Tractatus Logico-Philosophicus**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- MARQUES, E. Putnam e a possibilidade de determinação de essências a partir de critérios semânticos. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 26, n. 84, p. 107-118, 1999.
- MARQUES, E. Sobre a distinção entre Sachverhalt e Tatsache no Tractatus Logico-Philosophicus de Ludwig Wittgenstein. **O Que nos Faz Pensar**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 54-61, 1990.
- MARQUES, E. Sobre o estatuto das proposições gramaticais no segundo Wittgenstein. **Cadernos do ICHF-UFF**, Niterói, v. 82, p. 49-58, 2003.
- MARQUES, Edgar. **Wittgenstein e o Tractatus** (Coleção Passo-a-Passo, 60) Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- MARQUES, José O. A. A ontologia do Tractatus e o problema dos Sachverhalte não-subsistentes. **O Que nos Faz Pensar**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 51-66, 1991.
- MARQUES, José O. A. Pensar o sentido de uma proposição. **Manuscrito**, Campinas SP, v. 18, n. 2, p. 185-197, 1995.
- MARQUES, José O. A. Resenha crítica da tradução brasileira do 'Tractatus Logico-Philosophicus'. **Manuscrito**, Campinas SP, v. 18, n. 2, p. 185-197, 1995.
- MARQUES, José O. A. Waismann, Ramsey, Wittgenstein e o axioma da redutibilidade. **Cadernos de História e Filosofia das Ciências**, Campinas SP, v. 2, n. 1, p. 5-48, 1992.
- MARQUES, José O. A.; WRIGLEY, Michael Beaumont. Forma e representação no Tractatus de Wittgenstein, **Biblioteca Digital da UNICAMP**, Campinas, 1998.
- MARQUES, José O. A. Espaço e tempo no Tractatus de Wittgenstein. In: Fátima R. R. Évora. (Org.). **Espaço e Tempo**. Campinas: CLE-UNICAMP, v. 15, p. 109-131, 1995.
- MARQUES, José Oscar de A. A ontologia do *Tractatus* e o problema dos *Sachverhalte* não-subsistentes. **O que nos faz pensar**. Rio de Janeiro v. 5, p. 51-66, nov. 1991.
- MARQUES, José Oscar de A. Espaço e tempo no *Tractatus* de Wittgenstein. In: ÉVORA, F. R. R. (org.) **Espaço e Tempo**. Campinas: CLE-Unicamp (Coleção CLE, 15). p.109-131, 1995.
- MARQUES, José Oscar de A. Pensar o sentido de uma proposição. **Manuscrito**. Campinas (CLE-Unicamp), v. 18, n. 2, p. 185-197, out. 1995.
- MARTÍNEZ, H. L. A noção wittgensteiniana de filosofia como terapia gramatical. **Tempo da Ciência**, Toledo - PR, v. 6, n. 11, p. 63-73, 1999.

- MARTÍNEZ, H. L. Função e conteúdo da ética do primeiro Wittgenstein. In: PEREZ, Daniel Omar. (Org.). **Ensaio de Filosofia Moderna e Contemporânea**. 1 ed. Cascavel: EDUNIOESTE, v. 1, p. 161-185, 2001.
- MARTÍNEZ, H. L. La dimensión ética en los escritos del primer Wittgenstein. **Tragaluz**, Rosario - Santa Fe - Argentina, v. 4, p. 66-68-134, 1994.
- MARTÍNEZ, H. L. Natureza e liberdade no segundo Wittgenstein. In: BOCCA, Francisco Verardi. (Org.). **Natureza e liberdade**. 1 ed. Curitiba. v. 2, p. 53-60, 2006.
- MARTÍNEZ, H. L. Realismo Moral e Fatos Morais. **Anais de Filosofia**, São João del-Rei - MG, n. 9, p. 113-118, 2002.
- MARTÍNEZ, H. L. **Subjetividade e silêncio no Tractatus de Wittgenstein**. Cascavel: Editora da Unioeste, 1. ed. 2001.
- MARTÍNEZ, H. L. William James y su influencia sobre el misticismo wittgensteiniano. **Revista de Filosofia**, Maracaibo - Venezuela, v. 3, n. 30, p. 87-105, 1998.
- MARTÍNEZ, H. L. Wittgenstein e Kripke: sobre regras e ceticismo. **Linguas Letras**, Cascavel, v. 1, n. 5, p. 167-186, 2002.
- MARTÍNEZ, H. L. Wittgenstein e o sujeito das decisões éticas. **Tempo da Ciência**, Cascavel - PR, v. 11, p. 77-93, 2004.
- MARTINS, A. A Função da Linguagem e O Estatuto da Filosofia Segundo Wittgenstein e Heidegger. **Ethica**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 41-59, 1998.
- MARTINS, H. F. Sobre a estabilidade do significado em Wittgenstein. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 7, p. 19-42, 2001.
- MONTENEGRO, M. A .P. O impasse na descrição dos eventos mentais: Wittgenstein e Politzer, críticos da Psicologia. In: FREITAS, Marta Helena; VENTURINHA, Nuno. (Org.). **A expressão do indizível: ensaios de filosofia e psicologia**. Brasília: Universa v. 1, p. 173-196, 2005.
- MONTENEGRO, M. A .P. Wittgenstein, discípulo de Freud. In: IMAGUIRE, Guido; MONTENEGRO, Maria Aparecida; PEQUENO, Tarcísio. (Org.). **Colóquio Wittgenstein**. Fortaleza: Editora UFC, 1 ed. v. 1, p. 125-135, 2006.
- MONTENEGRO, M. A .P. O argumento da linguagem privada no "Crátilo" de Platão. In: XI Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF, 2004, Salvador. **Atas do XI Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF**. Salvador : ANPOF, EDUSC, EDUFBA v. 1. p. 315-316, 2004.
- MORENO, A. R. A Noção de Inefável Em Wittgenstein. **Cadernos PUC - Filosofia, Linguagem, Arte**, v. 21, n. 2, p. 685-686, 1985.
- MORENO, A. R. A Propósito da Noção de Estética Em Wittgenstein. **Manuscrito**, v. VIII, n. 2, p. 685-686, 1985.
- MORENO, A. R. Descrição Gramatical Como Terapia Filosófica - Ilusão Ontológica. **Revista Latino Americana de filosofia**, v. XII, n. 3, p. 685-686, 1986.
- MORENO, A. R. Duas Observações Sobre A Gramática Filosófica. **Manuscrito**, Unicamp, Campinas, S.P., v. 12, n. 2, p. 685-686, 1989.
- MORENO, A. R. Le Systeme de Numerotation Du 'Tractatus'. **Systemes Symboliques, Science Et Philosophie**, Paris, França, v. 19, n. 9, p. 685-686, 1978.

- MORENO, A. R. O Que Pode Ser Dito? **Revista Ciência e Filosofia, USP**, São Paulo, v. 2, n. 9, p. 685-686, 1980.
- MORENO, A. R. **Wittgenstein - Através das Imagens**. Campinas\Sp: Edunicamp, 1993.
- MORENO, A. R. **Wittgenstein - Ensaio Introdutório** 1º.ed. Rio De Janeiro: Taurus, 1988.
- MORENO, A. R. **Wittgenstein - os labirintos da linguagem** (Reedição). Campinas: Editora da UNICAMP / Editora Moderna, 1997.
- MORENO, A. R. Wittgenstein e os valores, em A natureza humana. **Revista da PUC/SP**, Campinas, 2001.
- MORENO, A. R. Wittgenstein: Fenomenologia e Problemas Fenomenológicos. **Manuscrito**, v. 18, n. 2, p. 199-225, 1995.
- MOURA, H. M. M. A aquisição de linguagem na teoria de Wittgenstein. **Revista Latina de Pensamiento y Lenguaje**, v. 3, p. 50-70, 1995.
- MOURA, H. M. M. A aquisição de linguagem sob a perspectiva das idéias de Wittgenstein. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas- SP, v. 27, p. 59-69, 1994.
- NIQUET, M. Wittgensteinian language games and M. Polanyi's conception of linguistic knowledge. **Polanyiana**, Budapeste, v. 2, p. 63-83, 1992.
- OLIVEIRA, M. A. A Linguagem e a problemática da Fundamentação II. **Síntese Nova Fase**. v. 1, n. 63, p. 769-785, 1993.
- OLIVEIRA, M. A. Linguagem e práxis social. **Contexto**. v. 2, p. 26-28, 1990.
- OLIVEIRA, M. A. Ética e ciência. **Síntese Nova Fase**. v. 36, p. 11-29, 1986.
- OLIVEIRA, M. A. Lógica transcendental e lógica especulativa. **Cadernos da Unb**. p. 7-21, 1981.
- OLIVEIRA, M. A. Wittgenstein e o desaparecimento da filosofia. **Revista de Ciências Sociais**. p. 83-97, 1975.
- OLIVEIRA, M. A. (Org.); ALMEIDA, C. (Org.) **O Deus dos Filósofos Contemporâneos**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, v. 1, 2003.
- OLIVEIRA, M. A. **Para além da fragmentação**. São Paulo: Loyola, 2002.
- OLIVEIRA, M. A. (Org.); ALMEIDA, C. (Org.) **O Deus dos Filósofos Modernos**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, v. 1, 2002
- OLIVEIRA, M. A. (Org.) **Correntes fundamentais da ética contemporânea** . Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- OLIVEIRA, M. A. **Ética e práxis histórica**. São Paulo-SP: Atica, 2ª. ed., 1999.
- OLIVEIRA, M. A. **Sobre a fundamentação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2ª. ed., 1997.
- OLIVEIRA, M. A. **Ética e sociabilidade**. São Paulo-SP: Loyola, 2ª. ed., 1997.
- OLIVEIRA, M. A. **A reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Loyola, 1996.
- OLIVEIRA, M. A. **A filosofia na crise da modernidade**. São Paulo-SP: Loyola, 2ª. ed., 1995.
- OLIVEIRA, M. A. **Ética e racionalidade moderna**. São Paulo-SP: Loyola, 1993.

- OLIVEIRA, M. A. **A Filosofia na crise da modernidade**. São Paulo: Loyola, 1989.
- OLIVEIRA, M. A. **Filosofia transcendental e religião**. São Paulo-SP: Loyola, 1984.
- OLIVEIRA, M. A. Contextualismo, pragmática universal e metafísica. In: J. A. Mac Dowel. (Org.). **Saber filosófico, história e transcendência**. São Paulo: Loyola, p. 217-240, 2002.
- OLIVEIRA, M. A. A ética como problema de inter-relação entre teoria e prática: enfoque filosófico. In: Fernandes, J. S.; Antoniazzi, A.; Libanio, J. B. (Org.). **Novas Fronteiras da moral no Brasil**. Aparecida: Santuário, p. 50-76, 1992.
- OLIVEIRA, A. L. M. Esboços, desvios e fragmentos: o jogo da linguagem na écriture de Wittgenstein. **Pensar e dizer**, UERJ/Pós-graduação em Letras, v. 1, 1991.
- OLIVEIRA, M. B. Wittgenstein, games and family resemblances. **Manuscrito**, Campinas, v. XVIII, n. 2, p. 227-244, 1995.
- OLIVEIRA, Nythamar Fernandes . Significado e Skepsis Nas Investigações de Wittgenstein. **Veritas**, v. 41, n. 161, p. 65-74, 1996.
- OLIVEIRA, P. Implicações do pensamento de Wittgenstein para o Ensino de Línguas. In: MORENO, Arley Ramos. (Org.). **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**. 1 ed. Campinas: Editora da Unicamp, v. 14, p. 335-363, 2004.
- PEQUENO, T. H. C. Pedras podem seguir regras? In: IMAGUIRE, Guido; MONTENEGRO, Maria Aparecida; PEQUENO, Tarcísio. (Org.). **Colóquio Wittgenstein**. Fortaleza: Editora UFC, 1 ed. v. 1, 2006.
- PEREIRA, L. C. P. D. Algumas Considerações Sobre O Conceito de Sujeito No Tractatus de Wittgenstein. **Analytica**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 143-152, 1994.
- PEREIRA, L. C. P. D. Objeto, Sentido e Possibilidade no Tractatus. In: ROCHA, Ethel; GLEIZER, Marcos; MARQUES, Edgar; PINHEIRO, Ulisses; LEVY, Lia; PEREIRA, Luiz Carlos. (Org.). **Verdade, Conhecimento e Ação: ensaios em homenagem a Guido A. de Almeida e Raul Ferreira Landim**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- PEREIRA, L. C. P. D. O Mistério da Negação. In: IMAGUIRE, Guido; MONTENEGRO, Maria Aparecida; PEQUENO, Tarcísio. (Org.). **Colóquio Wittgenstein**. Fortaleza: Editora UFC, 1 ed. v. 1, 2006.
- PEREIRA, R. H. S. Fundacionismo, Holismo e Contextualismo No Sobre A Certeza de Wittgenstein. **O Que Nos Faz Pensar**, RIO DE JANEIRO, v. 9, p. 110-130, 1995.
- PIEIDADE, A. T. C. Language and Solitude. Wittgenstein, Malinowski and the Habsburg Dilemma, de Ernest Gellner. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 163-168, 2000.
- PINTO, Paulo Roberto Margutti. Aspectos da Influência de Weiniger Sobre Wittgenstein. **Síntese Nova Fase**, v. 24, n. 77, p. 199-223, 1997.
- PINTO, Paulo Roberto Margutti. Crítica da linguagem e misticismo no Tractatus. **Revista Portuguesa de Filosofia**, Braga, v. 58, n. 3, p. 493-518, 2002.
- PINTO, Paulo Roberto Margutti. Ha Problemas Filosóficos? Uma Avaliação da Resposta do Pirronismo. **Cadernos de história e filosofia da ciência**, v. 3, p. 159-178, 1996.
- PINTO, Paulo Roberto Margutti. Sentido da vida e valor da vida: uma diferença crucial? **Philosophos**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 29-62, 2004.

- PINTO, Paulo Roberto Margutti. Sobre A Natureza da Filosofia: Wittgenstein e O Pirronismo. **Kriterion**, v. 36, n. 92, p. 40-59, 1996.
- PINTO, Paulo Roberto Margutti. The Tractarian Theory Of Descriptions. **Manuscrito**, v. 18, n. 2, p. 275-296, 1995.
- PORTO, A. S.; PEREIRA, L. C. Algumas Considerações sobre a Noção Construtiva de Verdade. **O Que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 107-123, 2003.
- PRADO JR., B. Descartes e o último Wittgenstein: o argumento do sonho revisitado. **Analytica**, Rio de Janeiro-RJ, v. 3, n. 1, p. 219-246, 1998.
- PRADO JR., B. Wittgenstein: Cultura e Valor. In: Márcia de Paiva; Maria Ester Moreira. (Org.). **Cultura. Substantivo Plural**. 1ª ed. São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil e Editora 34, v. 1, p. 36-48, 1996.
- PRADO JR., B.; BARBOSA FILHO, B.; CUTER, J. V. ; SANTOS, L. H. L. ; GIANNOTTI, J. A. Wittgenstein e A Racionalidade no Mundo Contemporâneo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo-SP, v. 43, p. 207-233, 1995.
- PRADO NETO, Bento. **Fenomenologia em Wittgenstein tempo, cor e figuração**. Rio de Janeiro, *UFRJ editora*, 1ª Ed., 2003.
- PRATA, T. A. Wittgenstein e o anti-psicologismo: leitura crítica do Tractatus Logico-philosophicus . **Revista de Psicologia** (Fortaleza), v. 20, p. 32-48, 2002.
- RABENSCHLAG, R. S. O Problema das Cores em Wittgenstein: Período de Transição. **Dissertatio**, Pelotas, Rio Grande do Sul, v. 1996, p. 111-130, 1996.
- REYNAUD, A. T. J. Fronteiras: Wittgenstein e o Teatro - **Revista Folhetim**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 48-53, 2001
- RIBEIRO, A. S. **Caleidoscópio lingüístico de Wittgenstein: um estudo sobre a linguagem nas 'Investigações filosóficas'**. Tese (UFMG/FAFICH), 1996.
- RIBEIRO, A. S. Wittgenstein e Lacan? In: MASSARA, Guilherme. (Org.). **Dez encontros entre Psicanálise e Filosofia: o futuro de um mal-estar**. Belo Horizonte, 2000.
- ROMANO, Roberto. Wittgenstein Por Rudolf Haller. **Revista Usp**, p. 199-202, 1991.
- RUFFINO, Marco. **O Princípio do Contexto em Frege e Wittgenstein**. Dissertação de Mestrado, Unicamp. Campinas, SP, 1990.
- RUFFINO, Marco. The Context Principle and Wittgenstein's Criticism of Russell's Theory of Types. **Synthese**, Dordrecht, Holanda, v. 98, p. 401-414, 1994.
- SANTOS, L. H. L. Semântica e Ontologia. **Revista discurso**, São Paulo, v. 4, p. 147-153, 1973.
- SCHABEL, C. M. C. O limite do saber em Wittgenstein. **Revista renascença de ensino e pesquisa**, São Paulo, v. 4, p. 41-44, 2001.
- SCHMITZ, François. **Wittgenstein**. (Coleção Figuras do Saber, 9) Trad. José Oscar de A. Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- SILVA, D. C. S. E. Entre Wittgenstein e Derrida: os desafios da linguagem. **Revista Plurais**, Anápolis, v. 01, n. 01, p. 95-110, 2004.

- SILVA, J. C. S. P. **A Gramática das Cores em Wittgenstein**. 1. ed. Campinas: UNICAMP - Coleção CLE, 2002.
- SILVA, J. C. S. P. A noção de Porträt em Wittgenstein. **Analytica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 30-45, 2003.
- SILVA, J. C. S. P. Filosofia e Terapia em Wittgenstein. **Analytica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 20-40, 2005.
- SILVA, J. C. S. P. Questões Fenomenológicas em Wittgenstein (1929-1930). In: OLIVEIRA, Eduardo Chagas. (Org.). **Epistemologia e Filosofia da Linguagem** (Vol. 1 da Coleção Ensaios de Filosofia Contemporânea). 1 ed. Feira de Santana: NEF-UEFS, v. 1, p. 105-119, 2002.
- SILVA, J. C. S. P. Sobre a Gramática das Cores em Wittgenstein. **Ideação**, Feira de Santana, v. 5, p. 87-94, 2000.
- SILVA, J. C. S. P. Uma certa fenomenologia em Wittgenstein. In: FERREIRA, Acylene Maria Cabral. (Org.). **Fenômeno e Sentido**. 1 ed. Salvador: Quarteto, v. 1, p. 47-56, 2003.
- SILVA, J. C. S. P. Wittgenstein e o Projeto de uma Linguagem Primária. In: DUTRA, Luis Henrique; MORTARI, Cezar. (Org.). **Princípios: seu Papel na Filosofia e nas Ciências**. Florianópolis: NEL - Coleção Rumos da Epistemologia, v. 3, p. 95-108, 2000.
- SILVA, M. F. A. Contribuições de Wittgenstein à Filosofia clínica. 1. ed. São João del-Rei: UFSJ, v. 1, 2005.
- SILVA, M. O. **O Mundo dos Fatos e a Estrutura da Linguagem - A Notícia jornalística na perspectiva de Wittgenstein**. Porto Alegre / RS: EDIPUCRS, 1a. ed., 1998.
- SILVA, M. O. Wittgenstein e o Enfeitiçamento da realidade pela linguagem jornalística. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. XXII, n. n.2, p. 109-119, 1999.
- SILVEIRA, D. C. A Ética no Âmbito Prático em Wittgenstein. **Dissertatio** (UFPel), v. 24, p. 41-60, 2006.
- SIMONASSI, L. E.; CAMESCHI, Carlos Eduardo . As Relações Entre O Behaviorismo Radical de Skinner e a Filosofia Analítica de Wittgenstein. **Estudos**, Editora UCG - Goiânia, v. 31, n. 1, p. 29-52, 2004.
- SIQUEIRA, E. G. Cozinha e Gramática: O Problema da Vontade na Fase Intermediária de Wittgenstein. **Cadernos de História e Filosofia das Ciências**, Campinas, SP, v. 14, n. 2, p. 227-254, 2004.
- SMITH, P. J. Wittgenstein e O Pirronismo: Sobre A Natureza da Filosofia. **ANALYTICA**, v. 1, n. 1, p. 153-186, 1994.
- SMITH, P. J. Wittgenstein: Racionalidade e Ceticismo. **KRITERION**, n. 92, p. 37-65, 1995.
- SOUZA BRAGA, Ubiracy de . O Modelo Wittgenstein de Verdade Apodítica: Linguagem Ideal 'versus' Linguagem Ordinária ?. **Revista Políticas Públicas e Sociedade**, Fortaleza, Ceará, Brasil, v. 1, n. 1, 2001.
- SOUZA, R. A. Três entendimentos da linguagem: ciência real, ciência formal e poesia ( um estudo sobre Tractatus de Wittgenstein). **Legenda; Revista da Faculdade Notre Dame**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 61-66, 1977.
- SPANIOL, W. Formas de Vida: significado e função no pensamento de Wittgenstein. **Síntese** , Belo Horizonte, v. 17, p. 11-31, 1990.

- SPANIOL, W. **Filosofia e Método no segundo Wittgenstein**. São Paulo: Loyola, 1990.
- STEIN, S. I. A. (Org.); KUIAVA, Evaldo (Org.) **Linguagem, ciência e valores: reflexões sobre as representações humanas do mundo**. 1. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.
- STEIN, S. I. A. O tratamento da referência no Tractatus. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 4, n. 8, p. 21-33, 1994.
- STEIN, S. I. A. Objetos abstratos e objetos concretos. In: DE BONI, Luiz A. (Org.). **Festschrift em homenagem a Ernildo Stein**. Porto Alegre: Vozes, p. 727-739, 1996.
- THIOLLENT, M. J. M. Filosofia de Wittgenstein e epistemologia da inteligência artificial. Leopoldianum. **Revista de Estudos e Comunicações**, Santos - SP, v. XVI, n. 45, p. 5-21, 1989.
- THIOLLENT, M. J. M. Notas sobre Wittgenstein e a sociologia contemporânea. **Reflexão**, Campinas, v. 21, p. 42-53, 1981.
- VALLE, B. A Conexão entre pensamento e realidade: sobre a teoria do conhecimento no Tractatus Lógico-Philosophicus de Ludwig Wittgenstein. **Revista de Filosofia**, Curitiba - Paraná, v. 16, n. 18, p. 139-148, 2004.
- VALLE, B. O Silêncio em Wittgenstein. **Tabulae Revista de Philosophia**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 9-18, 2006.
- VALLE, B. **Wittgenstein A forma do silêncio e a forma da palavra**. Curitiba: Champagnat, 1. ed., 2003.
- VELLOSO, A. Forma de Vida ou Formas de Vida. **Philosophos** (UFG), Goiânia, v. 8, n. 2, p. 159-184, 2003.
- VIDAL, V. L. C. Quine e Wittgenstein – Um diálogo impossível? In: Imaguire, Guido; Aparecida, Maria A. P.; Pequeno, Tarcísio H.C. (Org.). **Colóquio Wittgenstein**. 1 ed. Fortaleza: Edições UFC, v. 1, 2006.
- VIDAL, V. L. C. Les Actes Du Discours-Une Analyse Critique. **TTR-Traduction, Terminologie, Redaction** v. 03, n. 02, p. 139-145, 1990.
- VIDAL, V. L. C. Sur La These Quineenne de L'Indetermination de La Traduction. **TTR-Traduction, Terminologie, Redaction-Etudes Sur Le Texte Et Ses Transformations**. v. 03, n. 01, p. 31-48, 1990.
- VIDAL, V. L. C. Le Pragmatisme Dans La Philosophie de Quine. **Verbum**, v. 13, n. 04, p. 273-288, 1990.
- VIDAL, V. L. C. O Aspecto Pragmático da Filosofia da Linguagem de Quine. **reflexao**, v. 10, n. 32, p. 49-62, 1985.
- VIDAL, V. L. C. A Linguagem Como Estrutura Condicionadora dos Discursos Politicos. **Presença Filosófica**. v. 09, n. 03, p. 124-130, 1983.
- VIDAL, V. L.C. Uma crítica ao critério de sinonímia proposto por Nelson Goodman. **Presença Filosófica**. Rio de Janeiro, v. VIII, n. 1, p. 55, 1982.
- VIDAL, V. L.C. Análise da Diferença de Significado Entre Os Enunciados do Tipo A=A e A=B. **PRESENCIA FILOSOFICA**. v. 09, n. 03, p. 152-165, 1978.
- VIDAL, V. L. C. **Os Enunciados de Identidade - Uma Análise Filosófica**. RIO DE JANEIRO - RJ: GRAFICA DA PUC - RJ, 1977.
- VIDAL, V. L. C. Contribuições do sistema filosófico de Quine para as investigações da Filosofia Analítica. In: CARVALHO, Ma. Cecília. (Org.). **Paradigmas Filosóficos da Atualidade**. Campinas: Papyrus, 1a. ed., v. 01, p. 39-81, 1989.

VIDAL, V. L. C. O estatuto ontológico das proposições. In: XI Encontro Brasileiro de Lógica, 1996, Itatiaia. **Anais do XI Encontro Brasileiro de Lógica**. p. 105-106. 1996.

VIDAL, V. L. C. Uma análise da diferença de valor cognitivo de sentenças do tipo '  $a = a$  ' e '  $a = b$  '. In: IV Semana Internacional de Filosofia, 1977, Curitiba. **Anais da IV Semana Internacional de Filosofia**. 1976. p. 91-108.

VIEIRA, J. A. Apresentação. In: VALLE, Bortolo de. (Org.). **Wittgenstein: A Forma do Silêncio e a Forma da Palavra**. 1 ed. Curitiba: Editora Champagnat, 2004.

ZILHÃO, António. **Linguagem da Filosofia e Filosofia da Linguagem – Estudos sobre Wittgenstein**, Lisboa, Colibri. 1993.

ZILLES, Urbano. Ludwig Wittgenstein e o místico. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 20, n. 89, p. 233-270, 1990.

ZILLES, Urbano. **O racional e o místico em Wittgenstein**. 2a. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

ZILLES, Urbano. Wittgenstein: os jogos de linguagem. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 20, n. 90, p. 385-408, 1990.

## ***Bibliografia em Inglês***

ACKERMANN, Diana, F. Wittgenstein, Rules and Origin--Privacy. **Journal of Indian Council of Philosophical Research**. 1, p. 63-69, 1983.

ALBRITTON, R. On Wittgenstein's Use of the Term 'Criterion'. **The Journal of Philosophy**. v. LVI, n. 22, p. 845-57, 1959.

ALLAIRE, E. B. The Tractatus: Nominalistic or Realistic? In: COPI, I. M.; BEARD, R. W. (eds.) **Essays on Wittgenstein's Tractatus**. New York: Macmillan, 1966.

ALLEN, Barry. Gruesome Arithmetic: Kripke's Sceptic Replies, **Dialogue**. 28, p. 257-264, 1989.

ALLEN, Richard; TURVEY, Malcolm. (ed.) **Wittgenstein, theory and the arts**. London: Routledge, 2001.

ALMQVIST, Jonas; ÖSTMAN, Leif. Privileging and Artifacts: On the Use of Information Technology in Science Education. **Journal Interchange**. v.37, n.3, 2006.

AMBROSE, Alice; LAZEROWITZ, Morris. **Ludwig Wittgenstein, philosophy and language**. London: New York: Allen and Unwin Humanities Press, 1972.

AMBROSE, A. Moore and Wittgenstein as Teachers, **Teaching Philosophy**. 12, p. 107-113, 1989.

ANSCOMBE, G. E. **An Introduction to Wittgenstein's Tractatus**. New York: Harper & Row. 1959

ANSCOMBE, G. E. M. On Brute Facts, **Analysis**. v. 18, n. 3, p. 69-72, 1958.

ANSCOMBE, G. E. M. On the Form of Wittgenstein's Writing. In: KLIBANSKY, R. **Contemporary Philosophy: A Survey**. Florence: La Nuova Italia, . v. 3, p. 373-378, 1969.

ANSCOMBE, G.E.M. Review of Saul Kripke's Wittgenstein on Rules and Private Language, **Ethics**. 95, p. 342-352, 1985.

ANSCOMBE, G.E.M.; GEACH, P.T. **Three Philosophers**. Oxford: Blackwell, 1961.

ANSCOMBE, G.E.M.; Rhees, R.; Wright, G.H.von. A Note on Costello's Version of the Notes on Logic. **Journal of Philosophy**. 54, 1957.

ANSCOMBE, G.E.M. Critical Notice: Wittgenstein on Rules and Private Language, **Canadian Journal of Philosophy**. v. 15, n. 1, p. 103-9, 1985.

ARRINGTON, Robert L. Representation in Wittgenstein's Tractatus and middle writings. **Synthese**. v.56, n.2, 1983.

AUSTIN, J. **Philosophical Papers**. Oxford: Oxford University Press, 1961.

AVRAMIDES, A. **Other Minds**. London: Routledge, 2001.

AYER, A.J. Can There Be a Private Language? **Proceedings of the Aristotelian Society**. v. 27, 1954.

BAKER, G. P. HACKER, P. M. S. On misunderstanding Wittgenstein: Kripke's private language argument. **Synthese**. v.58, n. 3, 1984.

BARNES, J. The Beliefs of a Pyrrhonist. **Proceedings of the Cambridge Philological Society**. p. 2-29, 1982.

BARNETT, W. The Rhetoric of Grammar: Understanding Wittgenstein's Method. **Metaphilosophy**. 21, p.43-66, 1990.

BAR-ON, Dorit. On the Possibility of a Solitary Language. **Nous**. 26:1, p. 27-46, 1992.

BARRETT, W. **The Illusion of Technique: A Search for Meaning in a Technological Civilization**. New York: Doubleday, 1978.

BATE, W. J. **The Burden of the Past and the English Poet**. Cambridge: Harvard University Press, 1970.

BATES, S.; COHEN, T. More on What We Say. **Metaphilosophy**, v. 3, n. 1, p. 1-24, 1972.

BAUMGARTEN, Elias. Wittgenstein's conception of the "Willing Subject" **Man and World**. v.14, n 1, p. 15-23, 1981.

BECK, L. W. Kant's Letter to Marcus Herz. **Philosophical Fórum**. 13, p.96-110, 1955.

BECK, L. W. **A Commentary on Kant's Critique of Practical Reason**. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

BELL, R.H. (ed.). **The Grammar of the Heart: New Essays in Moral Philosophy and Theology**. London: Harper and Row, 1988.

BEN-MENAHEN, Yemima. Explanation and Description: Wittgenstein on Convention. **Synthese**. v.115, n. 1, 1998.

BENNETT, J. F. **Kant's Dialectic**. Cambridge University Press, 1974.

BENNETT, **Kant's Analytic**. Cambridge, London: Cambridge University Press, 1966.

- BENVENISTE, Emile. **Problems in General Linguistics**. Coral Gables, Fla: University of Florida Press, 1971.
- BERGER, J. **Ways of Seeing**. London: British Broadcasting Corporation and Penguin Books, 1972.
- BERRYMAN, Edward. Belief, Apparitions, and Rationality: The Social Scientific Study of Religion after Wittgenstein. **Human Studies**.v.28, n.1, 2005.
- BERTEA, Stefano. Remarks on a Legal Positivist Misuse of Wittgenstein's Later Philosophy. **Law and Philosophy**.v.22, n. 6, 2003.
- BIESTA, Gert J.J. Radical Intersubjectivity: Reflections on the “Different” Foundation of Education. **Studies in Philosophy and Education**. v.18, n.4, 1999.
- BIGGS, Michael, **Editing Wittgenstein's 'Notes on Logic'**. Bergen: Working Papers from the Wittgenstein Archives at the University of Bergen, 2 vols, 1996.
- BLACK, Max. **A Companion to Wittgenstein's Tractatus**. Ithaca: N.Y., Cornell University Press, 1964.
- BLACKBURN, Simon. **Spreading the Word**. Oxford: Clarendon, 1984.
- BLACKBURN, Simon. The Individual Strikes Back. **Synthese**. 58, p. 281-303, 1984.
- BLACKMORE, John. **Ludwig Boltzmann, His Later Life and Philosophy**. Kluwer, Dordrecht, 2 vols, 1995.
- BLACURN, Simon. Normativity à la Mode. **The Journal of Ethics**.v.5, n.2 , 2001.
- BLAUG, Ricardo. Citizenship and Political Judgment: Between Discourse Ethics and Phronesis. **Journal Res Publica**.v.6, n.2, 2000.
- BLOCK, Irving, (ed.) **Perspectives on the Philosophy of Wittgenstein**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1981.
- BOGHOSSIAN, P. A. The rule-following considerations. **Mind**. 98, p. 507-49.1989.
- BOLTON, D. **An Approach to Wittgenstein's Philosophy**. London: The Macmillan Press, Ltd., 1979.
- BOLZ, Robert. Notice of German translation of McGuinness. **Philosophische Rundschau**. Tübingen 1992.
- BOUWSMA, O.K. **Philosophical Essays**. Nebraska: University of Nebraska Press, 1965.
- BRADLEY, R. **The Nature of All Being: A Study of Wittgenstein's Modal Atomism**. New York: Oxford University Press, 1992.
- BRANDOM, R. **Making It Explicit, Cambridge**. MA: Harvard University Press, 1994.
- BRANDT, R. B. **Ethical Theory**. Englewood Cliffs: Prentice HallChapter VII. 1959.
- BRISCOE, Robert Eamon. Individualism, Externalism and Idiolectical Meaning. **Synthese**. v.152, n.1, p. 95-128, 2006.
- BROACKES, Justin. Colour, world and archimedean metaphysics: stroud and the quest for reality. **Erkenntnis**. v.66, n.-2, 2007.

- BROCKHAUS, R. **Pulling Up the Ladder**. LaSalle, WI: Open Court, 1991.
- BROYLES, J.E. An Observation on Wittgenstein's Use of Fantasy. **Metaphilosophy**. 5, p. 291-297, 1974.
- BRUENING, W. The Ethics of Silence. **Indian Philosophical Quarterly**. 7, p.51- 59,1979,1979..
- BUDD Malcolm. **Wittgenstein's Philosophy of Psychology**. London: Routledge, 1989.
- BUDD, Malcolm. Wittgenstein on meaning, interpretation and rules. **Synthese**. v.58, n. 3, 1984.
- BURGE, Tyler, Individualism and the mental. In: FRENCH, P. et. al., (eds), **Midwest Studies in Philosophy**, v. IV, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1979.
- BURR, Ronald. Wittgenstein's later language-philosophy and some s in philosophy of mysticism. **International Journal for Philosophy of Religion**.v.7, n. 1, 1976.
- BUTTON, Graham. What's wrong with speech-act theory. **Journal Computer Supported Cooperative Work**.v.3, n. 1, 1994.
- BYRNE, Alex, On Misinterpreting Kripke's Wittgenstein. In: **Philosophy and Phenomenological Research**. v. LVI, n. 2, 1996.
- CAGE, J. **Silence**. Connecticut: Wesleyan University Press,1961.
- CAHOONE L. **The Ends of Philosophy**. Albany: State University of New York Press, 1995.
- CAIRD, Edward. **The Critical Philosophy of Kant**. Glasgow: J. Maclehose, 1889.
- CANFIELD , John V.; SHANKER,Stuart G. (ed.) **Wittgenstein's intentions**.New York: Garland Pub., 1993.
- CANFIELD, John V. (ed.) **The Philosophy of Wittgenstein**. New York: Garland Publishers, v. 1-15, 1986.
- CANFIELD, John V. The Community View. **The Philosophical Review**. 105, p. 469-488, 1996.
- CAPPIO, James. Wittgenstein on proper names or: Under the circumstances. **Journal Philosophical Studies**. v.39, n. 1 , 1981.
- CARMESIN, Hans-Otto.Beyond Wittgenstein's remarks on the foundation of mathematics: Explication of Piaget's suggestion of a biological foundation. **Science & Education**.v.1, p. 205-215, 1992.
- CARNAP, R. Autobiography . In: FANN, K.T.(ed.) **Ludwig Wittgenstein: The Man and His Philosophy**, New York: Dell Publishing Co., 1967.
- CARNAP, R. **Philosophy and Logical Syntax**. New York: AMS Press, 1979.
- CARNAP, R., Empiricism, Semantics and Ontology. In: LIMSKY, L. (ed.) **Semantics and the Philosophy of Language**. Urbana: University of Illinois Press, 1952.
- CARROL, L.What the Tortoise Said to Achilles. **Mind**. n, IV, 1895.
- CARRUTHERS, Peter. Baker and Hacker's Wittgenstein. **Synthese**. v.58, n. 3, p. 451-79, 1984.

CAVELL, Stanley. Declining Decline: Wittgenstein as a Philosopher of Culture. In: **This New Yet Unapproachable America: Lectures after Emerson after Wittgenstein**. Albuquerque, NM: Living Batch Press, p.29–75, 1989.

CAVELL, Stanley. **A Pitch of Philosophy: Autobiographical Exercises**. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1994.

CAVELL, Stanley. More of The World Viewed, **The Georgia Review**. v. XXVIII, n. 4,p. 571-631, 1974.

CAVELL, Stanley. **Must We Mean What We Say?** Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

CAVELL, Stanley. **The Claim of Reason**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

CAVELL, Stanley. What Becomes of Things on Film? **Philosophy and Literature**, v. 2, n. 2, p. 249-57, 1978.

CERBONE, D. How to Do Things With Wood: Wittgenstein, Frege, and the Problem of Illogical Thought. In: CRARY, A.; READ, R. (eds.) **The New Wittgenstein**. London: Routledge, p. 292–314, 2000.

CHAMPLIN, T.S., Solitary Rule-Following. **Philosophy**. 67, p. 285-306 1992.

CHERNIAK, C. **Minimal Rationality**. Cambridge, MA: MIT Press ,1986.

CHERRY, C. Games and Language , **Mind**. 84, 336, p.528-547,1975.

CHESHIRE, G. S.; FIFOOT, C. H. S. **The Law of Contract**. London: Butterworth and Co,4<sup>th</sup> ed, 1956.

CHEUNG, Leo K. C. Showing, Analysis and the Truth-Functionality of Logical Necessity in Wittgenstein's Tractatus. **Synthese**. v.139, n. 1 , 2004.

CHEUNG, Leo K. C. The Proofs Of The Grundgedanke In Wittgenstein's Tractatus. **Synthese**. v.120, n.3, para 395-410, 2004.

CHURCHILL, J. The Coherence of the Concept Language-Game. **Philosophical Investigations**. 6,p. 239-258. , 1983.

CHURCHILL, J. Wittgenstein on the phenomena of belief. **International Journal for Philosophy of Religion**.v.16, n. 2, 1984.

CHURCHLAND, P. Eliminative Materialism and the Propositional Attitudes. **Journal of Philosophy**. 78, p.67-90, 1981.

CLACK, Brian R. Wittgenstein and expressive theories of religion. **International Journal for Philosophy of Religion**. v.40, n. 1, 1996.

CLARKE, T. The Legacy of Skepticism. **The Journal of Philosophy**. v. LXIX, n.20, p. 754-69, 1972.

CLEVELAND, Timothy. The ontology of the analytic tradition and its origin: Realism and identity in Frege, Russell, Wittgenstein, and Quine. **Philosophia**. v.28, n.1-4 , 2001.

COATES, Paul. Kripkes' Skeptical Paradox: Normativeness and Meaning. **Mind**, 95, p. 77-80,1986.

COATES, Paul. Meaning, Mistake and Miscalculation. **Journal Minds and Machines**.

- COHEN, Daniel H. Nonsensical representation and senseless interpretation: Wittgenstein on nonsense judgments. **Philosophia**.v.22, n.3-4 , 1993.
- COLLINS, Arthur. On the Paradox Kripke Finds in Wittgenstein. **Midwest Studies in Philosophy**. Notre Dame: Notre Dame Press, v. XVII, 1992.
- CONANT, J. Elucidation and Nonsense in Frege and the Early Wittgenstein. In: CRARY, A.; READ, R. (eds. ). **The New Wittgenstein**. London: Routledge, p. 174–217, 2000.
- CONANT, J. Kierkegaard, Wittgenstein, and Nonsense. In: COHEN, T.; GUYER, P.; PUTNAM, H. (eds.). **Pursuits of Reason**. Lubbock: Texas Tech University Press, p. 195–224,1993.
- CONANT, J. Throwing Away the Top of the Ladder. **Yale Review**, v. 79, p. 328–64, 1991.
- CONANT, J. Wittgenstein on Meaning and Use. **Philosophical Investigations**. v. 21, p. 222–50, 1998.
- COOK, J. W. Wittgenstein on Privacy. **The Philosophical Review**. v. LXXIV, n. 3p. 281-314, 1965.
- COPELAND, B. Jack; PROUDFOOT, Diane. What Turing Did after He Invented the Universal Turing Machine.**Journal of Logic, Language and Information**.v.9, n.4, 2000.
- COPI, I. Objects, Properties, and Relations in the Tractatus. In: COPI, I.; BEARD, R. (eds.) **Essays on Wittgenstein's Tractatus**. New York: Macmillan, 1966.
- COPI, I.; BEARD, R. (eds.) **Essays on Wittgenstein's Tractatus**. New York: Macmillan, 1966.
- CORNMAN, James W. Uses of language and philosophical problems.**Journal Philosophical Studies**.v.15, n.1-2 , 1964.
- COVEOS, C.M. Stephen Hilmy on Matters of Method and Style. **Philosophical Investigations**. 14, p. 131-142, 1991.
- CRARY, Alice; READ, Rupert. (ed.). **The new Wittgenstein**.London ; New York: Routledge, 2000.
- DANFORD, J. W. **Wittgenstein and Political Philosophy**. Chicago: University of Chicago Press. 1978.
- DAVIDSON, A. Beginning Cavell. In: FLEMING, R.; PAYNE, M. (eds.) **The Senses of Stanley Cavell**. Lewisburg: Bucknell University Press, 1989.
- DAVIDSON, Donald. On the Very Idea of a Conceptual Scheme. **Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association**. 67, p.5-201974.
- DAVIDSON, Donald. The Second Person. **Midwest Studies in Philosophy**. Notre Dame: Notre Dame Press, v. XVII, 1992.
- DAVIES, Stephen. Kripke, Crusoe and Wittgenstein. **Australasian Journal of Philosophy**. 66, 1988.
- DEANO, Alfredo. La Evolucion de la filosofia de Wittgenstein.**Man and World**. v.3, n. 2, 1970.
- DELANCEY, Craig Stephen. Meaning Naturalism, Meaning Irrealism, and the Work of Language. **Synthese**.v.154, n.2, 2007.
- DENNETT, D. Intentional Systems. **Brainstorms**. Hassock, Sussex: Harvester Press, 1979.
- DESCARTES René. **Meditations on First Philosophy**.Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

- DIAMOND C. **The Realistic Spirit: Wittgenstein**. Philosophy and the Mind, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1991.
- DIAMOND, C. Ethics, Imagination, and the Method of Wittgenstein's Tractatus. In: CRARY, A.; READ, R. (eds.). **The New Wittgenstein**. London: Routledge, p. 149–73, 2000.
- DIAMOND, Cora, Rules: Looking in the Right Place. In: PHILLIPS, D.Z.; WINCH, P. (eds.) **Wittgenstein: Attention to Particulars**, Hampshire: Basingstoke, p. 12-34, 1989.
- DILMAN, İlham. Bambrough: Universals and Family Resemblances. **Studies in Language and Reason**. London: Macmillan, 1981.
- DILMAN, İlham. **Induction and Deduction, A Study in Wittgenstein**. Blackwell, 1973.
- DILMAN, İlham. **Matter and Mind, Two Essays in Epistemology**. London: Macmillan, 1975.
- DILMAN, İlham. **Quine on Ontology, Necessity and Experience**. London: Macmillan, 1984.
- DILMAN, İlham. **Studies in Language and Reason**. London: Macmillan, 1981.
- DISCO, Cornelis. Ludwig Wittgenstein and the end of wild conjectures. **Theory and Society**. v.3, n. 2, 1976.
- DONNELLAN, K. Reference and definite descriptions. **Phil. Review**. 75, p.281-304, 1966.
- DREBEN, B.; FLOYD, J. Tautology: How Not to Use a Word. **Synthese**. 87, p. 23–49, 1991.
- DREYFUS, Hubert. Holism and Hermeneutics. **Review of Metaphysics**. 34, p.3-23, 1980.
- DRURY, M. O'C. Symposium: Assessments of the Man and the Philosopher. In: FANN, K.T. (ed.) **Ludwig Wittgenstein: The Man and His Philosophy**, New York: Dell Publishing Co, 1967.
- DRURY, M. O'C. Conversations with Wittgenstein. In: Rhees, Rush. (ed.) **Ludwig Wittgenstein: Personal Recollections** Totowa, NJ: Rowman and Littlefield, p. 112-189, 1981.
- DUMMETT, M. Frege's distinction between sense and reference. In: Dummett, M. **Truth and Other Enigmas**. Harvard, 1978.
- DUMMETT, Michael. Wittgenstein on necessity: some reflections. In: Clark, P.; Hale, B. (eds.). **Reading Putnam**. Cambridge: Blackwell, 1994.
- DUMMETT, Michael. Wittgenstein's Philosophy of Mathematics. **The Philosophical Review**, v. LXVIII p. 324-348, 1959.
- DUNLOP, Charles E. M. Wittgenstein on sensation and 'seeing-as'. **Synthese**. v.60, n. 3, 1984.
- DWYER, Daniel J. Wittgenstein, Kant and Husserl on the dialectical temptations of reason. **Continental Philosophy Review**. v.37, n. 3, 2004.
- EAGLETON, T. Wittgenstein's Friends. **New Left Review**. 135, p. 64-90, 1982.
- EDDINGTON, Arthur. **The Nature of the Physical World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1928.
- EDWARDS, J. C. **Ethics Without Philosophy. Wittgenstein and the Moral Life**. Gainesville, FL: University of Southern Florida Press, 1982.

- EIJCK, Jan van. Making Things Happen. **Journal Studia Lógica**.v.66, n.1, 2000.
- ELDRIDGE, Richard, The Normal and the Normative: Wittgenstein's Legacy, Kripke, and Cavell. **Philosophy and Phenomenological Research**. 46, p. 555-575, 1986.
- ELDRIDGE, Richard. **Leading a Human Life**. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
- ENGEL, S. **Morris Wittgenstein's Doctrine of the Tyranny of Language**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1971.
- ENGELMANN, Paul. **Letters from Ludwig Wittgenstein with a Memoir**. Oxford: Basil Blackwell, 1967.
- ERNELING, Christina. Why first language learning is not second language learning — Wittgenstein's rejection of St. Augustine's conception of learning. **Journal Interchange**. v.24, n. 4 , 1993.
- EVANS, E. Tractatus 3.1432. In: COPI, I. M.; BEARD, R. W. (eds.). **Essays on Wittgenstein's Tractatus**. New York: Macmillan, p. 133–5, 1966.
- EVANS, G. Things without the Mind. In: EVANS, G. **Collected Papers**. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- EVANS, G. **Varieties of Reference**. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- FANN, K.T. (ed.). **Ludwig Wittgenstein: The Man and His Philosophy**. New York: Dell Publishing Co., 1967.
- FIELD, F. **The Last Days of Mankind: Karl Kraus and his Vienna**. London: Macmillan, 1967.
- FINCH, Henry Leroy. **Wittgenstein—The Later Philosophy: An Exposition of the Philosophical Investigations**. Atlantic Highlands, N.J.: Humanities Press, 1977.
- FINE, Gary Alan. Wittgenstein's kitchen: Sharing meaning in restaurant work.**Journal Theory and Society**.v.24, n. 2, 1995.
- FINKELSTEIN, David H., Wittgenstein on rules and platonism.In: READ, Rupert; CRARY, Alice. **The New Wittgenstein**. London: Routledge, p. 53-73, 2000.
- FIRTH, R., Sense-Data and the Percept Theory. In: SWARTZ, R. J. (ed.) **Perceiving, Sensing, and Knowing**. Garden City, N.Y: Anchor Books, 1965.
- FISCHER, Eugen. Philosophical Pictures.**Synthese**. v.148, n.2, 2006.
- FITZGERALD, M. Did Ludwig Wittgenstein have Asperger's syndrome?**Journal European Child & Adolescent Psychiatry**.v.9, n. 1 , 2000.
- FLEMING, R. **The State of Philosophy: An Invitation to a Reading in Three Parts of Stanley Cavell'sThe Claim of Reason**, Lewisburg: Bucknell University Press, 1993.
- FLOYD, J. The Uncaptive Eye: Solipsism in Wittgenstein's Tractatus.In: ROUNER, L. (ed.) **Loneliness**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1998.
- FLOYD, Juliet. Wittgenstein on 2, 2, 2 : The opening of Remarks on the Foundations of Mathematics. **Synthese**.v.87, n. 1, 1991.
- FODOR, Jerry. **Psychosemantics: The Problem of Meaning in the Philosophy of Mind**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1987.

- FOGELIN, R. **Wittgenstein**. London: Routledge & Kegan Paul, 1976.
- FOGELIN, Robert J. Wittgenstein on identity. **Synthese**. v.56, n. 2, 1983.
- FORBES, Graeme. Scepticism and Semantic Knowledge. **Proceedings of the Aristotelian Society**. 84, p. 223-37, 1983.
- FRANCIS, David. Using Wittgenstein to Respecify Constructivism. **Human Studies**. v.28, n. 3, 2005.
- FRASCOLLA, P. **Wittgenstein's Philosophy of Mathematics**. London: Routledge., 1994.
- FRASCOLLA, Pasquale. The Tractatus System of Arithmetic. **Synthese**. v.112, n.3, 1997.
- FRIEDLANDER, E. **Expressions of Judgment**. (Ph. D. Dissertation). Harvard University, 1992.
- FRIEDLANDER, E. **Problems of Knowledge**. Oxford: Oxford University Press. 2001.
- FRIEDLANDER, E. **Signs of Sense**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.
- FRIEDLANDER, E. **Wittgenstein: Connections and Controversies**. Oxford: Clarendon Press. 2001.
- FRONGIA, Guido; MCGUINNESS, Brian. **Wittgenstein : a bibliographical guide**. Oxford, UK ; Cambridge, Mass., USA: Basil Blackwell, 1990.
- FRYE, N., **The Secular Scripture**. Cambridge: Harvard University Press, 1976.
- GAUKER, Christopher. A New Skeptical Solution. **Acta Analytica**. p. 113-129, 1995.
- GEACH, P. T. Wittgenstein's Operator N. **Analysis** 41, n. 4, p. 168–71, 1981.
- GELLNER, Ernest. The Gospel According to Ludwig. **The American Scholar**. p. 243-263, 1984.
- GENOVA, J. **Wittgenstein: A Way of Seeing**. London: Routledge, 1995.
- GERRARD, Steve. Wittgenstein's philosophies of mathematics. **Journal Synthese**. v.87, n. 1, 1991.
- GERT, B. Wittgenstein's Private Language Arguments. **Synthese** 6 8, p. 409-439, 1986.
- GERT, Heather J. Family resemblances and criteria. **Synthese**. v.105, n.2, 1995.
- GERT, Heather J. Wittgenstein on Description. **Journal Philosophical Studies**. v.88, n. 3, 1997.
- GILBERT, Christopher. The Role of Thoughts in Wittgenstein's Tractatus. **Journal Linguistics and Philosophy**. v.21, n. 4, 1998.
- GILBERT, Margaret. On the question whether language has a social nature: Some aspects of winch and others on Wittgenstein. **Synthese**. v.56, n. 3, 1983.
- GILL, J. Saying and Showing: Radical Themes in Wittgenstein's On Certainty. **Religious Studies (GB)** 10, p. 279-290, 1974.
- GLOCK, Hans-Johann. Necessity and Normativity. In: SLUGA, H.; STERN, D. (eds). **The Cambridge Companion to Wittgenstein**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 198–225, 1996.
- GLOCK, Hans-Johann. (ed.) **Wittgenstein : a critical reader**. Malden, Mass.: Blackwell Publishers, 2001.

- GLOCK, Hans-Johann. Animals, Thoughts And Concepts. **Synthese**. v.123, n.1, 2000.
- GOLDFARB, Warren. Kripke on Wittgenstein on Rules. **Journal of Philosophy**. 82, p. 471-488, 1985.
- GORDON, Deborah M. Wittgenstein and ant-watching. **Journal Biology and Philosophy**. v.7, n. 1, 1992.
- GOTTLIEB, Diane F. Wittgenstein's Critique of the Tractatus View of Rules, **Synthese**. 56, p. 239-251, 1983.
- GRASSHOF, G. Hertzian Objects in Wittgenstein's Tractatus. **British Journal of the History of Philosophy**. 5, 1, p. 87-119, 1997.
- GRAY, Christopher Berry. Alice in Wittgenstein: Inside the great mirror. **The Journal of Value Inquiry**. v.29, n. 1, 1995.
- GREENWOOD, J.D. (ed.) **The Future of Folk Psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- GRENE, Marjorie. **Philosophy In and Out of Europe**. Berkeley: University of California Press, 1976.
- GRICE, P. **Studies in the Ways of Words**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1989.
- GRIFFIN, J.P. **Wittgenstein's Logical Atomism**. Oxford University Press, Oxford 1964.
- GRIFFITHS, A Phillips. Wittgenstein's Influence: Meaning, Mind and Method. In: GRIFFITHS, A Phillips (eds.). **Wittgenstein Centenary Essays**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 68-69, 1992.
- GRIFFITHS, A.P. (ed.) **Wittgenstein Centenary Essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- GROSSMAN, R. **Reflections on Frege's Philosophy**. Evanston, Ill.: Northwestern University Press, 1969.
- GROUND, I.R. Wittgenstein, Art and Silence. In: HALLER, R (ed.) **Ästhetik, Proceedings of the Eighth International Wittgenstein-Symposium**. I, Vienna: Hölder-Pichler-Tempsky, 1984..
- GUYER, Paul. **Kant and the Claims of Knowledge**. London/ New York: Cambridge University Press, 1987.
- HACKER P. M. S. **Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein** . Oxford: Clarendon, 1986.
- HACKING, Ian. On Kripke's and Goodman's Uses of 'Grue'. **Philosophy**, 68, 1993.
- HACKING, Ian. **Rules, Scepticism, Proof, Wittgenstein, in Exercises in Analysis: Essays by Students of Casimir Lewy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- HAGBERG, G. Wittgenstein, Henry James and Epistemological Fiction. **Philosophy and Literature**. 13, p.75-95, 1989.
- HALLER, R.; BRANDL, J. (eds.) Wittgenstein: Towards a Reevaluation. **Proceedings of the 14th International Wittgenstein Symposium**. 3 vols. Vienna: Hölder-Pichler-Tempsky, 1990.
- HALLER, Rudolf. **Questions on Wittgenstein**. Lincoln, Nebr.: University of Nebraska Press, 1988.

- HALLET, G. **A Companion to Wittgenstein's Philosophical Investigations**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1977.
- HALLETT, Garth. **A Companion to Wittgenstein's**. Ithaca: Cornell University Press, 1977.
- HALLIDAY, John. Reason, Education and Liberalism: Family Resemblance within an Overlapping Consensus. **Studies in Philosophy and Education**. v.20, n.3, 2001.
- HALLORAN, S.M. Wittgensteinian Grammar. **Personalist (USA)**, 51, p.212- 221, 1970.
- HANFLING, Oswald, What does the Private Language Argument Prove? **Philosophical Quarterly**, 34, p. 468-481, 1984.
- HANKS, Peter W. How Wittgenstein Defeated Russell's Multiple Relation Theory of Judgment. **Synthese**. v.154, n. 1, 2007.
- HÄNSEL, L. The Definition of Game. **Philosophy**, 67, p. 467-479, 1992.
- HÄNSEL, L. The Problem of Armchair Knowledge. In: NUCCETELLI, S. (ed.) **New Essays on Semantic Externalism and Self-knowledge**. Cambridge, MA: MIT Press. 2003.
- HARDWICK, C. **Language Learning in Wittgenstein's Later Philosophy**. Paris: Mouton and Co, 1971.
- HARE, R. M. **Language of Morals**. Oxford, Clarendon Press, 1952.
- HARGROVE, E.C. Wittgenstein, Bartley and the Glöckel School Reform. **Journal of the History of Philosophy (USA)**. 18, p. 453-461, 1980.
- HARK, M. R. M. The development of Wittgenstein's views about the other minds problem. **Synthese**. v.87, n. 2, 1991.
- HARRÉ, Rom. Chemical Kinds and Essences Revisited. **Journal Foundations of Chemistry**.v.7, n. 1, 2005.
- HARRIES, Karsten. Wittgenstein and Heidegger: The relationship of the philosopher to language. **The Journal of Value Inquiry**.v.2, n. 4, 1968.
- HARRIS, R. Language. **Saussure and Wittgenstein: How to Play Games with Words**. London: Routledge, 1988.
- HARRY P. Reeder. Husserl and Wittgenstein on the "mental picture theory of meaning". **Human Studies**.v.3, n. 1, 1980.
- HAUSMANN, L. Wittgenstein in Austria as an Elementary-School Teacher. **Encounter(GB)**, 58, p. 16-25, 1982.
- HAWKINS, David. **The Language of Nature: An Essay in the Philosophy of Science**. San Francisco: W. H. Freeman, 1964.
- HEAL J. **Fact and Meaning**. Oxford: Blackwell, 1989.
- HEIL, John.; MARTIN, C.B. Rules and Powers. In: TOMERLIN, James E. (ed.) **Philosophical Perspectives 12: Language, Mind and Ontology**. Cambridge: Blackwell, p. 283-312, 1998..
- HEINIMAA, Markus L.A. On the grammar of "psychosis". **Medicine, Health Care and Philosophy**.v.3, n. 1, 2000.

- HELLER, E. Wittgenstein: Unphilosophical Notes. **Encounter (GB)**. 13, p.40- 48, 1959.
- HERVEY, H. The Problem of the Model Language-Game in Wittgenstein's Later Philosophy. **Philosophy**. 36, p. 333-351, 1961.
- HEYES, Cressida J. (ed.). **The grammar of politics : Wittgenstein and political philosophy**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2003.
- HIGH, Dallas M. Belief, falsification, and Wittgenstein. **International Journal for Philosophy of Religion**. v.3, n. 4, 1972.
- HIGH, Dallas M. On thinking more crazily than philosophers: Wittgenstein, knowledge and religious beliefs. **International Journal for Philosophy of Religion**. v.19, n. 3, 1986.
- HIGH, Dallas M. Wittgenstein: On seeing problems from a religious point of view **International Journal for Philosophy of Religion**. v. 28, n. 2, 1990.
- HILMY, S. **The Later Wittgenstein: The Emergence of a New Philosophical Method**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- HINMAN, L. Philosophy and Style **The Monist**. 63, p. 512-529, 1980.
- HINTIKKA, J. An Impatient Man and His Papers. **Synthese**. 87, p.183-202, 1991.
- HINTIKKA, J. Language-Games. **Dialectica**. 31, p.225-245, 1977.
- HINTIKKA, J. On Wittgenstein's Solipsism. **Mind**. 67, 1958.
- HINTIKKA, M. B.; HINTIKKA J. **Investigating Wittgenstein**. Oxford: Blackwell, 1986.
- HITCHCOCK, Christopher Read. Wittgenstein on private language: Exorcising the ghost from the machine. **Philosophia**. v.24, n.1-2, 1994.
- HOCHBERG, Herbert. Russell, Ramsey, and Wittgenstein on ramification and quantification. **Erkenntnis**. v.27, n. 2, 1987.
- HODGES, Michael. Wittgenstein on universals. **Journal Philosophical Studies**. v.24, n. 1, 1973.
- HOFFMAN, Paul. Kripke on Private Language. **Philosophical Studies**. 47, p. 23-28, 1985.
- HOHWY, Jakob. A Reductio of Kripke-Wittgenstein's Objections to Dispositionalism about Meaning. **Journal Minds and Machines**. v.13, n. 2, 2003.
- HOPKINS J. Wittgenstein and Physicalism. **Proceedings of the Aristotelian Society**. 75, 1975.
- HORWICH, Paul. Critical Notice: Saul Kripke: Wittgenstein on Rules and Private Language. **Philosophy of Science**. 51, p. 163-171, 1984.
- HORWICH, Paul. **Wittgenstein and Kripke on the Nature of Meaning, in Mind and Language**. n. 5, v.2, p. 105-12, 90.
- HOUSEHOLDER, Fred. W. **Linguistic Speculations**. London: Cambridge University Press. 1971.
- HOYT, Christopher. Wittgenstein and religious dogma. **International Journal for Philosophy of Religion**. v.61, n. 1, 2007.

- HUDSON, W.D. Language Games and Presuppositions. **Philosophy**, 53, p. 94-99, 1978.
- HUGHES, J. Philosophy and Style: Wittgenstein and Russell. **Philosophy and Literature**. 13, p. 332-339, 1989.
- HUITFELDT, Claus. Multi-dimensional texts in a one-dimensional médium. **Human Studies**.v.27, n.4, 2004.
- HUMPHREY, John. Quine, Kripke's Wittgenstein, Simplicity and Sceptical Solutions. **The Southern Journal of Philosophy**. v. XXXVII, n.1, 1999.
- HUMPHREY, John. Kripke's Wittgenstein and the Impossibility of Private Language: The Same Old Story? **Journal of Philosophical Research**. v. xxip. p.197-207, 1996.
- HUNTER, J. 'Forms of Life' in Wittgenstein Philosophical Investigations. **American Philosophical Quarterly**. 5, p.233-43,1968.
- HUNTER, J. Wittgenstein on Language and Games. **Philosophy**. 55, p.293- 302, 1980.
- HYLTON, Peter. Functions, Operations, and Sense in Wittgenstein's Tractatus. In: TAIT, W. W. (ed.) **Early Analytic Philosophy**. La Salle, WI: Open Court. p. 91–106. 1991.
- HYLTON, Peter. **Russell, Idealism and the Emergence of Analytic Philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- HYLTON, Peter. The Nature of the Proposition and the Revolt Against Idealism. In: RORTY, R.; SCHNEEWIND, J. B.; SKINNER, Q. (ed.) **Philosophy in History**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 375-397, 1984.
- HYMAN, J. (ed.) **Investigating Psychology**. London: Routledge, 1991.
- GOLDFARB, Warren D. I Want You to Bring Me a Slab. Remarks on the Opening Sections of the 'Philosophical Investigations.' **Synthese**. 56 265-282, 1983.
- IGLESIAS, Teresa. Russell's Theory of Knowledge and Wittgenstein's earliest writings. **SYNTHESE**. 60, p 285-332, 1984.
- ILLICH, I. Vernacular Values and Education. In: BAIN, Bruce.(ed.) **The Sociogenesis of Language and Human Conduct**. London: Plenum, 1983.
- INGARDEN, Roman S. Physical and Information-Dynamical (Cognitive) Picture of the World. **Journal Open Systems & Information Dynamics**.v.7, n.2, 2000.
- INWAGEN, Peter, There is No Such Thing As Addition. **Midwest Studies in Philosophy**. v. XVII, Notre Dame: Notre Dame Press. P.138-159, 1992.
- ISHIGURO H. Use and Reference of Names. In: WINCH, Peter. (ed) **Studies in the Philosophy of Wittgenstein**. London: Routledge & Kegan Paul, 1969.
- JACQUETTE, Dale. Lloyd on intrinsic natural representation in simple mechanical minds. **Journal Minds and Machines**.v.6, n. 1, 1996.
- JAMES, William. **The Varieties of Religious Experience**. London: Longmans, Green and Co., 1902.
- JANIK Allan.; TOULMIN, Stephen. **Wittgenstein's Vienna**. New York: Simon and Schuster, 1973.

- JANIK, Allan. How did Hertz influence Wittgenstein's Philosophical Development? **Grazer Philosophische Studien**. 49, p. 1994/95.
- JARDINE, David W. Awakening from Descartes' nightmare: On the love of ambiguity in phenomenological approaches to education. **Studies in Philosophy and Education**. v.10, n.3, 1990.
- JENSEN, Henning. Reid and Wittgenstein on philosophy and language. **Journal Philosophical Studies**.v.36, n. 4, 1979.
- JOHANNESSEN, Kjell S. The Concept of Practice in Wittgenstein's Later Philosophy. **Inquiry**. 31, p. 357-369, 1981.
- JOHANNESSEN, Kjell S. Rule following and tacit knowledge. **Journal AI & Society**. v.2, n.4, 1988.
- JOHNSTON, Colin. The Unity of a Tractarian Fact. **Synthese**. v.156, n. 2, 2007.
- JONES, O. R. (ed.) **The Private Language Argument**. London: Macmillan, 1971.
- KAAL, Hans; MCKINNON, Alastair. **Concordance to Wittgenstein's Philosophische Untersuchungen** Leiden: E. J. Brill, 1975.
- KATZ, J. J. **Philosophy of Language**. New York: Harper and Row, 1966.
- KELLY, Michael Lee. Wittgenstein and mad pain. **Synthese**. v.87, n. 2, 1991.
- KENNY A. From the Big Typescript to the Philosophical Grammar. **Acta Philosophical Fennica**. 28, n. 1-3 p. 41-53, 1976.
- KENNY, A. **The Legacy of Wittgenstein**. Oxford: Blackwell, 1984.
- KENNY, A. **Wittgenstein**. Harmondsworth: Penguin, 1973.
- KENNY, A. Wittgenstein on the Nature of Philosophy. In: Kenny, A. **The Legacy of Wittgenstein**. Oxford: Blackwell, p. 38-60, 1984.
- KERR, F. Language as Hermeneutic in the Later Wittgenstein, **Tijdschrift voor Filosofie**. 27, p. 491-520, 1965.
- KEYT, D. A New Interpretation of the Tractatus Examined. **Philosophical Review**. v. 74, n. 2, 1965.
- KIENPOINTNER, M. Whorf and Wittgenstein. Language, world view and argumentation. **Argumentation**. v.10, n. 4, 1996.
- KINDI, Vasso P. Kuhn's The Structure of Scientific Revolutions revisited. **Journal for General Philosophy of Science**. v.26, n. 1, 1995.
- KJAERGAARD, Peter C. Hertz and Wittgenstein's Philosophy of Science. **Journal for General Philosophy of Science**. n. 33, p. 121-149, 2002.
- KLAGGE, James C. Wittgenstein and neuroscience. **Synthese**. v.78, n. 3, 1989.
- KLEMKE, E. D. Wittgenstein's Lecture on Ethics. **The Journal of Value Inquiry**. v.9, n.2, 1975.
- KLEMKE, E. D.(ed.) **Essays on Frege**. Urbana, Ill.: University of Illinois Press, 1968.
- KOBER, Michael. Kripkenstein Meets the Chinese Room: Looking for the Place of Meaning from a Natural Point of View. **Inquiry**. 41, 3, p. 317-332, 1998.

- KOETHE, John. And they ain't outside the head either. **Synthese**. v.90, n.1, 1992.
- KÖLBEL, Max; WEISS, Bernhard. (ed.). **Wittgenstein's lasting significance**. London ; New York: Routledge, 2004.
- KREISEL, George. Review of Wittgenstein on Rules and Private Language. **Canadian Philosophical Reviews**.p. 287-289, 1983.
- KREMER, M. Contextualism and Holism in the Early Wittgenstein: From Prototractatus to Tractatus. **Philosophical Topics**. v. 25, p. 87–120, 1997.
- KREMER, M. Wilson on Kripke's Wittgenstein. **Philosophy and Phenomenological Research**. 60, 3, p. 571-584, 2000.
- KRIPKE, S.A. **Naming and Necessity**. Cambridge: Harvard University Press, 1972.
- KRIPKE, S.A. **The Private Language Argument**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- KUHN, Thomas. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- KÜNG, Guido. The difficulty with the well-formedness of ontological statements. **Topoi**. v.2, n.1, 1983.
- LANDERS, Scott. Wittgenstein, realism, and CLS: Undermining rule scepticism. **Law and Philosophy**. v.9, n.2, p. 177-203, 1990.
- LANG, B. **Philosophy and the Art of Writing: Studies in Philosophical and Literary Style**. London: Associated University Presses, Inc., 1983.
- LAPOINTE, François H. **Ludwig Wittgenstein : a comprehensive bibliography**. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1980.
- LEAN, M. **Sense-Perception and Matter**. New York: The Humanities Press, 1953.
- LEAR J. The Disappearing We. **Proceedings of the Aristotelian Society**. Supp. v. 58, 1984.
- LENK, Hans. War der Späte Wittgenstein ein Essentialist? **Man and World**. v.3, n.1, 1970.
- LEVI, I. **Enterprise of Knowledge**. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.
- LEVIN, Michael. E. Bundling Hume with Kripkenstein. **Synthese**.v.155, n.1, 2007.
- LEWIN, B. D. **The Image and the Past**. New York: International Universities Press, 1968.
- LEWIS, C. I. **Mind and the World Order**. New York: Dover. 1929.
- LEWY, C. A Note on the Text of the Tractatus. **Mind**. v. 76, 1967.
- LEYVRAZ, Jean-Pierre. Logic and experience in Wittgenstein's later work: "On certainty". **Man and World**. v.11, n.3-4, 1978.
- LÖFGREN, Lars. Unifying Foundations – to be Seen in the Phenomenon of Language. **Foundations of Science**.v. 9, n. 2, p. 135-189, 2004.
- LOIZZO, Joseph. Intersubjectivity in Wittgenstein and Freud: Other Minds and the Foundations of Psychiatry. **Theoretical Medicine and Bioethics**.v.18, n. 4, 1997.

- LOKHORST, Gert Jan. Ontology, semantics and philosophy of mind in Wittgenstein's Tractatus: A formal reconstruction. **Erkenntnis**. v.29, n. 1, 1988.
- LOOMIS, Eric. Necessity, The A Priori, And The Standard Meter. **Synthese**. v.121, n. 3, 1999.
- LUCKHARDT, C. Grant. Wittgenstein and behaviorism. **Synthese**.v.56, n. 3, 1983.
- LUNTLEY, M. The transcendental grounds of meaning and the place of silence. In: PUHL, K. (ed.) **Meaning Scepticism**. Berlin: de Gruyter, 1991.
- MACMILLAN, C. J. B. How not to learn: Reflections on Wittgenstein and learning. **Studies in Philosophy and Education**.v.14,n.2-3, 1995.
- MALCOLM, N. **Ludwig Wittgenstein: A Memoir**. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- MALCOLM, N. **Nothing Is Hidden: Wittgenstein's Criticism of His Early Thought**. Oxford: Blackwell, 1986.
- MALCOLM, N. The Privacy of Experience. In: STROLL, A.(ed.) **Epistemology: New Essays in the Theory of Knowledge**. New York: Harper and Rowe. 1967.
- MALCOLM, N. Wittgenstein on Language and Rules. **Philosophy**, 64, 1989.
- MALCOLM, N. **Wittgenstein: The Relation of Language to Instinctive Behaviour**. Swansea: University College of Swansea, 1982.
- MALCOLM, N. Wittgenstein's Philosophical Investigations. In: PITCHER, G. **Wittgenstein: The Philosophical Investigations**. Garden City, NY.: Doubleday, p. 65-103, 1966.
- MALCOLM, N. **Wittgensteinian Themes**. Ithaca: Cornell University Press, 1995.
- MALCOLM, N. The Verification Argument. In: BLACK, M. (ed.) **Philosophical Analysis**. Ithaca, Cornell University Press, 1950.
- MANNISON, Don, Hume and Wittgenstein: Criteria versus Skepticism. **Hume Studies**. 13, 1987.
- MARION, Mathieu. Wittgenstein and finitism. **Synthese**. v.105, n. 2, 1995.
- MARION, Mathieu. Wittgenstein and Brouwer. **Synthese**.v.137, n.1-2, 2003.
- MARKS, Charles E. Ginet on Wittgenstein's argument against private rules. **Journal Philosophical Studies**. v.25, n. 4, 1974.
- MARSHALL, James D. A Critical Theory of the Self: Wittgenstein, Nietzsche, Foucault. **Studies in Philosophy and Education**. v.20, n. 1, 2001.
- MARSHALL, James D. Wittgenstein and Foucault: Resolving philosophical puzzles **Studies in Philosophy and Education**.v.14, n.2-3, 1995.
- MARTIN, C.B.; HEIL, John. Rules and Powers. In: TOMERLIN, James E. (ed.) **Philosophical Perspectives. 12: Language, Mind and Ontology**. Cambridge: Blackwell, p. 283-312, 1998.
- MAYS, Wolfe. The Mysticism of Wittgenstein's Tractatus. **Philosophical Review**. 75, p. 305-28, 1966.

MCADOO, Nick. Wittgenstein and aesthetic education. **Studies in Philosophy and Education**. v.14, n.2-3, 1995.

MCCARTHY, Timothy; STIDD, Sean C.(ed.) **Wittgenstein in América**. Oxford: New York: Clarendon Press Oxford University Press, 2001.

MCCARTY, David Charles. The philosophy of logical wholism. **Synthese**. v.87, n. 1, 1991.

MCCARTY, Luise Prior; MCCARTY, David Charles. Wittgenstein on the unreasonableness of education: Connecting teaching and meaning. **Studies in Philosophy and Education**.v.14, n.2-3, 1995.

MCDONOUGH, R. **The Argument of the Tractatus: Its Relevance to Contemporary Theories of Logic, Language, Mind, and Philosophical Truth**. Buffalo NY: SUNY Press, 1986.

MCDONOUGH, R. Towards a non-mechanistic theory of meaning. **Mind**. 98, 1989.

MCDOWELL, J. Intentionally and interiority in Wittgenstein. In: PUHL, K.(ed.) **Meaning Scepticism**. Berlin: de Gruyter, 1991.

MCDOWELL, J. Meaning and intentionality in Wittgenstein's later philosophy. **Midwest Studies in Philosophy**. 17, 1992.

MCDOWELL, J. One strand in the private language argument. **Grazer Philosophische Studien**. 33-34, 1989.

MCDOWELL, J. Singular thought and the extent of inner space. In: PETTIT, P.; MCDOWELL J. (eds) **Subject Thought and Context**. Oxford: Clarendon Press, 1986.

MCDOWELL, John. Wittgenstein on following a rule. **Synthese**. v.58, n. 3, 1984.

MCGINN, C. **Mental Content**. Oxford: Blackwell, 1989.

MCGINN, C. **Wittgenstein on Meaning**. Oxford: Blackwell. 1984.

MCGINN, M. Between Metaphysics and Nonsense: Elucidation in Wittgenstein's Tractatus. **The Philosophical Quarterly**. v. 49, p. 491–513, 1999.

MCGINN, M. **Sense and Certainty: A Dissolution of Scepticism**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

MCGINN, M. **Wittgenstein and the Philosophical Investigations**. London: Routledge, 1997.

MCGINN, M. **Routledge philosophy guidebook to Wittgenstein and the Philosophical investigations**. London ; New York: Routledge, 2002.

McGuinness, B. The Mysticism of the Tractatus. **Philosophy Review**. 75, p.305-328, 1966.

MCGUINNESS, Brian. The So-Called Realism of the Tractatus. **Perspectives on the Philosophy of Wittgenstein**. In: BLOCK, I.(ed.). Cambridge: MIT Press, p. 60-73, 1981.

MCGUINNESS, Brian. **Wittgenstein : A Life. Young Ludwig 1889-1921**. Berkeley: University of California Press, 1988.

MCGUINNESS, Brian. Wittgenstein and the Vienna Circle. **Synthese**. v.64, n. 3, 1985.

- MCGUINNESS, Brian; HALLER, Rudolf. (eds.). **Wittgenstein in Focus**. Amsterdam/ Atlanta: Rodopi. 1989.
- MCGUINNESS, Brian; SPELT, P.D.M. Marginalia in Wittgenstein's Copy of Lamb's Hydrodynamics. **Wittgenstein Studien** 2, p. 131-148. 2001.
- MCGULLOCH, G. **The Mind and its World**. London: Routledge. 1995.
- MCLAUGHLIN, Terence H. Wittgenstein, education and religion. **Studies in Philosophy and Education**. v.14, n.2-3, 1995.
- MCMANUS, Denis.(ed.) **Wittgenstein and scepticism**. London ; New York: Routledge, 2004.
- MILLER, David James. Wittgenstein: time for a new philosophical practice. **Continental Philosophy Review**. v.31, n.4, 1998.
- MILLIKAN, R. G. **Language, Thought and Other Biological Categories**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1984.
- MILLIKAN, Ruth Garrett. Truth, Rules, Hoverflies, and the Kripke-Wittgenstein Paradox. **Philosophical Review**. 99, 3, p. 323-353, 1990.
- MINAR, Edward H. Feeling at home in language. What makes reading Philosophical Investigations possible? **Synthese**. v.102, n.3, 1995.
- MINAR, Edward, Wittgenstein and the Contingency of Community. **Pacific Philosophical Quarterly**. 72, p. 203-234, 1991.
- MINAR, Edward. Paradox and Privacy: On §§201-202 of Wittgenstein's Philosophical Investigations. **Philosophy and Phenomenological Research**. 65 , 1994.
- MONK, Ray. **Ludwig Wittgenstein: The Duty of Genius**. New York: Free Press, 1990.
- MOORE, A.W. Ineffability and Nonsense. **Proceedings of the Aristotelian Society**, Supplementary v. 77, p.169-93, 2003.
- MOORE, A.W. Some Reflections on the Acquisition of Warrant by Inference. In:NUCCETELLI, S. (ed.) **New Essays on Semantic Externalism and Self-knowledge**. Cambridge, MA: MIT Press, 2003.
- MOORE, G. E. **Philosophical Papers**. London: Allen and Unwin. 1959.
- MOORE, G. E. Wittgenstein's Lectures in 1930-33. In: MOORE, G. E. **Philosophical Papers**. London: Allen & Unwin, 1959.
- MOORE, G. E., A Defense of Common Sense. In: MOORE, G. E. **Philosophical Papers**. London: Allen and Unwin. 1959.
- MORENO, A.Sistema y silencio en el Tractatus de Ludwig Wittgenstein. **Sapientia**. 25,p. 11-20, 1970.
- MORRISON, James C. Heidegger's criticism of wittgenstein's conception of truth.**Man and World**. v.2, n.4, 1969
- MORSTEIN, Petra von. Kripke, Wittgenstein, and the Private Language Argument. **Grazer Philosophische Studien**. 11, p. 61-74, 1980.

- MOSER, Paul. Beyond the Private Language Argument. **Metaphilosophy**. v. 23, p.77-89, 1992.
- MOSER, Paul. Malcolm on Wittgenstein on Rules. **Philosophy**, 66, p. 101-105, 1991.
- MOSER, Paul;FLANNERY, Kevin. Kripke and Wittgenstein: Intention without Paradox. **The Heythrop Journal**. 26, 1985.
- MOUNCE, H. O. **Wittgenstein's Tractatus: An Introduction**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- MOUNCE, H.O. Following a Rule. **Philosophical Investigations**. v. 9, n. 3, p. 187-198. 1986.
- MOYAL-SHARROCK, Daniele; BRENNER, William H. (eds.) **Readings of Wittgenstein's On Certainty**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- MULLIGAN, Kevin (ed.) **Speech Act and Sachverhalt**. Nijhoff, Dordrecht, 1987.
- MUNRO, Vanessa E. Resemblances of identity: Ludwig Wittgenstein and contemporary feminist legal theory.**Journal Res Publica**.v.12, n. 2, 2006.
- MURDOCH, Iris. **Metaphysics as a Guide to Morals**. New York: Allen Lane/The Penguin Press, 1992.
- MURTAGH, Ged. M. The Limits of Reproductive Decisions. **Human Studies**. v. 27, n. 4, 2004.
- NAGEL, Thomas. Physicalism. **Philosophical Review**. 74, p.339-356, 1965.
- NEIMAN, Al. Logic and Sin: Wittgenstein's Philosophical Education at the Limits of Language. **Studies in Philosophy and Education**.v.18, n. 5, September, 1999.
- NEIMAN, Alven. Wittgenstein, liberal education, philosophy.**Studies in Philosophy and Education**.v.14, n.2-3, 1995.
- NEVO, I. Religious Belief and Jewish Identity in Wittgenstein's Philosophy. **Philosophy Research Archives**. 13, p. 225-243, 1987.
- NIELI, R. **Wittgenstein: From Mysticism to Ordinary Language. A Study of Viennese Positivism and the Thought of Ludwig Wittgenstein**. New York: State University of New York, 1987.
- NORRIS, Christopher. Putnam, Peano, and the Malin Génie: could we possibly bewrong about elementary n.-theory? **Journal for General Philosophy of Science**. v. 33, n. 2, 2002.
- NOZICK, R. **Philosophical Explanations**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.
- NYIRI, J. C. **Tradition and Individuality**. Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1992.
- O'HEAR, A. **Wittgenstein and the Transmission of Traditions**. In: GRIFFITHS, A.P.(ed.) **Wittgenstein Centenary Essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- OBERMEIER, Klaus K. Wittgenstein on language and artificial intelligence: The Chinese-room thought experiment revisited.**Synthese**. v.56, n. 3, 1983.
- O'HEAR, A. Wittgenstein and the Transmission of Traditions. In: GRIFFITHS, A.P.(ed.) **Wittgenstein Centenary Essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ONG, W. **The Presence of the Word: Some Prolegomena for Cultural and Religious History**. London: Yale University Press, 1967.

- OVERGAARD, Soren. Exposing the conjuring trick: Wittgenstein on subjectivity. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**. v. 3, n. 3, 2004.
- OVERGAARD, Soren. The Problem of Other Minds: Wittgenstein's Phenomenological Perspective. **Journal Phenomenology and the Cognitive Sciences**.v.5, n. 1, 2006.
- PAPINEAU D. **Reality and Representation**. Oxford: Blackwell, 1987.
- PARK, Byong-Chul. Wittgenstein's Use of the Word 'Aspekt'. **Synthese**. v.115, n. 1, 1998.
- PARKINSON, G. H. R. Necessary Propositions and a priori Knowledge in Kant. **Mind**. 69, p.391-97, 1960.
- PARROT, H.; BOURVERESSE, J. (eds). **Meaning and Understanding**. Berlin: de Gruyter, 1981.
- PÂRVU, Ilie. "Mein Grundgedanke Ist..." The Structural Theory Of Representation As The Metaphysics Of Wittgenstein's Tractatus Logico-Philosophicus. **Synthese**.v.129, n. 2, 2001.
- PASCALL, F.: Wittgenstein, A Personal Memoir. In: RHEES, R. (ed.) **Recollections of Wittgenstein**. Oxford, 1984.
- PATON, H. J. **Kant's Metaphysics of Experience**. New York: Macmillan. 1936.
- PATTERSON, Dennis M. (ed.). **Wittgenstein and legal theory**. Boulder: Westview Press, 1992.
- ARRINGTON, Robert L.; GLOCK, Hans-Johann (ed.) **Wittgenstein and Quine**. London ; New York: Routledge, 1996.
- PEACOCKE, Christopher. Review of Wittgenstein on Rules and Private Language. **The Philosophical Review**. XCIII, n. 2, 1984.
- PEARS, David . **Ludwig Wittgenstein**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1986.
- PEARS, David. **Bertrand Russell and the British Tradition in Philosophy**. London: Fontana, 1967.
- PEARS, David. **The False Prison, Vols. 1 and 2**. Oxford: Clarendon, 1987, 1988.
- PEARS, David. The Logical Independence of Elementary Propositions. In: I. BLOCK, I.(ed.) **Perspectives on the Philosophy of Wittgenstein**. Cambridge: MIT Press, p. 74-84, 1981.
- PEARS, David. The Relation Between Wittgenstein's Picture Theory of Propositions and Russell's Theories of Judgment. **Philosophical Review**. 86, p. 177-96. 1977.
- PEARS, David. Wittgenstein's account of rule-following. **Synthese**. v.87, n. 2, 1991.
- PEARS, David. Wittgenstein's criticism of cartesianism. **Synthese**. v.106, n. 1, 1996.
- PELCZAR, M. W. Names as Tokens and Names as Tools. **Synthese**. v.128, n.1-2, 2001.
- PENNER, Hans H. On Self-regulating Systems, Cannibals, and Cogs That Turn No Wheels: A Response to Joel Sweek. **Method & Theory in the Study of Religion**. v. 15, n. 4, 2003.
- PERRY, John. The Problem of the Essential Indexical. **Nous**. 13, p. 3-21. 1979

- PETERS, Michael. Philosophy and education: 'After' Wittgenstein. **Studies in Philosophy and Education**. v.14, n.2-3, 1995.
- PETERS, Michael. Wittgensteinian Pedagogics: Cavell on the Figure of the Child in the Investigations. **Studies in Philosophy and Education**. v.20, n. 2, 2001.
- PETERS, Michael; MARSHALL, James. Reading Wittgenstein: The Rehearsal of Prejudice A response to Dr. McCarty. **Studies in Philosophy and Education**. v.21, n. 3, 2002.
- PETTIT, Philip. The Reality of Rule-Following. **Mind**, v. 99, p. 1-21, 1990.
- PHILLIPS, D.Z.; WINCH, P. (eds). **Wittgenstein: Attention to Particulars, Essays in Honour of Rush Rhees ,1905-1989**. London: Macmillan Press, 1989.
- PICHLER, Alois. **Ludwig Wittgenstein, Culture and Value: A List of Source Manuscripts**. Bergen: Working Papers from the Wittgenstein Archives at the University of Bergen, n. 1, 1991.
- PIHLSTRÖM, Sami. A pragmatic critique of three kinds of religious naturalism. **Method & Theory in the Study of Religion**. v.17, n.3, 2005.
- PITCHER, G. (ed.) **Wittgenstein: The Philosophical Investigations**. London: Macmillan , 1966.
- PITCHER, G. **The Philosophy of Wittgenstein**. Englewood Cliffs, N.J., PrenticeHall, Inc., 1964.
- PITCHER, G.(ed.), **Wittgenstein: A Collection of Critical Essays**. Anchor Books, Garden City, N.Y., Doubleday & Company, Inc., 1966.
- PITKIN, H. F. **Wittgenstein and Justice, Berkeley**. University of California Press, 1972.
- PLANT, Robert. Blasphemy, dogmatism and injustice: The rough edges of On Certainty. **International Journal for Philosophy of Religion**. v.54, n.2, 2003.
- PLATTS, M. (ed.) **Reference, Truth and Reality**. London: Routledge, 1976.
- PLOCHMANN, George Kimball; LAWSON, Jack B. **Terms in their propositional contexts in Wittgenstein's Tractatus : an index**. Illinois: Southern Illinois University Press, 1962.
- POLE, D. **The Later Philosophy of Wittgenstein**. London: University of London, The Athlone Press, 1958.
- PRICE, H. H. **Perception**. London: Methuen & Co. Ltd., 1932.
- PRIOR, A. N. **Logic and the Basis of Ethics**. Oxford, Clarendon Press, 1949.
- PROCTOR, G. Scientific Laws and Scientific Objects in the Tractatus. **British Journal for Philosophy of Science**. 20, p.177-93. L. 1959.
- PROUDFOOT, Diane. The Implications of an Externalist Theory of Rule-Following Behaviour for Robot Cognition. **Journal Minds and Machines**. v.14, n.3, 2004.
- PRYOR, J. The Sceptic and the Dogmatist. **Noûs**. 34, p.517-49 , 2000.
- PUTNAM, H. The meaning of meaning. In: PUTNAM, H. **Mind Language and Reality**, Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

- PUTNAM, H. **Realism with a Human Face**. Harvard University Press, 1992.
- PUTNAM, H. (ed.). **Words and Life**. Harvard University Press, 1994.
- PUTNAM, H. Analyticity and apriority: beyond Wittgenstein and Quine, in his **Realism and Reason**, **Philosophical Papers**. v.3, Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- PUTNAM, H. Wittgenstein, and Loneliness. In: ROUNER, L. (ed.) **The Uncaptive Eye: Solipsism in Wittgenstein's Tractatus**. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press, p. 109–14, 1998.
- PUTNAM, H. On Wittgenstein's Philosophy of Mathematics. **Aristotelian Society**. Supplementary, V. 70, p. 243-264, 1996.
- PUTNAM, H. **Reason, Truth and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- PUTNAM, H. **Renewing Philosophy**. Harvard University Press, 1992.
- PUTNAM, H. **The Many Faces of Realism (Paul Carus Lectures)**. Open Court, 1991.
- PUTNAM, H. Preface: Introducing Cavell. In: **Pursuits of Reason**. COHEN, T.; GUYER, P; PUTNAM, H. (eds.) Lubbock: Texas Tech University Press, p. vii–xii, 1993.
- PUTNAM, H. Robots: Machines or Artificially Created Life? **The Journal of Philosophy**. v. LXI, n. 21, Nov 12, p. 668-91. 1964.
- QUINE, Willard Van Orman On What There Is. In: **From a Logical Point of View**. Cambridge: Harvard University Press, 1953.
- QUINE, Willard Van Orman. Two Dogmas of Empiricism. In: Quine, Willard Van Orman. **From a Logical Point of View**. p. 20-46. Cambridge: Harvard University Press, 1961.
- QUINTON, A. M. On Punishment. In: LASLETT, P. (ed.) **Philosophy, Politics and Society**. Oxford, Basil Blackwell, 1956.
- QUINTON, Anthony. Schlick before Wittgenstein. **Synthese**. v.64, n. 3, 1985.
- RAATZSCH, Richard; GENOVA, Judith. Wittgenstein: A Way of Seeing. **Erkenntnis**. v.47, n. 2, 1997.
- RADFORD, C. Wittgenstein on Ethics. **Grazer Philosophische Studien 33-34**. Amsterdam: Rodopi, 1989.
- RAMSEY, Frank. Critical Notice of the Tractatus. **Mind**. 32, p. 465-478, 1923.
- RAMSEY, Frank. **Philosophical Papers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- RAMSEY, Frank. **The Foundations of Mathematics and Other Logical Essays**. London: Routledge, 1931.
- RANKIN, K.W. The Role of Imagination, Rule Operations and Atmosphere in Wittgenstein's Language-Games. **Inquiry**. 10, p. 279-291, 1967.
- RAPPAPORT, Steven. Aune's Wittgenstein on the Empiricist thesis. **Journal Philosophical Studies**. v. 24, n. 4, 1973.
- RAWLS, J. Two Concepts of Rules. **The Philosophical Review**. v. LXIV, n. 1, p. 3-32. 1955.

- READ, Rupert. The Unstability of Kripkean Scepticisms. **Philosophical Papers**. 24 ,1, p. 67-74. 1995.
- REDPATH, T. **Ludwig Wittgenstein: A Student's Memoir**. London: Gerald Duckworth and Co., Ltd., 1990.
- REID, L., Wittgenstein's Ladder: The Tractatus and Nonsense. **Philosophical Investigations**. v. 21, p. 97-151, 1998.
- RHEES, Rush. Can There Be A Private Language? In: **Proceedings of the Aristotelian Society**. Supplementary Volume, XXVIII, 1954.
- RHEES, Rush. Correspondence and Comment. **The Human World**. 15-16, p. 153-162, 1974.
- RHEES, Rush. **Ludwig Wittgenstein: Personal Recollections**. Oxford University Press, Oxford 1984.
- RHEES, Rush. Preface to Conversations on Freud. In: BARRETT, Cyril. (ed.) **Lectures and Conversations on Aesthetics, Psychology and Religious Belief**. Oxford: Blackwell, p. 41-42, 1966.
- RHEES, Rush. **Some Developments in Wittgenstein's View of Ethics**. **Philosophical Review** .LXXIV, 1965.
- RHEES, Rush.. Wittgenstein's Builders. **Proceedings of the Aristotelian Society**. 60, p. 171-186 , 1959-60.
- RICHTER, Duncan. Wittgensteinian Foundationalism. **Erkenntnis**. v. 55, n.3, 2001.
- RICKETTS, T. Objectivity of Objecthood: Frege's Metaphysics of Judgment. In: HAAPARANTA, L.; HINTIKKA, J.(eds.). **Frege Synthesized**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1986.
- RIZVI, F. Wittgenstein on Grammar and Analytic Philosophy of Education. **Educational Philosophy and Theory**. 19, p. 33-46, 1987.
- ROBINSON, G. Language and the Society of Others. **Philosophy**. 67, p.329-41, 1992.
- ROBINSON, Richard. Necessary Propositions. **Mind**. 67, p.289-304. 1958.
- RODYCH, Victor. Wittgenstein's Inversion of Gödel's Theorem.**Erkenntnis**. v. 51, n.2-3, 1999.
- RODYCH, Victor.Popper versus Wittgenstein on Truth, Necessity, and Scientific Hypotheses. **Journal for General Philosophy of Science**. v. 34, n. 2, 2003.
- RODYCH, Victor.Wittgenstein on Gödel: The Newly Published Remarks. **Erkenntnis**. v. 56, n.3, 2002.
- RORTY, Richard. **Philosophy and the Mirror of Nature**. Princeton: Princeton University Press. 1979.
- RORTY, Richard. Putnam and the Relativist Menace. **The Journal of Philosophy**. v. 90, n. 9, 1993.
- RORTY, Richard. **The Linguistic Turn**. Chicago: University of Chicago Press, 1975.
- RORTY, Richard. **Objectivity, Relativism and Truth**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- ROSENSTOCK-HUESSY, E. **Speech And Reality**. Vermont: Argo Books, Inc., 1970.
- ROSS, D. **Foundations of Ethics**. Oxford, Clarendon Press, 1949.

- ROTENSTREICH, Nathan. The thrust against language: A critical comment on Wittgenstein's ethics. **The Journal of Value Inquiry**.v. 2, n. 2-3, 1968.
- ROTH, Wolff-Michael. Being-in-the-World and the Horizons of Learning: Heidegger, Wittgenstein, and Cognition. **Journal Interchange**. v. 28, n. 2-3, 1997.
- ROWE, M.W. Goethe and Wittgenstein. **Philosophy**. 66, p. 283-303, 1991.
- RUDEBUSCH, George. Hoffman on Kripke's Wittgenstein. **Philosophical Research Archives**. 12, p. 177-182. 1986-7.
- RUFFINO, Marco Antonio. The context principle and Wittgenstein's criticism of Russell's theory of types. **Synthese**. v.98, n. 3, 1994.
- RUITER, Dick W.P. Legal Validity Qua Specific Mode of Existence.**Law and Philosophy**.v.16, n. 5, 1997.
- RUSSELL, Bertrand. The Philosophy of Logical Atomism. In: RUSSELL, Bertrand **Essays in Logic and Knowledge**. London: Allen and Unwin, 1956.
- RUSSELL Bertrand.; WHITEHEAD, A.N. **Principia Mathematica**. Cambridge University Press, 3 vols, 1913.
- RUSSELL, Bertrand. **An inquiry into Meaning and Truth**. London: George Allen and Unwin Ltd., 1948.
- RUSSELL, Bertrand. On Denoting. In: MARSH, R. C.(ed.) **Logic and Knowledge**. New York: Simon and Schuster, 1956.
- RUSSELL, Bertrand. **Theory of Knowledge**. London: George Allen and Unwin, 1984.
- RYLE, G. **Collected Papers (v.1)**. London: Hutchinson, 1971.
- RYLE, Gilbert. **The Concept of Mind**. London: Hutchinson's. 1949.
- SARTORELLI, Joseph. McGinn on Concept Scepticism and Kripke's Sceptical Argument. **Analysis**. v. 51, n. 2, p. 79-84, 1991.
- SASS, L. **The Paradoxes of Delusion: Wittgenstein, Schreber and the Schizophrenic Mind**. London: Cornell University Press, 1994.
- SAVIGNY, Eike von. Common Behavior of Many a Kind: Philosophical Investigations section 206. In: ARRINGTON, Robert L.; GLOCK, Hans-Johann. (eds.). **Wittgenstein's Philosophical Investigations**. London/ New York: Routledge 1991.
- SCHATZKI, Theodore R. Elements of a Wittgensteinian philosophy of the human sciences.**Synthese**. v. 87, n. 2, 1991.
- SCHEMAN, Naomi.; O'CONNOR, Peg.**Feminist interpretations of Ludwig Wittgenstein**. Pa.: Pennsylvania State University Press, 2002.
- SCHWYZER , H. R. G. Thought and Reality: The Metaphysics of Kant and Wittgenstein. **The Philosophical Quarterly**. v. 23, p. 204, 1973.
- SCRUTON, Roger. Critical Notice: Wittgenstein on Rules and Private Language. **Mind**. v. XCIII, p. 592-602, 1984.

- SEARLE, John. **The Rediscovery of the Mind**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.
- SEARLE, John. **Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- SEARLE, John. Indeterminacy, Empiricism, and the First Person. **The Journal of Philosophy**. 84, p. 123-146, 1987.
- SEARLE, John. Skepticism about Rules and Intentionality. In: SEARLE, John. **Consciousness and Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- SEARLE, John. **Speech Acts**. Cambridge. Eng., Cambridge University Press, 1972.
- SHANKER S.G. The enduring relevance of Wittgenstein's remarks on intentions. In: HYMAN, J.(ed.) **Investigating Psychology**. London: Routledge, 1991.
- SHANKER, S.G.(ed.). **Ludwig Wittgenstein: Critical Assessments**. vols.1-5, Beckenham: Croom Helm, 1986.
- SHANKER, S.G., Sceptical Confusions About Rule-Following. **Mind**. v. XCIII, p. 423-429, 1984.
- SHANKER, S.G.. Introduction: Approaching the Investigations. In: SHANKER, S.G.(ed.). **Ludwig Wittgenstein: Critical Assessments**. V.2, Beckenham: Croom Helm, 1986.
- SHARROCK, Wes.; BUTTON, Graham. Do the right thing! Rule finitism, rule scepticism and rule following. **Human Studies**.v.22, n.2-4, 1999.
- SHAW, J. L. Universal sentences: Russell, Wittgenstein, Prior, and the Nyaya. **Journal of Indian Philosophy**. v.19, n.2, 1991.
- SHAZER, Steve de. Some Thoughts on Language Use in Therapy. **Journal Contemporary Family Therapy**. v. 19, n.1, 1997.
- SHIELDS, P. R. **Logic and Sin in the Writings of Ludwig Wittgenstein**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- SHINER, R. Showing, Saving and Jumping. **Dialogue**. 21, p. 625-646, 1982.
- SHOEMAKER, S. **Self-Knowledge and Self-Identity**. Ithaca, Cornell University Press, 1963.
- SHOGENJI, Tomoji. Boomerang Defense of Rule Following. **Southern Journal of Philosophy**. v. 30, p.115-122, 1992.
- SHOGENJI, Tomoji. Modest Scepticism About Rule-Following. **Australasian Journal of Philosophy**. v. 71, p. 486-500, 1993.
- SHOGENJI, Tomoji. The Problem of Rule-Following in Compositional Semantics. **Southern Journal of Philosophy**. v. 33, p. 97-108, 1995.
- SHOTTER, John. 'Now I can go on:' Wittgenstein and our embodied embeddedness in the 'Hurly-Burly' of life. **Human Studies**. v. 19, n. 4, 1996.
- SIDGWICK, H. **The Methods of Ethics**. London: Macmillan and Co, 1874.
- SIEVERT, Don. Another look at Wittgenstein on color exclusion. **Synthese**. v. 78, n. 3, 1989.

- SLUGA, H. D. Frege's Alleged Realism. **Inquiry**. 20, p. 227-42, 1977.
- SLUGA, H. D. Subjectivity in the Tractatus. **Synthese**. 56, p.123-139, 1983.
- SLUGA, H. D.; STERN, David G.(eds.) **The Cambridge Companion to Wittgenstein**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- SMART, H. Language Games. **Philosophical Quarterly**. 7, p.224-235 , 1957.
- SMART, J.J.C. Wittgenstein, following a rule, and scientific psychology. In: ULLMANN-MARGALIT, E. (ed.) **The Scientific Enterprise**. Dordrecht: Kluwerp. P.123-137, 1992.
- SMEYERS, Paul. Educating ethically: Culture, commitment and integrity. **Studies in Philosophy and Education**. v. 15, n.1-2, 1996.
- SNELL, B. **The Discovery of the Mind**. Cambridge: Harvard University Press, 1953.
- SNOWDON, P. Perception, Vision and Causation. **Proceedings of the Aristotelian Society**. 81, p.75-92, 1981.
- SOAMES, Scott. Skepticism about Meaning, Indeterminacy, Normativity, and the Rule-Following Paradox. **The Canadian Journal of Philosophy**. Supp. v. 23, 1998.
- SPIEGELBERG, H. The Significance of Mottoes in Wittgenstein's Major Works. In: LEINFELLNER, E. et al.(eds). **Wittgenstein and His Impact on Contemporary Thought**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Co., 1978.
- STEBBING, L. Susan. **Philosophy and the Physicists**. London: Methuen and Company. 1937.
- STEINER, G. In the Electoral Colony. **Critical Inquiry**. 27, p.662-702, 2001.
- STEINER, G. **Language and Silence: Essays 1958-1966**. London: Penguin Books, 1969.
- STEINER, G. Thoughts and Holism: Reply to Cohen. **Analysis**. 59, p.71-8. 1999.
- STEINER, G. Wittgenstein on Language and Rules. **Philosophy**. 64, p. 5-28. 1989.
- STEINER, G. **Wittgenstein: A Life. Young Ludwig 1889-1921**. London: The University of California Press, 1988.
- STEINER, G. Real Patterns. **Journal of Philosophy**. 89, p.27-51, 1991.
- STEINER, Mark. Mathematical Intuition and Physical Intuition in Wittgenstein's Later Philosophy. **Synthese**. v. 125, n. 3, 2000.
- STENIUS, Erik. **Wittgenstein's Tractatus**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1960.
- STERELNY, K. **The Representational Theory of Mind**. Oxford: Blackwell, 1990.
- STERN, David. **Wittgenstein's Philosophical Investigations: An Introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- STERN, David.; SZABADOS, Béla. (ed.) **Wittgenstein reads Weininger**. Cambridge, U.K.; New York: Cambridge University Press, 2004.

- STERN, David. Heraclitus' and Wittgenstein 's River Images: Stepping Twice into the Same River. **Monist**. 74, p. 579-604, 1991.
- STERN, David. Recent Work on Wittgenstein, 1980-1990. **Synthese**. 98, p. 415-458, 1994.
- STERN, David. Review of The Published Works of Ludwig Wittgenstein. **Canadian Philosophical Reviews**. 14, p. 77-80, 1994.
- STERN, David. The Middle Wittgenstein: From Logical Atomism to Practical Holism. **Synthese**. 87, p. 203-226, 1991.
- STERN, David. What is the ground of the relationship of that in us which we call representation to the object? Reflections on the Kantian Legacy in the Philosophy of Mind. In: HARE, P.(ed.) **Doing Philosophy Historically**. Buffalo NY: Prometheus Press, p.216-230, 1988.
- STERN, David. **Wittgenstein on Mind and Language**. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- STERN, J.P. Karl Kraus's Vision of Language. **Modern Language Review**. 61, p.71-84, 1966.
- STEVENS, Graham. Russell's Repsychologising of the Proposition. **Synthese**. v. 151, n.1, 2006.
- STEVENSON, C. **Ethics and Language**. New Haven, Yale University Press, 1944.
- STEVENSON, C. Moore's Arguments Against Certain Forms of Ethical Naturalism. In: SCHILPP, P. A. (ed.) **The Philosophy of G. E. Moore**. New York: Tudor Publishing Co., 1952.
- STICH, S.P. **Deconstructing the Mind**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- STOCK, Guy, Leibniz and Kripke's Sceptical Paradox. **Philosophical Quarterly**. 38, p. 326-329, 1988.
- STONE, J. Games and Family Resemblances. **Philosophical Investigations** 17, p. 435-443, 1994.
- STRAWSON, P. F. **Bounds of Sense**. London: Methuen and Company. 1966.
- STRAWSON, P. F. Review of Wittgenstein's Philosophical Investigations. **Mind**. v. LXIII, n. 249, p. 70-99, 1954.
- STRAWSON, P. F. Wittgenstein's Philosophical Investigations. In: STRAWSON, P. F. **Freedom and Resentment and Other Essays**. London: Methuen, p. 133-68, 1974.
- STRIPLING, S. **The Picture Theory of Meaning: An Interpretation of Wittgenstein's Tractatus Logico-Philosophicus**. Ph. D. Dissertation. Pennsylvania State University, 1978.
- STROLL, Avrum. **Moore and Wittgenstein on Certainty**. New York: Oxford University Press, 1994.
- STROUD, Barry. Understanding Human Knowledge in General. In: CLAY, M.; LEHRER, K. (eds.) **Knowledge and Scepticism**. Boulder, CO: Westview Press, 1989.
- STROUD, Barry. Wittgenstein's 'Treatment' of the Quest for 'a Language Which Describes My Inner Experiences and Which Only I Myself Can Understand. In: WEINGARTNER, P.; CZERMAK, J.(ed.) **Epistemology and Philosophy of Science. Proceedings of the 7th International Wittgenstein Symposium**. Vienna: HölderPichler-Tempsky, p. 438-445. 1983.
- STROUD, Barry. Wittgenstein and Logical Necessity. **The Philosophical Review**. v. LXXIV, n. 4, p. 504-18, 1965.

- SULLIVAN, P.M. The Truth in Solipsism, and Wittgenstein's Rejection of the A Priori. **European Journal of Philosophy**. 4, p. 195-219, 1996.
- SUMMERFIELD, Donna. Philosophical Investigations 201: A Wittgensteinian Reply to Kripke. **Journal of the History of Philosophy**. 28, 1990.
- SUMMERFIELD, Donna. On taking the rabbit of rule-following out of the hat of representation: a response to Pettit's The reality of rule following. **Mind**. 99, 1990.
- SUNDHOLM, Göran. Existence, proof and truth-making: A perspective on the intuitionistic conception of truth. **Topoi**.v.13, n. 2, 1994.
- SUTER, R. **Interpreting Wittgenstein: A Cloud of Philosophy, a Drop of Grammar**. Philadelphia: Temple University Press, 1989.
- SUTER, Ronald Saul. Wittgenstein's Skeptical Paradox. **Philosophical Research Archives**. v. XII, 1986-7.
- TAIT, W.W. Wittgenstein and the 'Skeptical Paradoxes'. **Journal of Philosophy**. 9, p. 475-488, 1986.
- TAMEN, Miguel. "Beautiful communication": Schiller, Wittgenstein and the rhetoric of the Aesthetic. **Argumentation**. v. 9, n. 3, 1995.
- TANNEY, Julia. Playing the Rule-following Game. **Philosophy**. v. 75, n. 292, 2000.
- TAYLOR, Earl. Lebenswelt and lebensformen: Husserl and Wittgenstein on the goal and method of philosophy. **Human Studies**. v.1, n. 1, 1978.
- TEMKIN, Jack. A Private Language Argument. **Southern Journal of Philosophy**. 24, 1986.
- TENNESSEN, H. Whereof One Has Been Silent, Thereof One May Have to Speak. **Journal of Philosophy**. 58, p. 263-274, 1961.
- TER HARK, M. **Beyond the Inner and the Outer: Wittgenstein's Philosophy of Psychology**. London: Kluwer Academic Publishers, 1990.
- THOMAS, George B. Wittgenstein on sensations. **Journal Philosophical Studies**. v. 20, n. 1-2, 1969
- THOMPSON, E.F. The Money and the Cow. **Philosophy**. 67, p. 51-67, 1992.
- THOMPSON, C. Philosophy and Corruption of Language. **Philosophy**. 67, p. 19-31, 1992.
- THOMSON, J. Private Languages. **American Philosophical Quarterly**. v. 1, n. 1, 1964.
- TIMMS, E. Karl Kraus: **Apocalyptic Satirist**. London: Yale University Press, 1986.
- TORIBIO, Josefa. Meaning, Dispositions and Normativity. **Journal Minds and Machines**. v.9, n. 3, 1999.
- TOULMIN, S. E. **An Examination of the Place of Reason in Ethics**. Cambridge, Eng: Cambridge University Press, 1950.
- TUGENDHAT, Ernst. **Self-Consciousness and Self-Determination**. Cambridge, MA: MIT Press, 1986.
- URMSON, J. O. Parenthetical Verbs. **Mind**. v. LXI, n. 244, p. 480-96, 1952.

- UYGUR, N. What is a Philosophical Question? **Mind**. v.73, n. 289, p. 64-83, 1964.
- VAROUFAKIS, Yanis. Moral Rhetoric In The Face Of Strategic Weakness: Empermental Clues For An Ancient Puzzle. **Erkenntnis**. v. 46, n.1, 1997.
- VERHEGGEN, Claudine. The Meaningfulness of Meaning Questions. **Synthese**. v.123, n. 2, 2004.
- VESEY, G.(ed.). **Understanding Wittgenstein**. Ithaca: Cornell University Press, 1974.
- VISSER, Henk. Boltzmann and Wittgenstein or How Pictures Became Linguistic **Synthese**. v. 119, n. 1-2, p. 135-156, 1999.
- VON MORSTEIN, Petra. Kripke, Wittgenstein and the Private Language Argument. **Grazer Philosophische Studien**. 11, p. 61-74, 1980.
- VRIES, Hent de. From “ghost in the machine” to “spiritual automaton”: Philosophical meditation in Wittgenstein, Cavell, and Levinas. **International Journal for Philosophy of Religion**. v. 60, n.1-3, 2006.
- Waismann Friedrich (ed.) **Studies in the Philosophy of Wittgenstein**. New York: Humanities Press, 1969.
- WAISMANN, Friedrich. **The Principles of Linguistic Philosophy**. New York: St. Martin's Press, 1965.
- WALTON, D.; STRONGMAN, K.T. Neonate Crusoes, the private language argument and psychology. **Philosophical Psychology**. v. 11, n.. 4, p. 443-465, 1998.
- WANG, Hão. To and from philosophy — Discussions with Gödel and Wittgenstein . **Synthese**. v.88, n. 2, 1991.
- WARNOCK, Geoffrey. Concepts and Schematism. **Analysis**. 9, p. 77-82. 1949.
- WAVELL, Bruce B. Wittgenstein's doctrine of use. **Synthese**. v. 56, n. 3, 1983.
- WEINBERG, J. Are There Ultimate Simples? In: **Essays on Wittgenstein's Tractatus**. Copi, I.; BEARD, R. W.(eds.), p. 75–85. New York: Macmillan, 1966.
- WERHANE, Patricia H. Some paradoxes in Kripke's interpretation of Wittgenstein. **Synthese**. v. 73, n. 2, 1987.
- WERHANE, Patricia H. Wittgenstein and moral realism. **The Journal of Value Inquiry**. v. 26, n. 3, 1992.
- WHITE, Morton G. The Analytic and the Synthetic: An Untenable Dualism. In: HOOK, Sidney.(ed.) **John Dewey: Philosopher of Science and Freedom**. New York: Dial Press, p. 316-30, 1950.
- WILLIAMS, John N. Wittgenstein, Moorean Absurdity and its Disappearance from Speech. **Synthese**. v. 149, n. 1, 2006.
- WILLIAMS, M. The Significance of Learning in Wittgenstein’s Later Philosophy. **Canadian Journal of Philosophy**. 24, p. 173-204, 1994.
- WILLIAMS, M. **Unnatural Doubts**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.
- WILSON, George, M. Kripke on Wittgenstein and Normativity. **Midwest Studies in Philosophy**. Notre Dame: Notre Dame Press, v. XIX 1994.

- WILSON, George, M. Semantic Realism and Kripke's Wittgenstein. **Philosophy and Phenomenological Research**. v.58, n. 1, p. 99-122. 1998.
- WINCH, P. Persuasion. **Midwest Studies in Philosophy**. 17, p. 123-137, 1992.
- WINCH, P. **The Idea of Social Science and its Relation to Philosophy**. London: Routledge & Paul, 1958.
- WINCH, P. **Trying to Make Sense**. Oxford: Blackwell, 1987.
- Winch, P.(ed.). **Studies in the Philosophy of Wittgenstein**. London/ New York: Routledge & Kegan Paul/Humanities Press. 1969.
- WINCH, P.Critical Study: Facts and Superfacts.**The Philosophical Quarterly**. v. 33, n. 133, p. 398-404, 1983.
- WINCHESTER, Ian. Beyond the Bounds of Thought: Speculative Philosophy and the Last Proposition of the Tractatus.**Journal Interchange**. v.31, n.2-3, 2000.
- Wisdom, J. **Other Minds**. Oxford, Basil Blackwell, 1952.
- WOLGAST, Elizabeth. **Paradoxes of Knowledge**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press. 1977.
- WOLNIEWICZ, Boguslaw. A formal ontology of situations.**Journal Studia Lógica**. v.41, n.4, 1982.
- WOLNIEWICZ, Boguslaw. Logical space and metaphysical systems.**Journal Studia Lógica**.v.42, n.2-3, 1983.
- WRIGHT, C. Critical notice: Colin McGinn. Wittgenstein on Meaning. **Mind**. v. xcvi, 1989.
- WRIGHT, C. Wittgenstein 's later philosophy of mind: sensation, privacy and intention. In: PUHL, K. (ed.) **Meaning Scepticism**. Berlin: de Gruyter, 1991.
- WRIGHT, C. Wittgenstein 's rule-following considerations and the central project of theoretical linguistics. In: GEORGE, A. (ed.) **Reflections on Chomsky**. Oxford: Blackwell, 1989.
- WRIGHT, C. Kripke's account of the argument against private language. **Journal of Philosophy**.81, 1984.
- WRIGHT, C. On making up one's mind:Wittgenstein on intention. In: WEINGARTNER, P.;SCHURZ, G. (eds). **Logic, Philosophy of Science and Epistemology: Proceedings of the 11th International Wittgenstein Symposium**. Vienna: Holder-PichlerTempsky, 1987.
- WRIGHT, G.H.von. Epistemic Reasoning and the Logic of Epistemic Reasoning. In: CHISHOLM, R. **Logic and Philosophy**. Nijhoff, The Hague 1980.
- WRIGHT, G.H.von. The Troubled History of Part II of the Investigations. **Grazer Philosophische Studien**. 42, p.181-192, 1992.
- WRIGHT, G.H.von. The Wittgenstein Papers. **Philosophical Review** . 78, p. 483-503, 1969.
- WRIGHT, G.H.von. Wittgenstein's View on Probability. **RevueInternationale de Philosophie**. 2, 1969.
- WRIGHT, G.H.von.; MALCOLM, N. Biographical Sketch. In: **LudwigWittgenstein a Memoir**. Oxford University Press, London 1958.

- WRIGLEY, Michael. The origins of Wittgenstein's verificationism. **Synthese**. v.78, n. 3, 1989.
- WYBRANIEC-SKARDOWSKA, Urszula. Meaning and Interpretation. **Journal Studia Lógica**.v.85, n. 1, 2007.
- YOUNG, R.A. Wittgenstein's Tractatus Project as Philosophy of Information. **Minds and Machines**. v.14, n.1, p. 119 – 132, 2004.
- YOVEL, Jonathan. Analogical Reasoning as Translation: The Pragmatics of Transivity. **International Journal for the Semiotics of Law**, Vol. 13, p. 1-27, 2000.
- ZALABARDO, Jose L. Kripke's Normativity Argument. **Canadian Journal of Philosophy**. v. 27, n. 4, p. 467-488, 1997.
- ZALABARDO, Jose L. Rules, Communities and Judgement. **Critica**. v. 21,n. 63, p. 33-58. 1989.
- ZEMACH, Eddy M. Human understanding. **Synthese**. v. 83, n.1, 1990.
- ZIFF, Paul. **Semantic Analysis**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press. 1960.
- ZLATEV, Jordan. The Epigenesis of Meaning in Human Beings, and Possibly in Robots. **Journal Minds and Machines**.v.11, n.2, 2001.